

O 3.º CENTENÁRIO DA 1.ª BATALHA DE GUARARAPES

Capitão H. O. Wiederspahn

O grande fei militar que ora comemoramos, a 1.ª *Batalha de Guararapes*, constitui uma das muitas páginas gloriósas de nossa História Pátria. Graças a esta vitória, obtida no Nordeste brasileiro pelas forças luso-brasileiras sob o comando de Barreto de Menezes sobre as já então algo desmoralizadas forças mercenárias de van Schoppe, firmou-se o cerco de Recife, o último baluarte do domínio intruso da Companhia das Índias Ocidentais holandêsas no Brasil, criou-se o ambiente moral e material que favoreceria 10 meses depois a vitória decisiva na 2.ª Batalha de Guararapes e a capitulação dos últimos combatentes e administradores holandeses em 26 de Janeiro de 1654.

Em Abril de 1648 estavam já estes administradores reduzidos quasi que unicamente ao recinto de Recife, o que lhes restava da grande e vasta área dos tempos brilhantes e prósperos de Maurício de Nassau. Se de um lado a situação no continente europeu se vinha firmando favoravelmente aos inimigos da dinastia hispâno-austriaca na derradeira fase da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), favorecendo assim também a situação do reino restaurado de Portugal deante da Espanha, a questão do domínio holandês no Brasil do Nordeste se apresentava mais complexa, requerendo um desfecho pelas armas. Na Európa Portugêses e Holandeses enfrentavam juntos a Espanha como inimigo comum da existência independente de ambas as nações daquêles desde 1640, mas no Brasil ambos continuavam se defrontando de armas na mão pela posse de ricos domínios coloniais desde 1624, numa guerra longa e de sorte varia. E que naquela época também a existência casual de inimigos comuns creavam alianças militares de interesses antagônicos e rivais incapazes de eliminar antigas divergências que após a derrota do mesmo inimigo comum se acentuavam de maneira indomavel!

Então, servindo-se do domínio marítimo quasi absoluto existente para as forças coligadas anglo-holandêsas desde a destruição da Invencível Armada hispâno-luso-napolitana, havia a administração colonial holandês reforçado sua guarnição mercenária em Recife. Por sua vez haviam os lusos-brasileiros concentrado todos os seus meios no Arraial Novo do Bom Jesús, trazendo-os do Norte de Recife e da Paraíba. O Comando geral de todos estes meios vinha sendo exercido pelo *Mestre de Campo Francisco Barreto de Menezes*, especialmente nomeado para este fim por D. João IV., rei de Portugal aclamado em 1640.

Forçado pelas contingências, havia o *Tenente-General Sigismundo van Schkoppe*, Chefe Militar holandês em Recife, decidido romper o sítio marchando para o Sul, com o objetivo de subjugar as regiões meridionais de Pernambuco, Alagoas e Bahia. A este *plano de operações* de estratégia ofensiva se antepunha o de Barreto de Menezes para impedir a marcha do inimigo para o Sul numa defensiva estratégica oportuna e bem compreendida.

Na madrugada de 18 de Abril de 1648 iniciou van Schkoppe as operações com os seus 4.500 homens e 6 bocas de fogo rumo ao Sul, tendo como primeiro objetivo o povoado de Muribeca e numa marcha noturna que o General Lobato Filho, em sua monografia sobre "As duas Batalhas de Guararapes",

da civilização de suas pátrias: destituída de sabedoria e patriotismo; ingenua e contrária ao espírito e a formação americana — seria tal intenção.

Gilberto Freire, o mestre incontestável e o chefe de escola que tão vigorosamente defende o direito de sobrevivência das culturas regionais e sub-regionais, e aqui o termo *cultura* tem o sentido antropológico ou sociológico, escreve no seu recente livro *Interpretação do Brasil*: “Alguns estudiosos desse problema acham que os valores culturais luso-brasileiros, tidos por básicos para o desenvolvimento do Brasil nesses valores, como nação e como comunidade largamente cristã — incluídos o idioma português e a liberdade portuguesa de preconceitos de raça — devem ser considerados valores gerais, fundamentais, irredutíveis. Contudo não deve existir nenhuma subordinação de sub-grupos ou sub-culturas de origem não portuguesa a uma cultura ou a uma raça luso-brasileira rigidamente uniforme. Com uma política amplamente democrática como esta — étnicamente e socialmente democrática — o Brasil viria a ser o país ideal para aqueles europeus cansados tanto de estreitos preconceitos de raça como de arcaicos nacionalismos intransigentes e de duros sectarismos.

Evidentemente é necessário um mínimo saudável de uniformidade cultural básica, para que o Brasil permaneça uma confederação em vez de se tornar uma vasta hospedaria ou casa de pensão — a “hospedaria” ou “casa de pensão poliglota” da famosa expressão de Theodoro Roosevelt em relação aos Estados Unidos. E este mínimo, no Brasil, é tradicionalmente composto de valores básicos lusos ou hispanicos e de meios culturais de comunicação inter-regional e inter-humana igualmente hispanicos ou lusitanos. O mais importante desses meios de comunicação é a língua portuguesa”.

(Gilberto Freire — “Região e Tradição”; “O mundo que o Português criou”: “Interpretação do Brasil”).

Esse alto conceito, que lança suas raízes no pensamento moderno, encerra toda uma orientação para a formação educacional e cultural de nossa gente.

E evitará que, no futuro, se suponha na América que somos um povo sem unidade espiritual, sem um instrumento comum de compreensão e de entendimento, dividido em regiões estanques que falam linguas diversas consoante nos revelava, há dias, em uma correspondência dolorosa, o brilhante senhor Murilo Marroquim.

Por isso, a defesa dos dispositivos constitucionais que consagraram esses princípios é um dos nossos grandes deveres desta hora.

E si é exato que “a alma dos vivos é feita, principalmente, da lembrança dos mortos” a evocação, que agora fazemos, da memória daqueles heróis fundadores que, há três séculos, dessangravam na frágua de Guararapes nos dará forças para lutarmos, sempre, por um Brasil cristão, livre, democrático e espiritualmente unificado.

rina, e guarneccella de infantaria, q. se pudesse tirar desta Praça sem prejuizo da defença della em cumprimento. da carta rogatoria, q. apresentou do Exmo. Gov.^a e Capam. Gnl. do Rio de Janr.^o Gomes Freire de Andr.^a, e de outra q. havia recebido o Gov.^a desta Praça do Brigd.^o Jose da Silva Paes em q. me pedia duztos. homens de trabalho p.^a formação da fortaleza da nova povoação do Rio Grande de S. Pedro do Sul, e sendo prestes. o Doutor Franc.^o Correa Pimentel, juiz de Fora desta Va. o Prov.^{or} da Faz.^a real Jose de Godoy Moreira, o Dor. Bernardo Roiz do Valle, o Sargt.^o mor da Praça Mel-Gon.s de Aguiar, o Dr. João D'as do Valle Procurador da Coroa, os Cappitaens de Infantaria Ant.^o Franc.^o Barris, e Ant.^o de Olivra, e o Capm. de mar e guerra João de Tavora, pessoas todas chamadas p.^a a d.^a junta, por cada hum delles em solido foi votado, e por todos juntos assentado, q. attendidas as razoes q. se ponderarão herão convenientes, q. elle do Sor. Govôr. mandasse fortificar a d.^a Ilha do melhor modo q. pudesse, e q. juntamente, hera conveniente que mandasse toda a gente de Servço. que se me pedia p.^a as fortificações do Rio Grde. fazendose os gastos e despezas por conta da fazenda real do Rio de Janeiro, como se declarava, visto não haver ordem real, q. as mandasse fazer pellos rendimentos da mesma real fazda. desta Capitania, e de como assim dessidirão, e determinarão mandarão fazer este Termo de determinação, em q. assignarão. Eu Joseph Ribeyro de Andre, escrivam. da faza. real, e Almoxe. e escrevy. "João dos Santos Ala" Franc.^o Correa Pimentel" João Dias do Valle, Jose de Godoy Mora.^a" Bernardo Roiz do Valle" Manoel Glz. de Aguiar" Antonio Franc.^o Barris" Antonio de Olivra. Basto" João de Tavora" Bento de Castro Carneiro.

Carta do Brigadeiro José da Silva Paes sobre uma
embarcação desconhecida na enseada das Garoupas.
22—Junho—1739 — Idem.

Snor:

Antes de sahir do R.^o de Janr.^o a executar nesta Ilha a comição que V. Mage. foi servido dar-me recebi do ouvidor de Pernambuco hua carta escripta em o primeiro de Janeiro em que me dizia que do rio de São Francisco se me tinha feito avizo se achava na enseada das Garoupas hum Navio dezalvorado com gente abarracada em terra, sem se saber se era de levantados ou de que nação o q. me partic'pava emquanto não fazia exacta averiguação.

Deste avizo dei pe. ao Gnl. e aprecei a minha partida p.^a vir examinar (em hua Fragatinha das chamadas os corsarios em que me transportei) que gente e que embarcação poderia ser aquella, e com effeito dentro de nove dias cheguei á da. enseada (que he das mais bellas que tem esta costa e com commodidade p.^a muitos Navios) e nella não achei mais que vestigios frescos de hua embarcação queimada, e alguas chopanas e barricas de Aguada em ser, e não me demorando cheguei no outro dia a esta Ilha.

Logo que cheguei soube que os levantados erão hum Piloto e mais gente de hua coberta q. da Bahia navegava p.^a a costa da mina e que tendo o d.^o Piloto e outros marinheiros alguas rezoens com o Mestre o matarão e trocherão a embarcação p.^a a dita enseada das Garoupas donde depois de a queimarem repartirão entre sy huns trese escravos e mais algua carga e ouro em pó que trazião com tenção de virem aqui viver alguns, supondo se não saberia da sua maldade porem o cap.^m que aquy se acha de prezidio da Capitania de Santos Antonio de Olivr.^a Bastos examinando humdos da dita embarcação que vierão aqui parar com pe. dos escravos, e desconfiandb de lhe ver ouro em pó os prendeu e mandou buscar os outros que tinha ficado ainda na enseada e remeteu todos prezos ao Ouvidor de Pernagua; e o confisco que consta da copia do Inventario junto se por em deposito e os escravos dandos-se 80 rs. por dia ao depositario de cada hum pello seu sustento.

Vendo eu que aquelle confisco poderia pertencer a V. Mage. pello ouro em pó que vinha naquella embarcação e que os escravos herão muy convenientes para o serviço destas obras como tão bem a lanchinha. lonas enxarcias, ferragem e Polvora, que o Tabaco não se arrematando se acabaria de perder por estar quasi todo resequido; mandey tomar entregue de tudo o Almoxe. da Fazenda real por inventário, pois está tudo o que se achava em ser avaliado p.^a ue no casoq que pertença a V. Mage. lhe dar sahida nos generos e melhor reputação que lhe dava o Juiz ordinario que he hum pobre homem e cada hum levava pelo que lhe parecia, pelos preços que lhe convinha, fazendosse tão excessivas despezas que em breve tempo tudo se consumia pois já tinham gasto cento e oitenta mil rs. e os escravos se achão aquy trabalhando, e quando pertença a auzes ao menos se lhe faz hum gre. bem de não pagar comedorias e de ser mais reputado o que tinha ficado, e do que carecer esta obra se lhe pagara pel loque esta avaliada e desta minha resolução dey parte ao Ouvidor p.^a que assim o ouvesse por bem enquanto senão detremina na relaçam da Bahia a quem pertence este confisco.

Se nesta parte nã obrey conforme as intençoens de V. Mage. levoume o zelo dos seus reaes interesses e do bem comum, e quando não seja assim do agrado de V. Mage. tornara o Almojarife a repôr o que se achar em ser na mão do depositario.

A real pessoa de V. Mage. guarde Deos muitos annos como seus leaes vasallos devemos desejar. Ilha de Santa Catherina, 22 de Julho de 1739.

(a) — Joseph da Silva Paes.

Carta do Brigadeiro José da Silva Paes a Antônio Guedes Pereira sobre umas cartas do Comandante da Nau Espanhola, para serem remetidas a Buenos Aires.

20—Agosto—1741.

Idem.

Ilmo e Exmo. Snr.

Tendome pedido o Comandante. da Nau naufragada D. Pedro Mendinueta licença para passarem algumas cartas suas ao Rio Gre. e daly serem remetidas para Buenos Ayres, e p.^a o seu xefe de esquadra, vindo as respostas, me escreveo D. Miguel de Salcedo, e o seu cabo de esquadra as cartas de que mando a V. Exc. as copeas e chegando depois o seu Pacabote p.^a passar ao Rio de Janeir.^o a comprar materiaes p.^a a reforma das Naus, e fretar embarcaçoens para o transporte desta gente, me tornou a escrever o refferido cabo de esquadra D. José Pizarro, de que tambem mando copea e respostas, e o Paquebote passou ao Rio de Janeir.^o.

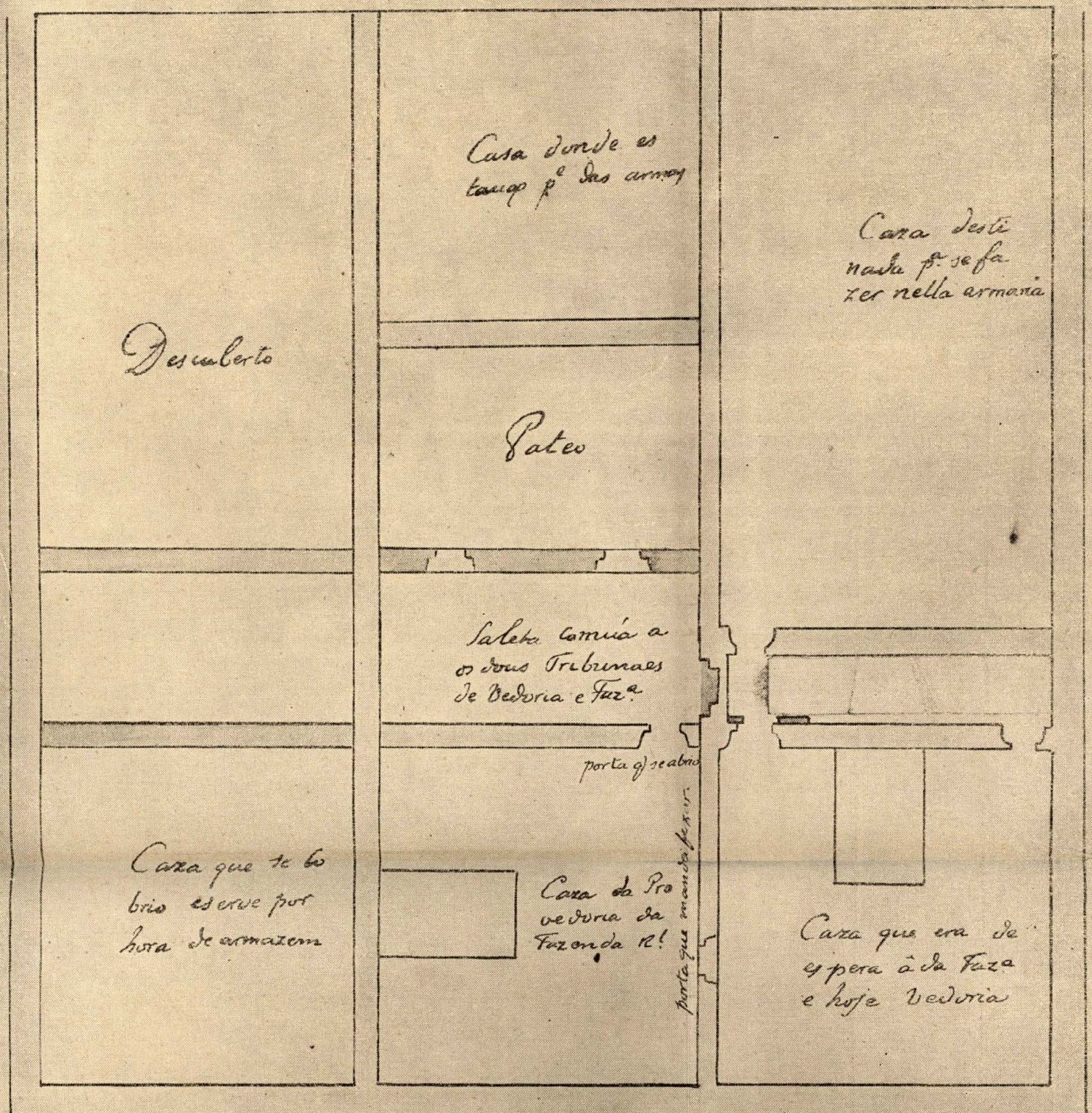
Athe aquy se tem acestido a todos estes Espanhoes com tudo quanto lhe tem sido necessar.^o de Farinhas, carnes, Peixe, medicamentos e galinhas, que o sobreceleste com que me achava em terra tão miseravel, me tem valido de muito, e espero lhe não falte nada the a sua retirada. E isto ponho na nott.^a de V. Exc.^a para o fazer prezte. a S. Mage. que Deus Ge. e a V. Ex.^a m.s ans. Ilha de Santa Can.^a 20 de Agosto de 1741.

Ilmo. Exmo Snr. Antonio Guedes Pereira.

(a) — Joseph da Silva Paes.

Tudo o que vay nesta planta alta e baixa com augueta de tinta da
China he aquese cartao feito e da auguada de Carmim he og
se fez de novo dentro do antigo

Esta segue al ota da moeda



Reprodução do original existente no
Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa, feita
por

António da Motta Alencar

Lisboa - 1938

Casa de Reco
lher varias Cortas
pertencentes aos ar
masens

Armazem

Pateo

2º armazem

Casa p.^a a balan
ça

escada eservon
tia nova

Armazem
que se cubrio

manta
nova p.
a eservon
do manto

Antes de 1938 Alves

Lisboa - 1938

Copea da Carta que D. Miguel de Salcedo, Governador de Buenos Aires escreveu ao Brigadeiro José da Silva Paes em 23-Junho de 1741.

Idem.

Muy Sr. mio: por el R^o. Gre. me ha dirigido el Snr. Coronel Don Diego Ozorio Cardozo diferentes pliegos del Comandante. del Navio el Guipusca Dom Pedro de Mendinueta, que naufrago en la Playa de Santa Marta, despues de su aribada y del Ministro del referido Bazel, noticiando la gente que se havia livrado, y que se hallava en la villa de laguna, expressandome ambos al mismo tiempo las providencias eficazes y prontas que V. S. havia facilitado en alivio y socorro de los officiales y Tripulacion por lo que estoy en la perciza obligacion de manifestar a V. S. muchissimas gracias de lo que ha contribuido su generosa piedad, lo que hare prezente a el Rey my amo y yo quedo con el devido reconocimiento a lo que V. S. ha cooperado con tanta bizzaria, y finesa suplicando a V. S.^a con el mayor encarecimiento se sirva de dar sus ordens oportunas para que la gente del Navio, se pueda conducir en las embarcaciones, que se fletarem, a los dominios de S. Majestade Catholica, y con el motivo de despachar al Rio de Janeiro el Pauebit que bino en concerva de la esquadra destinada p.^a la mar del Sul por ordem del Rey mi amo, para la compra de los petrechos, que necessitam afim de avilitar los tres Navios que aribaron a Montevideo por no haver podido montar el cavo de Horno, lleva el official del referido Paquebot D. Izidro Postigo la desposicion del dinero y de que Tambien se pague la cantidad que V. S. se servio mander se le supliesse a la gente p. "su remedio, y sy fuere mas porcion la ue necessitarem dare aquy providencia de pagar de pronto en la Praça de la Colon'a, o donde V. S. me prebiniere, y fuere de su gusto. Logrando con esta ocasion repetir a V. S. my resignada obed.^a p.^a emplearla en lo quefuere del obzeuio de V. S. qeuya vida Ge. Deus ms. aus. Buenos Ayres 23 de Junio de 1741. B. I. N. de V. S. su mucho Serv. — D. Miguel de Salcedo — Sr. D. José da Sylva Paes.

Resposta do Brigadeiro Jose da Silva Paes á carta anterior.

12-Setembro de 1741.

Mui Sr. meu: pello Rio Grande me foy remetida hua carta de V. S. em que me permite a honra de agradecer o q. tenho obrado com o Comande. Offes. e Tripulação do Navio Guipusca, q. naufragou junto as Prayas da Laguna; e sem embg.^o de ue a pobreza do Pais, qñão me permitice acestir lhe com tudo quanto eu desejava, he tal a bonde. do d.^o comande. D. Pedro Mendinueta, e mais Offiaes. q. reputão por mt.^o o pouco que tenho obrado; e posso assegurar a V. S. ue sempre que se me offereção quasquer outras occa-zioens (po's não dez.^o se lhe repetit as desta natureza) mostrarey a S. Mage. Catholica, o quanto desejo merecer o seu real agrado por saber o mt.^o que El Rey meu amo se satisfara de que todos os seus vassalos concorrão a servir e valer aos do d.^o Sr. em semes. incidentes.

O Thente. de Navio D. Izidro Postigo passou ao Rio de Janr.^o a fazer os empregos de que foy encarregado e p.^a que mais prontam.te o conseguisse escrevi ao M.e de Campo Govr. daquella Cappa, e Com.^o Geral da Marinha p.^a que lhe facilitacem o exitu da sua incumbencia.

P.^a tudo o mais, uqe eu prestar ao serv.^o de V. S. estimarey mt.^o me continue auelles empregos ue dezq.^o Deus ge. a V. S. ms. annos. Ilha de Santa Can.^a 12 de Setembro de 1741.

Carta do Brigadeiro José da Silva Paes, referindo a despesa que se tem feito com as obras nas Fortificações, na Barra do Sul.

20 — Agosto — 1743.

Castro e Almeida, verb. 12135.

Sr.

Pela certidão q. remeto do Comiss.^o de mostras destes Perzid'os n.^o 1 vera V. Mage o q. tem feito de despeza as coatro Fort.^{as} q. se achão acabadas S. Cruz em Anhatomerim, S. José na ponta grossa, St.^o Antonio nos ratones e N. Sr.^a da Conceição na Barra do Sul com cuartus, caza p.^a comand.e e officiaes, corpos de guarda em todas e calabouços, armazens de Polvora a prova, de mantimentos materiaes e Tilheiros, menos na da Conceição q. ainda lhe faltão estas oficinas e em todas as plataformas delagado que deve vir de Portugal e aumentarem-se os parapeitos de formigão: e na mesma despeza entra a q. se fez com hum Bergantim escaler lancha saveiro, e canoas, e me persuado se praticou a mayor economia e se satisfez a recomendação de V. Mage de se evitar a mayor desp.^a tendoce vendido dos mesmos materiaes q. se fabricavão p.^a estas obras alguns destes moradores por equide o que contem e consta da outra certidão n.^o 2 q. devendoce abater da pr.^a fica só fazendo de despeza a Fazenda R.l 13.063\$551 real.

Remeto mais a r.l presença de V. Mage a 3.^a certidão por donde consta não fez a Faz.a r.l de V. Mage mais despeza com os doentes deste prezidio q. com os remedios ad botica e alguas galinhas não se lhe faltando com o mais de doces assucar ovos e dietas q. lhe erão necess.^{as} da minha pobre despensa.

Se no q. tenho obrado neste p.ar merecer a real aprovação de V. Mage darei por bem empregado todo o meu desvelo e zelo com que procurei se cumprisse com as reaes instruçoens de V. Mage e se fizessem estas obras com a maior decencia e brevid.e

A real pessoa de V. Mage e g. Deus m. an.s como os seus leaes vassalos devemos desejar.

Ilha de Santa Catarina a 20 de Agosto de 1743.

(a) Joseph da Silva Paes

Carta do Brigadeiro José da Silva Paes sobre a arribada de três navios franceses à Ilha de Santa Catarina.

20 — Janeiro — 1743.

Castro e Almeida, verb. 12130.

Sr.

A 29 do mez passado chegou a este Porto hum Navio Francez de negocio q. passou ao mar do Sul e entrando das Fortas, p.^a dentro a tp. q. o seu segunda Capitão me veyo dizer que por virem faltos de agua e lenha o buscavão lhe ordeney viesse logo dar fundo debaixo da art.^a desta e que o seu pr.^o capitão me trouxece os seus despachos, e licenças com que passavão a estas ptes. e por me segurar deixei ficar aquy o d.o segundo capião enqt.^o o escaler hia buscar o prim.^o e vinha o navio dar fundo donde lhe ordenava.

Executando-o assim veyo o pr.^o capitão Francez e me apresentou o seu passaporte de q. mando a copia e sem embg.^o de ser impresso e eu desconhecer a firma, me tirou toda a desconfiança o M.e e dono da carga do Navio que era Espanhol. e tinha sahido de Cadis em 20 de Out.^o com o permissio e condiçoins de El Rey catholico de q. mando tão bem a copia, vindo a seu bordo por passagr.^{os} hum corregedor de Lima, e contador mayor com os impregos que constão dessa minuta de que me mostrou os provimt's. firmados pela mão

real de Phelipe 5.^o e outro contador da caza da contratação das Minas de que tão bem me apresentou os seus Provimientos servindo me todos estes documentos de me tirarem toda a duvida.

Ordeney lhe desse logo ordem a se refazer do que necessitam e mandey a seu bordo hum Alferes com hum Sargento e coatro soldados p.^a examinarem se era certa a falta de agoa e a lotação da gente Navio e carga e q. o Sargento ficasse no mesmo navio com os coatro soldados enquanto aquy se activagem não deixando sahir nem entrar couza alguma sem ordem minha como asim se ezeutou e com effeito a agoa vinha tão curruta q. hum marinheiro abrindo hua p.^a sahio tal fétido q. cahio com hum accidente de q. morreo: mandey-lhe aprontar meya duzia de vacas que pediram e comprarão a di.^o e alguns frutos da terra e refazendoce de agoa e lenha sahirão deste Porto a 7 deste p.^a seguirem a sua derroita.

O segundo caixa do negocio por vir muy enfermo me rogarão o quizece deixar ficar aquy p.^a passar ao Rio de Janeiro e daquela cidade p.^a Portugal.

O Corregedor D. Diogo de Guin y Reano e o contador da contadoria de contas D. Felix Herrero senão pessoas principais de Lima, e tendo hum gr.^e horror a passagem de Cabo de Horno, me rogarão tão bem os deixace aqui o ficar com os seus criados p.^a daqui se transportarem ao Rio da Prata na prer.^a embarcação que passar a Collonia o q. tão bem lhe concedy, por serem pessoas de destinação com que se deve ter toda a atenção que não prejudique ao Real Serv.^o e aos seus interesses.

Posso segurar a V. Magestade se não fez negocio algum e p.^a mayor certeza mandey tirar hua devassa pelo juiz ordinario donde não houve culpados como V. Magestade verá da certidão que remeto.

Estes acazos inesperados e que atte aquy tem corrido de boa fee são contudo despertadores p.^a que estas Fort.^{as} hajão de se achar pervenidas como devem pois não bastão só as muralhas sem gente, e art.^a a propoção q. as defenda e não sey se virá tão cedo a que se mandou p.^a ellas por me dizer o Sargento mor da art.^a não há madr.^{as} no trem p.^a reparos e desmontada não serve, eu o tenho representado a Gal. Gomes Fr.^e de Andrade p.^a que quanto antes lhe queyra dar alguma providencia (o q. entendo não deyxará de fazer), porem como os planchoes, os não há de sobreselente, e senão faz a obra dos reparos com madeiras verdes, e já neste ano em tendo não poderão vir.

Se V. Magestade se satisfizer do q. obrey com a arribada deste Navio darey por bem empregado todo o disvelo q. puz em q. fossem observadas as ordens de V. Magestade como devião sem se faltar a hospitalidade e atenção que se deve ter as Naçoens com que se vive em Paz.

A real pessoa de V. Magestade g.e Deus ms. ans. como os seus vassallos leaes devemos desejar. Ilha de Santa Catharina, a 20 de Janeiro de 1743.

(a) Joseph da Silva Paes

Carta de José da Silva Paes ao Capitão Patrício Manuel de Figueiredo, datada da Ilha de Anhotomirim, 25 de Janeiro de 1742.

(Arquivo Colonial — Lisboa — Maço Lambretes — 1765).

V. Mce. se recolherá no escaller a esta Fort.^a para ficar nella em meu lugar e deixará encarregado o Gov.^o dessa, e essas obras ao Alferes Francisco Pinto e trará V. Mce. a copia da minha ordem que ahy se acha p.^a os sinais e o que se deve obrar na ocasião do rebate. Deus g.e a V. Mce. m.s. an.^{os} Ilha Anhotomirim, 25 de Janeiro de 1742.

(a) Joseph da Silva Paes

Carta do Brigadeciro José da Silva Paes ao Capitão Patricio Manuel de Figueiredo, datada da Ilha de Anhotomerim, a 29 de Janeiro de 1743.

(Idem).

Como me representou, o juiz Ordinr.^o de Laguna, Luiz Gomes, e o Rdo. Vi-gario da mesma V.^a ser escandaloso o procedimento do Me. de campo Regte. Joan de Tavora, tanto em inquietar as mulheres casadas, como em proteger de-zordens dos soldados que ahy se achão destacados, e perturbâdor das justiças passará V. Mce. aquella V.^a levando em sua comp.^a o Furriel Ignacio Viegas, q. lhe possa servir de Escrivão, ou quem V. Mce. eleger, e com toda a cautella, en-trará a fazer aquella averiguação, que lhe parecer mais própria para vir no co-nhecimento da verdade para me informar de tudo, e se o Juiz tiver já tirado tes-temunhas da inquirição, que lhe mandei tirar, V. Mcê. as repreguntará debaixo do juramento dos Santos Ev.^{os} e fara toda a mais delig.^o que lhe parecer conve-niente dando-me parte de tudo, antes de se retirar, para eu determinar o que me parecer mais conveniente e quando lhe pareça prender alguma pessoa e remeter-ma, e fará conforme o que for achando the apurar a verdade.

Deus g.e a V. Mce. m.^s an.^s Ilha de Anhotomerim, a 29 de Janeiro de 1743.

(a) Joseph da Silva Paes

Capp.m mand.e Patricio Mel. de Fig.d^o

Instruções do Brigadeciro José da Silva Paes, encar-regando do Govêrno de Santa Catharina ao Capitão Patricio Manuel de Figueiredo, em 29 de Agosto de 1743.

(Idem).

Porqto. he S. Magestade servido eu paze á Praça da Nova Colonia do Sa-cramento emqto. o Exmo. Snr. General destas Capitanias Gomes Freire de An-drade não manda que se encarregue do Govêrno destes Prezídios: o Snr. Capp.m Patricio Manuel de Figueiredo ficará encarregado d'elle e observará o seguinte:

Cazo entrem neste Porto embarcaçoens q. não sejam da corôa e vassalos de S. Magestade (o que Deos não permitta) e se ponhão em franquia fora de tiro de artilharia, não mandando o Fiscal a terra, reconhecendo são de inimigos, ou piratas, alem de fazer os signaes q. já se tem mandado observar fará avizo pelo R.^o de S. Francisco ou por outra qualquer via q. julgar mais prompta ao Snr. General p.^a q. lhe de a providência q. entender precisa; e terá hua grande vigilancia não só nesta Fortaleza do Registo, senão nas mais trazendo de noute ronda no mar a tiro de espingarda da mesma Fortaleza p.^a q. possão tocar rebate, cazo persintão alguma couza e não permitirá vão embarcações ne-nhuas a seu bordo evitando toda a comunicação.

Socedendo porem q. mandem official a terra, lhe perguntará pelos seos des-paxos, de donde veem, e q. derota. fazem, e qdo. pretendão passar das Forta-lezas p.^a dentro, seguirá em tudo o q. S. Magestade tem determinado no alvará de 5 de Outubro de 1715 de q. fica a cópia.

Sendo pelo contr.^o Navios inimigos alem de os bater das Fortalezas (estan-do em parte donde ainda q. seja por elevação lhe chegue as balas) puchará por alguns paisanos ou índios de terra p.^a dentro das Fortalezas e ordenará ao Capp.m da ordenança, e off.es dela fação alguns destacamentos p.^a os observarem e ata-

carem os q. possam saltar em terra e mandará vir da Laguna e R.^o de S. Francisco alguns paizanos p.^a aumentar as goarnições das Fortalezas.

Como em todas se achão Payoes p.^a farinha, terá sempre em cada hua mantimentos para três meses o menos, e se poder provelos comais o fará, com feijão e peixe conforme o q. tiver.

P.^a a Fortaleza de S. José na Ponta Groça mandará acestir todos os soldados cazados por terem aly comodidade de fazerem as suas rosas permitindo aos q. julgar mais seguros possam dormir fora da Fortaleza com as suas familias nos quartos que tiverem livres.

Como as portas das Fortalezas estão acabadas se farão por em seu lugar de sorte q. todas as noites se fechem como he estillo.

Nesta Fortaleza de Santa Cruz se pegará logo em se acabar a ermida na forma q. está determinado, de q. ficão advertidos os Mestres, e ficão os riscos.

Ao mesmo tempo se mandarão outros officiaes a fazer o calabouço nos Rationes e Telheiro na forma q. está determinado, e acabada esta obra se poderá pegar no revestimento da rocha como fica advertido ao Cpap.m Mag.es.

Acabada a ermida nesta Fortaleza se pegará na muralha q. mando se faça junto ao corte da terra q. faz frente a bateria p.^a sobre ella e os arcos q. hão de formar as alpendradas se fazerem os coarteis como fica advertido e se ve da planta.

Os parapetitos se aumentarão de formigão, deixando lhe as suas canonheiras nas partes marcadas nos mesmos parapetitos.

Mandarcehão conduzir da serreria do Cubatão os pranchões q. mandei fazer para as plataformas da Artilharia enquanto não chegão os lãgedos, e se empregarão os serradores no q. se entender de mais precizo.

Na olaria se trabalhará sem interpolação fazendo telha e tijolo não só p.^a acabar a ermida, arcos das alpendradas, se não também acabarem os armazens de polvora na Ponta Grossa e barra do sul.

Os carpinteiros da Riber.^a depois de feita a obra de q. necessitarem os escaleres lancha, savr.^o, e sarany se despedirá como tão bem o carpr.^o das portas.

Na barra do Sul se acabarão os coarteis na forma da planta q. pica e ao Alfs. fica advertido donde deve ser o armazem de polvora.

No mais que possa ocorrer, e não for aqui advertido o determinará o Snr. Commandante com aquelle acerto q. tem mostrado em muitas ocações e nesta dará mais seguras provas da sua prudencia, zello e capacidade. Ilha de Santa Catharina, a 28 de Agosto de 1743.

(a) Joseph da Silva Paes

AQUILES PORTO ALEGRE (*)

Afonso Guerreiro Lima

Procurei, em vão, os Porto Alegre no Nobiliário Sulriograndense donosso saudoso Mário Teixeira de Carvalho.

Não os encontrei ali.

E' que êles pertenceram a uma nobreza que não ostenta braços. Eles eram os aristocratas do talento.

E, por êsse valor próprio, por essa prerrogativa das prerrogativas, ascenderam na estirpe daquela nobreza até se tornarem os gentis-homens de nossas letras, em uma época em que as glórias guerreiras eram quasi as únicas por onde se galgavam os degraus da proeminência.

Acertadamente escreveu Ramiz Galvão: "Não basta ter sido embalado entre sedas e arminhos para se fazer um cidadão merecedor de alta estima; êsse pôde, às vezes, conspurcar a memória dos seus avoengos, enquanto que, o que se fez por si, ganhou merecidas láureas e, só por isso, conquistou a simpatia e o favor dos Altos Poderes".

Mas, meus confrades, que seria da nobreza de raça que firma suas raízes no mais fundo dos séculos, se para perpetuar os feitos de seus heróis aí não estivessem os escritores para eternizá-los em suas crônicas, e os poetas para divinizá-los em suas odes?

Os Porto Alegre pertenciam à aristocracia do talento que eu considero maior do que a nobreza do berço.

Porque, por vezes, esta é semelhante a uma flor que vai descorando com os embates do tempo, ao passo que aquela é sempre um astro a iluminar a inteligência das gerações que se vão sucedendo nos eternos fastos da história humana.

E, tanto mais verdadeira se revela esta afirmação, quanto mais até agora — quasi um século passado! — os Porto Alegre irradiam em nossas letras as fulgurações de suas predestinadas inteligências.

Apolinário... Apeles... Aquiles...

Com que visão do futuro Antônio José Gomes Porto Alegre e dona Delfina Joaquina da Costa Campelo Porto Alegre foram escolher naquela Grécia pequenina, luminosa e creadora, os nomes de três de seus filhos que mais tarde tanto iriam se distinguir nos domínios da inteligência?

Teriam, por acaso, pressentido que Apolinário viria, de futuro, a ser o filósofo, o gramatático, de cujo cérebro havia de brotar a idéia da criação do Partenon, como outrora da cabeça de Zeus nascera Minerva armada de ponto em branco para os prêlios do saber?... que Apeles haveria de traçar com a palavra aqueles painéis magníficos de luz e de côr que foram os seus discursos?... que Aquiles, invulnerável no seu talento poético, havia de burilar o verso, fazendo-o brotar

..... brilhante
Como a estrela de um cadete,
Como a curva do minguante,
Como a ponta de um florete...

(*) Conferência pronunciada na sessão comemorativa do centenário de seu nascimento e promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 27-4-1948.

E que todos três viriam a desempenhar a missão sublime do educador que enaltece o pensamento livre e soberano e desvenda ante a alma humana o quadro deslumbrado da natureza, escada mística que une o lodo da terra ao eterno resplendor do céu?...

* * *

Minhas senhoras e meus senhores.

Há, no fundo da inteligência humana, uma faculdade que vive entre as flores da terra e vò entre as estrêlas do céu e atravessa a poeira de ouro que gravita no infinito... uma faculdade que, a semelhança de um anjo, nos vai assinalando a estrada da vida e transformando em rosas os seus espinhos...

E, quantas vezes, das trevas das maiores misérias e do abismo dos maiores tormentos, não faz ela brotar luzes, harmonias, venturas...

Essa faculdade, — lira de ouro de nossa vida, — chama-se Imaginação, Fantasia, Inspiração, e vai deixando, no tempo e no espaço, como manifestações de sua misteriosa essência, as grandes e maravilhosas obras de arte.

E' ela, é a imaginação, que anima o braço do escultor, enche de luz os painéis dos pintores, dá colorido à palavra dos oradores e põe misteriosas vibrações na lira dos poetas.

E, assim, através da contingência da vida terrena, vai levantando uma maravilhosa criação humana dentro da própria criação divina.

Conjunto harmonioso de corpo e alma, preso por aquele à matéria temporária e perecível, e, por esta, ao infinito e ao eterno, o homem precisa procurar no mundo que o cerca, os moldes para vasar a sua inspiração e, por isso, a arte constitui a representação sensível do pensamento, a união da idéia com a forma, do espírito com a natureza.

Em uma palavra, a arte é o elo que prende o homem à natureza.

E' a escada mística que o conduz da terra ao céu, em procura dêsse Soberano Artífice que creou a luz e o ritmo dos mundos, orvalhou a terra com o rocío das primeiras manhãs da criação e a iluminou com os raios dêsse sol tão luminoso como o próprio pensamento creador.

Aquiles José Gomes Porto Alegre ou, simplesmente, Aquiles Porto Alegre, como costumava assinar, tinha a alma de um artista.

Vinha daqueles tempos do Partenon, em que o poeta arrancava de sua lira essas misteriosas vibrações que traduzem as harmonias do universo.

"Nestas condições, — diz um de seus biógrafos, — o que procurava era vasar na estrofe o coração, derramar nela o que sentia, dando-lhe, musicalmente, vida e vibração".

Aquiles, em um de seus livros, declara: "escrevo desde os treze anos" e, por isso, não é de admirar que aos vinte produzisse esta

FOLHA DO PASSADO

A morte emudeceu o teu piano
Aonde, outrora, à noite, horas inteiras
Ao teu lado jazia... Éramos sós
E as horas em silêncio iam ligeiras.

Teus dedos resvalavam sôbre as teclas
E meu olhar te dava a inspiração;
Tinhas as faces mórbidas e tristes.
E em ânsia te falava o coração.

.....

Tu morreste, me diz o teu piano,
Meu retrato na alcova empoeirado,
Que outrora o teu lencinho de cambraia
Despoeirava de leve com cuidado.

Tornei-te Madalena com meus beijos,
E aos meus beijos te abri a sepultura,
Meus braços foram tua cruz pesada,
Meu amor teu cáivário de amargura.

Estes versos são de 1869. Quinze anos mais tarde, Aquiles publicava *Iluminuras*, livro de uma arte fina e delicada, como aquela com que os monges da idade média iluminavam os seus códices.

Estava firmada a reputação do poeta.

Silvio Romero sagra-o como "*primeiro lirista riograndense*".

Zeferino Brasil considera que "*em Iluminuras o poeta se desdobra num doce e tocante misticismo, num lirismo encantador e num panteísmo suave e sugestivo*".

Eis um exemplo, tomado a esmo, entre os sonetos que compõem aquele livro:

A sombra do infortúnio entristecera
O vago azul do céu da Palestina,
Quando o meigo Jesus na cruz pendera
Sôbre o peito a cabeça peregrina.

Banhava o rosto a palidez da cera
Inundado ao clarão de luz divina;
No peito o coração não mais batera,
Não mais fulgira a lúcida retina.

No corpo frio, macilento, exangue,
Viam-se as rubras máculas do sangue
Que brotava dos pulsos de Jesus!

Não sei quem foi mais grande no suplicio:
Se Maria assistindo ao sacrificio,
Se Jesus expirando sôbre a cruz!

E, em todas as páginas do livro, repete-se esta mesma serena singeeza, esta mesma arte fina e fidalga.

Verificai a verdade desta assertiva, nesta admiravel paisagem ainda das *Iluminuras*:

Que noite bela!. O pálido minguante
A curva das montanhas ilumina;
Palpita a grama fôfa da colina;
Rescende a várzea um cheiro inebriante.

Como as cordas saudosas do instrumento
Choram os juncos da lagôa à beira;
Caem as folhas sêcas da paineira;
Tremem os ninhos ao soprar do vento.

Cobre a face dormente dos banhados,
Como as dobras subtis dos cortinados,
A escumilha alvejante dos vapores.

Tudo é triste na imensa soledade!
Passa em minh'alma a sombra da saudade,
Como um perfume de fanadas flores.

cando-se ao magistério em diversos colégios, na Escola Normal e no Ginásio Júlio de Castilhos. Faleceu em 21 de março de 1926”.

* * *

Minhas sras. e meus srs.

Em Março, mês de outono, quando começam a soprar as brisas frias da tarde e as folhas se desprendem das árvores, Aquiles Porto Alegre se desprendeu da existência corporal...

E aquele braço, aquela mão que durante uma longa vida passára a manejar a pena, estava inerte, porque o corpo estava inerte e ia descer ao laboratório da cova onde se opera a transubstanciação misteriosa dos elementos.

Mas, a centelha divina que o animára com a luz da Inteligência, que lhe outorgára a oferta da Idéia, que lhe fizera a dádiva magnífica do Pensamento, essa vem da eternidade dos séculos, é imperecível como a luz das estrêlas.

Aquiles foi um semeador da Idéia e a luz que espalhou aí está a brilhar e a brilhar ficar no céu de nossas letras.

Tinha razão o poeta:

... Os frutos do talento

A terra que não os dá, não os consome,

De Deus veio e a Deus vai o pensamento.

A PRIMEIRA BATALHA DOS GUARARAPES

J. P. COELHO DE SOUZA

Comemora, hoje, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul o terceiro centenário da Batalha dos Guararapes, transcorrido a 19 do corrente.

Não se fixa nessa efeméride um simples episódio, explorável pelo lirismo patriótico, impressionando apenas pelo patético "armado ao apercebimento imediato do povo, encantando-o pela nota romantica e teatral" — como diria Euclides.

Evoca-se, sim, um acontecimento de denso conteúdo nacional, que ressalta, antes, pela crítica sociologica.

A LUTA

O Brasil Holandês atingira a plenitude.

O seu territorio extendia-se do rio Real, ao sul de Sergipe, ao rio Gurupi, no norte do Maranhão.

Sobre esse imenso trato de terra, tentava impor a sua ação colonizadora a figura fascinante do Conde de Nassau, "brando entre cruéis, civil entre agrestes, manso entre os sanguinários, piedoso entre ignorantes da verdadeira piedade" — segundo o seu historiador Gaspar Barleu.

("Historia dos feitos praticados no Brasil, sob o governo do illustrissimo Conde de Nassau". Gaspar Barleu. Edição Ministerio de Educação).

Embora a expansão do seu genio fosse embaraçada, de cada passo, pelas limitações e exigências ostensivas e pelas manobras subterrâneas partidas do Conselho dos Dezenove, em ultramar, e do Conselho Secreto, que fôra designado para assistir-lhe — João Mauricio realizou um trabalho de organização politica e uma tarefa civilizadora superiores, por muitos titulos, ao tempo e ao ambiente em que atuava.

Mesmo aqueles historiados que cuidam se tem exagerado muito as proporções da obra de Nassau no Brasil, não podem negar que ele, era, realmente, mais que um simples homem de guerra, possuindo qualidades excellentes de homem de Estado, que permitem considerá-lo como um dos grandes espiritos que, raro, aparecem na História a reger povos e que, em outras circunstâncias teria sido um verdadeiro criador de época, na vida do Novo-Mundo.

E não podem occultar, se por fôrça das difficuldades apontadas, teve a sua obra de ser menos politica, menos douradora, menos histórica, "ficou muito sereno e consolado nas expansões da sua grande alma de artista".

O seu caso, porém, não havia de constituir uma exceção no panorama humano e a conjura das mediocridades exacerbadas, pelo esplendor de sua personalidade, teria que vencer, como sempre: a cúpida estreiteza dos mercados flamengos levou o conde de Nassau a devolver á Companhia Privilegiada das Indias Ocidentais o cargo que dignificara e engrandecera e a

(*) Oração pronunciada em 27 de abril de 1948, na sessão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, memorativa do épico feito.

sua renúncia foi aceita, de logo, pelos Estados Gerais e pelo "stathouder" — e regressou a Europa em 1644.

O violento Supremo Conselho que o substituiu na governação dos domínios batávicos da America, mercê de sua conduta reacionária, acarretou a sublevação geral, de que fôra séria advertência o levante do Maranhão em 1642.

Espoliados e humilhados, os pernambucanos articularam-se, entre si e com os habitantes de outras capitanias, e escolheram o dia 24 de junho de 1645 para a irrupção do movimento, que teria por divisa — "Deus e Liberdade".

Um conflito verificado em Ipojuca, entre um português e um flamengo, que foi morto, precipitou, entanto, os acontecimentos.

Os soldados holandeses procuram vingar o patricio, a população acode ao lusitano agredido e o conflito desfecha em levante, que se estende rapidamente, pela capitania, dada a tensão dos espiritos.

Reunem-se os sublevados no engenho do Covas e ali permanecem inativos, algum tempo, aguardando armas e munições pois, na sua heroica decisão, haviam investido as aparelhadas tropas holandesas armados de espetos e zagunchos!

Em 3 de agosto do mesmo anno, fere-se a batalha do Monte das Tabocas, na qual a organização militar ea superioridade de armamento dos "intrusos" foram suplantadas pela bravura e o ímpeto dos pernambucanos, que naquele dia inscreviam a sua terra na heraldica moral do Brasil e que a predestinavam a ser o bastão de todas as resistências cívicas da Pátria.

Assaltos vigorosos ás posições holandesas por todo o território occupado se verificavam e os holandeses, lentamente, recuavam sobre Recife onde aportava, em fins de 46, enviada pela metropole alarmada, uma poderosa esquadra, com consideravel tropa de desembarque, comandada pelo general Sigismundo van Schkoppe.

Os "independentes", que virtualmente cercavam a capital pernambucana, lançavam continuos desafios, que puseram o holandês na obrigação de marchar ao seu encontro e o foram aguardar em Guararapes.

Não tentemos reconstituir aqui a heroica peleja, na qual os insurrectos bateram-se por uma forma "que pareciam ter aprendido com gregos de Milciades, em Marathona", na frase de Southey.

(Roberto Southey, "História do Brasil").

A mais comovida homenagem que pudemos prestar áqueles bravos, neste singelo ato de culto, na qual a magnificência official é substituida pelo patriotismo dos que o promoveram, é evocar o lance épico pela leitura da parte official que o comandante das forças pernambucanas, general Barreto de Menezes enviou ao Governador Geral do Brasil — com nobre simplicidade de estilo:

"Depois de estar no Recife por espaço de nove menses, fugi dos grandes apertos em que o inimigo me tinha posto, e entrei nesta campanha de Pernambuco em 23 de Janeiro do anno presente. E posto que eu, nela não governava, acudi, com as advertências necessárias, a que os governadores dispuseram com prevenção, em todas as cousas que necessitavam delas. Começando, por este respeito, a efetuarem-se melhor todos os particulares, assim da guerra, como do mais govêrno desta campanha; prevenindo-se em tudo o que mais preciso parecia, não só para a conservação da guerra defensiva, mas também para se mover toda a offensiva que fôsse possível.

Chegou a armada do inimigo a 14 de Março, e desembarcou no Recife, e preveniu toda a sua Infantaria até 18 de Abril, dia em que saiu á campanha com seu Exército, o qual constava de 4.500 infantes, 500 homens de mar, e 300 índios Tapuias; traziam em todos os seus batalhões 60 bandeiras, demais de um estandarte grande, com as armas das Províncias Unidas e Esta-

dos Gerais, cinco peças de artilharia de bronze, muitos viveres, munições e dinheiro. Governava este exército o general Sigismundo Schkoppe, com seis coronéis a saber: Haus, Van Elts, Hautyn, Pedro Keerweez, Van den Brande e Brinck. Marchou para a parte da Barreta; e, no mesmo dia 18 de Abril, me degolaram 40 homens, de 100 que estavam para defesa do mesmo posto da Barreta, e trouxeram-me aviso de como se aquartelavam no dito posto. Havendo somente dois dias que da Bahia me tinha chegado ordem do Conde General para que governasse estas capitânias, a qual, por serviço de S. M., não deixar de aceitar, não obstante o miseravel estado da terra, o grande poder do inimigo, e o limitado com que me achava para lhe fazer opposição, chamei logo a conselho aos mestres de campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, ao Tenente-General e Capitães de Infantaria, e propondo-lhes o estado das cousas, se resolveu em conselho que saíssemos a encontrar o inimigo; sem embargo de que o nosso poder não constava de mais que de 2.200, homens, em que entrava o terços dos pretos do Governador Henrique Dias, e o dos índios do Capitão-mór Camarão; porquanto ficaram as estâncias providas com 300 homens.

Com este limitado poder, marchei para os outeiros dos Guararapes, e depois de os passar, fiz alto na baixa deles, formando a Infantaria, para melhor fôrma e modo a que o terreno me deu lugar.

Naquele sítio passei a noite. Ao outro dia, que era domingo da Pascoela, 19 de Abril, levantou o inimigo seu Exército. Vindo marchando para os nossos, começaram os batedores a peleja, e tanto que o inimigo se descobriu pelo alto dos montes dos Goararapes, mandei tocar ainda a investir, tendo posto na vanguarda ao mestre de campo Fernandes Vieira, e para dar nos lados do inimigo o Capitão-mór Camarão de uma parte, e da outra o Governador Henrique Dias.

Dada a primeira carga de ambas as partes investimos á espada, rompendo ao inimigo todos seus batalhões.

Durou a batalha por espaço de quatro horas; no fim das quais, depois de se obrarem da nossa parte maravilhosos atos de valentia, assinalando-se neles geralmente, com o mestre de campo, todos os mais officiaes, o inimigo se retirou a ocupar suas eminências, á nossa vista; retirando para detraz delas os feridos que mais perto lhe ficavam. Considerando eu, neste tempo, a quanto estavam cansados os nossos soldados, havendo mais de vinte e quatro horas que não comíamos, e muitos, e muitos deles occupados em retirar os mortos e feridos que tivemos me deixei ficar formado na mesma frente do iniigo, mandando recolher as bandeiras que havíamos ganhado, que chegaram a trinta e três, a saber o estandarte grande com as armas das Províncias Unidas, como já referi, e o qual tenho nesta Praça, dezenove bandeiras que remeti logo á Bahia ao Conde General, e treze que os nossos soldados pretos e índios, não fazendo estimação delas, dizem que as tinham desfeitas para bandas e outras galas.

Estando um campo á vista de outro, portodo o dia, tanto que anoiteceu, mandei algumas tropas inquietar o inimigo, afim de que também na volta me trouxessem aviso de seu sintentos; e posto que não seguissem todas as ordens quanto convinha, não deixaram contudo de picar o inimigo, o qual, no decurso da noite se retirou, sem que eu disso alcançasse noticia.

Amanhecendo segunda-feira, dia de Nossa Senhora dos Prazeres, mandei descobrir o campo, achando nas demonstrações dele, ter-se retirado o inimigo com grande pressa e destroço; pois, deixou na campanha novecentos homens mortos; entre elles alguns feridos, uma peça de artilharia de bronze, muitas munições e armas, as trinta e três bandeiras que tenho referido, várias insígnias; além de outros despojos de roupa e dinheiro, de que os nossos soldados se aproveitaram. Dos mortos dos inimigos, foram muitas pessoas de conta, e as principais delas foram o Coronel Haus e o Coronel Van

Eltz; o Coronel Hautyn morreu depois de chegar ao Recife; e, alguns que aprisionamos, foi um Coronel Pedro Keerweez; de sorte que, de seis coronéis que trazia o exército, só dois escaparam de nossas mãos, Van den Brande e Brinck.

Dêstes bons sucessos co mque Deus favorece as armas de S. M., em tempo que a superioridade bem conhecida do inimigo nos prometia total ruína, sem esperança alguma de vitória, que alcançamos, posso eu animar-me para outras maiores, com que o mesmo Senhor há de livrar a cristandade dêste com que os tiranos Flamengos o ameaçam”.

O SIGNIFICADO DA LUTA

Si grande foi o feito em si mesmo, maior é o significado da luta, da qual a primeira batalha de Guararapes é um dos marcos mais assinalados.

Nenhum movimento da história brasileira, salvo o que desfechoou na Abdição de 7 de Abril, encerra tanto sentido nacional quanto a insurreição pernambucana.

Não é difícil comprovar essa assertiva.

Até á rebelião nordestina o Brasil era uma terra de ocupação, que os colonos portugueses, de quando em quando, defendiam contra a cobiça de outras nações européas.

Era o reinicola que, com a colaboração de uma ou outra tribo, alcançada a todos os preços, defendia a dádiva magnífica dos mercantes descobridores, contra o assalto de povos que se fizeram ao mar largo demasiado tarde.

E’ o fato histórico que se registra no revide as incursões dos francezes e dos ingleses — cumpre reconhecer — e na repulsa aos primeiros assaltos holandeses.

Mas a vida em comum ia criando, principalmente na forte região nordestina, a identidade de interesses, a comunhão moral e a fusão étnica entre os homens que tinham ligado o seu destino á terra nova e fecunda nas quais a agudeza de Euclides da Cunha havia de colocar, ao depois, as sementes das revoluções de 1817 e de 1824.

(Euclides da Cunha, “A margem da História”).

A invasão holandesa veio surpreender Pernambuco e as demais capitânias do Nordeste em pleno processo de miscegenação, que reagiu na resistência do Arraial do Bom Jesus e na indomita pertinácia das Companhias de Emboscada.

Nassau na sua visão de estadista, compreendeu que o Brasil estava destinado a ser ocupado por uma nacionalidade formada pelo amalramento de raças diversas e deixou de ser o conquistador para transformar-se em colonizador e civilizador — procurando trazer ao processo de caldeamento humano a contribuição do contingente holandês.

Mas — é fundamental acentuar — a habilidade e a sabedoria do príncipe batávo alcançaram, apenas, retardar a reação do espírito nacional, que se rosbustecia e unificava, cada dia, em face dos novos senhores.

Não se exagera afirmando que os caudilhos Vidal de Negreiros, Camarão, Henrique Dias, Rebello, Barbalho e tantos outros, nos quais se apoiavam o português Fernandes Vieira e depois o general Barreto de Menezes, nunca depuseram as armas nem dissolveram a sua gente e que, desde 1641, preparava-se a sublevação geral, sem embargo da ação conciliatória de Nassau.

A “insurreição pernambucana” — que melhor chamariamos a insurreição nordestina — foi, pois, a vigorosa afirmação da nacionalidade que surgiu, já que a chefiavam homens — o branco Vidal de Negreiros, o negro Henrique, o índio Camarão e o mulato Fagundes — nascidos no Brasil e que defendiam a terra brasileira, que consideravam sua, contra a denominação de um estrangeiro europeu que julgavam “intruso”.

expressivamente denominados “independentes” que se ergueram até contra

a vontade del-rei-luso, D. João IV, pois ao receberem sua determinação para que suspendessem as operações, já que Portugal estava em paz com a Ho-

Tão vivo era o sentimento de "brasilidade" dos insurretos nordestinos, lenda — retorquiram-lhe que, depois de expulsos os intrusos, iriam receber o castigo de sua desobediência.

Assim — em 3 de agosto de 1645, no monte das Tabocas, em 19 de abril de 1648 e em 19 de fevereiro de 1649, nos montes Guararapes — quando os brancos, os negros e os índios nordestinos, nossos maiores gloriosos, suplantaram os holandeses — firmaram que a nacionalidade brasileira estava criada pela unidade espiritual dos homens aqui nascidos e declararam os direitos imprescritíveis da língua e da história que nos legou o Brasil Colonia, contra todas as outras linguas e histórias que pretendessem implantar-se na terra brasileira, no decurso dos tempos.

A capitulação da Campina do Taborda, firmada em 26 de janeiro de 1654, em que desfechou a rude luta de nove anos, foi mais do um termo de rendição: foi o diploma de declaração de existência da nacionalidade brasileira, para a sua inserção futura no concerto das nações.

Esse documento levantou-se ante os séculos porvindouros para declarar aos homens de todas as raças, que viessem trazer ao Brasil a nobre contribuição de seu trabalho, que aqui encontravam uma Nação, com todos os fundamentos históricos, e um Estado íntegro, formado pelo "processo de sublevação" — e que deviam aceitar a nessa soberania e se colocar sob o imperio das nossas leis e que nunca poderiam constituir uma minoria, como as conceitua o Direito Internacional, que são o produto de lutas mais ou menos remotas entre certos povos e da transferência de certos territórios de uma soberania a outra, através de fases ou períodos históricos sucessivos.

Os "independentes", do Nordeste, como os fronteiros gaúchos, no Sul, um século e meio depois, repeliando do solo brasileiro todos aqueles que pretendiam substituir a colonização portuguesa — impuseram á nacionalidade em formação o primado da cultura luso-brasileira, no sentido político do termo.

Comemorações como a que estamos realizando, neste momento, constituem a replica conciente e vigorosa áqueles que, escreveram: "No Canadá, na Irlanda e na Belgica existem duas linguas diferentes oficiais sem entretanto ninguem jamais se ter lembrado de suprimir uma em favor da outra e na pacata e democrática Suissa encontramos até quatro idiomas oficiais vivendo desde séculos em perfeita harmonia" — conceitos esses que revelam total ignorância da evolução histórica do Brasil e da formação política dos povos apontados como exemplo ou, ainda, completa incapacidade para interpretação do fato social.

Na lingua verdadeiramente reside a nacionalidade, escreveu o insuperável estilista português.

E a Sociologia ensina: "A lingua é um fato social; existe por assim dizer, fora do individuo; transmite-se pela tradição; aparece e desaparece, varia e altera-se, desenvolve-se e se enriquece com o organismo social. Por sua ação sobre a intelligência é a lingua uma forma solidarizadora dos grupos: não há mesmo verdadeira unidade em um grupo enquanto este não possui um idioma comum. Ele se nos afigura a verdadeira pátria do espirito, dotado de uma vitalidade e coesão maior que a pátria geográfica. As nacionalidades judaica, grega e indú, subsistem pelas suas linguas. O latim sobreviveu 8 séculos ao imperio romano. E modernamente, o momento histórico do triunfo da lingua corresponde sempre ao apogeu econômico industrial ou político do povo que a fala".

Não importam essas assertivas — será preciso repetir? — em hostilidade jacobina e xenófoba aos descendentes dos homens que, nos séculos anteriores, vieram trazer ao Brasil a contribuição de seu trabalho honrado e

da civilização de suas pátrias: destituida de sabedoria e patriotismo; ingenua e contraria ao espírito e a formação americana — seria tal intenção.

Gilberto Freire, o mestre incontestável e o chefe de escola que tão vigorosamente defende o direito de sobrevivência das culturas regionais e sub-regionais, e aqui o termo *cultura* tem o sentido antropológico ou sociológico, escreve no seu recente livro *Interpretação do Brasil*: “Alguns estudiosos desse problema acham que os valores culturais luso-brasileiros, tidos por basicos para o desenvolvimento do Brasil nesses valores, como nação e como comunidade largamente cristã — incluídos o idioma português e a liberdade portuguesa de preconceitos de raça — devem ser considerados valores gerais, fundamentais, irredutíveis. Contudo não deve existir nenhuma subordinação de sub-grupos ou sub-culturas de origem não portuguesa a uma cultura ou a uma raça luso-brasileira rigidamente uniforme. Com uma política amplamente democrática como esta — étnicamente e socialmente democrática — o Brasil viria a ser o país ideal para aqueles europeus cansados tanto de estreitos preconceitos de raça como de arcaicos nacionalismos intransigentes e de duros sectarismos.

Evidentemente é necessário um mínimo saudavel de uniformidade cultural basica, para que o Brasil permaneça uma confederação em vez de se tornar uma vasta hospedaria ou casa de pensão — a “hospedaria” ou “casa de pensão poliglota” da famosa expressão de Theodoro Roosevelt em relação aos Estados Unidos. E este mínimo, no Brasil, é tradicionalmente composto de valores basicos lusos ou hispanicos e de meios culturais de comunicação inter-regional e inter-humana igualmente hispanicos ou lusitanos. O mais importante desses meios de comunicação é a lingua portuguesa”.

(Gilberto Freire — “Região e Tradição”; “O mundo que o Português criou”: “Interpretação do Brasil”).

Esse alto conceito, que lança suas raízes no pensamento moderno, encerra toda uma orientação para a formação educacional e cultural de nossa gente.

E evitará que, no futuro, se suponha na América que somos um povo sem unidade espiritual, sem um instrumento comum de compreensão e de entendimento, dividido em regiões estanques que falam linguas diversas consoante nos revelava, há dias, em uma correspondência dolorosa, o brilhante senhor Murilo Marroquim.

Por isso, a defesa dos dispositivos constitucionais que consagraram esses princípios é um dos nossos grandes deveres desta hora.

E si é exato que “a alma dos vivos é feita, principalmente, da lembrança dos mortos” a evocação, que agora fazemos, da memoria daqueles herois fundadores que, há três seculos, dessangravam na frágua de Guararapes nos dará forças para lutarmos, sempre, por um Brasil cristão, livre, democrático e espiritualmente unificado.

O 3.^o CENTENÁRIO DA 1.^a BATALHA DE GUARARAPES

Capitão H. O. Wiederspahn

O grande fei militar que ora comemoramos, a 1.^a *Batalha de Guararapes*, constitúe uma das muitas páginas gloriósas de nossa História Pátria. Graças a esta vitória, obtida no Nordeste brasileiro pelas forças luso-brasileiras sob o comando de Barreto de Menezes sobre as já então algo desmoralizadas forças mercenárias de van Schoppe, firmou-se o cerco de Recife, o último baluarte do domínio intruso da Companhia das Índias Ocidentais holandê-sas no Brasil, creou-se o ambiênte moral e material que favoreceria 10 meses depois a vitória decisiva na 2.^a *Batalha de Guararapes* e a capitulação dos últimos combatentes e administradores holandêses em 26 de Janeiro de 1654.

Em Abril de 1648 estavam já estes administradores reduzidos quasi que unicamente ao recinto de Recife, o que lhes restava da grande e vasta área dos tempos brilhantes e prósperos de Maurício de Nassau. Se de um lado a situação no continente europeu se vinha firmando favoravelmente aos inimigos da d'nastia hispâno-austriaca na derradeira fâse da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), favorecendo assim também a situação do reino restaurado de Portugal deante da Espanha, a questão do domínio holandês no Brasil do Nordeste se apresentava mais complexa, requerendo um desfecho pelas armas. Na Európa Portuguezes e Holandêses enfrentavam juntos a Espanha como inimigo comum da existência independente de ambas as nações daquêles desde 1640, mas no Brasil ambos continuavam se defrontando de armas na mão pela posse de ricos domínios coloniais desde 1624, numa guerra longa e de sorte variá. E que naquella época também a existência casual de inimigos comum creavam alianças militares de interêses antagônicos e rivais incapazes de eliminar antigas divergências que após a derrota do mesmo inimigo comum se acentuavam de maneira indomável!

Então, servindo-se do dominio marítimo quasi absoluto existente para as forças coligadas anglo-holandêsas desde a destruição da Invencível Armada hispâno-luso-napolitana, havia a administração colonial holandês reforçado sua guarnição mercenária em Recife. Por sua vez haviam os lusos-brasileiros concentrado todos os seus meios no Arraial Novo do Bom Jesús, trazendo-os do Nórte de Recife e da Paraíba. O Comando geral de todos estes meios vinha sendo exercido pelo *Mestre de Campo Francisco Barreto de Menezes*, especialmente nomeado para este fim por D. João IV., rei de Portugal aclamado em 1640.

Forçado pelas contingências, havia o *Tenente-General Sigismundo van Schkoppe*, Chefe Militar holandês em Recife, decidido romper o sítio marchando para o Sul, com o objetivo de subjugar as regiões meridionais de Pernambuco, Alagoas e Bahia. A este plano de operações de estratégia ofensiva se antepunha o de Barreto de Menezes para impedir a marcha do inimigo para o Sul numa defensiva estratégica oportuna e bem compreendida.

Na madrugada de 18 de Abril de 1648 iniciou van Schkoppe as operações com os seus 4.500 homens e 6 bocas de fogo rumo ao Sul, tendo como primeiro objetivo o povoado de Muribeca e numa marcha noturna que o General Lobato Filho, em sua monografia sobre "As duas Batalhas de Guararapes",

classificou de ótima. Seu percurso “especialmente com as modificações havidas por fatores geológicos, quer pelas mãos dos homens, e sobretudo guiado por levantamentos topográficos precários, ao descer a minúncias”, mais de um estudioso “pouco conhecedor do terreno em que deram as marchas dos exércitos inimigos” tem sido induzido a enganos, como alhures observou o Dr. Mario Mello, um dos poucos conhecedores profundos e incontestes da geografia histórica de Pernambuco.

“Hoje se vai do Recife aos Guararapes por atêrro começado no século XVIII — o atêrro dos Afogados, feito dentro dos mangues até a margem esquerda do braço meridional do Capibaribe, mais tarde denominado rua Imperial — ponte dos Afogados, também do século XVIII, e outro atêrro do século XIX, até as proximidades da encosta nordeste dos célebres montes. Outrora, outro era o caminho. Atravessava-se o passo dos Afogados (passo de denominação ainda hoje corrente nos pontos de travessia dum rio) a vau, tomava-se a ilha conhecida mais tarde por Cheira-Dinheiro ou Nogueira, para evitar o tremedal onde posteriormente levantaram o atêrro, transpunha-se o passo da Barreta (então embocadura, hoje fechada, do riacho Jordão) e estava-se no Continente, podendo rumar para os Guararapes, ou para Muribeca. Na Barreta existia ligeira fortificação guarnecida pelos nossos”. (Mario Mello. “As duas Batalhas dos Guararapes”. — Pg. 54).

Ao amanhecer van Schkoppe transpunha o passo dos Afogados, choccando-se sua vanguarda algum tempo depois no passo da Barreta com o posto luso-brasileiro aí existente e cuja guarnição foi aniquilada pela superioridade inimiga numa manobra envolvente, realizada com o auxílio de contingentes amerindios a serviço holandês. Contudo poudo este posto cumprir plenamente com a sua missão de retardar a marcha da coluna inimiga que teve que pernoitar nas suas imediações. Assim poudo Berreto de Menezes preparar todos os seus meios e marchar do Arraial ao encontro do inimigo.

Com os seus 2.500 homens, quasi todos de guerrilhas bem adestrados, embóra sem o luzimento e a pompa dos mercenários holandêses, Barreto de Menezes tomou o caminho de Ibura para ocupar o desfiladeiro do Monte Guararapes, o Boqueirão, e aí deter o inimigo. Este ponto obrigatório de passagem de van Schkoppe foi alcançado à tardinha do dia 18, onde os luso-brasileiros ocupavam o desfiladeiro num dispositivo tal, que ficaram com a frente para direção da marcha do inimigo e sem que este tivesse percebido”. (General Lobato Filho, Idem — Pg. 15).

Contando com a imobilização dos contingentes de Barreto de Menezes no Arraial pela coluna holandêsa ao comando do Coronél Hendrick Haus que por sua vez se deixava iludir pela guarnição dispersa nas estancias do sitio, van Schkoppe dispensou reconhecimentos e explorações para a frente e mesmo para o seu flanco direito. Contava na manhã do dia seguinte atingir Muribeca e daí decidir sua marcha livre e vertiginosa para o Sul.

Mas Barreto de Menezes agia de maneira bem diversa. Graças às informações seguras obtidas com pequenos postos e sentinelas lançados na direção do passo da Barreta, onde estacionara o inimigo, sabia estar já frente a este que iria marchar pelo desfiladeiro ou Boquiereão ocupado pelos 4 terços luso-brasileiros comandados aí pelos Mestres de Campo Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros e Capitães Henrique Dias e Felipe Camarão.

Ao clarea do dia 19 informava-se assim Barreto de Menezes do reinício da marcha de van Schkappe que, ao estabelecer contato com um posto avançado de 60 luso-brasileiros cerca das 9 horas julgou tirotear aí com fugitivos do posto do passo da Barreta. Assim a vanguarda holandêsa começou a investir pelo desfiladeiro com um dos seus regimentos e com o outro, reforçado com as 6 bocas de fogo, a galgar as alturas do Monte Guararapes. Logo que estes 1.700 homens ao comando do Coronél van Elst penetraram no desfiladeiro e galgaram o monte, colocando aí sua artilharia, Barreto de Menezes decidiu passar à ofensiva tática, ordenando o ataque.

Vidal de Negreiros com seu terço, o de Felipe Camarão e parte do de Fernandes Vieira em cargas violentas recalcou o regimento inimigo para fóra do desfilardeiro, enquanto Fernandes Vieira com o restante de seu terço e mais o de Henrique Dias, pela esquerda, pelo monte acima repelem o outro regimento de van Elst, tomando-lhe a artilharia.

Ao ver sua vanguarda trazida de roldão para fora do desfilardeiro e pelas encostas do monte abaixo, perdida toda sua artilharia ali van Schkoppe passa a contra-atacar com o regimento do Coronel Haus que chegára das proximidades de Recife. Este conseguiu, por sua vez, levar de roldão deante de si pelas encostas do monte os terços de Henrique Dias e de Fernandes Vieira, retomando sua artilharia perdida. Esta massa, quasi em desordem, chocou-se no desfilardeiro com os terços de Vidal de Negreiros e Camarão.

A confusão ameaçava alastrar-se nas hostes de Barreto de Menezes ante o ataque violento dos mercenários holandeses. Se de um lado os Luso-brasileiros recuavam combatendo, os atacantes foram se lançando nos brejos à direita do desfilardeiro e aí se debatiam sob o fogo dos defensores do mesmo desfilardeiro. Neste momento de crise, conseguiu, afinal, Barreto de Menezes reunir uma reserva de cerca de 500 homens e montar um contra-ataque sobre o inimigo em grande parte atolado nos brejos. Lançado com grande impetuosidade por Vidal de Negreiros, este ataque jogou para fora do desfilardeiro os destroços da tropa holandesa que se retirou completamente derrotada e em debandada.

Nesta ação que durou apenas de 3 a 4 horas deixou a ambos os contendores completamente extenuados. O inimigo perdeu aí cerca de 515 mortos e 523 feridos, inclusive o Coronel Haus, 1 das bocas de fogo e mais de 30 bandeiras. Além de van Schkoppe, ferido em artelho, tivera fóra de combate a quasi totalidade dos coroneis e oficiais superiores. A perda total dos oficiais subira a 74. Quanto às perdas luso-brasileiras, incluindo-se as do posto do passo da Barreta, mal chegaram a 80 mortos e 400 feridos.

Aproveitando da extenuação geral e da noite, os destroços do exército mercenário de van Schkoppe regressaram para Resife completamente desorganizados e desmoralizados. Só na manhã seguinte Barreto de Menezes, ao lançar novamente suas patrulhas, verificou que o inimigo havia abandonado o campo da luta. Então os Luso-brasileiros contaram definitivamente a vitória!

Embóra esta Batalha de Guararapes não mereça ser considerada como uma batalha decisiva ou de destruição, graças a éla modificou-se completamente o estado de coisas. A vitória obtida sobre os regimentos de elite dos Holandeses de Recife, muito embóra se tratasse apenas de mercenários de todas as nacionalidades européias que lutavam a soldo e praso fixo, reascendeu o moral e o entusiasmo dos combatentes luso-brasileiros que combatiam como forças nacionais na reconquista e defesa de seu haveres e de suas terras há muito usurpadas pela administração holandesa!

E com razão conclúe o General Lobato Filho na sua monografia:

“Na realidade, a Alma Brasileira, ou, se quizerem, a alma do Norte Brasileiro, com todas as suas virtudes e todos os defeitos, nasceu na resistência ao domínio holandês e essa resistência teve a sua expressão suprema nas duas Batalhas de Guararapes. Por isso elas são duas grandes Batalhas”.

BIBLIOGRAFIA:

- Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*. Antes de sua separação e independência de Portugal. 3.^a edição integral. Tomo terceiro. — Companhia Melhoramentos de São Paulo, S. Paulo 1932.
- General Lobato Filho, *As duas Batalhas de Guararapes*. Com uma introdução de João Duarte Filho. DNP, RIO 1939.
- Mario Mello, *As duas Batalhas dos Guararapes*. — Comentário publicado em “Aspectos”, Revista de Cultura e Informação, 15 de Junho a 15 de Julho de 1941. Ano 5.^o — Rio de Janeiro 1941. Páginas 54 a 56.

O PARTHENON LITERÁRIO (*)

OTHELO ROSA

A nós, os homens, apraz muito a formulação de teorias. Temos, parece, a ilusão de dominar as ásperas realidades da vida, ou de contorna-las, pelo menos, com a criação, simultaneamente abstrata e rígida, de quadros ou de esquemas, nos quais pretendemos incluir e condensar as soluções, que mais nos agradam e nos sorriem, daqueles problemas que, pela sua complexidade, ou pela incessante variação dos seus termos, fogem um tanto á nossa compreensão.

Quando folheamos os primeiros compêndios de historia, no nosso espirito, ainda incerto e tateante, ficam semeadas, ameaçando germinar e talvez florescer algumas ideias gerais, muito vagas e muito imprecisas, e entretanto afirmadas com dogmatismo solene: na civilização A, tudo era propício ao desenvolvimento das letras e das artes, pois que reinava a paz; na civilização B, definham e depereciam artes e letras, pois que as guerras se sucediam e se multiplicavam. Na paz, florescem o repouso espiritual, as indústrias, que creem o conforto, o luxo e as diversões, que clarificam e que refinam o gosto; na guerra, o que domina é a inquietude dos espíritos, a paisagem brutal das violências e dos crimes, o endurecimento e a frieza das almas, o desequilíbrio econômico e social. Num panorama desolado de pobreza e de luta, a inspiração se estiola; num panorama luminoso de opulência e de calma, a inspiração renasce...

Aqueles que são, por natureza, algo rebeldes a essas generalizações, pensavam, às vezes, que foi no pleno fragor de uma guerra que se ouviu a voz impressionante e magnífica de um rapsodo "cantando e fulgindo com as claridades divinas do gênio, em uma óde, em um poema, em um livro, que haveria de ficar, pelos séculos em fóra, como a expressão máxima do pensamento de seu tempo; e que um artista modelara os primores maravilhosos de uma estatua, tecendo no marmore a eternidade da beleza, quando ao som do seu camartelo se uniam" pressagos e próximos, os rumores sinistros de um prélio sangrento...

E pensavam, outras vezes, que na plenitude da paz, do luxo, do conforto, certos ciclos humanos se assinalavam pela carência e pela desfiguração do gosto, pelas expressões canhestas e viciosas de uma arte pequenina e malsã, sem esplendor e sem viço...

Assim pensavam. Mas guardavam consigo as suas dúvidas pelo temor de infringir os canones definitivos dos mestres, a que um consenso unânime conferia as prerrogativas de sentenças invioláveis e sagradas...

A nós, os homens, apraz muito a formulação de teorias. E as teorias se vingam, criando para nós, os seus autores, um círculo de ferro de limitações mentais. O credor acaba temendo a creatura; e, o que é mais grave, sendo vítima do fascínio diabólico das ideias feitas...

Taine, o velho e grande Taine, no seu admirável estudo "Da natureza e produção da obra de arte", ainda á influência das ideias gerais ha pouco enunciadas, concluiria vitoriosamente que "a obra de arte é determinada por um conjunto de circunstâncias que é o estado geral do espirito e dos costumes ambien-

(*) Discurso, em nome do Instituto Hist. e Geogr. do Rio Grande do Sul, proferido na sessão comemorativa do 80.º aniversário da fundação da Sociedade Panteon Literário, realizada em a noite de 16-6-1948 no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre.

tes", preceito que seria, por muito tempo, a base necessária e fundamental de todo e qualquer ensaio sobre a matéria.

Guyan, no seu livro "A arte do ponto de vista sociológico", tentaria expor mais amplamente as relações da arte e da vida, a subordinação, ou interpretação dos elementos artísticos e dos elementos sociais, embora na frase irônica e

*) — Discurso, em nome do Instituto Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul, proferido na sessão comemorativa do 80.º aniversário da fundação da Sociedade Parthenon Literário, realizada em a noite de 18/6/1948 no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre.

contundente de Ortega y Gasset, — um corajoso rebelde, — desse livro só existe realmente o título, pois que o resto ainda está por escrever; e o russo Plekanov, em "Arte e vida social", retomaria o tema, todos eles porfiando em estabelecer e fixar as verdadeiras circunstâncias de ordem social que estimulam e possibilitam o surto das atividades intelectuais.

Em 1868, quais seriam as condições políticas, econômicas, sociais, da Província do Rio Grande do Sul?

Em 1845, chegamos ao termo da revolução farroupilha. Durante dez anos vivera o Rio Grande a pelear sem descanso, em todos os angulos do seu território, no mais longo e tenaz movimento armado da vida nacional. E ao fim do embate chegaríamos, naturalmente, com a nossa economia, não apenas comprometida, mas, totalmente destruída, com as nossas escolas fechadas, com o nosso comércio quasi anulado, com as nossas relações sociais alteradas e truncadas pelas consequências multiformes da revolução.

Impunha-se um tremendo e lento esforço para a restauração do Rio Grande. E entretanto, já em 1851, nova léva de broqueis transformaria, mais uma vez, a Província em um vasto e tumultuoso acampamento militar, na guerra contra Rosas. E os gauchos nem haviam descansado dessa ultima jornada quando, em 1864, seriam chamados às armas, para nelas ficarem, de 1865 a 1870, na guerra do Paraguai.

Guerras sucessivas; pobreza, desconforto e inquietude; desequilíbrio econômico e social; e nesta valorosa e leal cidade de Porto Alegre, pequenina *urbs* provinciana, onde se aglomeravam cerca de trinta mil habitantes, em zona apertada que iria da Ponte da Cadeia à rua Aurora, em 18 de Junho de 1868, zombando das teorias e dos esquemas sociológicos, um grupo predestinado de homens que compreenderia a velhice de Caldre Fião, a maturidade de Apolinário Porto Alegre e a juventude de Mucio Teixeira, fundava o "Parthenon Literário", esse "Parthenon" que João Pinto da Silva, na "História Literária do Rio Grande do Sul", considera

"a mais bella e numerosa conjugação de esforços literarios de que ha memoria, entre nós, senão em todo o sul do Brasil, do Rio de Janeiro para baixo".

e que eu peço venia para considerar o maior movimento de idéias, de que ha memoria entre nós, do Rio de Janeiro para baixo, como do Rio de Janeiro para cima.

Maior pela amplitude e variedade de seus designios e propósitos; maior pelo número de homens de letras, e de simples associados, que congregou; maior, pela influência que exerceu, que se não limitou a Porto Alegre, irradiando pela Província inteira, e compreendendo não só a literatura como a vida política e social.

O que caracteriza o "Parthenon", e dá á sua estrutura as linhas capitais e dominantes, é o idealismo. Aqueles homens que semanalmente se reunem em uma modesta sala da rua Nova e aí lêem poesias, e dramas, e trechos de romances; aí discutem "às vezes com veemência, e se contradizem às vezes com acrimonia, dando às suas reuniões um saudavel aspecto de vida, de entrechoque de

idéias, de lealdade mental; que escrevem dramas e comédias, e os levam à cena, no velho S. Pedro, constituindo o produto das entradas um fundo destinado à compra da alforria de escravos; que abrem luta com a diretoria da Instrução Pública da Província e contra ela investem corajosamente, censurando e corrigindo os erros e os abusos dos poderes públicos; que, em pleno regimen escravocrata, realizam no S. Pedro sessões públicas e solenes para a entrega, a um negro escravo, da sua carta de alforria — ato que transformam em uma grande e rumorosa festa cívica; que levam um dia uma senhora, Luciana de Abreu, à tribuna da casa, para que ela reivindique os direitos sociais da mulher, e depois, em nova sessão, glorificam essa senhora, num delicado sarau de arte e de elegância: esses homens eram realmenté os portadores predestinados de uma grande mensagem para o futuro...

Materialmente pobres, só no seu idealismo poderiam encontrar a força e o prestígio de que chegaram a dispôr. Idealismo comovente e sincero, que poderia nos servir de lição, e de que vou citar-vos um exemplo eloquente.

Em uma de suas lutas internas, chegara o “Parthenon” a adotar a medida violenta de expulsar de seu quadro alguns socios, não só porque se recusassem ao cumprimento pontual de seus deveres, como porque, por atitudes públicas, compromettessem os interesses e a dignidade da instituição. Esses associados, que Apolinário Porto Alegre, em plena reunião, chamara de “contrabandistas do Parnaso”, fundaram uma sociedade congenera, denominada “Ensaíes literários”. Tempos depois, achavam-se em situação de aperturas, sem uma séde, sequer, para os seus trabalhos. E o “Parthenon”, considerando que um movimento cultural é sempre merecedor de estímulo e de apoio, colocadas de lado quaisquer preocupações individuais; e que a “Ensaíes literários” conseguira organizar uma biblioteca, e que uma biblioteca é sempre um patrimônio espiritual, que interessava à cultura do Rio Grande, concedia uma das suas salas para que nela se fixasse a sociedade irmã e aí salvaguardasse de perda inevitável e certa os seus livros. Os expulsos de ontem, porque permanecessem fieis ao ideal de estudo e de amor à literatura, eram hoje acolhidos na casa paterna, quais filhos pródigos generosamente perdoados dos erros e rebeldias do passado.

Parecerá estranha a coexistencia de uma sociedade literaria na pequenina e quiéta Porto Alegre de 1870, onde o florescimento do “Parthenon” já constitue uma surpresa. E outras, entretanto, nasceriam. “Ensaíes literários”, “Culto às letras”, “Amor à literatura”, foram gremios que viveram ao lado do “Parthenon”. E ha a acrescentar ainda o “Retiro literário português”, o que nos dá um total de cinco agremiações literarias na capital da Província do Rio Grande do Sul, no decênio de 1868 a 1878.

É esse um dos índices mais altos e mais expressivos da influência do “Parthenon”. Aquele principio de Tolstoi de que a função social da arte é contagiar emocionalmente os homens, realizou-o, ele, maravilhosamente, promovendo e mantendo, em todo o Rio Grande do Sul, um interesse notavel pelas coisas do pensamento. Si examinardes o quadro dos associados do “Parthenon” nêle encontrareis, além dos intelectuais propriamente ditos — poetas, romancistas, contistas, dramaturgos, oradores, ensaístas, comediografos, jornalistas — numerosos cidadãos que, não sendo escritores, levavam ao sodalicio a contribuição valiosa da sua solidariedade, da sua presença, do seu entusiasmo, do seu auxilio material, “emocionalmente contagiados” pelo exemplo e pelo idealismo daquêla pleiade brilhantissima de homens de pensamento.

E o contagio se irradiaria, pelo Rio Grande afôra, graças a “Revista” que o “Parthenon” editava mensalmente e que constitue, para o seu tempo, uma publicação de valor inestimável, espelho fiel de uma grande hora de elevação espiritual, que é um sulco de luz no passo do gaúcho. Circulava por toda a Província; nas cidades e vilas do interior, tinha os seus agentes e representantes, homens também emocionalmente contagiados, sem embargo das distancias. E quando refletimos que, até fins do século passado e inicio do atual, nessas ve-

lhas cidades e vilas do interior, havia sempre sociedades dramáticas, chegamos à conclusão de que elas haveriam surgido à sombra protetora do “Parthenon Literário”. Modestas que fossem, essas sociedades dramáticas eram centros de cultura e de sociabilidade. A leitura das peças, para escôlha; os ensaios, sempre prolongados, pois que os amadores eram homens e senhoras que só podiam voltar as horas de folga a tais trabalhos; as próprias representações, que decorriam sob o interesse carinhoso da população inteira — tudo isso constituía uma expressão de vida cultural. Sem temor das consequências, confesso que de uma delas fiz parte; e que certa vez comprometi gravemente a personagem central de um drama — “O sexto pecado mortal”, da autoria de um socio do Parthenon”, Joaquim Alves Torres...

É difficil, senão impossivel, uma visão de conjunto da ação e da influencia do “Parthenon Literário”, nos angustiados limites de uma conferência. Mesmo querendo fugir a entusiasmos desbordantes, que poderiam nos levar a conclusões menos exatas, a verdade é que o exame e a analyse da situação desses homens nos deixa algo atordoados, tais a sua cmpltude, a sua elevação, a sua belêsa. Recuamos, no tempo; e ficamos assombrados deparando, no passado, uma floração de intelligência, de amor à cultura, de des-sombro mental maior que no presente. Quasi que se irrita, a nossa vaidade; e eu pergunto, a mim proprio, muitas vezes, se não será a nossa vaidade que tem a culpa do esquecimento e do desinteresse votado a um movimento de tal envergadura, que deveriamos erguer bem alto, à plena luz, como um dos mais belos títulos de gloria do Rio Grande?

Em todo o Brasil se fala, por exemplo, no “movimento do Recife”. E nos nossos compêndios de literatura não ha uma palavra, um conceito, uma referência, ao movimento de Porto Alegre. E este último, anterior no tempo, talvez tenha sido a origem do primeiro.

Tobias Barreto chamava a Carlos von Koseritz “um illustre alemão, meu amigo, residente em Porto Alegre”, e quando, na Assemblêia Provincial de Pernambuco, proferiu o seu conhecido discurso sobre a situação social da mulher, referiu-se à preleção de Luciana de Abreu no “Parthenon Literário”; o proprio Sylvio Romero alude à ação de Carlos Jansen; e Koseritz e Jansen, jornalistas em Porto Alegre, foram ambos do Parthenon. É um ponto a elucidar, a da prioridade neste caso; e eu me proponho a faze-lo, em momento mais oportuno, pois que na palestra de hoje para tanto não me sobraría o tempo..

Não é possivel conceituar apenas como um movimento literário, o do “Parthenon”; ele foi, essencialmente, um movimento de idéias.

A literatura, em todos os seus gêneros; a história; a sociologia; a etnografia, tudo servia de têmea à curiosidade vibrante da pleiade do Parthenon.”

E nos assuntos sociais, eles suscitavam problemas de gravidade e de relevo, em que se afirmava esplendidamente a sua emancipação espiritual, como poderiam verificar com algumas das teses que eles propunham e longamente discutiam em suas reuniões, como essas: “O casamento nas condições do catolicismo funda-se na lei natural? A indissolubilidade dos laços é util ou prejudicial aos interesses sociais?” ou então: “Qual o meio a empregar-se, a fim de impedir e derrocar a influencia exercida pela Companhia de Jesus sôbre o ensino?”, ou ainda “A pena de morte é fundada no direito natural? A sociedade pôde tirar aquilo que não pôde dar?”, ou tambem “A alma é imortal”, além de outros, de natureza histórica.

Funda um museu de historia natural; inicia a publicação de documentos inéditos, referentes à historia do Rio Grande; crêa aulas noturnas em que são professores: Afonso Marques, de corografia da Provincia e historia; Vasco de Araujo e Silva, de matemáticas elementares; José de Andrade e Silva, de escripturação mercantil; Apolinario Porto Alegre, de gramática portugêsa; uma biblioteca; e seguidamente reúne em suas salas a sociedade portoalegrense, em

saraus literários e musicais, que constituíam, na época, manifestações singulares de bom tom e de convívio social.

Ai tendes, em visão de relance, nos seus aspectos primaciais, a vida fecunda e rica da agremiação fundada ha oitenta anos nesta capital.

O Rio Grande do Sul, em grande parte, desconhece o valor exato e a real significação do "Parthenon Literário". Fôra daqui, então, a inciência é absoluta e total. Temos sido negligentes e injustos com a memoria daquele grupo, numeroso e brilhante, de homens de pensamento e de ação, que ao signo do templo maravilhoso em que a arte de Phidias esculpiu a gloria da Grecia, desenvolveu em Porto Alegre uma ação cultural de altissimo relêvo.

Estamos, neste momento, cumprindo a penitencia do nosso pecado, resgatando varonilmente o nosso erro.

A cerimonia de hoje é uma solene reparação da injustiça de ontem; daqui sairemos com as nossas consciências limpas e com os nossos corações repousados e leves. Pagamos uma divida em atrazo, mas com os juro de umá admiração maior e mais profunda. E' á sombra da gloria desses homens, expoentes da mentalidade gaúcha, reivindicaremos para o Rio Grande do Sul, face a face da nacionalidade, o direito que ele tem a não ser considerado apenas o soldado sem jaça dos campos de batalha, porque sempre soube ser tambem — e o "Parthenon Literário" o documenta e prova, — um lidador galhardo e gentil nos torneios da intelligência.

Ser guerreiro, foi o nosso destino. E porque amassemos, sobre todas as coisas a nossa Pátria, e fossemos os fronteiros do Brasil, a guerra foi para nós a oblata civica dos nossos corações ao futuro do país, o sacrificio, perene e orgulhoso, da vida do gaúcho pela vida da Nação. E na liça dos combates — honra lhe seja feita —, a coragem foi o emblema do Rio Grande, e a vitória se fez a alma do Rio Grande.

Conferiram-nos as insignias de heróe. E julgaram que isso nos bastasse... Porque eramos o centauro, desapoderado e garboso, dos entrechoques terriveis do entrevêro, não haveria logar para nós nas amplas e serenas regiões do pensamento... Essa idéia nasceu, cresceu, e fixou-se.

José de Araujo Ribeiro, cientista e diplomata, nas poltronas do velho Senado, autor do "O fim da creação", não seria o Rio Grande?

Não. O Rio Grande era o guerreiro...

Araujo Porto Alegre — poeta, orador, arquiteto, pintor, um dos creadores da escola romantica no Brasil, não seria o Rio Grande?

Não. O Rio Grande era o soldado...

Candido Baptista de Oliveira — diplomata, economista, matemático, não seria o Rio Grande?

Não. O Rio Grande era o centauro...

Joaquim Caetano da Silva — o sabio que escreveu "O Oyapok e a Amazonia", não seria o Rio Grande?

Não. O Rio Grande era o lanceiro...

Ferreira Viana — aquele ministro da Justiça que foi um dos mais finos oradores do parlamento nacional, não seria o Rio Grande?

Não. O Rio Grande era o batalhador...

Ramiz Galvão, um dos maiores humanistas brasileiros, não seria o Rio Grande?

Não. O Rio Grande era o miliciano...

Os drs. Ferreira de Abreu, barão de Terezópolis, e Cruz Jobim, cientistas illustres, o primeiro incluído na "Table de savants étrangers", da Academia de Medicina de Paris, pelos seus trabalhos sobre venenos metálicos; o segundo com a sua especialização em molestias tropicais, um dos inovadores do ensino

médico no Brasil, e um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, não seriam o Rio Grande?

Não. O Rio Grande era o vexilario...

Não estaria o Rio Grande na eloquência olímpica de Silveira Martins? Na assombrosa capacidade realizadora de Mauá? No genio político de Julio de Castilhos? Na predicação política e social de Assis Brasil? Na cultura poliedrica de Alcides Maya? No brilho mental de Lindolfo Collor? Na poesia primorosa de Zeferino Brasil, ou de Marcélio Gama, ou de Eduardo Guimarães, ou de Alceu Wamosy

Não. O Rio Grande deveria ser, eternamente, o cadete de Gasconha da nacionalidade...

Fomos muito, e muitos fizemos, na guerra; e amamos e cultuamos a nossa gloria guerreira, toda feita com o sangue, o suor e a lágrima do gaúcho. Temos, porém, um patrimônio cultural e não queremos que ele nos seja negado. Patrimônio de inteligência e de arte que mostra que o gaúcho, embóra **braço às armas feito**, teve sempre um cerebro e um coração, maiores talvez que a sua espada...

Queremos, entre os nossos irmãos, o nosso verdadeiro lugar. E no quadro da inteligência brasileira, mesmo si a ele chegamos cobertos pela poeira dos combates, e arfantes ainda do braço a braço dos entrevêros, a esse lugar temos direito certo e inviolavel. Chegaremos, talvez, como Cyrano de Bergerac, o espadachim perfeito, o duelista sem medo, o lidador galhardo que era ao mesmo tempo um poeta, juncando de lirismo às cartas à Roxana e capaz de escrever, em bom estilo, a sua "Viagem à lua"...

Não é só nas arenas das batalhas que nós vamos, como os soldados de Henrique IV, onde quér que esvoace e que tremule o nosso penacho — esse penacho de bravura alegre e generosa em que palpita a alma do gaúcho: guerreiro sem temor, o Rio Grande nunca foi um primitivo, um barbaro, em que a luta apagasse a luz da inteligência. Sempre capaz de poesia. Capaz de lirismo. Capaz de pensamento. E, como Cyrano de Bergerac, capaz de embainhar a espada e de elevar-se ao "campo azul onde as estrelas moram..."

D. PEDRO II NO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI

Notas colhidas através as atas da Câmara Municipal
de Pôrto Alegre, por Walter Spalding.

Por duas vezes esteve D. Pedro II no Rio Grande do Sul: a primeira em 1845 (1) e a segunda em 1865 por ocasião da invasão da Província Sulina pelas forças de Solano López.

A respeito dessa segunda visita do Imperador as atas da Câmara Municipal de Pôrto Alegre (2) fazem várias referências, sendo a primeira delas sobre as homenagens a serem prestadas ao Monarca por ocasião de sua passagem por Pôrto Alegre.

Ficou resolvido na sessão extraordinária de 18-7-1865 que a Câmara iria “esperar o Augusto Monarca no ponto de seu desembarque e conduzi-lo debaixo de pátio, e bem assim convidar a população por editais a iluminar durante três dias as frentes de suas casas, e assistir ao desembarque mencionado” — e resolveu, mais, “pedir à Presidência da Província a guarda de honra para o Te Deum que se tem de entoar por tão faustoso acontecimento”. Em outra sessão extraordinária (3) é lida a proclamação de D. Pedro II aos Riograndenses que foi inserida em ata com o discurso do vereador José Martins de Lima dirigido aos Portoalegrenses, “e resolve publica-lo, após a proclamação Imperial, por Editais, afim de ter a maior publicidade”.

“Viva a Nação Brasileira!

Riograndenses! Sem a menor provocação, é por ordem do Governo do Paraguai invadido segunda vez o território de nossa pátria. Seja nosso único pensamento o vingardes tamanha afronta, e todos nos ufanaremos cada vez mais do brio e denodo dos brasileiros.

A rapidez das comunicações entre a capital do Império e a vossa Província permite a mim e a meus genros, meus novos filhos, presenciar vossos nobres feitos.

Riograndenses! Falando-vos, como pai que zela a honra da família brasileira, estou certo de que procedereis como irmãos, que se amam ainda mais, quando qualquer deles sofre.

Palacio do Rio Grande, 16 de junho de 1865.

Dom Pedro Segundo Imperador Constitucional e Defensor perpétuo do Brasil. — Angelo Moniz da Silva Ferraz”.

O discurso do vereador Martins de Lima, foi o seguinte:

“Pôrto Alegrenses! Pela segunda vez recebe esta Província a honra de uma visita imperial.

(1) — Veja-se Alcindo Sodré: D. Pedro II e a Pacificação do R. G. do Sul — In “Anais do IV Congresso de Hist. e Geogr. do R. G. Sul — 2 vols. Livraria do Globo — Pôrto Alegre, 1946 — Vol. II, pág. 257.

(2) — Na Diretoria do Arquivo e Biblioteca. Veja-se Boletim Municipal, vol. V. 1942. Prefeitura Municipal de Pôrto Alegre.

(3) — Ata de 21-7-1865.

Há vinte anos era o Pai que vinha jubiloso presidir ao banquete santo, em que os filhos de Riograndenses depunham os velhos ódios de partido, abraçando-se ante os altares da pátria.

Hoje é o irmão ardente, dedicado, que acode aos brados do combate que se peleja sôbre nossas fronteiras, querendo partilhar conosco os azares da guerra.

Ah!... Viva o Imperador! Viva mil vezes o Monarca Augusto, que deixa o docel pela barraca de campanha, que depõe a coroa para tomar o elmo, dirige o casco, e que brasileiro antes e acima de tudo, vem dar testemunho autêntico, valente, do seu patriotismo, e do orgulho com que é o primeiro deste grande povo.

A sua determinação magnânima seja-nos pois farol e guia, Riograndense! Que todos nós, do primeiro ao último, esqueça tudo, postergue e abandone, para só cuidar-se de livrar a pátria da ominosa presença do estrangeiro.

Porto Alegre a Valente, a cidade invicta, a quem o apreço do Excelso Defensor do Império denominou Leal e Valorosa não há de ser, não pode ser, esquivar a esse apelo de honra.

Enquanto um só Paraguaio calcar o solo santo da Pátria, não pode haver descanso para quem tiver um peito riograndense.

As armas, briosos portoalegrenses. As armas! S. Magestade O Imperador evoca nosso patriotismo na proclamação, que a nossa municipalidade vos transmite.

As armas, pois, e que o Egrégio Defensor Perpétuo veja em cada um de vós um baluarte.

Ao rei cidadão seja exército o povo; e vingue o povo o insulto que recebeu o Império.

A vossa Câmara Municipal sabe que esse brado é apenas o eco do vosso pensamento; sente no próprio coração as nobres pulsações do vosso; porém posta pela lei à vossa frente, cumpre-lhe ser a primeira a gritar: avante!

O Imperador veio buscar soldados, demo-lhos nós, que temos necessidade de se-lo! Demo-lhos nós, que vemos o nosso torrão afrontado!

As armas, e que as sombras irritadas de nossos maiores vejam lavada a sangue de inimigos a mancha que a invasão lançou às nossas armas.

Levante-se a Província em massa; sigamos, um a um, todos o Augusto Chefe da Nação Brasileira.

Viva o Imperador! Viva a Família Imperial! Viva a Nação Brasileira!"

A situação, agora, com a chegada de D. Pedro III ao campo das operações, empolga a Câmara e a população.

O vereador Francisco José Barreto requer seja nomeada uma comissão para angariar fundos "cujo produto será aplicado para a compra de uma bandeira que se há de ofertar ao Corpo de Voluntários Portoalegrenses em nome da população da Capital". Aprovada a proposta, ficou a comissão composta dos senhores: vereador Francisco José Barreto, João Guilherme Ferreira e João Pinto da Fonseca Guimarães.

Esse corpo de voluntários, o 33, foi dissolvido meses mais tarde: — "O sr. Marechal Lima comunica que a bandeira ofertada pela população desta cidade ao Batalhão 33 de Voluntários da Pátria acha-se de retorno por ter sido aquele Batalhão dissolvido, e que a Câmara marque dia e hora para lhe ser entregue; resolveu-se marcar o dia 29 do Corrente às 10 horas da manhã". (4).

Solene foi o ato da entrega da bandeira ao batalhão:

"A Câmara resolveu dirigir um voto de agradecimento a S. Excia. Rvmã.

(*) — Nota curiosa: Em 1825 esteve em Porto Alegre o Imperador D. Pedro I; em 1845 e 1865 o Imperador D. Pedro II, e em 1885, estiveram a Princesa Izabel e o Conde d'Eu. Visitas imperiais de 20 em 20 anos.

(4) — Ata de 24-7-1865.

o Sr. Bispo Diocesano (5) pela prontidão e boa vontade com se prestou no dia 13 do corrente solenizar o ato da entrega da Bandeira ao Batalhão de Voluntários Portoalegrenses e a deitar-lhe a benção da Igreja, e ao sr. Joaquim José de Mendanha pela coadjuvação que com a sua banda de música deu a solenização desta festa patriótica”.

São, também, feitos projetos para festejar o regresso de D. Pedro dos campos de Uruguiana e que a praça da Matriz passe a denominar-se Praça D. Pedro II. Entretanto o Imperador não regressou por Pôrto Alegre...

A 14 de outubro reúne-se a Câmara em sessão magna na qual foi aprovada e por todos firmada a seguinte resolução:

“A Câmara Municipal da Capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, conscia do justo entusiasmo de que se acha possuida a mesma província para com S. M. o Imperador, por se ter dignado vir em pessoa socorre-la e haver obrigado, à frente dos exércitos Imperial e Aliados a render-se na Uruguiana, no dia 18 do mês passado, a coluna invassora do exército paraguaio, resolve promover em toda a Província uma subscrição voluntária, cujo produto deverá ser aplicado a uma medalha que a mesma Província agradecida ofertará a S. M. Imperial, em comemoração de um feito tão glorioso para o Brasil inteiro e para o mesmo Augusto Senhor.

Esta Corporação dirigir-se-á às outras Câmaras da Província, convidando-as para promoverem nos respectivos municípios donativos para esta subscrição, e enviarem o produto a esta municipalidade com a possível brevidade afim de mandar fazer logo a medalha que deverá ser condigna da Província que faz a oferta e da Augusta Pessoa a quem é tributada” (6). A subscrição foi aberta, tendo sido nomeadas várias comissões para angariarem os fundos necessários. As demais câmaras foi oficiado nesse sentido, tendo todos respondido favoravelmente. Em junho de 1868 foi nomeada uma comissão de 3 vereadores para dar andamento à medalha. Finalmente contratam com o ourives Constant a confecção da “medalha imperial com as devidas inscrição e emblemas, e com o peso de uma libra, pela quantia de 1:200\$000 (7). Nova notícia a respeito declara que a comissão apresentou a medalha e a Câmara resolveu “recolhê-la ao seu cofre para dar-lhe em tempo o conveniente destino” (8).

Esta medalha que esteve por longos anos no Arquivo Municipal, constando de seus inventários até 1920 com o valor de 1:000\$000, foi entregue não sabemos quando ao Museu Júlio de Castilhos em cujo cofre estava guardada. — Por solicitação do Museu Imperial, de Petrópolis, e de acôrdo com o parecer do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, passou a figurar no mostruário daquele Museu de lembranças do tempo do Império.

Entusiasmada com o resultado da visita imperial, a Câmara quiz conservar lembranças do Augusto Monarca e, para isso, solicitou ao Presidente da Província mandasse este “entregar-lhe para ser convenientemente guardada, como uma recordação, a barraca em que S. M. o Imperador fez a campanha da Uruguiana”. (9). A Câmara recebeu a barraca e a guardou nos Paços Municipais (10). Entretanto, a barraca desapareceu... Provavelmente obra de algum dos raros fanáticos que apareceram em Pôrto Alegre, após o 15 de novembro de 1889.

Por ocasião da conclusão da Guerra a Câmara mandou pintar, em tamanho natural, o retrato de corpo inteiro, de D. Pedro II, quadro êsse que estava no salão nobre da Câmara e hoje se encontra no Museu Júlio de Castilhos.

Esse excelente retrato é obra do insigne retratista Antônio Cândido Menezes, filho de Pôrto Alegre, de família pouperreira, nascido mais ou menos em 1840. Além desse retrato pintou ainda, por encomenda da Câmara, os dos ge-

(5) — D. Sebastião Dias Laranjeira.

(6) — Ata de 14-10-1865.

(7) — Ata de 25-6-1868.

(8) — Ata de 22-10-1870.

(9) — Ata de 15-11-1865.

(10) — Ata de 18-12-1865.

nerais: J. A. Corrêa da Câmara (Visc. de Pelotas) J. J. Andrade Neves (Barão do Triunfo); José Gomes Portinho, e Marquês de Caxias. Pela mesma época foram ainda pintados os retratos de Osório por Ulrich Steffen e o do barão (depois Visconde) de São Gabriel, por Grasselli. Todos estes retratos estão na Pinacoteca da Prefeitura Municipal.

Aí ficam, nestas rápidas notas, o que projetou e fez o povo de Pôrto Alegre por ocasião da segunda visita de D. Pedro II ao Rio Grande do Sul.

NOTAS SÔBRE A EVOLUÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

OTHELO ROSA

NO BRASIL — COLONIA

A situação do Rio Grande do Sul, no tocante ao ensino, no regime colonial, foi sempre precaríssima. Para isso teriam concorrido, a meu ver, essas duas circunstâncias capitais:

- a) — os jesuítas não exerceram, entre nós, a ação educativa desenvolvida por eles em outros pontos do país. Nas Missões Orientais, eram hespanhóis, e deram ao seu trabalho um sentido nitidamente **hespanholisante**, contrario, portanto, aos fundamentos lusitanos da civilização que se ia criando, lenta e penosamente, nas lindes meridionais do Brasil. Demais, do que porventura fizeram nas Missões, quasi nada se projetaria no nosso futuro. E nenhuma outra ordem religiosa, — salvo o caso isolado da Aldeia dos Anjos, adiante referido, — substituiria o jesuita, entre nós, na função educacional;
- b) — a successão, quasi ininterrupta, das guerras com os castelhanos, perturbando profundamente o ritmo da vida econômica e social do Continente.

O descaso official pelo assunto, com referência ao Rio Grande, era absoluto. Entretanto, não curando de dar uma aula sequer à população, o poder público entrava e dificultava ainda qualquer iniciativa particular. O ensino nunca foi livre: dependiam, os professores, mesmo particulares, das “provisões”; e, como se vê da provisão de 1789, a nomeação dos professores constituia um direito exclusivo da Corôa. Só pela carta régia de 19 de agosto de 1789, revalidada pelo decreto de 17 de janeiro de 1799, foi regulada a nomeação de professores pelos governadores, capitães-generais e bispos. A lei de 10 de novembro de 1772, que creou o **subsídio literário**, foi mandada aplicar ao Brasil, em 1773, pelo marquez do Lavradio, com uma restrição: não seria observada no Rio Grande do Sul... E essa odiosa exclusão sómente cessou pelo decreto de 24 de novembro de 1813, que mandou aplicar ao Continente a lei de 1772, cobrando-se o subsidio “— à razão de 320 réis por cada vez que se matarem para vender tenham ou não 10 arrobas cada uma e 10 réis por cada medida de aguardente, regulando-se isto pela canada de Lisboa.”

O primeiro “professor” que teve o Rio Grande, parece-me, foi frei Joaquim de Santa Ursula, “mestre de gramática”, de 11 de julho de 1773 a 30 de setembro de 1775 e, desta data à da sua morte, em 20 de fevereiro de 1777, “mestre da escola de lêr e escrever”, da Aldeia dos Anjos, hoje Gravataí. Frei Joaquim de Santa Ursula, com alguns outros franciscanos, haviam sido mandados, pelo bispo do Rio de Janeiro, frei Antonio do Desterro, para Rio Pardo, em serviço de catequês dos indios, ficando, entretanto, na Aldeia dos Anjos, onde alguns foram vigarios, dedicando-se Santa Ursula exclusivamente ao ensino.

O governador José Marcelino de Figueiredo foi o creador da escola da Aldeia — “escola de lêr, gramática e solfa” —, ai creando mais um “recolhimento de meninas”, de que foi professora, desde 1778, Gregoria Rita Coelho de Mendonça.

O nosso primeiro **professor público**, propriamente dito, foi Mancel Ximenes Xavier, que da vila do Rio Grande foi transferido, em 1778, para Porto Alegre, com autorização do governador José Marcelino.

Entre 1780 e 1789, sabe-se da existência dos professores Thomaz Luiz Osorio, José da Silva Braga e Manoel da Silva Castro, que percebiam 100\$00 anuais. (Victorino Pereira Coelho em 1790, com o estipêndio de 240\$000 anuais, occuparia a primeira cadeira de gramática latina.

Em 1800 havia, em Porto Alegre, dois professores de primeiras letras: Antonio d'Avila, por alcunha o "Amansa Burros", e Antonio Paraíso Mariano, conhecido por "Tico-tico". Segundo um velho cronista, o ensino era assim ministrado:

— A cada um discipulo principiante é distribuido um pedaço de papelão, sobre o qual, em quarto de papel, está grudado o abecedario, escripto pelo professor. Da mesma forma, sobre pedaços de papelão, são distribuidos aos meninos todas as cartas de nomes, sempre escriptos com letra de mão, como se dizia então. — Depois de saberem toda a escala das cartas, passam á leitura da doutrina christã, ainda escripta por letra de mão. A doutrina christã forma a base da instrução. Duas vezes por semana são examinados os meninos rigorosamente em todas as suas orações, soffrendo crueis castigos, a maior parte das vezes immerecidos, porque as faltas dos examinandos são filhas do terror que inspira o professor aos seus discipulos. Da doutrina christã passam elles a ler, em cadernos escriptos pelo professor, trechos do Velho e do Novo Testamento, sobre cujos artigos preleccionava com pericia pouco comum o snr. Antonio d'Avila. — Depois desta leitura, se exercita o discipulo na leitura de sentenças dos tribunais judiciarios, escolhidas a dedo entre as mais crueis, como, por exemplo, a que condemnou o martyr brasileiro Joaquim José da Silva Xavier (O Tiradentes) e seus companheiros, afim de guiar e acostumar o espirito docil da infancia á obediencia cega ás ordens de El Rei Nosso Senhor. — Só depois de recebida toda esta instrução é que se fornece ao alumno a **cartilha do Padre Ignacio**. Recebido este ambicionado presente, que anuncia ao menino a aproximação do termo do seu martyrio, entra o coitado em nova lucta intellectual que tem de lhe custar muitas duzias de **bolos**; para logo, elle desconhece a letra de imprensa, o que não admitte o tyranno professor. — Acostumado a ouvir a leitura corrente do discipulo, não pode soffrer pacientemente a difficuldade que elle encontra nos novos caracteres que é preciso conhecer a fundo para poder ler correntemente. Tres vezes por semana, dão-se os meninos ao exercicio da escripta, principalmente por fazer riscos perpendiculares, copiados de traslados. Dahi passam a escrever as letras do abecedario, a lapis, para serem depois cobertas com tinta, e por fim escrevem máximas moraes. Cada discipulo, ao acabar a sua escripta, levanta-se da escrivaninha e, depois de a apresentar ao professor, sem ter coragem de levantar os olhos, toma o lugar que lhe compete no banco de estudo e de lá espera, como o condemnado, a leitura da sentença."

— Em 1800, o padre Thomé Luiz de Souza inaugura em Porto Alegre uma aula particular de latim — aula que seria tornada publica em 15. de Outubro de 1807.

Em 1803, o governador Paulo da Gama, depois de escrever que os homens, no Rio Grande, "sabem tanto como as tribus que os cercam", propunha ao governo o seguinte plano de ensino: "— uma escola de ler, escrever e contar, em Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, com 200\$000 annuaes; uma aula de grammatica latina, 300\$000; uma de philosophia racional e moral, 400\$000; uma de arithmetica e primeiros elementos de geometria e trigonometria, 400\$000."

O plano não foi executado, como não seria, em 1815, o de outro governador, o marquez de Alegrete que, lamentando "o total abandono em que encontro a educação da mocidade", sugeria ao governo: 8 aulas de primeiras letras, em diversas localidades; 3 de grammatica latina em Porto Alegre, Rio Grande e Rio

Pardo; uma de philosophia racional, uma de rhetorica e uma de arithmetica, algebra, geometria e trigonometria, em Porto Alegre, orçando a despesa total em 3:000\$000 e declarando que a renda do "subsídio literario" era de 5:000\$000.

No ano de 1813, talvez no intento de conseguir o provimento das aulas, ao qual ninguem se apresentava, fôra baixada uma lei concedendo aos professores de primeiras letras as mesmas vantagens de aposentadoria de que gozavam os professores de retórica e de gramatica latina e grega.

Em 1820, pela "resolução" de 14 de janeiro foram creados 8 aulas públicas de primeiras letras, em Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, S. Antonio da Patrulha, Cachoeira, Pelotas e Piratini; e, pela "resolução" de 17 de fevereiro, uma aula de philosophia, uma de retórica e uma de arimética, algebra e trigonometria, em Porto Alegre; e duas aulas de latim, em Rio Grande e Rio Pardo.

Em 15 de fevereiro de 1821, o padre João de Santa Barbara abria uma aula de philosophia, na Igreja de N. S. Madre de Deus, em Porto Alegre; em 1.º de julho de 1831, no mesmo local, abria uma aula de geometria.

DA INDEPENDÊNCIA À REPÚBLICA

Em 1822 com uma população calculada em cerca de 120.000 habitantes, o Rio Grande continuava em desoladora situação, em materia de ensino. Antonio José Gonçalves Chaves, nas suas "Memorias Economo-politicas", publicadas em 1823, escreve:

"— Não nos consta que haja mais de tres homens formados, naturaes desta Provincia, e quatro meninos em Coimbra; esta falta de gosto pelas sciencias não se pode ter como inaptidão para ellas nos naturaes; mas antes são dotados de grande engenho. Muitas causas poderemos descobrir a esta falta de homens de letras e as principaes nos parecem ser:

1.º — a falta de escolas até de primeiras letras. Quem diria que em toda esta Provincia, até 1820, havia uma única aula de latim, a de Porto Alegre, e que não havia uma escola de primeiras letras paga pelo Estado em toda a Provincia! Em 1821, abria-se uma aula de Philosophia racional em Porto Alegre, e duas de latim, no Rio Grande e em Rio Pardo. E as aulas de primeiras letras que se mandaram crear nas freguezias ninguem as tem querido, por que o honorario é só de cem mil réis, e por menos de quatrocentos mil réis não se pode achar um mestre;

2.º — causa nos parece ser a pouca idade da Provincia. Ha hoje muitos casos de capitaes; mas todos são adquiridos ha pouco tempo, e nós mesmos conhecemos pessoas, que quando ha poucos tempos se viram com capital sufficiente, lamentavam ser seus filhos já homens, sem estarem habilitados a entrarem em estudos".

Em 1823 era adotado, no Brasil, o "ensino mutuo", metodo de Lancaster. Em 1825, o Conselho Administrativo da Provincia do Rio Grande do Sul mandava ao Rio de Janeiro o professor Antonio Alvares Pereira Coruja afim de estudar esse metodo para que aqui fosse aplicado. Em 2 de agosto de 1827, Pereira Coruja instalava em Porto Alegre a primeira aula publica, pelo sistema lancasteriano. Antes disso porém, o padre Juliano de Faria Lobato inaugurara um curso particular pelo mesmo metodo; para isso valera-se o padre Juliano da liberdade de ensino, estabelecida no paiz pela lei de 20 de Outubro de 1823.

A organização do ensino primário no Brasil fôra feita pela lei de 15 de Outubro de 1827, que vigoraria, com pequenas alterações, até a reforma de Leoncio de Carvalho, de 1879, que instituia o ensino primário obrigatório para as

creanças de 7 a 14 anos, residentes, sendo meninos, até a distância de 1 ½ Km, e, sendo meninas, até 1 Km da escola pública, ou subsidiada, mais próxima.

Em 1830, o deputado Ferreira França, no Parlamento Nacional, propuzera que “o magisterio das escolas públicas de primeiras letras se dará com preferência ás mulheres”: dentro dessa orientação, o Rio Grande do Sul creava a primeira aula do sexo feminino em 25 de Outubro de 1831.

Havendo o Ato Adicional, de 1834, pelo art. 10, conferido às Assembléias legislativas provinciais competencia para legislar “sobre instrução publica e estabelecimentos proprios apromovê-la”, o Rio Grande do Sul organizou o ensino pela lei n.º 14, de 22 de dezembro de 1837, da qual constavam os seguintes preceitos:

“Art. 1.º — As Escolas Publicas de Instrução Primaria comprehendem as tres seguintes classes de ensino:

1.ª — leitura e escripta; as quatro operações de arithmetica sobre numeros inteiros, fracções ordinarias e decimaes e proporções; principios de moral christã e da religião do Estado, e a grammatica da lingua nacional;

2.ª — noções geraes de geometria theorica e pratica;

3.ª — elementos de geografia, francez e desenho.

Art. 3.º — São prohibidos de frequentar as Escolas Publicas:

1.º — Todas as pessoas que padecerem molestias contagiosas;

2.º — Os escravos e pretos, ainda que sejam livres ou libertos.

Art. 17 — Nas escolas publicas de Instrução Primaria das meninas srão ensinadas as materias comprehendidas nos ns. 1 e 3 do art. 1.º, menos decimaes e proporções, e a cozer, bordar e os mais misteres proprios da educação domestica.

Art. 28 — Os Professores e Professoras poderão castigar moderadamente os seus discipulos se as penas moraes forem inefficazes.”

Nessa lei estabeleciam-se, ainda, algumas regras sobre a fiscalização das escolas particulares e regulava-se, tambem, a aposentadoria dos professores públicos vitalícios.

A lei de 1.º de Junho de 1857 reformou o ensaio na Provincia, creando dois graus no ensino primário; provendo sobre a nomeação dos professores e fixando-lhes os vencimentos; creando a classe de adjuntos; e creando o serviço de inspeção nas escolas públicas e particulares.

A lei n.º 14 foi substituida, em 20 de maio de 1876, pela lei n.º 1046, que prescrevia:

“Art. 1.º:

O ensino do 1.º grau comprehenderá: leitura; calligraphia; principios de moral christã; arithmetica, até proporções; grammatica nacional e analyse grammatical, e o ensino das cousas.

O do 2.º grau comprehenderá, além dessas materias: regencia em prosadores; exercicios de composição, tanto sobre pontos de grammatica, como sobre outros assumptos; continuação da arithmetica na applicações praticas do systema metrico e das proporções; elementos de geographia em geral; corographia e historia do Brasil; geometria pratica e continuação do ensino das cousas.

“Exceptuão-se do exame para provimento interino das cadeiras:

1.º — os bachareis em letras, e os graduados em qualquer ramo de instrução superior pelas academias do Imperio; z

2.º — os professores particulares que, por mais de cinco annos, tiverem exercido o magisterio com reconhecida vantagem para o ensino, e que apresentarem carta de habilitação de algum das Escolas Normaes do Imperio.”

A lei n.º 1108, de 8 de maio de 1877 regulava o provimento de cadeiras, fixando as seguintes condições:

“Art. 2.º — O cargo de professor público effectivo só poderá ser provido por normalistas que tenham o curso da Escola Normal e hajão completado a idade de 20 annos.

“Art. 3.º — Para as aulas do sexo masculino poderão ser nomeadas as normalistas que houverem attingido á idade de 23 annos. Estas aulas poderão ser mixtas; e quando o forem, não serão nellas matriculados meninos que tenham mais de 7 annos, nem estes permanecerão na aula depois de haverem completado 10 annos.

Art. 6.º — As preferencias para o provimento do cargo de professores serão as seguintes:

1.º — O exercicio de adjunto ou adjunta;

2.º — As melhores notas de aprovação durante os tres annos do curso;

3.º — Para as aulas dos nucleos coloniais, o conhecimento pratico da lingua allemã.

Art. 18 — O conselho de instrução se comporá: do director geral. O diretor da Escola Normal. De um professor do ensino secundário e outro do primário que serão os effectivos mais antigos que residirem na capital. De dous cidadãos com as necessarias habilitações, preferindo-se um medico e um bacharel em direito.”

Em 1882, o Ministro dos Negocios do Imperio, Rodolpho Dantas, sugeria ao governo da Provincia a creação de um fundo especial destinado ao incremento da instrução pública primária, devendo consistir o mesmo na creação de um imposto local, mediante pequena contribuição directa dos habitantes dos municipios, e de uma taxa adicional sobre algum dos impostos provinciais. A suggestão foi transmitido á Assembléa em “Fala” de 1883, pelo presidente da Provincia, José Antonio de Souza Lima.

Essa idéia seria realizada, até certo ponto, pela lei n.º 48, de 1904, que creou no Rio Grande do Sul a “taxa escolar”.

Sobre estabelecimentos de ensino, na capital, existem as seguintes medidas legislativas:

— lei n.º 52, de 23 de maio de 1846, creando o “Lyceu D. Afonso”;

— lei de 5 de abril de 1869, creando a Escola Normal, que seria duas vezes reorganizadas, pelas leis de 8 de março de 1877 e de 4 de janeiro de 1881, sendo, afinal, suprimida pela lei de 14 de março de 1900;

— lei n.º 777, de 1871, creando o “Atheneu Rio Grandense”, que se destinava, nos termos do art. 1.º, a ministrar o ensino clássico e profissional.

Pela lei n.º 1340, de 27 de maio de 1881, foi instituida a obrigatoriedade do ensino primário, medida, aliás, que nunca foi efetivada.

Em lei de 2 de fevereiro de 1897, o governo republicano fazia, no Rio Grande do Sul, uma total reorganização do ensino primário.

Entre 1845, termo da revolução farroupilha, e 1889, considerada por decaénios, era essa a situação da instrução pública no Rio Grande do Sul:

— 1845 —	59 aulas providas com	1.900 alunos;
— 1855 —	97 aulas providas, com	3.764 alunos;
— 1865 —	168 aulas providas, com	6.293 alunos;
— 1875 —	326 aulas providas, com	9.462 alunos;
— 1885 —	377 aulas providas, com	17.176 alunos;
— 1889 —	385 aulas providas, com	14.476 alunos.

Entre 1860 e 1889, o ensino particular atingiu, entre nós, a um desenvolvimento notável. Existiram, em Porto Alegre, os seguintes collegios: “Colégio Rio Grandense”; “Instituto Brasileiro”; “Escola Brasileira”; “Colégio Gomes”; “Atheneu Brasileiro”; “Ginasio S. Pedro”; em Rio Grande, o “Liceu Rio Grandense” e o “Colégio S. Pedro”; em Pelotas, o “Ginasio Pelotense”; em Taquarí, o “Colégio Leandro Ribeiro”, além de outros.

Entre os professores que, a esse tempo, distinguiram-se no exercício do magistério, podem ser citados: Bibiano de Almeida; Apolinario, Apêles e Aquiles Porto Alegre; Padre Chagas; Conego Gonçalves Vianna; Affonso Marques; Hilario Ribeiro; Ulysses José Costa Cabral; Francisco Paula Soares; Fernando Ferreira Gomes; José Theodoro de Souza Lobo; Ignacio Montanha; Aurelio Benigno de Castilhos; Frederico Fitzgerald; André Leão Puente; Alfredo Clemente Pinto; Miquelina Mesquita Ferrugem; Emilia Gonçalves de Mesquita Ribeiro; Luciana de Abreu; Maria José das Neves Pradel.

Em 1883, era creada, em Pelotas, a “Escola de Agronomia “Elyseu Maciel”, o primeiro estabelecimento de ensino desse genero organizado no Brasil.

Com a República, iniciou-se uma fase de grande atividade educacional. No ensino primário, foram em muito aumentadas as aulas e sem demora seriam instalados, nos principais centros urbanos do Estado, os “Colégios Distritais”.

Em Porto Alegre, é de recordar-se o “Colégio Cecilia Corseuil Du Pasquier”. — No ensino secundário, na cidade do Rio Grande, funcionava o “Ginásio Lemos Junior” e nele passariam a figurar ginasios e collegios de ordens religiosas, como o “Ginasio N. S. da Conceição”, masculino, e o “Colégio S. José”, feminino, em S. Leopoldo.

No ensino artístico, em 1908, dava-se a fundação do “Instituto de Belas Artes”, nesta capital.

No ensino superior foram fatos de relêvo as fundações de: “Escola de Agricultura e Veterinária”, de Taquarí, em 1890; “Escola de Medicina de Porto Alegre”, em 1898; Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1900; “Escola de Engenharia de Porto Alegre”, em 1896, que se desdobraria em institutos de ensino secundário, técnico e profissional, como o “Ginásio Julio de Castilhos”, o “Instituto Borges de Medeiros” e a “Escola Técnica Profissional Parobé”.

ALEXANDRE DE MAGALHÃES

NOTAS GENEALÓGICAS

por
João Pinto Guimarães

Alexandre de Magalhães, primitivo povoador do Rio Grande do Sul, veio com sua família, do Rio de Janeiro, em 1737, arranchou-se primeiramente no Rio Grande de S. Pedro, passando-se mais tarde para Viamão.

Alexandre de Magalhães era natural de Braga, Portugal e faleceu em Viamão (no Povo de Nossa Senhora dos Anjos) com noventa e tantos anos, em 13 de maio de 1774; foi casado com d. Ana Pereira, natural da freguezia da Candelaria, no Rio de Janeiro, filha de João da Costa Braga e de d. Maria Pereira da Bôa Nova, naturais de Portugal.

Do casal descobrimos três filhos: Pedro, Antonia e Ana.

CAPITULO I

Pedro de Magalhães, primeiro filho de Alexandre de Magalhães, nat. da Colonia do Sacramento; cas. no Rio Grande do S. Pedro em 14-IX-1757, com d. Ana de São José, nat. da Ilha de S. Jorge, Açores, filha de Vital de Oliveira e de d. Maria Pereira.

Do casal houve 3 filhos:

§ 1.º

1-1 Francisco, nasc. e bat. no Rio Grande do S. Pedro em 15-IX-1758.

§ 2.º

1-2 Inocencia, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 1-I-1760.

§ 3.º

1-3 Joaquim, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 2-IX-1761.

CAPITULO II

Antonia Pereira de Souza, segunda filha de Alexandre de Magalhães, nasc. na cidade de Rio de Janeiro e fal. em Viamão em 17-II-1790, com cerca de 80 anos; casou com o mestre calafate Silvestre Domingues, primitivo povoador do Continente do Rio Grande de São Pedro, vindo possivelmente da Colonia do Sacramento com o Brigadeiro Silva Paes, em 1737, nat. da freg. de S. Salvador de Arvore, bisp. do Porto e fal. no Rio Grande de S. Pedro em 16-V-1761, com cerca de 70 anos, filho de Luiz Domingues e de d. Francisca Pereira, nats. de Portugal.

Do casal houve 10 filhos.

§ 1.º

1-1 Francisca Pereira, casou no Rio Grande de S. Pedro a 5-V-1757 com

Manoel da Costa Luiz, Filho de Manoel da Costa Luiz e de d. Izabel Simões, nats. de Valongo, bisp. de Lamego, Portugal.

§ 2.º

- 1-2 Inocencia Francisca Pereira, nasc. e bat. no Rio Grnade de S. Pedro em 1-IV-1741; casou com José da Costa Luiz, nat. de Lamego, Portugal, filho de Manoel da Costa Luiz e de Izabel Simões, nats. de Valongo, bisp. de Lamengo.

Pais de

- 2-1 Izabel Pereira, nasc. em Viamão a 8, bat. a 29-III-1767; casou com José Luiz da Costa, nat. d Laguna, filho de N. Costa e de d. Maria Costa, nat. da Espanha.

Pais de

- 3-1 Claudina, nasc. em Viamão a 17, bat. a 24-IV-1785.
2-2 Eugenia, nasc. e bat. em Rio Grande de S. Pedro a 18-VIII-1758.
2-3 Tereza, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro a 6-II-1760.
2-4 José, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro a 17-IX-1761.
2-5 José, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro a 20-XII-1763.

§ 3.º

- 1-3 Joana Pereira de Souza, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 17-XI-1742 e fal. em Viamão a 14-IX-1812; casou no Rio Grande de S. Pedro em 10-VII-1757, com Izidoro Antunes Pinto, tenente de auxiliares, nat. da Colonia do Sacramento e fal. em Viamão em 7-VI-1809; filho do guarda-mór João Antunes da Porciuncula, nat. de Portugal, fal. no Rio Grande de S. Pedro em 1779 e de sua primeira mulher d. Antonia Pinto, nat. de Portugal, fal. no Rio Grande de S. Pedro em 12-VI-1738, n. p. de Manoel Gomes e de d. Josefa Macia, nats. de Portugal. Titulo Antunes da Porciuncula; Cap. II, com descendencia ali.

§ 4.º

- 1-4 Manoel, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 12-XI-1744.

§ 5.º

- 1-5 Francisco Domingues, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 20-XI-1746, fal. em Porto Alegre em 28-VII-1802; casou em Viamão em 19-V-1790, com d. Ana Maria de Jesus, nat. do Rio Grande de S. Pedro, filha de Manoel da Ressureição e de d. Inácia Maria de Jesús.

§ 6.º

- 1-6 Silvestre, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 9-XI-1748.

§ 7.º

- 1-7 Ana Francisca Pereira de Souza, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 25-IX-1750 e fal. em Viamão a 25-V-1830; casou em Viamão em 4-X-1770, com Antonio Antunes Pinto, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 3-VIII-1738 e fal. em Viamão em 19-X-1818, filho do

guarda-mór João Antunes da Porciuncula e de d. Antonia Maria Pinto, já referidos no § 3.º. Título Anunes da Porciuncula, Cap. III, com descendência ali.

§ 8.º

- 1-8 Luiz Domingues Pereira, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 10-V-1755, fal. em Viamão em 2-VI-1818; casou em Viamão em 27-II-1791, com d. Joana Inácia de Jesús, nat. do Rio Grande de S. Pedro, fal. em Viamão em 24-XII-1802, com 40 anos, filha de José Luiz da Cunha, nat. de Portugal e de d. Tereza inácia de Jesus, nat. da Ilha do Faial.

Pais de

- 2-1 Inez, nasc. em Viamão em 19, bat. em 28-IV-1792.
2-2 Cezaria, nasc. em Viamão em 10, bat. em 18-IV-1795.
2-3 Candido, nasc. em Viamão em 20, bat. em 26-I-1797.
2-4 Carlos, nasc. em Viamão em 4 e bat. em 9-III-1798.
2-5 Delfina Pereira, nat. de Viamão; casou com Antonio Silveira Gularie, nasc. em Viamão a 12, bat. a 26-VI-1791, filho de Tomaz Silveira Gularie, nat. da freg. de Pedro Miguel da Ilha do Faial e de d. Mauricia Severina, nat. do Rio Grande de S. Pedro; n. p. de Francisco Gularie e de d. Tereza Maria; n. m. de João de Souza Machado e de d. Luiza Machado.

Pais de

- 3-1 Luiz, nasc. em Viamão em 8, bat. em 16-I-1803.
3-2 Eleutério, nasc. em Viamão em 25-XI, bat. em 1-XII-1804.
3-3 Claudio, nasc. em Viamão em 10, bat. em 20-VIII-1806.
3-4 Antonio, nasc. em Porto Alegre em 6-IX, bat. em 3-XI-1819.
2-6 Dezideria Eufrazia Pereira, nat. de Viamão; casou com Francisco Pereira Maciel, nasc. em Viamão em 29-I, bat. em 10-II-1782, filho de André Pereira Maciel, nat. de Viana, Portugal e de d. Antonia Maria Torres Quintanilha, nat. da freg. do Desterro da Ilha de Sta. Catarina; n. p. de Antonio Borges de Mesquita e de d. Domingas Pereira nets. de Portugal; n. m. de Francisco Torres Quintanilha e de d. Francisca Mariana.

Pais de

- 3-1 Maria, nasc. em Porto Alegre em 21, bat. em 29-XI-1815.
3-2 João, nasc. em Porto Alegre em 7, bat. em 23-IX-1817.
3-3 Antonia, nasc. em Porto Alegre em 8-VII, bat. em 14-VIII-1819.

§ 9.º

- 1-9 Narcizo, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 29-X-1756.

§ 10.º

- 1-10 Antonia Pereira de Souza, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro, fal. em Porto Alegre, em 4-X-1788; casou com Antonio Rodrigues Guimarães, nat. e bat. na freg. de Sta. Maria do Adoufe, termo da Vila Real do arcebispo. de Braga, filho de Antonio Alves e de d. Luiza Rodrigues, nats. de Adoufe.

Pais de

- 2-1 Laura Maria da Conceição, nasc. em Viamão em 28-II, bat. em

9-III-1777; casou em Porto Alegre em 15-VIII-1792 com o capitão Antonio Rodrigues da Silva, nat. da Colonia do Sacramento, filho do capitão Simão da Silva Guimarães, nat. da freg. de S. Vicente de Oleiros, termo da vila de Guimarães, arcebis. de Braga, Portugal e de d. Tereza de Figueiredo, nat. da Colonia do Sacramento.

Pais de

- 3-1 Manoel, nasc. em Porto Alegre em 5, bat. em 24-VIII-1800.
- 3-2 Rita, nasc. em Porto Alegre em 23-II, bat. em 11-III-1805.
- 3-3 Tereza, nasc. em Porto Alegre em 26-IV, bat. em 8-V-1808.
- 3-4 João, nasc. em Porto Alegre em 22-III, bat. em 6-IV-1812.
- 2-2 Francisco, nasc. em Viamão em 16, bat. em 26-VI-1779.
- 2-3 Joaquina, nasc. em Porto Alegre, em 15, bat. em 25-VIII-1781, onde fal. solteira em 12-V-1798.
- 2-4 José Rodrigues Guimarães, nasc. em Porto Alegre em 10, bat. em 18-XII-1783, onde casou com d. Senhorinha Antunes de Abreu.
- 2-5 Joaquina, nasc. e bat. em Porto Alegre em 20-I-1786.
- 2-6 Francisca Pereira de Souza, nat. de Viamão; casou em Porto Alegre em 30-VIII-1795, com o capitão Joaquim Lopes de Barros, nasc. e bat. na matriz da Colonia do Sacramento, filho do capitão José de Barros Coelho nat. da freg. de Sta. Maria Maior da vila de Viana, arcebis. de Braga, Portugal e de d. Matilde Lopes Correa, nat. da Colonia do Sacramento.

Pais de

- 3-1 Maria, nasc. em Porto Alegre em 8, bat. em 21-IX-1796.
- 3-2 Joaquim, nasc. em Porto Alegre em 19, bat. em 25-XI-1797.
- 3-3 Mariana, nasc. em Porto Alegre em 12, bat. em 26-XI-1798.
- 3-4 Ana, nasc. em Porto Alegre em 10, bat. em 22-V-1800.
- 3-5 José Pereira de Barros, nasc. em Porto Alegre em 1, bat. em 21-VIII-1801, onde fal. em 18-V-1858. Foi fiel dos Armazens Nacionais.
- 3-6 Joaquina, nasc. em Porto Alegre em 5, bat. em 17-VII-1803.
- 3-7 Manoel, nasc. em Porto Alegre em 12, bat. em 28-X-1804.
- 3-8 João, nasc. em Porto Alegre em 16-XI, bat. em 1-XII-1806.
- 3-9 Francisco, nasc. em Porto Alegre em 1, bat. em 19-III-1808.
- 3-10 Francisco, nasc. em Porto Alegre em 17-X, bat. em 1-XI-1809.
- 3-11 Matilde nasc. em Porto Alegre em 19-IV, bat. em 3-V-1811, onde fal. em 10-IV-1813.
- 3-12 Antonio, nasc. em Porto Alegre em 1, bat. em 30-VIII-1812.
- 3-13 Sebastião, nasc. em Porto Alegre em 13-III, bat. em 12-IV-1814.
- 3-14 Matilde, nasc. em Porto Alegre em 30-VII, bat. em 22-VIII-1815.
- 3-15 Rosa, nasc. em Porto Alegre em 30-VIII, bat. em 9-X-1817.

CAPITULO III

Ana Pereira de Souza, ultima filha de Alexandre de Magalhães, nasc. no Rio de Janeiro e já fal. em 1780; casou com Francisco Gonçalves Retorta, nat. da freg. de S. Salvador Touquinho, arcebis. de Braga, Portugal, filho de Antônio de Azevedo e de d. Inocência Francisca.

Do casal houve 10 filhos.

§ 1.º

- 1-1 Antonio Buiú, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 15-IV-1741.

- 1-2 Monica Pereira de Souza, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 20-IV-1742, onde casou em primeiras nupcias em 16-X-1759, com Manoel Jorge da Silva, nat. da freg. de Boboner, termo de Obidos, do Patriarcado de Lisboa, fal. em Sto. Antonio da Patrulha em 23-XI-1778, com 73 anos, filho de Pedro Jorge e de d. Felipa Pereira.

Pais de

- 2-1 Manoel, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 6-XII-1760.
2-2 Inácia Pereira de Souza, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 31-X-1762; casou com o capitão Pedro Pereira Maciel.
1-2 Monica Pereira de Souza, em segundas nupcias casou com Antonio de Azevedo e Souza, nat. da freg. de Sta. Maria Madalena da cidade de Porto, faleceu em sua fazenda do Palmar em Conceição do Arroio, em 19-VII-1807, com 76 anos.
2-3 Ana Joaquina de Azevedo, nasc. e bat. na freg. de N. S. da Conceição do Arroio; casou em Porto Alegre, em 21-II-1802, com o capitão José Ribeiro dos Santos, nasc. e bat. na freg. de S. Martinho da cidade do Porto, filho de José Ribeiro e de d. Josefa Maria do Sacramento, nats. da freg. de S. Martinho e já viuvo de d. Inácia Xavier Jesús.

Pais de

- 3-1 Monica Pereira de Azevedo e Souza, nasc. na freg. de N. S. da Conceição do Arroio; casou com Candido Rodrigues Pereira, nat. de Rio Grande; § 9.º, 2-4 adeante.
3-2 Angelo, nasc. em Viamão em 29-XII-1802, bat. em 6-I-1803.
3-3 Rosa, nasc. em Porto Alegre em 12, bat. em 19-III-1811.

§ 3.º

- 1-3 Quiteria Pereira do Nascimento, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 7-I-1744, onde casou em 16-X-1759, com Francisco Lopes de Matos, nat. da Colonia do Sacramento, filho de Pedro Lopes e de d. Maria Gonçalves.

§ 4.º

- 1-4 Perpetua Francisca Pereira, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 16-III-1745, onde casou em 28-XI-1760, com Antonio Dias da Costa, nat. da freg. de N. S. da Graça, termo da vila de Trancoso, lugar de Freixos, bisp. da Guarda, Portugal, filho de Antonio da Costa, nat. da praça de Chaves, arcebisp. de Braga e de d. Maria de Andrade, nat. da freg. de N. S. da Graça.

Pais de

- 2-1 Perpetua, nasc. em Viamão em 21-IX, bat. em 5-X-1774.
2-2 Laurentino, nasc. em Viamão em 3, bat. em 21-IX-1780.
2-3 Alexandre, nasc. em Viamão em 23-XI, bat. em 9-XII-1783.

§ 5.º

- 1-5 Eufrazia, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 25-XII-1746.

§ 6.º

- 1-6 Eugenia, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro, em 28-X-1748.

§ 7.º

- 1-7 Maria Joaquina Pereira, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 19-IX-1752; casou com Bernardino Pinto Bandeira, nat. de Laguna, filho

de Bernardo Pinto Bandeira, nat. de Laguna e de d. Maria Santa, nat. da Ilha de S. Jorge; n. p. de José Pinto Bandeira, nat. de Valongo, bisp. do Porto e de d. Catarina de Brito, nat. de Laguna; n. m. de Domingos Pacheco e de d. Maria Pascoa, nats. da Ilha de S. Jorge. Título Pinto Bandeira, ali a descendência.

§ 8.º

- 18- Inácia Pereira de Souza, casou com João Corrêa Chaves, nat. de Sepiães (?) filho de Bernardo de Souza e de d. Joana Gonçalves nats. de Portugal.

Pais de

- 2-1 Manoel, nasc. e bat. em Mustardas, em 28-XII-1782.
2-2 Ana, nasc. e bat. em Mustardas, em 13-VII-1786.
2-3 Francisco, nasc. e bat. em Mustardas, em 10-VIII-1787.

§ 9.º

- 1-9 Ana Francisca Pereira de Souza, nasc. no Rio Grande de S. Pedro; casou em Porto Alegre em 15-VIII-1790, com o capitão Antonio Rodrigues Guimarães, nat. da freg. de Sta. Maria do Adoufe, arcebispo de Braga, fal. em Porto Alegre em 30-VII-1812, com mais ou menos 72 anos, já viuvo de d. Antonia Pereira de Souza, filho de Antonio Alvares e de d. Luiza Rodrigues.

Pais de

- 2-1 Luiza, fal. em Porto Alegre em 8-X-1802, com 7 anos.
2-2 Antonio Pereira de Souza, nasc. em Porto Alegre em 13, bat. em 22-IV-1793, onde fal. em 11-VI-1806.
2-3 Francisco Rodrigues, nasc. em Porto Alegre em 28-VII, bat. em 9-VIII-1794, onde fal. em 16-V-1809.
2-4 Eufrazia, nasc. em Porto Alegre em 28-VIII, bat. em 7-IX-1798.
2-5 Candido Rodrigues Pereira, nasc. em Porto Alegre em 11, bat. em 20-III-1800; casou com d. Monica Pereira de Azevedo e Souza, nat. de N. S. da Conceição do Arroio, filha do Capitão José Ribeiro dos Santos, nat. da cidade do Porto e de d. Ana Joaquina de Azevedo, nat. de Conceição do Arroio; § 2.º, 2-3, 3-1 retro.
2-6 Ana, nasc. em Porto Alegre em 19-VIII, bat. em 2-IX-1801.

§ 10.º

- 1-10 Rosa Maria (ou Rosa Joaquina) de Souza, casou em primeiras nupcias com Inácio da Costa.

Pais de

- 2-1 Ana, nasc. e bat. no Rio Grande de S. Pedro em 26-VI-1749.
2-2 Laura, nasc. e bat. em Mustardas em 27-I-1782.
1-10 Rosa Maria de Souza, em segundas nupcias, casou com Tomaz José Luiz Ozorio, filho de José Antonio, homem solteiro.

FAMILIA PORTUGAL de São Gabriel *

por CELSO MARTINS SCHRÖDER

Antônio Martins nasceu em São Pedro de Serva (Portugal) e casou com Senhorinha de Jesús Maria, nascida em Santa Senhorinha (Portugal). Foram pais de:

- F. 1 — Bento José Martins, nasceu em Santa Senhorinha (Portugal) em 1756 e faleceu em Pôrto Alegre a 7 de outubro de 1818, tendo casado em Rio Pardo (Rio Grande do Sul) com Simeana Joaquina de Menezes, nascida em Rio Grande e filha de Antônio José de Meneses e de Antônia Margarida, ambos nascidos nas ilhas dos Açores. Foram pais de:
- V. 1 — Antônio Martins de Meneses nascido em Rio Pardo em 1793 e falecido em Pôrto Alegre a 14 de dezembro de 1853, tendo casado em 1.^{as} núpcias com Maria do Carmo Amaral, nascida em Cachoeira e viuva de Joaquim Antônio de Araujo, e em 2.^{as} núpcias com Rita de Cássia Meneses, nascida em Pôrto Alegre e viuva do capitão Antônio Pedro de Azevedo Soutomaior. Filha do 1.^o casamento:
- Bn. 1 — Bárbara Joaquina de Meneses, nascida em Cachoeira e falecida em Uruguaiana em 1893 ou 1895, tendo casado com José Joaquim Rodrigues de Almeida Gomes Portugal, nascido em Lisboa (Portugal), moço fidalgo da Casa Real vindo para o Brasil com o rei Dom João VI em 1808. Foram pais de:
- Tn. 1 — Senhorinha de Meneses Portugal, casou com o seu tio tenente-coronel Gabriel Martins de Meneses, nascido em Cachoeira a 30 de junho de 1822 e batizado em São Gabriel, o qual assistiu como capitão do 17.^o corpo provisório de cavalaria da Guarda Nacional à rendição dos paraguaios em Uruguaiana em 1865. Foram pais de:
- Qn. 1 — Zulmira Portugal de Meneses, nascida em Uruguaiana, onde casou em 28 de setembro de 1874 com o major Bernardo José Vasques, natural do Rio de Janeiro. Foram pais de:
- Pn. 1 — Zulmira de Meneses Vasques, nascida em Pôrto Alegre a 27 de abril de 1880.
- Qn. 2 — Hercília Portugal de Meneses casou em Uruguaiana a 27 de abril de 1875 com Benjamim de Carvalho Silva.
- Qn. 3 — Teófilo Portugal de Meneses, casado em Uruguaiana a 23 de novembro de 1878 com Prudenciana Ferreira de Oliveira.
- Qn. 4 — Joana Portugal de Meneses, nascida em Uruguaiana em 1865, onde casou a 12 de dezembro de 1881 com o tenente Antônio Facundo de Castro Meneses, natural do Pará.
- Qn. 5 — Almerón Portugal de Meneses nascido em Uruguaiana em 1867, onde casou a 14 de julho de 1890 com Eulália Júlia de Souza.

(*) — O presente trabalho constitui uma ampliação das notas genealógicas publicadas pelo confrade dr. Jorge Godofredo Felizardo, in "Anais do 3.^o Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia", notas essas relativas ao tronco de Bento José Martins.

Tn. 2 — Joana Umbelina de Meneses Portugal, que foi a 1.^a espôsa do seutio General Bento Martins de Meneses, barão de Ijuí, nascido em Cachoeira a 7 de setembro de 1818 e batizado em São Gabriel, tendo falecido em Uruguaiana a 27 de março de 1881. Bento Martins, como tenente-coronel comandante do 17.^o corpo assistiu à rendição dos paraguaios em Uruguaiana em 1865. Em 13 de outubro de 1865 o conde de Pôrto Alegre dissolveu o 17.^o corpo provisório pela deserção em massa dos seus soldados e prendeu em Uruguaiana o tenente-coronel Bento Martins para responder a conselho de investigação e depois a conselho de guerra. Em 3 de outubro de 1867 o duque de Caxias elogiou-o por haver cumprido meritariamente seus deveres, sustentando a boa reputação que já havia conquistado. Em 13 de dezembro de 1867 o duque de Caxias o promoveu a coronel. Em 5 de março de 1869 o duque de Caxias nomeou-o comandante da 7.^a brigada da 3.^a divisão do coronel Vasco Alves Pereira, barão de Santa Ana do Livramento. O decreto de 20 de fevereiro de 1869 lhe conferiu a medalha de mérito militar e as honras de coronel do Exército pelos relevantes serviços prestados nos memoráveis combates do mês de dezembro de 1868. Em 7 de junho de 1869 o conde d'Eu lamentou em ordem do dia a dúvida qua ainda pairava sobre a sorte de alguns bravos que faziam a retaguarda da coluna, entre os quais sentia profundamente ter de mencionar o coronel Bento Martins, comandante da 8.^a brigada de cavalaria. "A bem conhecida aptidão e intrepidez dêsse distinto oficial davam, porém, fundada esperança de que tivesse, com seus companheiros, procurado novo caminho e podesse em breve receber os estusiasticos abraços dos seus patriotas." Em ordem do dia de 21 de junho de 1869 o conde d'Eu louvou muito especialmente o coronel Bento Martins pela resignação, perseverança e presença de espírito de que deu prova, conseguindo juntar-se ao Exército em 18 de junho após prolongada peregrinação por terrenos ínvios e desconhecidos, durante a qual arrostando inúmeros perigos e privações. Concedeu-lhe na mesma ocasião o referido Príncipe a medalha de mérito. Em 7 de julho de 1869 o coronel Bento Martins foi nomeado comandante da 7.^a brigada, composta do 3.^o e 17.^o corpos. Em 23 de dezembro de 1869 era comandante da mesma brigada composta do 15.^o, 17.^o, 19.^o e 20.^o corpos, e operava ao norte do rio Manduvirá sob a direção do marechal Vitorino José Carneiro Monteiro, barão de São Borja. Tendo o coronel paraguaio Romero tentado ir ao departamento de San Pedro em 25 de novembro de 1869, saíram nossas forças de Concepción, e foi êle batido parcialmente por partidas nossas, uma delas comandada "pelo bem conhecido coronel Bento Martins. Em ordem do dia de 15 de março de 1870 o conde d'Eu, referindo-se ao combate de Aquidaban, em que foi morto o ditador Solano López, diz que à testa dos que estavam às ordens do General José Antonio Correia da Câmara, visconde de Pelotas, figurava o distinto coronel Bento Martins, a quem louvou pelos seus bem sucedidos esforços e nisso nada mais fazia do que a opinião do Império, sem dúvida, acolheria o feito mais importante de toda a guerra. O coronel Bento Martins já estacionava em Bela Vista com 2 batalhões de infantaria e 2 corpos de cavalaria, quando em 6 de fevereiro o General Câmara resolveu para ali seguir, indo de Concepción, com destino a Dourados. Em 13 de fevereiro, próximo a Bela Vista soube Câmara por comunicação de Bento Martins que López abandonando a estrada de Dourados, passára o Chiriguêlo vindo ocupar na serra as alturas que separam os arrôios que afluem ao

Aquidaban. Câmara fez Bento Martins seguir de Bela Vista pela estrada de Dourados, agregando-lhe 2 canhões e uma ala de um batalhão de infantaria, determinando-lhe que se esforçasse por ocupar até 2 de março a bôca da picada de Chiriguelo. Em 2 de março de 1870 Câmara recebeu comunicação de que Bento Martins transpunha a picada de Chiriguelo e que o 12.º batalhão de infantaria já estava acampado no local do combate do dia 1.º, em que morreu López. Diz Câmara: "A rapidez da marcha feita por êsse distinto oficial só por si honra e glorifica um chefe; em minha opinião ela vem justificar o nome brilhante e reputação que tem êle sabido conquistar à custa de valor, perseverança e consumada perícia. Não pôsso deixar de pedir a elevada atenção de V. Excia. (Marechal Vitorino) para a importante comissão cabalmente desempenhada pelo coronel Bento Martins. A confiança que eu deposei neste chefe, fazia-me reputar perdido o inimigo no meio das serras que o ocultavam e êle provou minha opinião ocupando a única vereda que restava franca ao inimigo, no dia que eu lhe havia determinado para ser inevitavel e decisivo o golpe projetado".

Bento Martins e Joanna Umbelina foram pais de:

- Qn. 6 — Adolfo Martins de Meneses, nascido em Uruguaiana a 10 de dezembro de 1861, casou ali a 29, de maio de 1886 e faleceu a 4 de setembro de 1940, sendo sua espôsa Josefina Gonçalves Viana. Foram pais:
- Pn. 2 — Euclides Martins de Meneses.
- Pn. 3 — Eurico Martins de Meneses, casado em São Paulo com Lucília Montêra e falecido no Rio de Janeiro em 1931. Foram pais de:
- Sn. 1 — Maria Aparecida, nascida no Rio de Janeiro e residente em Bebedouro.
- Sn. 2 — Lígia nascida em Uruguaiana e residente em Bebedouro.
- Pn. 4 — Brasília Martins de Meneses falecida, menor.
- Pn. 5 — Dinorá Martins de Meneses.
- Pn. 6 — Ciro Martins de Meneses.
- Pn. 7 — Bento Martins de Meneses, casado com e residente em Uruguaiana.
- Pn. 8 — Brasilina Martins de Meneses, solteira.
- Tn. 3 — Simeana de Meneses Portugal, foi a 2.ª espôsa de seu tio General Bento Martins de Meneses, barão de Ijuí, viuvo de sua irmã Joanna Umbelina. Foram pais de:
- Qn. 7 — Maria Olimpia de Meneses, nascida em 1873 no departamento uruguiaio de Artigas, solteira.
- Qn. 8 — Bárbara Martins de Meneses, nascida no departamento uruguiaio de Artigas e falecida em Uruguaiana, casada com o General Setembrino Alves de Oliveira, falecido em Alegrete. Foram pais de:
- Pn. 9 — Bento Martins Alves de Oliveira, falecido solteiro em Uruguaiana.
- Pn. 10 — Josefina Alves de Oliveira, casada com e residente em Uruguaiana.
- Qn. 9 — Bento Martins de Meneses nascido em 1881 e falecido menor.
- Tn. 4 — Maria das Dores de Meneses Portugal, casada com Antonio Vaz de Oliveira, n. 1806, f. de José Vaz Bragança. Pais de:
- Qn. 9 — coronel Antônio Cândido Vaz de Oliveira, casado com Adriana Carvalho de Ávila. Foram pais de:
- Pn. 11 — Aldo de Ávila Vaz de Oliveira, casada com Isabel Marquez Rigatti. Foram pais de:
- Sn. 3 — Nize Vaz de Oliveira, solteira.
- Sn. 4 — Aldoir Vaz de Oliveira, solteiro.
- Sn. 5 — Osmar Vaz de Oliveira, solteiro.
- Sn. 6 — Noeli Vaz de Oliveira, solteira.
- Pn. 12 — Ema de Ávila Vaz de Oliveira, solteira.

- Pn. 13 — Hugo de Ávila Vaz de Oliveira, casado com Aida Garcia Portugal, sem sucessão.
- Pn. 14 — Osmar de Ávila Vaz de Oliveira, falecido solteiro.
- Pn. 15 — Oto de Ávila Vaz de Oliveira, falecido solteiro.
- Pn. 16 — Ida de Ávila Vaz de Oliveira, solteira.
- Pn. 17 — Elba de Ávila Vaz de Oliveira, solteira.
- Pn. 18 — Êr de Ávila Vaz de Oliveira, casada com Cassiana Viedo Evangelho. Pais de:
- Sn. 7 — Antônio Paulo.
- Sn. 8 — Clara Maria, nascida a 12 de dezembro de 1941 e falecida creança.
- Sn. 9 — Luiz Carlos.
- Pn. 19 — Celi de Ávila Vaz de Oliveira, solteira.
- Pn. 20 — Aci de Ávila Vaz de Oliveira, solteira.
- Qn. 10 — Nero Vaz de Oliveira, casado com Ursulina Bambá. Pais de:
- Pn. 21 — Amadeu Vaz de Oliveira, casado com Isolina de Miranda, com sucessão.
- Pn. 22 — Juliana Vaz de Oliveira, solteira.
- Pn. 23 — Raquel Vaz de Oliveira, solteira.
- Pn. 24 — Raul Vaz de Oliveira, casado com sem sucessão.
- Pn. 25 — Maria Vaz de Oliveira, falecida solteira.
- Pn. 26 — Rôla Vaz de Oliveira, solteira.
- Pn. 27 — Nei Vaz de Oliveira, solteiro.
- Pn. 28 — Antônio Vaz de Oliveira, solteiro.
- Qn. 11 — Bárbara de Oliveira, falecida solteira.
- Tn. 5 — Joaquina de Meneses Portugal, casada com Antônio Pedroso de Albuquerque. Pais de:
- Qn. 12 — Antônia Portugal Pedroso, casada com Francisco Leite, sem sucessão.
- Qn. 13 — Valdomiro Portugal Pedroso, casada com Antônia Pais de:
- Pn. 29 — Brasília Portugal Pedroso.
- Qn. 14 — Alcibiades Portugal Pedroso, casado com sem sucessão.
- Qn. 15 — Coriolano Portugal Pedroso, solteiro.
- Qn. 16 — Brasília Portugal Pedroso, solteiro.
- Qn. 17 — Aristides Portugal Pedroso, casado com Vaz. Pais de:
- Pn. 30 — Maria Vaz Pedroso, casada com Pais de:
- Sn. 10 — Brasília Pedroso.
- Sn. 11 — F. solteira
- Qn. 18 — Risoleta Portugal Pedroso, solteira.
- Qn. 19 — Adália Portugal Pedroso, casada com Alfredo Viana, sem sucessão.
- Qn. 20 — Franklin Portugal Pedroso, casada com Pais de:
- Pn. 31 — Odila Pedroso.
- Pn. 32 — Rogério Pedroso, casado com Pais de:
- Sn. 12 — F. solteiro.
- Tn. 6 — Cândida de Meneses Portugal, falecida solteira.
- Tn. 7 — Antônio Rodrigues Portugal, casado com

Era alferes do 6.º batalhão de infantaria quando foi promovido a tenente em 2 de julho de 1865. No combate de Curupayti em 23 de setembro de 1866 foi elogiado por se portar de modo acima de todo elogio, bem confirmando os seus honrosos precedentes e sendo contuso continuou até o fim da luta. Na batalha de Tuyuti em 24 de maio de 1866 o tenente-coronel Antônio da Silva Paranhos, comandante do 6.º batalhão de infantaria, julgou-o merecedor de recomendação, por ter confirmado a reputação de bravura que soube adquirir no ataque de Paysandú, na guerra com o Uruguai em 1864-1865. Mereceu menção especial pelo entusiasmo e valor de que deu pro-

vas no combate de 17 de julho de 1866. Morreu na campanha do Paraguai. Foi pai de:

Qn. 21 — Antônio Portugal, falecido.

Tn. 8 — Coronel Gabriel Rodrigues Portugal, nascido na estância de Tarumã, município de São Gabriel, a 17 de dezembro de 1844, casado com Febrônia Ortiz, faleceu prefeito do município de Uruguaiana. Em 27 de junho de 1869 era tenente e foi promovido a capitão da 7.^a brigada de cavalaria. Em 29 de março de 1870 foi promovido a major. Em 21 de junho de 1869 o conde d'Eu lhe havia concedido a medalha de mérito pelo valor e calma com que se portou no combate de Sapucaí em 8 de junho de 1869, congregando sempre ao redor do estandarte do seu corpo e rompendo a linha inimiga que o envolvera. Pais de:

Qn. 22 — Clodomiro Ortiz Portugal, casado com Nélia de Oliveira. Pais de:

Pn. 33 a 35 — 2 filhos e 1 filha.

Qn. 23 — Leovegildo Ortiz Portugal, casado com Carolina de Carvalho. Pais de:

Pn. 36 a 38 — 3 filhos. Pais de:

Sn. 13 a 17 — 5 filhos.

Qn. 24 — Clotário Ortiz Portugal, casado com Adelina Ranquetat. Pais de:

Pn. 39 a 42 — 4 filhos.

Qn. 25 — Simeana Ortiz Portugal, casada com Antônio Cirino de Carvalho. Pais de:

Pn. 43 a 45 — 3 filhos. Pais de:

Sn. 18 a 20 — 3 filhos.

Qn. 26 — Bárbara Ortiz Portugal, casada com Manuel Adolfo Soares. Pais de:

Pn. 46 a 51 — 6 filhos. Pais de:

Sn. 21 a 27 — 7 filhos.

Qn. 27 — Senhorinha Ortiz Portugal, casada com Antônio José Tomaz Martins de Carvalho. Pais de:

Pn. 52 a 62 — 11 filhos. Pais de:

Sn. 28 a 30 — 3 filhos.

Qn. 28 — Idalina Ortiz Portugal, casada com Valdemar Viana. Pais de:

Pn. 63 a 68 — 6 filhas.

Qn. 29 — Joana Ortiz Portugal, casada com Emílio de Melo, sem sucessão.

Pn. 69 e 70 — 2 filhos ilegítimos dos filhos do casal Gabriel — Febrônia.

Sn. 31 — 1 filho ilegítimo de um dos filhos ilegítimos. Pn. 69 e 70.

Tn. 9 — General Francisco Rodrigues Portugal, nascido em Uruguaiana a 14 de outubro de 1839, casado com Joaquina Vaz de Oliveira. Como alferes do 17.^o corpo provisório de cavalaria da Guarda Nacional assistiu à rendição dos paraguaios em Uruguaiana. O conde d'Eu promoveu-o de alferes a tenente do Estado Maior da 7.^a brigada de cavalaria em 27 de junho de 1869 e a capitão do 1.^o corpo de cavalaria em 29 março de 1870. Comandou forças legalistas na guerra civil de 1893-1895, inclusive as que se bateram com os generais Salgado e Gomercindo Saraiva na batalha de Serro do Ouro. Foram pais de:

Qn. 30 — Lucília Vaz Portugal, casada com Albertino Vaz Bragança, sem sucessão.

Qn. 31 — Bárbara Vaz Portugal, casada com João Pedroso Barreto de Albuquerque Sobrinho, natural de São Gabriel. Pais de:

Pn. 71 — Filinto Portugal Pedroso, casado com Otília Bender. Pais de:

Sn. 32 — João Bender, Pedroso, solteiro.

- Pn. 72 — Ercília Portugal Pedroso, casada com Valentim Jeunnehomme.
Pais de:
- Sn. 33 — Maria Teresa Pedroso Jeunnehomme, solteira.
- Pn. 73 — Jobar Portugal Pedroso, solteira.
- Pn. 74 — Maria Portugal Pedroso, solteira.
- Pn. 75 — Gastão Portugal Pedroso, casado com Nilza Pais de:
- Sn. 34 — Joaquina Pedroso, solteira.
- Sn. 35 — Paulo Pedroso, solteiro.
- Pn. 76 — Alba Portugal Pedroso, solteira.
- Pn. 77 — Aldo Portugal Pedroso, casado com Brunhilde Lewis. Pais de:
- Sn. 36 — Elisabete Maria Lewis Pedroso, solteira.
- Pn. 78 — Ciro Portugal Pedroso, casado com Ivone Brayer. Pais de:
- Sn. 37 — Ivocir Brayer Pedroso, solteiro.
- Sn. 38 — Sérgio Brayer Pedroso, solteiro.
- Pn. 79 — Homero Portugal Pedroso, casado com Mariasem sucessão.
- Pn. 80 — Carlos Portugal Pedroso, solteiro.
- Pn. 81 — Clódia Portugal Pedroso, casada com Nelson de Mesquita. Pais de:
- Sn. 39 — Zilá Pedroso de Mesquita, solteira.
- Qn. 32 — Gabriel Vaz Portugal, casada com Eulália Teixeira da Silva. Pais de:
- Pn. 82 — Ericina da Silva Portugal, solteira.
- Pn. 83 — Francisco José da Silva Portugal, solteiro.
- Pn. 84 — Helena da Silva Portugal, solteira.
- Pn. 85 — Heloisa da Silva Portugal, solteira.
- Qn. 33 — Juvenal Vaz Portugal, casado com Hilda de Miranda Garcia, viuva de Carlos Marques Rigat. Pais de:
- Pn. 86 — Ceres Garcia Portugal, solteira.
- Pn. 87 — Juil Garcia Portugal, solteira.
- Qn. 34 — Tancredo Vaz Portugal, casado com Idília de Miranda Garcia. Pais de:
- Pn. 88 — Aida Garcia Portugal, casada com Hugo de Ávila Vaz de Oliveira, sem sucessão.
- Pn. 89 — Maria Garcia Portugal, solteira.
- Pn. 90 — Francisco Garcia Portugal, solteiro.
- Pn. 91 — Ady Garcia Portugal, solteira.
- Qn. 35 — Pedro Vaz Portugal, casado com Maria Leite. Pais:
- Pn. 92 — Inácio Leite Portugal, solteiro.
- Pn. 93 — Clódia Leite Portugal, casada com Mário Gomes. Pais de:
- Sn. 40 — Antônio Carlos Portugal Gomes, solteiro.
- Qn. 36 — Simeana Vaz Portugal, casada com Sixto Freire Silva, nascido em Melo (Uruguai) em 1887. Pais:
- Pn. 94 — Eloá Portugal Silva, solteira.
- Pn. 96 — Maria Portugal Silva, solteira.
- In. 10 — Pedro Rodrigues Portugal, falecido solteiro. Era 1.º sargento quando o conde d'Eu lhe concedeu em 21 de junho de 1869 a medalha de mérito pelo valor e calma com que se portou no combate de Sapucaí em 8 daquele mês, congregado sempre ao redor do estandarte do seu corpo e rompendo a linha inimiga que o envolvera. Em 27 do mesmo mês foi promovido a alferes. Em 26 de julho seguinte, sendo alferes do 17.º corpo de cavalaria, foi nomeado adjunto ao comando das forças em operações ao norte do rio Manduvirá, de cujo cargo foi exonerado em 28 de março de 1870. Em 15 de abril de 1870 o conde d'Eu o promoveu a tenente-secretário.

Jeronimo de Ornelas Menezes de Vasconcelos (1690-1774)		
Antonia Muniz	cc 1690	João Pestana Veloso
Isabel Muniz de Menezes	Manuel Ho- mem da Costa c.c. 1690	Mariana Muniz
		Antonio Ruas Lomelino
		Antonio Ruas Lomelino { Antonio da Rua { Pedro da Rua c.c. 1560 Maria Lomelino { Antonio Baião { Madalena Lomelino (v. 2)
		Maria das Neves de Velosa { Gabriel Pestana Velosa (v. 3) Grácia de Castro Calaça
		Martim de Castro { Manuel Ferreira de Mendonça Francisca de Castro
		Catarina de Góis { Braz de Castro Catarina de Góis
		Pedro Jorge de Arvelos { Gaspar Rodrigues Catarina d'Arvelos
		Isabel de Souza { Gaspar Fernandes Guimar Luiz
		Jeronimo de Ornelas de Abreu { Antonio Garcia de Gamboa Luzia de Ornelas (v. 4)
		Bernarda de Menezes { Manuel de Castro Maria Menezes (v. 5)

Madalena Lomelino

Estevão Calça

Ana Lomelino

Jorge Lomelino
+ 1548

Maria Adão

Batista Lomelino

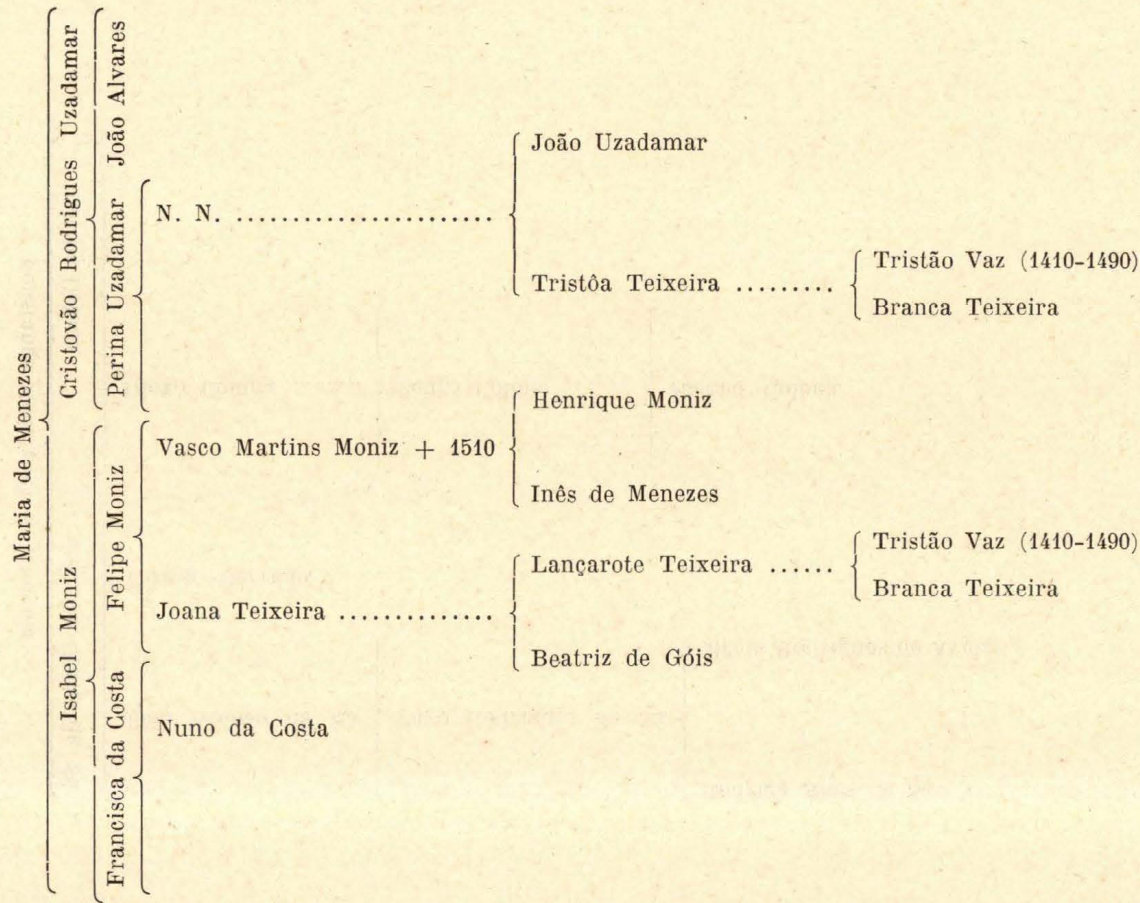
João Adão

{ Adão Gonçalves }
Ferreira {
{ Brites Pires

{ Estevão Pires }
Ferreira }
{ Gonçalo Aires

{ Gomes Ferreira }
Isabel Pereira de Lacerda

Leonor Gonçalves



Constança Rodrigues de Almeida		Rodrigo Anes de Sá	
Cecília Colona	{	João Afonso de Sá	{ Payo Rodrigues de Sá { Rodrigo Anes de Sá
		Teresa Berredo	{ Mécia Rodrigues de Avelar
Cecília Colona	{	Diogo Colona	{ Pedro Colona
			{ Jacobo Colona

João Fernandes de Andrade, o do Arco + 1527

Beatriz da Maya

Fernão Dias de Andrade

Guimar de Sá

Fernão Alvares da Maya

Maria de Moscoso Lima

Fernão Peres de Andrade
1442

Beatriz Valdez

Nuno Freire de Andrade
1430

Garcia Rodrigues Valcacer
1367

João Freire
de Andrade

Mem Rodrigues Valdez

Maria de Horosco

VISCONDE DE SÃO JOSÉ DO NORTE

por WALTER SPALDING

Nascido no Viamão, Estado do Rio Grande do Sul, a 1-1-1815, abandonou cedo sua terra natal embarcando em navio de alto bordo, tornando-se mais tarde, capitão e proprietário de regular frota.

Casou no Rio de Janeiro com dona Maria Joanna Vieira.

E' certo que já em 1844 estava radicado na cidade do Rio Grande, onde foi forte comerciante, pois nesse ano fundou, com outros, a Praça do Comércio, hoje Camara do Comércio da Cidade do Rio Grande. Foi também fundador da Cia. de Seguros Rio Grandense.

Chefe do partido Conservador por longos anos, teve grande influência e, graças a iniciativa sua junto ao Governo Imperial, a linha férrea foi prolongada da estação Central do Rio Grande até o porto, ficando aí instalada a estação Maritima.

Em grande número são os serviços que prestou à cidade do Rio Grande que lhe deu o nome a uma de suas praças centrais.

Eufrazio Lopes de Araujo faleceu em 1891 na cidade do Rio Grande. Teve a honra de hospedar por duas vezes S. M. o Imperador D. Pedro II, em 1845 e em 1865 sendo que neste ano também o Conde d'Eu. Em 1884 teve a mesma honra hospedando a Princeza Izabel, Conde d'Eu e filho.

Aos 12 de Abril de 1867, o Imperador "tendo atenção ás qualidades que concorrem na pessoa de Eufrazio Lopes de Araujo, da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul", houve por bem nomeal-o Moço da Camara da sua Imperial Guarda Roupas Honorario.

Aos 15 de Janeiro de 1870, o Imperador, atendendo ao que lhe representou Eufrazio Lopes de Araujo, Capitão Quartel Mestre do Comandado Superior da Guarda Nacional dos Municípios de Rio Grande e São José do Norte, da Provincia do Rio Grande do Sul, houve por bem conceder-lhe reforma no posto de Major, e ao mesmo tempo nomeal-o comendador da Ordem da Rosa.

Aos 23 de Julho de 1873 o Imperador "atendendo aos relevantes serviços que, em relação á guerra contra o ex-Presidente da República do Paraguay, prestou", houve por bem nomear Eufrazio Lopes de Araujo, da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, comendador da Ordem de N. S. Jesus Cristo.

Aos 29 de Maio de 1877, a Princeza Imperial Regente, em nome de S. M. o Imperador querendo distinguir e honrar a Eufrazio Lopes de Araujo "houve por bem fazer-lhe mercê do Título de Barão de São José do Norte" para que "com o referido título goze de todas as honras, privilégios, isenções, liberdades e franquezas que hão e tem e de que usam e sempre usaram os Barões, e que de direito lhe pertencerem".

Aos 29 de Dezembro de 1888, o Imperador "querendo novamente distinguir e honrar o Barão de São José do Norte" houve por bem eleva-lo a Visconde.

Do consorcio do Visconde de São José do Norte-dona Maria Joana Vieira, nasceram:

- 1—1 Gertrudes Perciliana
 - 1—2 Maria Joana
 - 1—3 Eufrásio Lopes de Araujo Filho
-

1—1 Gertrudes Perciliana, c.c. George Wilcock Lawson, natural da Inglaterra. Filhos do casal:

- 2—1 Edward Eufrasio Lawson, c.c. Gertrudes Mary Harvey.
- 2—2 George Ernest, faleceu moço e solteiro.
- 2—3 Edith Gertrudes, c. c. Walter Risley Hearn (mais tarde Sir) quando Consul de S. M. Britanica na cidade do Rio Grande. Sir Walter Risley Hearn foi, depois, Consul Geral da Inglaterra em Paris. Tem descendencia na Inglaterra.
- 2—4 Artur Cecil, nascido na cidade do Rio Grande e falecido em Porto Alegre a 4-X-7946. c.c. Alice Lopes Laudares, filha de Carlos Laudares e dona Alice Machado Lopes Filhos.
- 3—1 Nora, solteira
- 3—2 Vera, c.c. o Engenheiro Bennet Michel Caze, natural da California, U. S. A. Filhos:
 - 4—1 Ana, nascida em 1944 na California, U.S.A.
- 4—2 Peter, nascido no Rio de Janeiro, em 1948.
- 3—3 Carlos Jorge Laudares Lawson-solteiro.

1—2 Maria Joana, c. em primeiras nupcias com Felisberto Inácio de Oliveira, barão de Croangi, nascido no Recife, Pernambuco, em 1832 e falecido na cidade de Salvador, Baía, em 1870. — Era filho do barão de Ouricuri, natural de Braga, Portugal e de dona Mariana Bernarda d' Almada, natural de Ipojuca, Pernambuco. — Em segundas nupcias casou com o barão de Pinto Lima, Francisco Xavier Pinto de Lima, nascido na cidade do Salvador, Baía, a 20-2-1832, filho do Comendador Francisco Pinto de Lima e do na Inácia Maria de Carvalho. O barão de Pinto Lima foi Presidente da Provincia do Rio Grande de São Pedro (1870), da de São Paulo (1872) e da do Rio de Janeiro (1874). Ministro da Marinha no 20.º Gabinete: Francisco José Furtado (1864). Deputado pela Baía em varias Legislaturas (1857 a 1875). Faleceu no Rio de Janeiro a 9-2-1901. — A baroneza de Pinto Lima faleceu no Rio de Janeiro em 1945 com 95 anos de idade.

Filho do primeiro matrimônio:

- 2—5 Alberto Inácio Araujo de Oliveira, formado em Ciencias Juridicas e Sociais em 1890 pela Faculdade de Direito de São Paulo. — Nasceu o dr. Alberto Inácio no Recife a 8-8-1868 e casou em São Paulo, em 1890, com dona Lavinia da Silva Prado, filha do Dr. Martinho da Silva Prado Junior e dona Albertina de Moraes Pinto. Filhos:
 - 3—4 Albertina de Oliveira, c.c. Artur Spengler, falecido em 1937.

3—5 Felisberto Inácio de Oliveira Néto, c.c. dona Ismenia Loureiro.

3—6 Maria Joana de Oliveira, c.c. Aristides Barboza Ferraz.

Filhos do segundo matrimônio:

2—6 Alfredo Pinto Lima.

2—7 Artur Pinto Lima, nascido no Rio de Janeiro, formado em 1898 em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de São Paulo.

2—8 Augusto Pinto Lima, nascido no Rio de Janeiro, formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

2—9 Inácia Pinto Lima, c.c. Augusto Gomes Monteiro de Castro.

1—3 Eufrásio Lopes de Araujo Filho, c.c. dona Firmiana Braga, sobrinha neta do Conde de Piratini, João Francisco Vieira Braga, nascida em Pelotas. — Eufrásio Lopes de Araujo Filho faleceu em 1883 não deixando descendência.

GOMERCINDO SARAIVA — Qual era a sua nacionalidade?

OTHELO ROSA

Transcorrido mais de meio século do termo da revolução de 1893-1895, no Rio Grande do Sul, já é possível examinar tranquilamente os seus aspectos, encarados como fatos históricos. Não só possível, como necessário: são tão confusas e desencontradas as versões que ainda correm sobre aqueles acontecimentos, e sobre os homens que neles exerceram ação de relêvo, gerando juízos contraditórios e muitas vezes injustíssimos, que é da máxima conveniência submetê-los a um rigoroso processo de interpretação histórica, antes que de todo se percam e se extraviem elementos valiosos, destruídos pelo tempo, ou ainda pela nossa incurável displicência no resguardo e conservação das fontes de pesquisa.

Sem embargo da minha filiação castilhistas — que, de início, solenemente proclamei, — fui o orador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul na sessão comemorativa do centenário do nascimento do almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama. E aí sustentei a tese: a revolução “federalista” deve ser encarada como um fato histórico, com isenção e clareza de espírito, excluídas quaisquer preocupações de ordem pessoal ou partidária, a fim de que possamos estudar e compreender as suas verdadeiras causas e consequências. E fiz, do meu discurso, uma tentativa de análise serena e imparcial da ação de Floriano Peixoto, de Gaspar Martins, de Júlio de Castilhos, de Saldanha da Gama, de Pinheiro Machado, de Jôca Tavares, naquele período tumultuosos e terrível da evolução brasileira.

E’ dentro dessa orientação que vou intentar a elucidação de uma dúvida, que até hoje não pude esclarecer suficientemente: Gomercindo Saraiva era brasileiro ou uruguaio?

Reina confusão e incerteza, em torno do fato. Que tal se desse, no período revolucionário, é facilmente compreensível: para os republicanos, seria interessante declarar que o chefe militar, que tantos trabalhos lhes dava, era um estrangeiro, intervindo indebitamente nas lutas civis do país; para os revolucionários seria interessante proclamar a legitimidade da intervenção do valente guerreiro, assegurando a sua origem nacional. Que isso perdure, porém, é que não se explica.

Certa vez, na rua da Praia, encontrando um velho revolucionário de 1893, pessoa de minha amizade, fiz-lhe a pergunta:

- Afinal de contas, Gomercindo era ou não era brasileiro?
- O meu interlocutor sorriu e, a seu turno, inquiriu:
- O que é que V. quer que ele seja?
- Eu não quero senão saber a verdade.
- Eu sempre o tive como brasileiro. Só falava o espanhol; mas isso era para não *estropiar* o nosso idioma. (Afastou-se, sempre sorrindo; e, de longe, gracejou:) Podia, também, ser uruguaio... Naquele tempo, tanto se nascia de um lado da linha divisória, como de outro...

O diálogo é expressivo: dir-se-ia haver um certo interesse em não resolver

definitivamente a questão. Ou, então, que as mesmas dúvidas existissem, de um lado, como de outro, da linha política.

Escrevendo, em 1927, na biografia de Júlio de Castilhos, sobre a revolução de 1893, classifiquei Gomercindo Saraiva “o mais audaz guerrilheiro, a maior capacidade estratégica ao serviço da revolução”, acrescentando, com referência à marcha ao Paraná e Santa Catarina: “Nessa marcha, Gomercindo revela as suas grandes qualidades, que poria ainda em evidência na volta, depois de verificada a improficuidade do seu esforço”. (Perfil biográfico de Júlio de Castilhos, págs. 191 e 194, edição da Liv. do Globo, 1928).

Não é de hoje, portanto, a minha curiosidade sobre a figura sugestiva do guerreiro morto em Caroví; e, entretanto, apesar do longo tempo decorrido, não me foi ainda possível formar um juízo seguro e certo sobre a circunstância de seu nascimento.

A culpa de amigos, como de inimigos; de escritores brasileiros, como platinos; e do próprio Gomercindo, como adiante se verá.

Aquiles Porto Alegre, intentando biografar Gomercindo, dá-o como nascido em 1837 (quando nasceu em 1825), não fixando o local do nascimento, que seria, entretanto, no Brasil, pois que escreve em seguida: “creado e educado no Estado Oriental, para onde foi muito creança...” (Homens do passado”, pág. 128).

Mucio Teixeira adota uma fórmula vaga e incide também em erros vários:

“Este *renombrado* caudilho gaúcho nasceu na campanha riograndense, em 1837, mas foi desde pequeno para o Estado Oriental do Uruguai, onde sempre viveu, só permanecendo no Brasil durante os três anos da revolução federalist, por ele capitaneada”.

A última afirmativa não é exata: Gomercindo, desde 1883, mais ou menos, consoante declarações dele próprio, adiante citadas, vivia no Brasil, na fazenda “Curral de Arroios”, no município de Santa Vitória do Palmar.

Essas vacilações, essas incertezas, esses “meio-tons”, surgem e ressurgem em todos quantos escrevem sobre Gomercindo. Wencelau Escobar, si o chama de “valente brasileiro”, na página anterior dá preferência a um conceito mais amplo e impreciso: “grande general americano”. (Apontamentos para a história da revolução rio-grandense de 1893, págs. 455 e 456). O almirante A. Thompson, em “Guerra civil do Brasil”, declara ser Gomercindo de origem espanhola, no que há, também, engano evidente. E Angelo Dourado, em “Os voluntários do martyrio”, contribue para aumentar a confusão falando na “internacionalidade” de Gomercindo. (pág. 56).

Luiz Alberto de Herrera, ilustre escritor uruguaio, companheiro de lutas de Aparício Saraiva, em cujo estado-maior serviu, em revoluções na República Oriental, escreve, pura e simplesmente, ser Gomercindo uruguaio, como se vê do trecho que vou copiar, grifando as palavras mais expressivas:

— “En ocasión recente, el ideal cívico renueva esas armonías olvidadas y vemos, á la cabeza de un gran partido em armas, á un *uruguayo*, ungido general por el sufragio entusiasta de un Estado brasileño. Muerto con honor aquel jefe, despues de llevar al Paraná y Santa Catalina una invasión tenida, en concepto militar, por extraordinaria, su hermano e sucede, *honrando tambien a confianza extranjera*”. (“El Uruguay Internacional”, pág. 143).

Como se vê, para Luiz Alberto de Herrera não havia dúvida: Gomercindo, como Aparício, eram seus compatriotas.

Encontrou-se, posteriormente, e já tem sido publicada, uma certidão do batismo de Gomercindo, em 1853, na freguesia de Arrio Grande, neste Estado, certidão cujo teor integral é o seguinte:

“Câmara Eclesiástica do Bispado de Pelotas.

Certifico que revendo o livro 2 de assentamentos de Batismo da Paróquia de Arroio Grande, à fôlha 119, encontra-se o teor seguinte:

— Aos quatorze dias do mês de setembro de mil oitocentos e cinquenta e três, batisei solenemente a Gumerindo e Basilício, filhos naturais e adotivos de Francisco Saraiva e de Propícia da Rosa, netos paternos de Francisco Saraiva e Angélica Saraiva e maternos de Manoel da Rosa Machado e Thertza Maria de Jesus, todos naturais desta freguesia; Gumerindo nasceu a treze de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e dois. Foram padrinhos Plácido Saraiva e Maria Angélica Saraiva e de Basilício, que nasceu a dois de março de cinquenta e três, foram padrinhos Manoel Antonio de Oliveira Damiana Ferreira de Oliveira; estes dois meninos seus pais os instituíram por seus herdeiros. E, para constar, lavrei este assento que vai por mim assinado. Nada mais se continha no dito assentamento que fielmente copiei do original que me reporto. Pelotas, 2 de Julho de 1927 — O Secretário do Bispado (a) Cónego Roque Ambrosiny”.

Esta certidão, porém, provando o batismo, não porva o nascimento. Um fato não inclui, necessariamente, o outro fato.

Ela não faz referência ao lugar em que nasceram Gumerindo, nem Basilício. Aquele “todos naturais desta freguesia”, diz respeito aos pais e avós, segundo se pode concluir, logicamente, dos termos em que está redigido o documento. Caso contrário, ela provaria demais: provaria que Basilício era brasileiro, hipótese de que ninguém jamais cogitou e contra a qual protestaria, talvez, o próprio pais vizinho, que há poucos anos levantou, no departamento de Trinta e Três um herma em homenagem ao coronel Basilício Saraiva, cidadão uruguaio.

Comigo, ocorre esta circunstância: nascido em um município gaúcho, fui batizado em outro. A certidão de meu batismo, portanto, é de todo inválida como prova de meu nascimento.

O fato de Gumerindo e Basilício serem batizados no Brasil era conhecido na República do Uruguai. José Virgínio Diaz, em seu livro “História de Saravá”, conta que Gumerindo, inicialmente, convidara Basilício para acompanhá-lo na invasão ao Rio Grande “quizás por el hecho de que este habia sido bautizado en el Brasil”, o que só não se deu por oposição do velho Chico Saraiva, que indicou Aparício, que afinal substituiu o irmão mais velho, acompanhando Gumerindo. Nesse mesmo livro se encontra a notícia da fundação de um clube político, pelo partido blanco, em Pablo Paez, em 1896, a que foi dado o nome de Gumerindo Saraiva.

Vejam a interpretação que dá ao batismo, no Brasil, o escritor argentino Manoel Gálvez, sem dúvida alguma bem informado sobre a história dos Saraivas. (1)

Os dados de Manoel Gálvez, em “Vida de Aparício Saraiva”, são os seguintes:

a) Francisco Saraiva, em u mdia de dezembro de 1849, transpôz a fronteira, indo morar “en las puntas del arroyo Pablo Paez”, segundo uns, ou “las puntas del arroyo del Sauce”, segundo outros, ambos êsses lugares no Departamento de Cerro Largo;

b) em fevereiro de 1851, Saraiva retorna ao Rio Grande “y se trae a su novia, Pulpicia da Rosa. Por el momento, no se caza con ella. Pulpicia, al llegar a Cerro Largo, tiene apenas diezcisiete años”;

c) — e textualmente escreve, referindo-se aos filhos de Francisco Saraiva: “En 1852, el 13 de enero, nació el mayor, Gumersindo. Al año e doz meses, el 2 de marzo de 1853, Basilisio. Al tercero, que tarda un año y medio, pues llega al mundo el 23 de setiembre de 1854, le ponen el nombre de Antonio Floricio. Entre este y el siguiente pasan casi dos años. Aparicio, que asi llaman,

(1) — Certa vez, no parlamento do Uruguai, um deputado, em discurso, lembrou “que os hábitos e costumes e até os nascimentos se legitimam por meio de atos religiosos para que os individuos não tenham nacionalidade uruguaia e sim brasileira...”

nace el 16 de agosto de 1856. Estos cuatros hijos del estanciero Saraiva son los que darán fama al apellido en las guerras civiles. A Gumersindo y a Basilio los bautizaran en el Brasil, lo que revela como Saraiva no interrumpió las vinculaciones con su tierra. Pero parece que su intención es que sus hijos posean dos nacionalidades, a fin de que en caso de revuelta en el Uruguay puedan refugiar-se en el Brasil y encontrar allí otra patria”.

Em face dessas considerações temos que concluir que para Manoel Galvez, como para Luiz Alberto de Herrera, não havia dúvida alguma sobre a nacionalidade de Gomercindo. A eles, porém, teremos de opôr o juízo do brilhante escritor brasileiro, Castilhos Goycochêa, que em “Gumercindo Saraiva na guerra dos maragatos”, publicado em 1943, sustenta energicamente a tese da nacionalidade brasileira do guerreiro.

Dissemos que, para a incerteza ainda reinante, contribuiu o próprio Gomercindo. Ele só falava o castelhano; apesar dos anos de residência no Brasil, manteve esse hábito. Era “improvisador da frases populares expressadas em castellano, que era el idioma en que hablava con verdadera soltura”, no depoimento de Colombo Leoni, comandante de forças, que serviu às suas ordens.

Angelo Dourado, no citado livro “Os voluntários do martírio”, pág. 260, escreve:

“— Lembro-me que em nossa marcha no meio da mata conversando comingo, ele dissera-me: Quando tu tomares conta disso dá todos estes matos aos argentinos, e nos deixes só a campanha.

— Então teríamos de dar quasi todo o Brasil.

— Como, perguntou-me, o Brasil é todo assim?

— E’, respondi.

— Diabo, e eu que pensava que isto fosse só neste inferno! Então não temos remédio senão nos tornarmos montezes”.

Não é deveras impressionante o tom desse diálogo?

Examinando, no Arquivo Público do Estado, os autos de cinco processos crimes, promovidos pela Justiça contra Gomercindo, no fôro de Santa Vitória do Palmar, no periodo de 1888 a 1892, tive também surpresas. Nos termos de qualificação e de interrogatório, por ele assinados, com letra clara e legível, Gomercindo, que sempre se declarou brasileiro, indica para o seu nascimento dois lugares diferentes. No mais antigo, o de 1888, respondeu chamar-se Gomercindo Saraiva; ser filho de Francisco Saraiva; ter trinta e seis anos de idade; ser casado; ser brasileiro; ser fazendeiro; e ter nascido em Cerrito, em Jaguarão.

Em outro, de 1890, no termo de qualificação, declarou ser brasileiro e filho do Arroio Grande, repetindo, no interrogatório, ser natural deste Estado e município do Arroio Grande.

Cerrito é um lugar que fica, mais ou menos, a 6 ou 7 léguas da cidade de Jaguarão, não havendo nunca pertencido ao município de Arroio Grande.

Nas assinaturas, nota-se também uma diversidade: em duas delas, Gomercindo lançou o nome de “Gomercindo Sarabia”, em vez de Saraiva, como corretamente escreve nos demais. Os processos de que elas constam têm os números 1121, 1123, 1141 e 1142, no Arquivo Público, estante 145.

E’ de notar-se, a mais, que os promotores públicos, sinatários das denúncias, nelas invariavelmente classificaram Gomercindo como brasileiro.

Aí estão os elementos que consegui coligir. Ao fim da pesquisa, confesso que não cheguei a uma conclusão definitiva. Perseverei na dúvida. E publico esses dados no intuito, e na esperança, de que outros elucidem de vez o problema, como convém, dado o seu indisfarçável interesse histórico.

MAMÍFEROS FÓSSEIS DO BRASIL

(Edentata)

CARLOS DE PAULA COUTO

Prosseguindo em nossa série de artigos sobre os mamíferos fósseis do Brasil, iniciada em o n.º 83 desta revista, em 1941, trataremos hoje da ordem *Edentata*.

Como vimos fazendo, em nossos trabalhos anteriores, daremos, antes, uma errata para o último artigo, publicado em o n.º 105-108 desta revista, relativo ao ano de 1947, e dedicado à ordem dos *Cetacea*.

ERRATA PARA O ARTIGO ANTERIOR

Na página 95, 12.ª linha, a contar de cima, intercale-se a preposição “com” entre as palavras “*Carnivora*” e “a”;

na página 96, 1.ª linha, a contar de cima, corrija-se “conatar” para “contar”;

na página 96, 15.ª linha, a contar de cima, corrija-se “e” para “é”;

na página 97, 14.ª linha, a contar de baixo, corrija-se “*Delphinoidea*” para “*Delphinidae*”;

na página 99, 7.ª linha, a contar de cima, corrija-se “forsal” para dorsal”;

na página 100, intercale-se entre as 29.ª e 30.ª linhas, a contar de cima, a linha faltante, isto é:

“...te, nos Odontocentos e na maioria das Baleias de barbatanas, o interparie-...”;

na página 100, 10.ª linha, a contar de baixo, suprima-se a vírgula depois da palavra “une”;

na página 105, 14.ª linha, a contar de cima, abra-se parêntesis antes da palavra *Mesethmoideum*;

na página 105, 8.ª linha, a contar de baixo, corrija-se “horibontais” para “horizontais”;

na página 106, 18.ª linha, a contar de baixo, corrija-se “superfíceis” para “superfícies”;

na página 107, 6.ª linha, a contar de baixo, corrija-se “corente” para “corrente”;

na página 108, 11.ª linha, a contar de cima, corrija-se “acado” para “atarracado”;

na página 112, 1.ª linha, a contar de cima, leia-se “América do Norte”;

na página 112, 16.ª linha, a contar de cima, corrija-se “unirradiulados” para “unirradiculados”;

na página 112, 22.ª linha, a contar de cima, depois de “como” leia-se “constituintes”;

na página 112, 30.ª linha, a contar de cima, corrija-se “subrevivido” para “sobrevivido”;

na página 113, 5.ª linha, a contar de baixo, corrija-se “*Pachyacantuhhs*” para “*Pachyacanthus*”;

na página 114, 14.^a linha, a contar de cima, corrija-se “toceos” para “tocetos”;

na página 115, 1.^a linha, a contar de cima, corrija-se “*onodon*” para “*Monodon*”;

na página 120, 5.^a linha, a contar de cima, corrija-se “Pleisto ceno” para “Pleistoceno”;

na página 120, 6.^a linha, a contar de cima, abra-se parêntesis antes de “*Proinia*”;

na página 120, 14.^a linha, a contar de cima, corrija-se “e” para “é”;

na página 120, 20.^a linha, a contar de cima, corrija-se “*geoffronensis*” para “*geoffroyensis*”;

na legenda da fig. 2, corrija-se “*geoggroyensis*” para “*geoffroyensis*”;

Rio de Janeiro, Novembro de 1948.

Sinopse sistemática da ORDEM EDENTATA

Há muitos pontos de controvérsia, entre os autores, sobre a sistemática deste grupo.

A clássica sub-divisão geral da ordem, em *Nomarthra* e *Xenarthra*, ainda admitida por alguns autores, não é mais aceita por outros, pois os pre-tenso “Edentata” do Antigo Continente, isto é, os Pangolins ou “tamanduás escamosos” (*Manis* e os *Orycteropus*, que compunham a sub-ordem *Nomarthra* são agora, preferivelmente, excluídos da ordem *Edentata*, para constituírem ordens distintas.

Simpson (1931, 1945) e outros autores, entre os quais. E^t, Périer (1932), baseados nas recentes e completas revisões feitas por Sonntag e por outros investigadores de mérito (1925-1926), aceitam a remoção completa de *Orycteropus* de entre os Edentata, admitindo ter ele derivado dum tronco proto-ungulado e classificando-o numa ordem particular (*Tubulidentata*). Aliás, este último ponto de vista pode ser, hoje, considerado como unânime. A teoria da origem protungulada dos *Tubulidentata* não é, porém, aceita por Jepsen (1932) que considera ainda maior o isolamento do grupo.

As discussões sobre a posição sistemática dos Pangolins ou *Pholidota* são, entretanto, mais controvertidas.

Weber (1904) foi o primeiro a separar os pangolins numa ordem particular, embora submetendo-a, ainda, a uma super-ordem Edentata. Esta opinião foi aceita, pelos autores, em geral, inclusive por Simpson, em sua prévia classificação (1931), agora abandonada pelo mesmo.

O esclarecimento definitivo deste ponto depende, entretanto, da descoberta de restos fósseis indubitáveis nos terrenos de Terciário.

Podemos admitir que os *Xenarthra* e os *Pholidota* tenham derivado dum tronco ancestral comum, mas, como diz Simpson (1945), isto não está demonstrado, nem como fato, nem, mesmo, como uma probabilidade real. Se tal se deu, as relações genéricas entre estes grupos devem ser tão remotas que justificam plenamente sua separação em ordens distintas.

Segundo Matthew (1918), os *Palaeonodonta*, do Terciário inferior da América do Norte, cuja coluna vertebral não apresenta nenhuma indicação de xenarthria e que, no entanto, parecem pertencer, sem dúvida, á ordem Edentata, juntamente com os *Xenarthra* endoamericanos, em razão de todos os seus demais caracteres, apresentariam, porém, por outro lado, algumas semelhanças com os pangolins ou *Pholidota*, de modo a poderem ser considerados como ancestrais destes. E^t um ponto de vista que, no estado atual de nossos conhecimentos paleontológicos sobre estes dois grupos, não nos parece poder ser negado ou aceito peremptoriamente.

De qualquer modo, o acima exposto justifica perfeitamente e separação ordinal entre os Pholidota e os Edentata e entre estes dois grupos e o dos Tubulidentata. As semelhanças que existem entre os animais destes três grupos talvez devam ser considerados mais como resultantes de simples fenômenos de convergência, isto é, de identidade de costumes e meio de vida, em geral, do que como indicativas de afinidade genética entre êles.

Ao grupo dos *Palaeonodonta* pertencem antigos Edentata do Terciário inferior da América do Norte (do Paleoceno superior ao Oligoceno inferior), que, a despeito de se terem extinguido sem deixar descendentes, segundo parece, nos ajudam a fazer uma idéia de como podem ter sido os mais antigos ancestrais dos Xenarthra. A principal diferença que os separa destes reside no fato de apresentarem êles um tipo normal de articulações nas vértebras da região dorsal posterior e nas da região lombar, que nos, Xenarthra, apresentam zigapófises articulares acessórias, diferentemente do que se observa nos outros mamíferos.

Os *Palaeonodonta* não foram os ancestrais dos Xenarthra, pois já eram muito especializados, principalmente em sua muitíssima reduzida dentição, para que possam ser assim considerados. Devem ter constituído um curto ramo lateral do mesmo tronco, possivelmente proto-insectívoro, de que se originaram os Xenarthra, no Paleoceno norte-americano, quando— segundo tôdas as evidências — deve ter existido uma ligação terrestre entre a América do Norte e a América do Sul, pela qual teriam passado, também, para o continente sul-americano, os ancestrais dos Condylarthra e dos Notoungulata deste continente.

A reduzida dentição dos *Palaeonodonta* não concorda com a teoria de Osborn, segundo a qual êsses desdentados primitivos seriam tatus desprovidos de carapaça.

Assim, a separação deste grupo, numa sob-ordem particular, bem caracterizada, está perfeitamente de acôrdo com os nossos atuais conhecimentos sobre o mesmo.

Quanto aos *Taeniodonta*, do Paleoceno e Eoceno da América do Norte, algo semelhantes aos *Megatherioidea* e *Mylodontoidea*, pela morfologia pela morfologia de seu crânio, por seus membros massiços e por sua dentição primitiva, embora completa, e, por isto mesmo, classificados por alguns autores, com dúvidas, é verdade, entre os Edentata-Xenarthra da infra-ordem Pilosa, não são considerados do mesmo modo por muitos mamalogistas que preferem dar-lhes um lugar à parte, na classe dos mamíferos (ordem *Taeniodonta*).

Os *Taeniodonta* descenderam, talvez, do mesmo tronco que deu origem aos *Tillodontia*, do Paleoceno superior e Eoceno inferior e médio da América do Norte e Eoceno inferior da Europa, que constituem outra ordem particular, isolada, mas que não poucas vezes vemos referidos à ordem *Insectivora*, como uma simples família desta (*Tillodontidae*). São, parece-nos, dois grupos cuja posição sistemática não está ainda definida, depedendo sua fixação de melhores esclarecimentos paleontológicos.

Os autores que, seguindo Wortmann, pretendem sejam os *Taeniodonta* ancestrais dos *Megatherioidea* e *Mylodontoidea*, em geral, admitem a existência duma pequena dificuldade no traçado de sua linha de descendência, dificuldade essa que reside no fato de que representantes destes dois últimos grupos ocorrem, já, no Terciário mais antigo da Patagonia. Entretanto, os que aceitam tal hipótese de descendência afirmam que esta pequena dificuldade pode ser perfeitamente removida, se supuzermos que somente as espécies de Torrejon beds (Paleoceno) teriam sido ancestrais das fôrmas sul-americanas e que as espécies das formações Wasatch e

Bridge (Eoceno) são colaterais destas, mas se extinguíram, sem deixar descendentes.

A despeito de suas múltiplas semelhanças com os *Xenarthra* ou com os *Edentata*, em geral, a hipótese de que eles seriam aparentados com estes ou seus ancestrais, admitida por Wortman, não é corroborada hoje pelos autores, em geral. Embora Matthew (1937) tenha admitido a possibilidade de alguma relação mais remota, superordinal, entre os *Taeniodonta* e os *Edentata*, Simpson (1945) tende a rejeitar qualquer relação de parentesco que ultrapasse o generalizado tronco proto-Insectívora, de que uns e outros teriam descendido.

Quanto ao termo *Xenarthra*, continuamos a empregá-lo, no mesmo sentido em que tem sido usado até hoje.

Em vez do termo *Megalonychoidea*, empregado por Simpson (1931), no mesmo sentido de *Gravigrada* Owen, 1848, para designar uma super-família, em que tomariam parte as famílias *Megatheriidae*, *Megalonychidae* e *Myodontidae*, preferimos usar os termos *Megatherioidea* Cabrera, 1929, e *Myodontoidae* Kraglievich, 1931, para dissociar, em duas super-famílias distintas, as famílias *Megatheriidae* e *Megalonychidae*, por um lado, e *Myodontidae* e *Scelidotheriidae*, por outro.

Oliver P. Hay (1930, p. 403) usa, também, a designação super-familiar *Megatherioidea*, mas dá-lhe a mesma amplitude que Simpson admite para a super-família *Megalonychoidea* que seira, assim sua equivalente, nomes estes com que os ditos autores substituem o termo *Gravigrada*, proposto por Owen, para designar uma sub-ordem, de que participavam todos os destentados pilosos, extintos, vulgarmente designados sob o nome de “preguiças terrícolas” (megatérios, megalónices, milodontes, escelidotérios, etc.).

Na opinião de Kraglievich (1931), por nós compartilhada, tal distribuição é inaceitável, por duas razões: 1.^a, porque os milodontes (e, com eles, os escelidotérios) se afastam muito dos megatérios e megalónices, para que se possa admitir seu parentesco familiar com estes; 2.^a, porque, embora uns e outros destes grupos de destentados quase se confundam no Oligoceno, sua distinção ulterior é tão pronunciada que não permite reuni-los numa mesma família. Além disto, salienta Kraglievich o fato de que os milodontes divergem das outras preguiças já no Eoceno, pois, como reconheceu Scott (1904, p. 345), já se distinguem numa família própria durante o Oligoceno ou Mioceno (Santacruzense da Patagônia).

Max Weber (1928, p. 224), Schlosser, em Zittel (1923, II, pp. 468-501) e A. S. Woodward, em Zittel (1925, III, pp. 93-97) reúnem numa família *Gravigrada* os megatérios, megalónices e milodontes (e, com estes, os escelidotérios), na qualidade de sub-famílias *Megatheriinae*, *Megalonychinae* e *Myodontinae* e Chester Stock (1925), p. 37 dá aos *Gravigrada* o valor de sub-ordem que divide em duas famílias, *Myodontidae* e *Megatheriidae*, fazendo participar da última os megatérios e megalónices (*Megatheriinae* e *Megalonychinae*).

Kraglievich (1931) não concorda com esses critérios que a nós, tão pouco, parecem apropriados, pelas razões já expostas.

Osborn (1910, pp. 540-541) faz dos *Gravigrada* uma secção da sub-ordem *Pilosa* e divide-a em duas famílias: *Megatheriidae* (incluindo *Nothrotherium*) e *Megalonychidae*, na última das quais inclui os megalónices e os milodontes que distribui por duas sub-famílias. A inclusão de *Nothrotherium* na família *Megatheriidae* e a reunião dos megalónices e milodontes numa mesma família são critérios hoje inadmissíveis.

Scott (1903-1904, 1913, 1937) dá aos *Gravigrada* o título de sub-ordem, de que faz participarem as três famílias dos *Megatheriidae*, *Megalonychidae* e *Myodontidae*. Entre todos os citados, este é o critério que mais se apro-

xima do que aqui adotamos, do qual difere sómente por não dividir o grupo dos *Pilosa* em duas super-famílias e por fazer participar da família *Mylodontidae* o gênero *Scelidotherium* que consideramos como tipo duma família própria, de acôrdo com Kraglievich.

Entretanto, o último autor (1931), seguindo Hay (1930), adopta o termo *Tardigrada*, em substituição a *Gravigrada*, como sub--ordem, não só porque as preguiças atuais apresentam múltiplas analogias com os megatérios, milodontes e megalônices, como também porque, como salientou Cabrera (1929, p. 426), o nome *Gravigrada* foi empregado previamente, por De Blainville, para designar um outro grupo muito diferente, de mamíferos, que compreendia os elefantes e os Sirenia.

Assim, a sub-ordem *Tardigrada* compreenderia as três super-famílias *Megatherrioidea*, *Mylodontoidea* e *Bradypodoidea*, com as respectivas famílias.

Se apotássemos este ponto de vista, deveríamos separar os *Myrmecophagoidea* numa sub-ordem distinta, o que não nos parece razoável, pois os tamandúas, a despeito de sua extrema especialização, apresentam indiscutíveis relações com os demais desdentados pilosos, devendo pois, participar, com eles, dum mesmo grupo geral, o dos *Pilosa*, contraposto ao dos *Cingulata*, que encerra os gliptodontes e os tatus, isto é, os desdentados couraçados.

Por outro lado, o termo *Tardigrada* não só é, às vezes, empregado em substituição a *Bradypodoidea*, como também para designar um grupo de artrópodos, segundo Cabrera (1929, p. 426), fato que, a despeito de silenciarem as regras de nomenclatura zoológica sobre esta classe de homônimos, contraindica o seu aproveitamento na técnica zoológica, que deve ser tão clara e precisa quanto assim a pudermos fazer, evitando, entre outros inconvenientes, o de empregar, na sistemática, termos que possam dar lugar a confusões, por se aplicarem a grupos distintos.

A divisão da família *Mylodontidae* nas três sub-famílias *Promylodontinae*, *Mylodontinae* e *Lestodontinae* é perfeitamente natural, como muito bem demonstrou Kraglievich (1931).

As duas sub-famílias dos *Mylodontinae* e *Lestodontinae* estão bem determinadas, enquanto que a dos *Promylodontinae*, antecessora daquelas, no Mioceno sul-americano, não está bem caracterizada, em virtude da imperfeição de nossos conhecimentos paleontológicos, mas, em todo o caso, podemos dizer que reunia caracteres milo-lestodontinos, pois concorda com os milodontes, por dentadura, e com os lestodontes, pela conformação das facetas astrágalo-calcaneares. Da sub-família *Promylodontinae*, que constitue o único ponto ainda um tanto incerto, aqui, faz Kraglievich participar os gêneros *Promylodon*, *Sphenotherus*, *Ranculus*, todos de Ameghino e do Mioceno superior, *Pleurolestodon* Rovereto, do Plioceno inferior, o aberrante e duvidoso *Octomyodon* Kraglievich, do Plioceno, e, com muita incerteza, *Strabasodon*, *Nephoterium* e *Interodon*, criados por Ameghino, sobre restos incompletos e bem pouco significativos, da fauna entrerrriana.

Adotando, também, a opinião de Kraglievich (1923), dividimos a família *Megalonychidae* nas quatro sub-famílias *Magalonychidae*, *Megalocninae*, *Ortoteheriinae* e *Nothrotheriinae*, bem caracterizadas.

A mesma razão que nos levou a rejeitar o nome *Tardigrada*, supra-referida, nos obriga a abandonar o termo *Loricata*, tão geralmente empregado, para os desdentados couraçados, substituindo-o pelo seu perfeito sinônimo *Cingulata* que, além disto, é mais antigo. Como informa Simpson (1945), o nome *Loricata* vem sendo empregado, ultimamente, pelos herpetologistas, para os crocodilos, no mesmo sentido em que foi proposto por Merrem, em 1820, sentido este em que foi usado pela primeira vez.

A sub-divisão da infra-ordem *Cingulata* nas duas super-famílias *Glyptodontoidea* (gliptodontes, extintos) e *Dasypodoidea* (tatus) é inteiramente

natural, pois êstes dois grupos, que, possivelmente, descendem dum generalizado tronco ancestral comum, pré-cenozóico, já estavam perfeitamente diferenciados nos tempos de Terciário inferior (os gliptodontes são conhecidos desde o Eoceno superior e os tatus desde o Paleoceno da América do Sul).

O arranjo sistemático geral do grupo *Glyptodontoidea*, aqui adotado, é em suas linhas gerais, o admitido por Simpson (1945), que nos parece o mais adequado.

A classificação dos gliptodontes numa família única parece nos, de fato, a mais lógica, pois êstes animais se assemelham tanto, entre si, nos pontos essenciais de sua organização, que dão a êste critério um cunho perfeitamente natural.

No que diz respeito ao nome que deve caber a esta família, somos da opinião de Simpson (1945), de que o termo *Glyptodontidae* deve prevalecer, em detrimento de *Hoplophoridae*, por já se achar consagrado pelo uso, embora o último seja o mais antigo.

Em virtude de ter o nome *Hoplophorus* Lund, 1838, prioridade sobre *Sclerocalyptus* Ameghino, 1891, e não se achar legalmente preocupado, Simpson adotou-o, de preferência ao último, que colocou em sua sinonímia, a despeito do uso preferencial, corrente, que o segundo vem tendo, entre os autores, desde que Ameghino o propôs, para substituir o primeiro. Em consequência, o mesmo foi feito, em relação ao nome da sub-família respectiva, prevalecendo o nome *Hoplophorinae* sobre *Sclerocalyptinae*.

Em um nosso trabalho recente (Paulo Couto, 1947), demonstramos, sem sombra de dúvida, que *Hoplophorus* Lund, 1838 (1839?) é um gênero perfeitamente distinto de *Sclerocalyptus* Ameghino, 1891, e que, portanto, ambos são válidos e devem ser colocados, lado a lado, numa mesma sub-família ou em sub-famílias distintas, possibilidade esta que admitimos naquêl nosso trabalho, dados o número e a importância das dissemelhanças que provamos existirem entre os dois gêneros em consideração.

Num de seus últimos trabalhos, Castellanos (1948) parece-nos também inclinado a admitir o último ponto de vista, ao considerar que *Hoplophorus*, por um lado, e *Sclerocalyptus*, por outro, seriam as formas finais de duas linhas filogenéticas, partidas dum tronco ancestral comum, que teria sido *Palaeohoplophorus*, do Mioceno.

A separação de *Hoplophorus* e *Sclerocalyptus* em duas sub-famílias ou, em último caso, em duas tribus particulares, segundo a última concepção, traria, porém, como consequência, a necessidade de separar-se, também, num grupo equivalente, à parte, o gênero *Palaeohoplophorus*, considerado como forma tronco, originária daquelas duas. Teríamos, assim, a sub-família *Sclerocalyptinae* (êste é o nome válido, agora, para o grupo, por razão de prioridade) sub-dividida em três (*Palaeohoplophorini*, talvez equivalente ao grupo *Hoplophorinae* Castellanos, 1931, *Sclerocalyptini* e *Hoplophorini*, no caso). Isto parece-nos desaconselhável, pelo menos enquanto não se conheçam melhor muitos dos gêneros que participam da sub-família e cuja classificação tribal seria incerta, por serem desconhecidas suas maiores afinidades com as formas que seriam típicas de cada uma das três tribus em alusão.

Assim, achamos que o melhor alvitre é o de não sub-dividir em grupos menores, por enquanto, a sub-família *Sclerocalyptinae*.

O agrupamento dos *Dasypodoidea* é baseado, principalmente, em trabalhos de Yepes (1928) e de Simpson (1945).

Êste último autor, além de dar apenas valor tribal às sub-famílias admitidas por Yepes (com exceção dos *Chlamyphorinae*), une os *Cabassouinae* com os *Priodontinae*, baseado, principalmente, no fato de serem seus gêneros típicos clara e intimamente relacionados, e inclui o grupo *Scleropleurinae* no dos *Euphractinae*, por considerar, de acordo com Winge, *Scleropleura* Milne

Edwards, 1871, baseado num espécime teratológico de *Euphractus* Wagler, 1830, e, portanto, sinônimo deste.

Justificando seu ponto de vista, relativamente à divisão tribal dos *Dasypodinae*, afirma Simpson (1945, p. 193) que em sua opinião, isto representa, com maior exactidão, os mais sutis graus de afinidade genérica conhecidos e se harmoniza melhor com o resto da ordem do que a maioria das classificações anteriores. A introdução de tribus, aqui, visa, segundo Simpson, não sómente tornar o agrupamento mais de acôrdo com a sutil discriminação supra-referida, como, também, esclarecer as relações recíprocas entre os diversos gêneros cuja classificação entre os *Dasypodinae*, que é um grupo notavelmente diferenciado e de diversidade morfológica, relativamente, pouco importante, parece ser a mais adequada.

A classificação de *Utaetus* Ameghino, 1902, numa tribo particular (*Utaetini*), feita por Simpson (1945), é perfeitamente razoável, dado que este gênero, a que pertencem os mais antigos dos tatus conhecidos, do Paleoceno e Eoceno sul-américamos, apresenta caracteres generalizados e pode ser, tanto cronológica, como morfológicamente, considerado como ancestral de quase todas as outras formas posteriores, mais especializadas.

CLASSE MAMMALIA

SUB-CLASSE EUTHERIA Huxley, 1880

IV — Ordem *Edentata* Cuvier, 1798 (= *Bruta* Linnaeus, 1758, em parte = *Edentati* Vieq' d'Azyr, 1792) (*).

† 1. Sub-ordem *Palaeonodonta* Matthew, 1918.

‡ A — Família *Metacheiromyidae* Wortman, 1903. Paleoc. s. — Eoc. m. da A. N.

‡ B — Família *Epoicotheriidae* Simpson, 1927, Olig. i. da A. N.

2. Sub-ordem *Xenarthra* Cope, 1889 (*).

Infra-ordem 1: *Pilosa* Flower, 1883 (= *Anicanodonta*

Ameghino, 1889) (*).

Eoc. s. — R. da A. S.; Plioc. m. — Pleist. da A. N.; Pleist. das Antilhas; R. na A. C.

‡ AA — Super-família *Megatherioidea* Cabrera, 1929 (= *Gravigrada* Owen, 1842, em parte = + *Megatherioidea* Hay, 1930, em parte = *Tardigrada* Kraglievich, 1931, em parte = + *Megalonychoidea* Simpson, 1931, em parte) (*). Eoc. s. — Pleist. da A. S.; Plioc. m. — Pleist. da A. N.; Pleist. das Antilhas. Preguiças terrícolas, preguiças gigantes, gravigrados.

‡ A — Família *Megatheriidae* Owen, 1843 (= + *Megatheriidae* Gray, 1821) (*). Mioc. i. — Pleist. da A. S.; Pleist. da A. N.

- † a) Sub-família *Planopsinae* Simpson, 1945
(= + *Planopsidae* Scott, 1904 = + *Prepotheriidae* Ameghino, 1894). Mioc.
i. da A. S.
- † b) Sub-família *Magatherrinae* Gill, 1872
(*). Mioc. i. — Pleist. da A. S.; Pleist.
da A. N.
- † B — Família *Megalonychidae* Zittel, 1892 (= +
Megalonycidae Ameghino, 1889) (*). Foc. ?
s., Olig. — Pleist. da A. S.; Plioc. m. —
Pleist. da A. N.; Pleist. das Antilhas.
- † a) Sub-família *Magalonychinae* Troues-
sart, 1904. Mioc. s., Pleist. da A. S.;
Plioc. m. — Pleist. da A. N.
- † b) Sub-família *Nothrotheriinae* Kraglie-
vich, 1923 (*). Eoc. ?c., Olig. — Pleist.
da A. S.; Pleist. da A. N.
- † c) Sub-família *Ortotheriinae* Kraglievich,
1923 (= + *Ortotherridae* Ameghino,
1889). Mioc. s. da A. S.; Pleist. das An-
tilhas.
- † d) Sub-família *Megalocninae* Kraglievich,
1923. Mioc. s. da A. S. (?); Pleist. das
Antilhas.
- † BB — Super-família *Mylodontoidea* Kraglievich, 1931
(= + *Gravigrada* Owen, 1842, em parte = +
Megatherioidea Hay, 1930, em parte = + *Me-
galonychoidea* Simpson, 1931, em parte) (*).
? Olig., Mioc. i. — Pleist. da A. S.; Pleist. da
A. N.
- † A — Família *Mylodontidae* Ameghino, 1889,
(*). ? Olig., Mioc. i. — Pleist. da A. S.;
Pleist. da A. N.
- † a) Subfamília *Promylodontinae* Kraglie-
vich, 1931. Mioc. s. — Plioc. i. da A. S.
- † b) Sub-família *Mylodontinae* Kraglievich
1931 (*). Olig. — Pleist. da A. S.;
Pleist. da A. N.
- † c) Sub-família *Lestodontinae* Kraglievich,
1931 (*). Pleist. da A. S.
- † B — Família *Scelidotherridae* Kraglievich, 1931.
(= + *Scelidotheriidae* Ameghino, 1889
= + *Scelidotherrinae* Ameghino, 1904) (*).
Mioc. s. — Pleist. da A. S.
- CC — Super-família *Myrmecophagoidea* Simpson, 1931
(= *Vermilingua* Illiger, 1811). Plioc. i. — R.
da A. S.; R. na A. C.

Família única: *Myrmecophagidae* Bonaparte, 1838 (= *Myrmecophagina* Gray 1825).
Plioc. i. — R. da A. S.; R. na A. C. Tamanduás ou Papaformigas americanos.

DD — Super-família *Bradypodoidea* Simpson, 1931 (= *Tardigrada* Forster, *fide* Blumenbach, 1779) (*). R. na A. S. e A. C.

Família única: *Bradypodidae* Bonaparte, 1831 (= *Bradypidae* Gray 1831) (*). R. na A. S. e A. C. Preguiças arborícolas, preguiças.

Infra-ordem 2: *Cingulata* Illiger, 1811 (= *Loricati* Vieq d'Azyr, 1792 = *Loricata* Owen, 1842, não Merrem, 1820 = *Hicanodonta* Ameghino, 1889) (*). Paleoc. — R. na A. S.; Pleist. — R. na A. N.; R. na A. C.

† AA — Super-família *Glyptodontoidea* Simpson, 1931 (= + *Glyptodontoidae* Hay, 1930 = *Glyptodontia* Ameghino, 1902) (*). Eoc. s. — Pleist. da A. S.; Plioc. s. — Pleist. da A. N.

† Família única: *Glyptodontidae* Burmeister, 1879 (= + *Hoploporidae* Huxley, 1864) (*). Eoc. s. — Pleist. da A. S. Plioc. s. — Pleist. da A. N.

† a) Sub-família *Propalaeohoplophorinae* Castellanos, 1932 (= + *Propaleohoplophoridae* Ameghino, 1891). Eoc. e. — Mioc. m. da A. S.

† b) Sub-família *Sclerocalyptinae* Trouessart, 1898 (= + *Hoplophorinae* Weber, 1928) (*). Mioc. m. — Pleist. da A. S.; Pleist. le A. N.

† c) Sub-família *Doedicuridae* Trouessart, 1898 (= + *Doedicuridae* Ameghino, 1889) (*). Mioc. s. — Pleist. da A. S.

† Tribu I: *Panochthini* Simpson, 1945 (*). Plioc. — Pleist. da A. S.

† Tribu II: *Doedicurini* Simpson, 1945 (*). Mioc. s. — Pleist. da A. S.

† d) Sub-família *Glyptodontinae* Trouessart, 1898, ou Cope, 1898 (*). Plioc. s. — Pleist. da A. S. e da A. N.

† *Glyptodontoidea incertae sedis* (+ *Palaeopeltidae* Ameghino, 1895). Eoc. s. — Olig. da A. S.

BB — Super-família *Dasyppodoidea* Simpson, 1931 (= *Dasyppodoidea* Hay, 1930 = *Dasyppoda* Hoernes, 1886) (*). Paleoc. — R. na A. S.; Pleist. — R. na A. N.

A — Família *Dasypodidae* Bonaparte, 1838 (= *Dasyppidae* Gray, 1821) (*). Paleoc. — R. na A. S.; Pleist. — R. na A. N.; R. na A. C. Tatús, armadilhos.

a) Sub-família *Dasypodinae* Gill, 1872 (*). Paleoc. — R. na A. S.; Pleist. — R. na A. N.; R. na A. C.

† Tribu I: *Utaetini* Simpson, 1945. Paleoc. — Eoc. da A. S.

Tribu II: *Euphractini* Simpson, 1945 (= *Euphractinae* Weber, 1928, ou Yepes, 1928; *Euphracti* Weber, 1928) (*). Olig. — R. na A. S.

† Tribu III: *Eutatini* Simpson, 1945 (= + *Eutatinae* Bordas, 1933). ? Eoc., Olig. — Pleist da A. S.

Tribu IV: *Prionodontini* Weber, 1928 (= *Prionodontina* Gray, 1873) (*). Pleist. — R. na A. S.

Tribu V: *Tolypeutini* Weber, 1928 (*) (= *Tolypeutinae* Gray, 1865). Pleist. — R. na A. S.

Tribu VI: *Dasypodini* Simpson, 1945 da maioria dos autores) (*). Pleist. — R. na A. S., A. C. e A. N.

† b) Sub-família *Stegotheriinae* Trouessart, 1898 (= *Stegotheriidae* Ameghino, 1889). ? Eoc., Olig — Mioc. i. da A. S.

† c) Sub-família *Chlamytherrinae* Hay, 1930 (= + *Chlamydotheridae* Ameghino, 1889) (*). ? Eoc., Plioc. — Pleist. da A. S.; Pleist. da A. N.

d) Sub-família *Chlamyphorinae* Yepes, 1928 (= *Chlamyphorina* Bonaparte, 1850). Pleist. — R. na A. S.

† B — Família *Peltephilidae* Ameghino, 1894. Olig. — Plioc. ? i. da A. S.

Convenções:

† Grupo extinto.

(*) Representado no Brasil por formas fósseis, extintas, ou atuais.

(?) Duvidoso.

Eoc. — Eoceno.

Mioc. — Mioceno.

Olig. — Oligoceno.

Paleoc. — Paleoceno.

Pleist. — Pleistoceno.

Plioc. — Plioceno.

R. — Recente ou atual.

i. — inferior.

m. — médio.

s. — superior.

A. C. — América Central.

A. N. — América do Norte.

A. S. — América do Sul.

ORDEM EDENTATA Cuvier, 1798.

Sistema dentário reduzido mais frequentemente, a molares primários, desprovidos de esmalte (1) e de raiz, sendo de polpa persistente, largamente aberta na base. Os dentes são, em algumas formas, completamente ausentes. Falanges terminais envolvidas por longas e aceradas garras, comprimidas lateralmente e, às vezes, em forma de casco (gliptodontes). Pele coberta de pêlos ou de placas ósseas, justapostas. Mamilos peitorais ou abdominais. Hábitos terrícolas, arborícolas ou fossadores. Regime herbívoro ou insectívoro (2).

“Os Desdentados constituem, entre os Mamíferos, escreve Zittel (1894) (3), um grupo isolado, que já foi considerado, por Cuvier como equivalente aos dos Ungulados e Unguiculados e oposto a estes grupos. São, às vezes, designados sob o nome *Bruta*; mas Linnaeus reunia, sob este termo, não só os gêneros *Bradypus*, *Myrmecophaga*, *Manis* e *Dasyus*, como, como, também, em primeira linha, os gêneros *Elephas* e *Trichechus*. A dentição, geralmente monofiodonte, composta de dentes prismáticos, desprovida de caninos e, quase sempre, dos incisivos (4), a carência do esmalte dentário (1), em todas as formas recentes, o número variável, às vezes considerável, das vértebras dorsaes e caudais, em muitos gêneros, a soldadura do ísquio com o sacro, a reunião da via urinária com a genital, nas fêmeas, e o desenvolvimento dum esqueleto tegumentário ósseo, nos Tatús, são os mais notáveis dos caracteres exteriores dos Desdentados que compreendem tipos extremamente notáveis”.

“A pele é recoberta de pêlos ou, então, o corpo é encerrado numa carapaça ossificada, composta de placas imóveis (Gliptodontoides) ou de placas móveis (Dasyptodontes), geralmente revestidas por uma epiderme córnea”.

“A coluna vertebral compreende vértebras cervicais, dorsaes, lombares, sacras e caudais, bem distintas. Na maioria das formas, as vértebras cervicais são em número de 7, mas, às vezes, também de 9 (*Bradypus*); estas vértebras mantêm-se separadas e não se distinguem por nenhum caracter particular nos Myrmecophagidae, Bradypodidae e Megatherioidea (Gravigrada).

- (1) Apenas em *Utaetus buccatus* Ameghino, do Terciário inferior da Patagonia, se notam pequenas porções de esmalte, na coroa dos dentes seguintes aos três primeiros. Vide fig. 7 (C. P. C.).
- (2) Alguns tatus são, talvez, necrófagos ou procuram nos cadáveres os vermes da decomposição. Segundo alguns autores, certos tatus, como, por exemplo, o *Euphractus sexcinctus* ou “peludo”, costumam, também, atacar e devorar cobras. Relata Moojen (1943) que o herpetologista Antenor Leitão de Carvalho encontrou restos duma cascavel no estômago dum tatu da espécie supra-citada e que ele próprio, quando professor na Escola Superior de Agricultura, em Viçosa, 1934, atirou uma cobra a um “tatu peludo” ou “peba” que a atacou, decididamente, a despeito de seus botes, e a comeu, deixando somente a cabeça (C. P. C.).
- (3) Conhecendo, por experiência própria, a carência de bibliografia científica especializada, que se nota em nossas bibliotecas e, mesmo, em muitos de nossos institutos científicos (museus, faculdades e outras entidades especializadas) e conhecendo, outrossim, muito bem, a dificuldade e o sacrifício com que lutam os nossos estudiosos, para a aquisição de tais obras, algumas delas esgotadas, resolvemos dar aqui, como vimos fazendo, em nossos trabalhos anteriores, os caracteres gerais da ordem considerada, assim como dos grupos maiores, a ela subordinados, traduzindo-os de Zittel, autoridades de mérito indiscutível, afim de facilitar o conhecimento de tais detalhes aos que, no Brasil, se interessam por estes estudos e que se acham impossibilitados de beber estes conhecimentos nas próprias fontes.
Como hoje, não mais se consideram os pangolins (*Manis*) e os “Aard-Varks” (*Orycteropus*), do Antigo Continente, como pertencentes à ordem Edentata, mas a ordens distintas (Pholidota e Tubulidentata, respectivamente), excluimos, na referida tradução, toda a referência de Zittel a estes grupos (C. P. C.).
- (4) Nos Palaeonodonta, do Terciário inferior da América do Norte, um dos incisivos inferiores, pelos menos, e os caninos ainda eram presentes (*Metacheiromys*) (C. P. C.).

Nos Dasypodoidea e nos Glyptodontoidea, o atlas permanece livre, enquanto que as outras vértebras cervicais ou algumas de entre elas podem soldar-se em bloco. O número das vértebras dorsaes oscila entre 12 e 24, o das lombares entre 3 e 9; nos Glyptodontoidea, todas as vértebras dorsaes se soldam por suas apófises espinhosas, num tubo rígido, o mesmo acontecendo com as vértebras lombares, em relação com o sacro; as vértebras caudais posteriores formam, pela anquilose dos corpos vertebrais, uma peça óssea rígida. Em todos os Desdentados americanos, as últimas vértebras dorsaes e as lombares apresentam uma conformação absolutamente diferente da comum, pois, além da zigapófises e metapófises articulares normaes do arco superior, possuem outras apófises, providas de facêtas articulares acessórias (fig. 1) que consolidam a reunião das vértebras" (5).

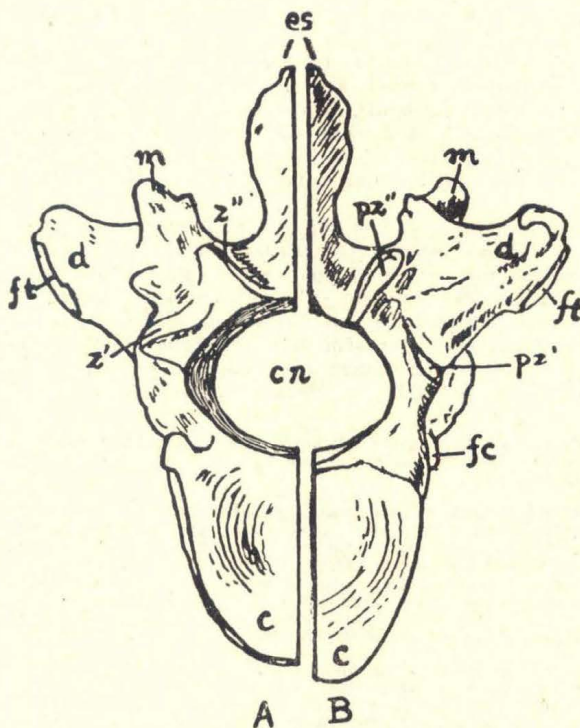


Fig. 1 — 15.^a vértebra dorsal ou torácica de *Paramylodon harlani* (Owen), do Pleistoceno dos Estados Unidos, cortada ao meio, longitudinalmente, e vista de sua face anterior (A) e posterior (B). c centro ou corpo da vértebra, cn canal neural ou medular, d diapófise, es apófise espinhosa, fc facêta para o capitulum da costela, ft facêta para o tuberculum da costela, m metapófise, pz' e pz'' facêtas articulares acessórias da zigapófise posterior, z' e z'', idem da zigapófise anterior. (Modificado de Stock)

“Nos desdentados, as apófises transversais posteriores das vértebras sacras, coossificadas, soldam-se com a parte montante do isquio. As vértebras caudais são pouco numerosas nos Bradypodoidea (6-10) e desprovidas de hemapófises. Nos Megatherioidea (Gravígrados) a cauda era extraordinariamente desenvolvida e fortificada por longas apófises transversais (diapófises) e

(5) Nos Palaeonodonta, do Terciário inferior da América do Norte, as articulações entre as vértebras dorsaes posteriores e as lombares eram do tipo normal (C. P. C.).

ossos chevrons (fig. 2). Nos Myrmecophagoidea (tamanduás), a cauda é enormemente longa, muito movel e provida de diapófises e de hemapófises. Os ossos chevrons (hemapófises) são, na maioria dos casos, em forma de Y ou de V; sua extremidade distal é provida, em diversos Dasypodoidea (tatus), duma apófise dirigida para fora”.

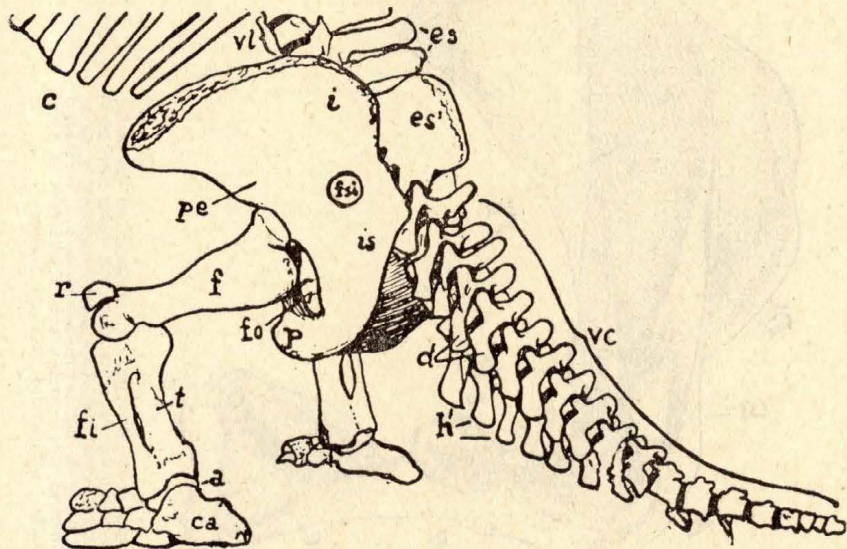


Fig. 2 — Região posterior dum esqueleto de *Megatherium*, montado no Museu de La Plata, Argentina. a astrágalo, c costelas, ca calcâneo, d diapófise ou apófise transversal, es apófise espinhosa, es' crista do sacro (apófises espinhosas das vértebras sacras, soldadas), f fêmur, fi fibula ou perônio, fo forame ou orifício obturador, fsi forame sacro-isquiático, h hemapófise ou osso chevron, i ílio, is isquio, p pubis, pe pelvis ou bacia, r rótula, t tibia, ve vértebras caudais, vl vértebras lombares.

“O *Esterno* (fig. 3) compõe-se dum grande e largo *Manubrium*, às vezes trilobulado, de 4 a 8 peças mesosternaes, de conformações muito diversas, nas diferentes famílias, e, enfim, dum *xiphisternum* mais ou menos desenvolvido, nesta sequência. As verdadeiras *Costelas* reúnem-se ao esterno por ossos esternocostaes, sendo as costelas anteriores extraordinariamente largas nos Dasypodoidea e nos Glyptodontoidea”.

“O *Crânio* apresenta grandes diferenças, segundo as famílias; êle é, tanto alongado, quase cilíndrico (*Myrmecophaga*), tanto curto e truncado, quase tão alto quanto longo (*Bradypodoidea*, *Glyptodontoidea*) (fig. 4 e 5). A superfície do crânio mantém-se geralmente plana e unida; apenas nos *Megatherioidea* (*Gravigrados*), os parietaes formam, às vezes, uma ligeira crista. O occipital é pouco elevado; os parietais são de comprimento mediano, sendo os frontaes sempre grandes. O grande desenvolvimento dos ossos nasas e da maxila (6) nos *Myrmecophagidae* e *Dasypodoidea* prolonga a ca-

(6) Osso do crânio, comum e impropriamente denominado “maxilar superior”. Maxila é o nome do osso; maxilar é o adjetivo qualificativo pertinente ao mesmo (C. P. C.).

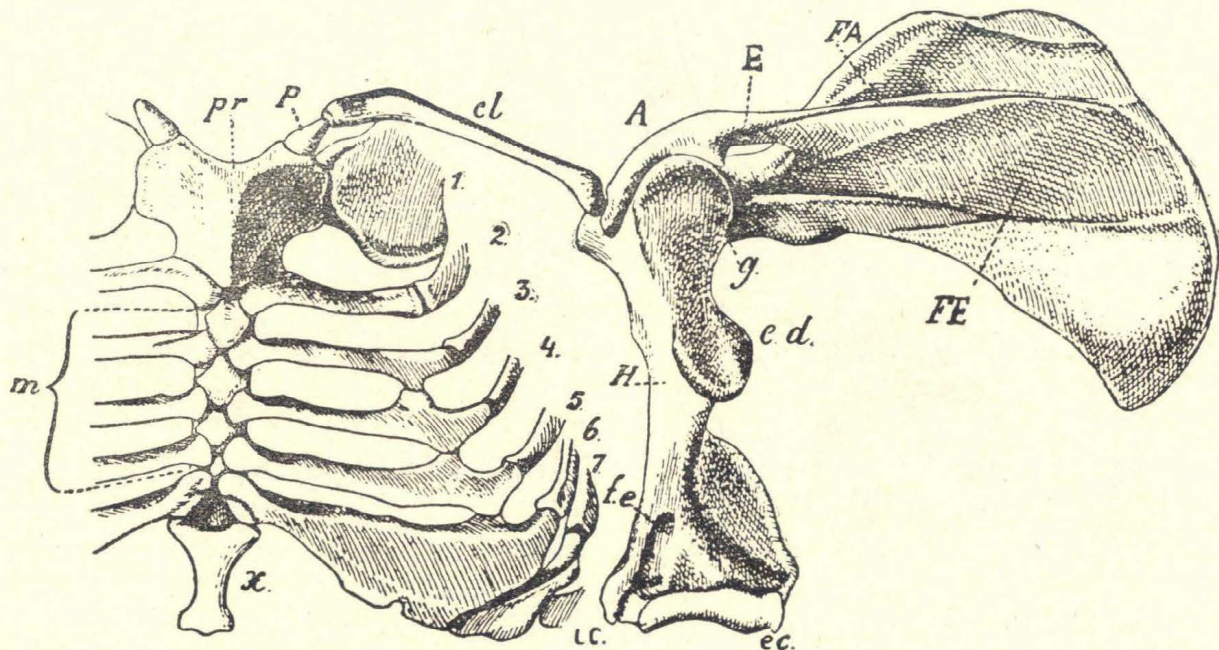


Fig. 3 — Parte do torax e da cintura escapular de *Dasypus*. A. acrômio, cl clavícula, c. d. crista deltóide, E espinha ou crista da escápula, ec epitróclea, FA fossa pré escapular, fe forame entepicondilóide ou supracondilóide, FP fossa post-escapular, g cavidade glenóide, H humerus, ic epicôndilo, m mesoesterno, p pré-clavícula, p. r. presterno (Manubrium sterni), x xiphisternum. 1-7 primeiras sete costelas, articuladas com as peças esternocostais (Ossa sterno costalia), ossificadas (sc) de Weber).

beça num focinho mais ou menos alongado e estreito, enquanto que em muitos *Megatherioidea*, nos *Bradypodoidea* e nos *Glyptodontoides*, os ossos nasas curtos e, às vezes, quase rudimentares dão ao crânio destes animais

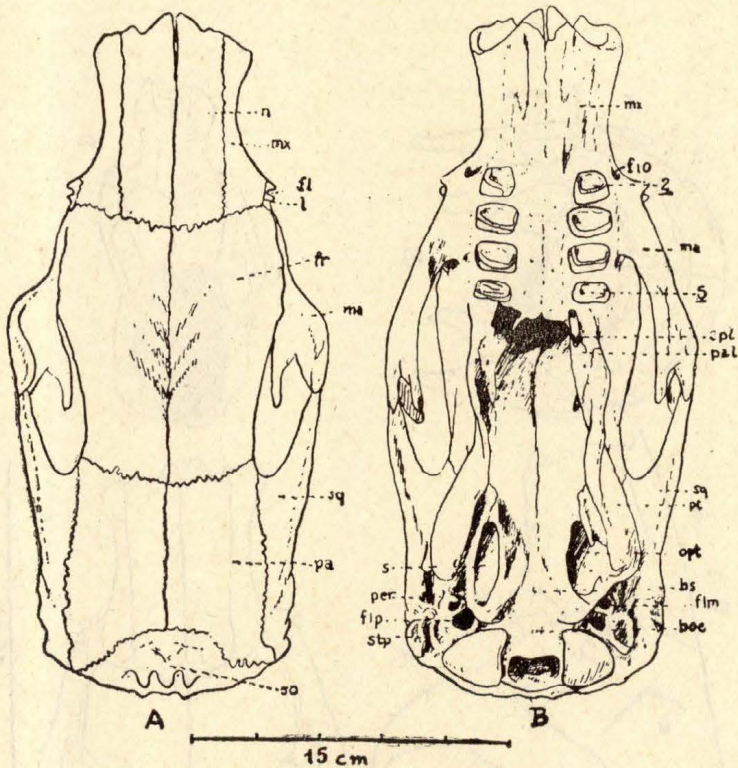


Fig. 4 — Crânio dum Megatherioidea (*Nothrotherium shastense*). A, vista dorsal, n nasal, mx maxila, l lacrimal, fl forâme lacrimal, fr frontal, ma malar ou jugal, sq esquamosal, pa parietal, so supraoccipital. B, vista ventral, mx maxila, fio forâme infraorbital, ma malar, cpl canal palatino, pal palatino, sq esquamosal, pt pterigóide, opt orifício do sinus pterigóide, bs basiesfenóide, flm forâme lacerum medium, boc basioccipital, s sinus pterigóide, per periótico, flp forâme lacerum posterius, stp processo estilohialóide. 2-5 segundo a quinto dentes superiores. Pleistoceno de Rancho La Brea, California (segundo Stock).

uma aparência truncada. As prémaxilas (intermaxilas) são pouco desenvolvidas em todos os Desdentados e não participam, absolutamente, da delimitação das fossas nasaes, que são geralmente grandes e dirigidas para adiante. O arco jugal é completo ou interrompido, às vezes rudimentar. Nos Megatherioidea, Bradypodoidea e Glyptodontoidea, este arco distingue-se por uma longa apófise inferior e uma outra, pouca mais fraca, dirigida obliquamente para cima e para trás. As maxilas (6) são longas, formam o alto da parede lateral da longa cavidade bucal e apresentam, nos Glyptodontoidea, altura inusitada. Às vezes, como em certos Megatherioidea, em *Choloepus* e *Dasypus*, um osso prenasal se desenvolve adiante dos nasaes; este osso pode aparecer reunido à premaxila por um tabique ossificado. A mandíbula das formas insectívoras mantém-se delgada, fraca e alongada, possuindo sómente uma fraca apófise coronóide; este osso é normalmente constituído nos Dasypodoidea, mas, nos Megatherioidea herbívoros, nos Glyptodontoidea e nos Bradypodoidea, ele é extraordinariamente elevado em sua parte alveolar, apresen-

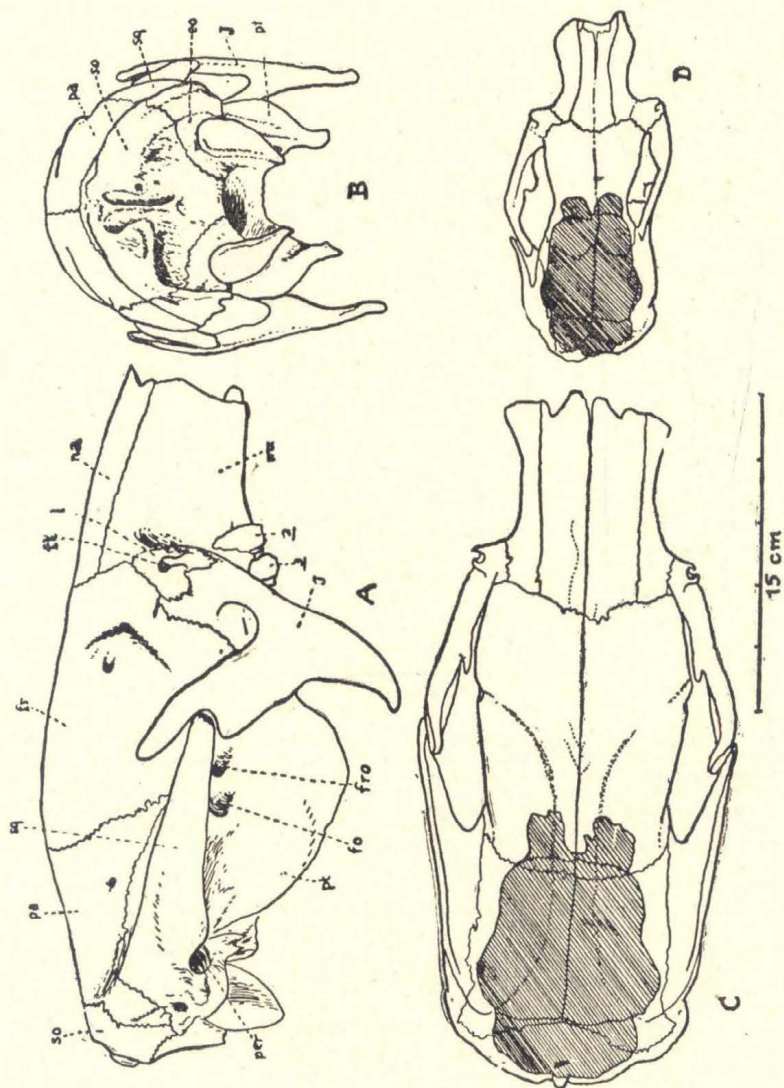


Fig. 5 — Crânio e endocrânio de Megatherioidea. A e B, crânio de *Nothrotherium shastense*, visto de perfil (A) e de trás (B). na nasal, l lacrimal, fl forame lacrimal, fr frontal, sq esquelmosal, pa parietal, so supraoccipital, mx maxila, j jugal ou malar, fro forame rotundum, fo forame oval, pt pterigóide (muito inflado, neste gênero), per periótico. 2 e 3 segundo e terceiro molares. C e D, comparação do tamanho do endocrânio, em relação com o crânio, em *Nothrotherium shastense* (C) e *Hapalops sr.* (D) (segundo Stock).

tando, além disto, um ramo montante poderosamente desenvolvido num plano vertical ou então dirigido obliquamente para a frente. A ramificação lateral posterior do canal alveolar fornece, nos Megatherioidea, um bom caracter para a classificação, por desembocar na base do ramo montante, imediatamente atrás do último molar, ou do lado interno, ou, ainda, no meio (fig. 6)".

"Os dentes dos Desdentados (figs. 7-9), quando se desenvolvem (êles são completamente ausentes nos Myrmecophagoidea), afastam-se essencialmente, sob o ponto de vista morfológico e estrutural, dos da maioria dos outros Mamíferos. Os incisivos faltam em quase todos os Desdentados atuais; em *Dasygus*, sómente, encontra-se, às vezes, um par de pequenos dentes rudimentares, na mandíbula. Ameghino, porém, assinalou, no Terciário da Patagonia, algumas formas providas de incisivos bem desenvolvidos (*Entelops*, *Didelotherium*) (7). Os caninos, propriamente ditos, faltam, mas em muitos Me-

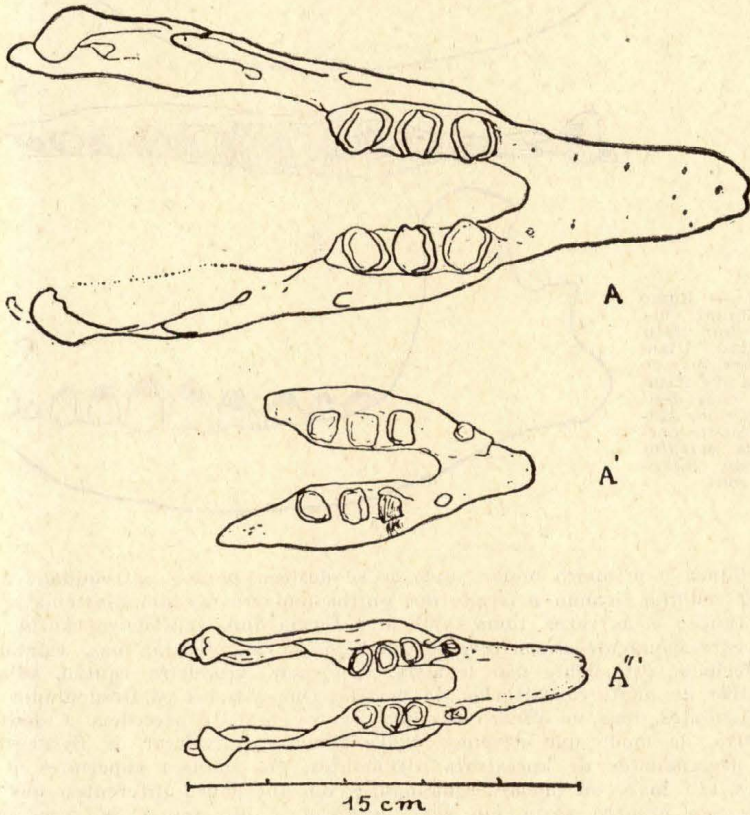


Fig. 6 — Mandíbulas de megateriídeos, vistas de cima, com os dentes (molares). A, *Nothotherium shastense*, do Pleistoceno de Rancho La Brea, California. A', *Pronotherotherium typicum*, do Mioceno superior da Argentina. A'', *Hapalops longiceps*, do Mioceno inferior de Santa Cruz, Patagonia. A, segundo Stock, A', segundo Rovereto e A'', segundo Scott (de Stock).

(7) Estas formas são muito duvidosas (C. P. C.).

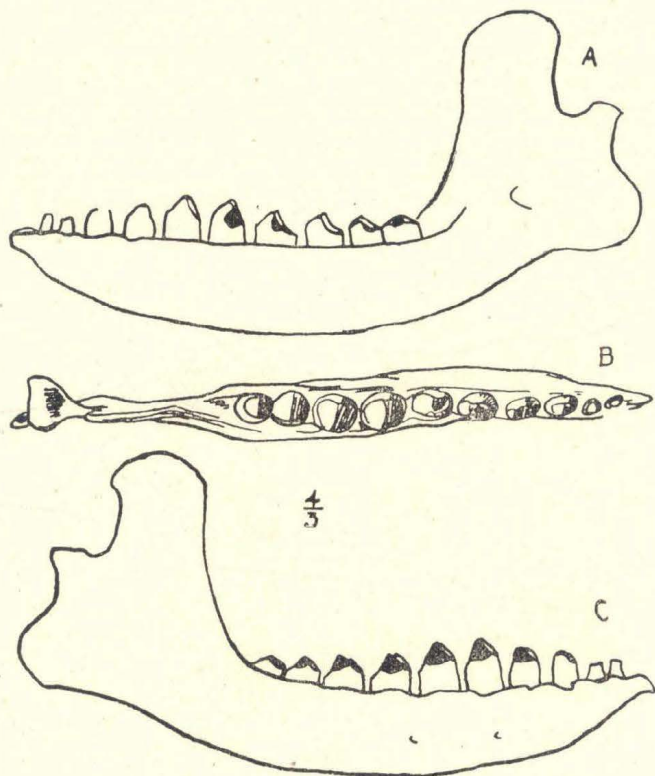


Fig. 7 — Ramo mandibular direito dum tatú primitivo, *Utaetus buccatus*, do Eoceno da Patagonia, com dentes providos duma pequena porção de esmalte (segundo Simpson).

gathérioidea o primeiro molar superior se desloca para a extremidade anterior da maxila, ficando separado dos outros molares por um diastema; cumpre a função e, às vezes, toma também a forma dum verdadeiro canino. Um dente correspondente desenvolve-se também na mandíbula, mas, estando a boca fechada, este dente não se acha, como um verdadeiro canino, adiante, mas atrás do dente caniniforme da maxila. Quase todos os Desdentados são monofiodontes, mas no gênero *Dasypus* dentes de leite precedem a dentição definitiva, de modo que devemos provavelmente considerar os Desdentados como descendentes de ancestraes difiodontes. Os molares superiores e inferiores são mais ou menos semelhantes ou um pouco diferentes uns dos outros; seu número varia, em geral, entre 4 e 10, mas é, às vezes, mais elevado. Estes dentes compõem-se de dentina (marfim) e dum envólucro de cimento; num pequeno número de formas fósseis, Ameghino pensava poder reconhecer, além disso, uma delgada camada de esmalte, mas isto foi contestado por Burmeister (1). A dentina do dente é ordinariamente composta de camadas de estrutura e de dureza diferentes. A camada externa é a mais dura e exclusivamente atravessada por finos canaliculos; esta camada envolve um núcleo vascular central mais ou menos desenvolvido, atravessado por nu-

merosos canais mais largos (fig. 8) Os molares de todos os Desdentados têm uma forma primática atingindo, às vezes, um enorme comprimento; são desprovidos de raízes, ôcos e baixo, e seu crescimento continua à medida que sua corôa se desgasta pela mastigação. A superfície da corôa é, quase sempre desgastada horizontalmente, raramente de modo oblíquo, ou então, como os dentes têm, às vezes, a forma de prismas de quatro faces e são distribuídos de tal forma que um dente da maxila se engrena entre dois dentes da mandíbula, podem formar-se na corôa facêtas planas, inclinadas. Muito frequentemente, todos os dentes ou alguns de entre eles apresentam, sobre sua face interna ou externa, ou sobre as duas faces, ao mesmo tempo, sulcos verticais que produzem uma lobação do dente. Este dente se acha, às vezes, decomposto em dois ou três pilares, ligados por estreitas pontes”.

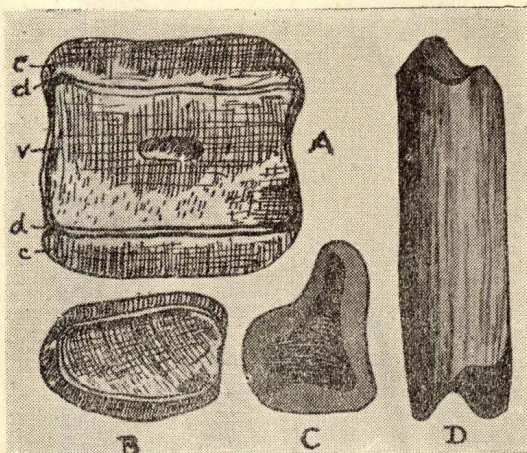


Fig. 8 — Molares de alguns megateriídeos. A, 4.^o molar superior direito de *Megatherium americanum*, visto da superfície mastigadora da corôa. c cimento, d dentina, v vasodentina. Pleistoceno da Argentina. B, antepenúltimo molar superior esquerdo de *Pliomorphus* sp., idem. Mioceno superior (Paraná) da Argentina. C, molar superior direito dum milodontídeo de Lagoa Santa, Minas Gerais, idem. Pleistoceno. D, molar inferior de *Nothrotherium maquinense*, de Lagoa Santa, Minas Gerais. A, 2/3; B, C e D em tamanho natural (A e B segundo Ameghino).

“Os membros são ou igualmente desenvolvidos, ou os membros posteriores são mais curtos e mais fortes que os anteriores. Na cintura escapular (torácica), a escápula (omoplata) é notável por um desenvolvimento considerável em altura e largura (fig. 10); seu bordo superior é tanto curvo (*Myrmecophagoidea*, *Glyptodontoidea*), tanto truncado (*Dasypodoidea*, *Bradypodoidea*), e sempre prolongado para trás. Uma crista mediana, elevada, termina num acrómio proeminente e muito longo, que, nos *Megatherioidea*, se solda com o processo coracóide, às vezes muitíssimo forte. Nos *Dasypodoidea*, *Glyptodontoidea* e *Myrmecophagoidea*, uma segunda crista, mais fraca, localiza, a certa distância, o bordo posterior. A clavícula é presente apenas nos *Megatherioidea*, *Dasypodoidea* e *Choloepus*”.

O *humerus* (fig. 11) é comumente atarracado (não é longo e delgado senão nos *Bradypodoidea*), munido de apófises muito desenvolvidas, destinadas à inserção de músculos, e provido, às vezes, dum forame entepicondiloide. O *radius* e a *ulna* (*cubitus*) permanecem sempre distintos; a *ulna* é ordinariamente mais forte que o *radius* e apresenta um possante olécrano. O *corpo* (fig. 15), não possui osso central, sendo composto, na maioria das vezes, de sete ossinhos distintos e dum pisciforme. Observa-se, frequentemente, uma soldadura entre o grande osso (*magnum*) e o trapézóide, ou entre o escafoide e o lunar, ou, então, o trapézio se solda com o escafoide

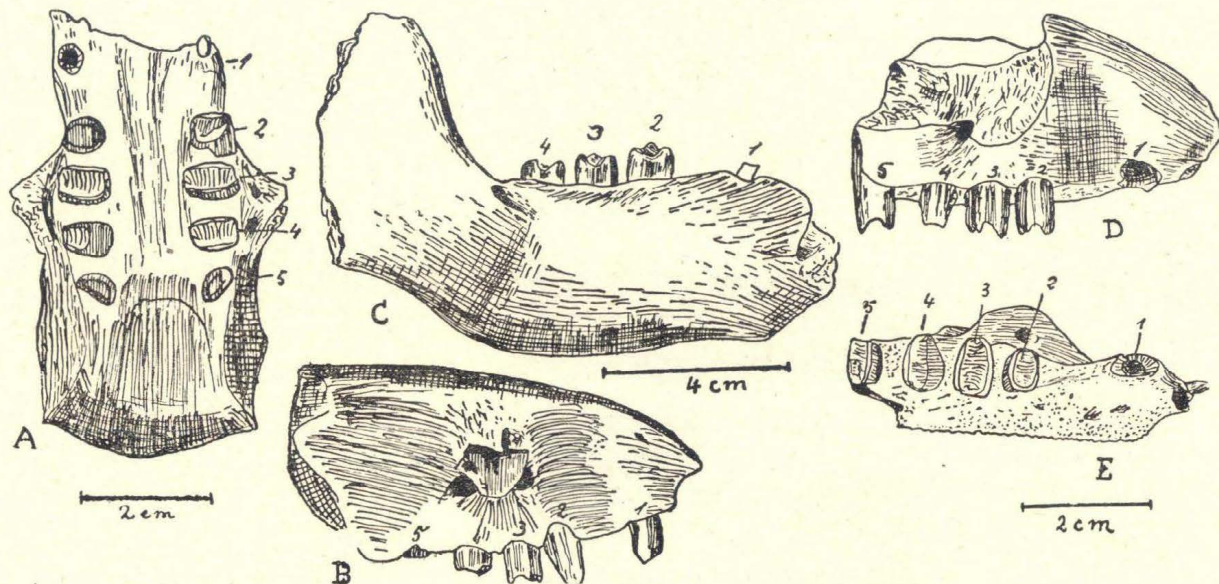


Fig. 9 — Fragmentos de crânios e mandíbulas de desdentados pilosos megateriídeos, com molares. A e B, *Hapalops simus*. Parte anterior do crânio, vista de baixo e do lado direito. Santacruzense (Mioceno inferior) da Patagonia. C, *Nothropus priscus*. Ramo mandibular direito (tipo), visto pelo lado externo. Pampeano superior (Pleistoceno) do rio Carcaraña, província de Santa Fé, Argentina. D e E, *Hapalops sulcatus*. Maxila direita, vista pelo lado externo (D) e de baixo (E). Tipo. Santacruzense (Mioceno inferior) da Patagonia austral (segundo Ameghino).

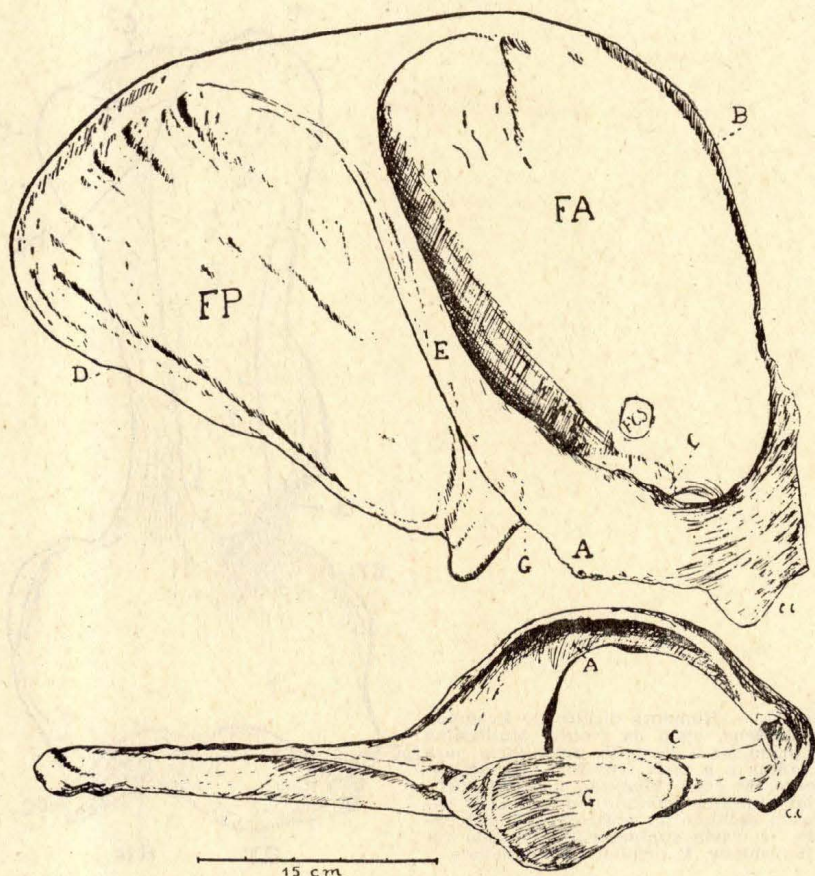


Fig. 10 — Escápula (omoplata) direita de *Paramylodon harlani*, vista do lado externo (em cima) e da extremidade proximal ou inferior (em baixo). A acrómio, B bordo anterior ou coracoideano, C coracóide, D bordo posterior ou glenoideano, E espinha ou crista, FA e FP fossa pré e post-escapular, respectivamente, FCS forame coráco-escapular, G cavidade glenóide, articular, para o humerus. Pleistoceno de Rancho La Brea, California (segundo Stock).

ou com o primeiro metacarpiano. Os ossos da segunda fila do carpo alternam mais ou menos nitidamente com os primeiros. Encontram-se tanto os cinco *metacarpianos*, tanto quatro somente, muito raramente três; excepcionalmente, estes ossos têm quase o mesmo comprimento e a mesma força, às vezes (*Megatherioidea*, *Bradypodoidea*) os *Mc I* e *V Mc* são mais fracos e mais curtos que o *Mc III*; nos *Dasypodoidea*, em alguns *Megatherioidea* e nos *Glyptodontoidea*, certos metacarpianos (tanto os externos, como os internos) diferem dos outros, por sua forma curta e atarracada. Salvo nas Preguiças, as duas primeiras falanges são curtas e, às vezes, soldadas em conjunto. A superfície articular distal da segunda falange sobe até uma grande distância, na face superior, o que dá uma grande mobilidade às fa-

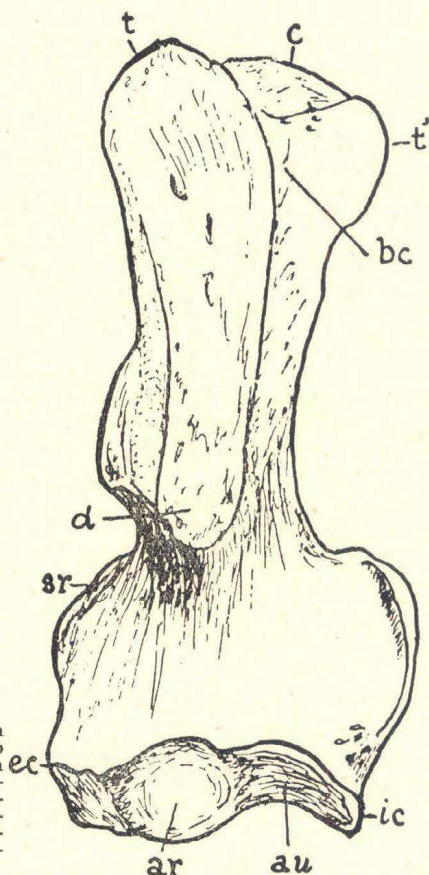


Fig. 11 — Humerus direito de *Lestodon trigonidens*, visto de frente. Muiíssimo reduzido. ar e au polés articulares para o radius e a ulna (cubitus), respectivamente, bc fossa bicipital, c cabeça articular superior (côndilo), d crista ou saliência deltóide, ec epitróclea, ic epicôndilo, sr crista supinatória, t grande tuberosidade, t' pequena tuberosidade.

langes estreitas, alongadas, comprimidas, às vezes acuminadas, que são providas de unhas. O número dos dedos varia entre 2 e 5".

A *Bacia* (figs. 2 e 12) é largamente aberta adiante nas Preguiças e nos *Megatherioidea*; é alongada e estreita em todos os outros *Desdentados*. O *ilium* é largo e dirigido para fora, nos *Bradypodoidea* e nos *Megatherioidea*, anguloso e triangular, nos *Dasypodoidea*, *Glyptodontoidea*, etc. Os *ischium*, desusadamente fortes, se inserem na parte posterior do *sacrum*; os *pubis* são delgados e estreitos, a sínfise curta, o forãme obturador de grande tamanho. Nos *Bradypodoidea*, na maioria dos *Megatherioidea*, o fêmur (fig. 13) não tem terceiro trocânter, que existe nos *Dasypodoidea* e nos *Glyptodontoidea*, nos quais é muito saliente e fortemente descendente. A tíbia e a fibula (perôneo) são distintos ou soldados, em suas extremidades. A extremidade inferior da fibula articula-se, ordinariamente, por uma saliência cônica, com a parte externa do astrágalo (fig. 14)".

"O tarso e a pata posterior têm uma constituição muito normal nos *Desdentados* insectívoros e nos *Tatus*, que apresentam, geralmente, cinco dedos; nos outros *Desdentados*, os metatarsianos internos ou externos atrofiam-se,

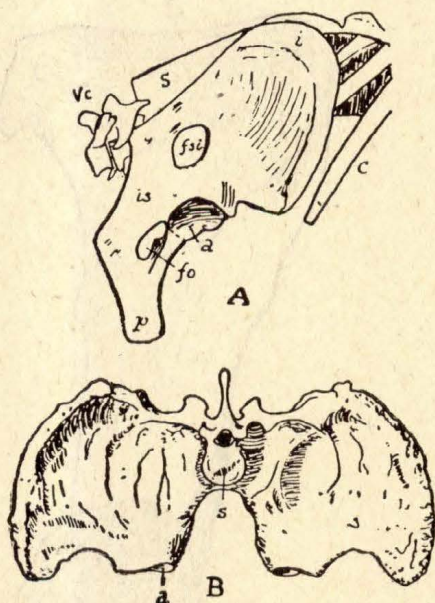


Fig. 12 — Pelvis ou bacias de Desdentados megateriídeos. A, *Paramylodon harlani*, visto do lado direito (segundo Stock). B, *Megatherium americanum*, visto de frente. Mui-tíssimo reduzidos, em escalas dife-rentes. a acetábulo, c costelas, fo fo-râme obturador, fsi forâme sacro-esquiático, i ilio, is isquio (ischium), p pubis, s sacro, vc vértebras caudais.

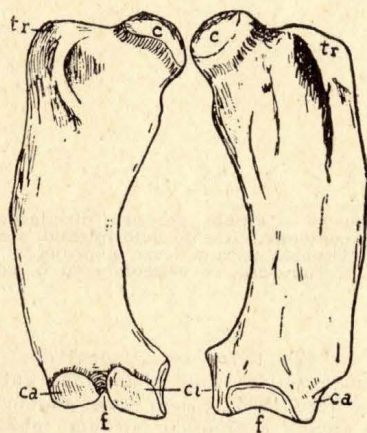


Fig. 13 — Fêmur esquerdo de *Lestodon trigonidens*, visto de frente (à direita) e de trás (à esquerda). c cabeça articular, ca côndilo articular externo (ectocôndilo), ci côndilo articular interno (entocôndilo), f fossa intercondiliana, tr grande trocanter. Mui-tíssimo reduzido.

as vezes. O calcâneo (fig. 22) tem um longo estilête rugoso; o astrágalo apresenta uma fossêta, para a apófise cônica da fíbula (perôneo). A primeira e a segunda falanges são curtas, às vezes soldadas entre si ou com um metatarsiano. As falanges terminais são tanto em forma de garras, tanto (*Glyptodontoidea*) largas, em forma de cascos e cobertas de unhas”.

“Os Desdentados possuem uma cavidade craniana de tamanho médio ou pequeno. O próprio cérebro difere notavelmente nas diferentes famílias; com efeito, os hemisférios cerebrais podem ser quase lisos ou, então, sulcados e o corpo caloso é pequeno ou assaz desenvolvido”.

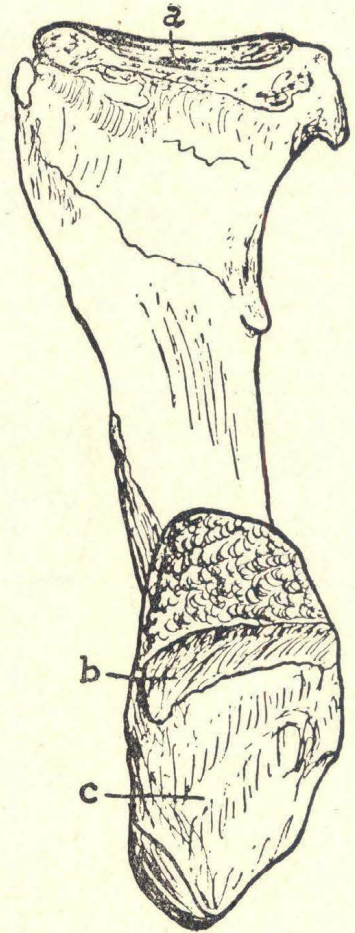


Fig. 14 — Fíbula (perôneo) direita de *Lestodon trigonidens*, vista do lado interno. a e b facêtas articulares para a tibia, c projeção cônica inferior, que se articula com o astrágalo.

“Em todos os Desdentados, os testículos são apertados, um contra o outro, na cavidade abdominal, entre o *rectum* e a bexiga; o penis é pequeno, às vezes bífido, com uma glândula rudimentar; o útero é simples e esférico; a vagina é dividida por um tabique em dois canais; a placenta apresenta a forma de domo”.

“Todas as formas fósseis pertencem ao Novo Mundo, principalmente à América do Sul, verdadeira pátria dos Desdentados. O grupo começa já, com formas numerosas e muito diferenciadas, na Patagonia, nas camadas terciárias de Santa Cruz que Ameghino considera como eocênicas (8); atin-

- (8) Os depósitos de Santa Cruz, na Patagonia, são considerados hoje como do Mioceno inferior. Não obstante, admite-se que os Desdentados pilosos procedem do Eoceno sul-americano, enquanto os cingulados são conhecidos desde o Paleoceno da América meridional. Os palaeonodonta norte-americanos são distribuídos desde o Paleoceno superior e o Oligoceno inferior da América setentrional (C. P. C.).

ge seu apogeu no Plioceno mais superior e no Pleistoceno (na formação dos Pampas). Parece ter avançado, ao mesmo tempo, para a América Central e, também, para a América do Norte, até o Kentucky, Pensilvânia, Califórnia e Oregon. Cope admitia que os Desdentados poderiam ter descendido dos *Tillodontia* do Eoceno. É mais verossímil que eles tenham tido seu berço no hemisfério sul. Não se conhecem, até hoje, Mamíferos fósseis que se possam considerar, com qualquer probabilidade, como os ancestrais dos Desdentados”.

Não nos parece, entretanto, absurdo supôr que os Desdentados descendam de ungulados primitivos, pois H. von Ihering (1927), estudando o *Dasypus septemcinctus*, o vulgar “mulita” do Rio Grande do Sul, afirma que o embrião dêste animal é curioso pelo fato de suas unhas nascerem em forma de cascos de cavalo, não como as unhas do cão, o que o levou à conclusão de que os Desdentados descendem de animais providos de casco (ungulados), não de animais dotados de unhas (unguiculados).

A suposição mais aceita, a respeito da origem dos Desdentados, é a de que este grupo descende de primitivos mamíferos sul-americanos.

Admite-se, também, que eles tenham derivado de formas primitivas do Paleoceno norte-americano, tendo invadição, em seguida, a América do Sul, como formas de pequeno tamanho, muito pouco diferenciadas, encontrando aqui ambiente favorável ao grande desenvolvimento que tomaram, no continente sul-americano, durante todo o resto do Terciário e durante o Pleistoceno.

A partir do fim do Paleoceno até o Plioceno médio, pelo menos, a América do Sul parece ter ficado isolada do resto do mundo, por submersão da região istimiana, que hoje a liga à América do Norte. No decurso de todo esse imenso período de isolamento, desenvolveu-se, aqui, uma fauna de características todo peculiares, que, logo após o restabelecimento da ligação com a América do Norte, no Plioceno, por emersão do istimo hoje conhecido

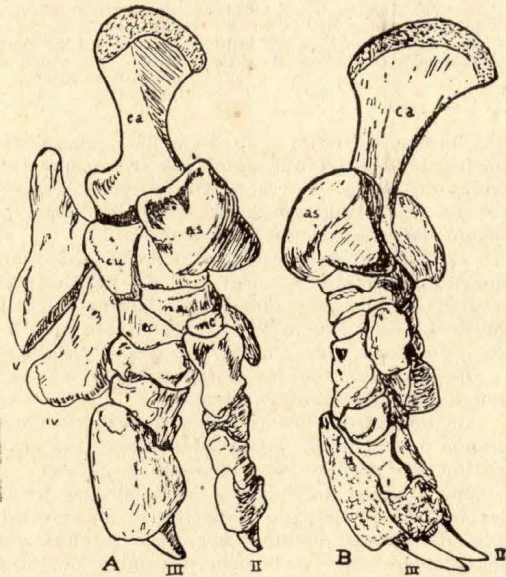


Fig. 15 — Pé direito de *Nothrotherium shastense*, visto de cima (A) e do lado interno (B). Muito reduzido. Pleistoceno de Rancho La Brea, Califórnia. as astrágalo, ca calcâneo, cu cubóide, ec ectocuneiforme, mc mesocuneiforme, na navicular. II-V dedos, com os respectivos metatarsianos, sendo que o IV e o V são apenas os metatarsianos (segundo Stock).

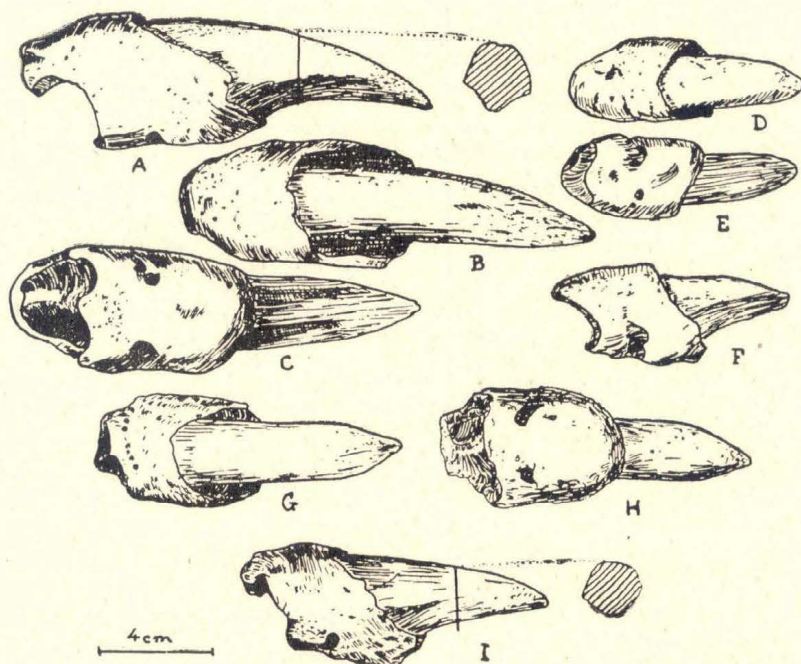


Fig. 16 — Falanges ungueaes de *Paramylodon harlani*. A, B e C do dedo II da mão direita, vista de lado (A), com corte transversal do processo uncial, de cima (B) e de baixo (C). D, E e F do dedo I da mão direita, vista de cima (D), de baixo (E) e de lado (F). G, H e I do dedo III do pé esquerdo, vista de cima (G), de baixo (H) e de lado (I), com corte transversal do processo uncial (segundo Stock).

pelo nome de istimo do Panamá, enviou diversos representantes seus ao continente setentrional, enquanto se enriquecia com novas formas de animais, vindas do norte. Foi a partir de então que os Desdentados típicos da América do Sul atingiram a América do Norte, que pode ter sido a pátria de origem do grupo como já dissemos.

Alguns autores consideram os Taeniodonta, do Paleoceno e Eoceno da América setentrional, providos de dentição completa, como ancestrais dos Desdentados megateriídeos (gravigrados), extintos; mas, a despeito de sua aparência favorável a tal hipótese, esta não é admitida pela grande maioria dos estudiosos, em virtude de sérias objeções morfológicas.

Resumo da história paleontológica. A história paleontológica desta ordem é exclusivamente americana.

As primeiras formas a ela pertencentes devem ter aparecido nos últimos tempos do Cretáceo, pois verdadeiros tatus eram já muito abundantes na Argentina, nos tempos do Paleoceno e Eoceno.

Na América do Norte, as mais antigas formas conhecidas são *Palaeonodon* Matthew, do Paleoceno superior e Eoceno inferior, e *Metacheiromys* Wortman, do Eoceno médio. Acreditam alguns autores que estas formas primitivas teriam sido o tronco originário dos Desdentados. Estes dois gêneros teriam sido verdadeiros tatus primitivos, desprovidos de carapaça, descenden-

tes de alguma forma ainda mais primitiva e desconhecida, do Paleoceno ou do Cretáceo.

Mas, como a América meridional já estava, então, presumivelmente, separada da do Norte e como sua fauna já continha, naquêles tempos, alguns Desdentados típicos, é evidente que êstes gêneros do Terciário inferior da América do Norte não podem ser considerados como ancestrais das formas sul-americanas, mas quanto muito, como colaterais destas, visto terem sido seus contemporâneos. Entretanto, nada obsta que admitamos unos e outros como derivados dum tronco pré-Cenozóico, comum.

Enquanto os tatus são conhecidos, na América do Sul, desde os tempos do Paleoceno, como vimos (*Utaetus* Ameghino), os gliptodontes só são conhecidos a partir do Eoceno superior, o que parece indicar terem sido os primeiros precursores dos últimos.

Tatus e gliptodontes evoluíram, lado a lado, na América do Sul, durante todo o Cenozóico. Os tatus sobreviveram ao Pleistoceno e atingiram a fauna atual, mas os gliptodontes extinguíram-se nos tempos do Pleistoceno. Uns e outros dêstes Desdentados cingulados ou couraçados atingiram a América do Norte nos fins do Plioceno.

Os mais antigos Desdentados pilosos conhecidos, todos do grande grupo extinto dos megateriídeos ou gravígrados, são do Oligoceno sul-americano. Eram de pequeno porte.

Estas formas providas de pêlo foram muito abundantes na América do Sul, durante os tempos cenozóicos (Terciário e Pleistoceno), tendo atingido seu maior tamanho, no Plioceno e Pleistoceno, com *Megatherium* Cuvier, *Lestodon* Gervais, *Myloodon* Owen, *Glossotherium* Owen, *Scelidotherium* Owen, etc., que eram verdadeiros gigantes, principalmente os dois primeiros.

Entre as formas pleistocênicas norte-americanas, *Magalonyx* Harlan e *Paramylodon* Brown são peculiares daquêle continente, enquanto *Megatherium* Cuvier e *Nothrotherium* Lydekker são representantes, ali, da fauna típica da América meridional.

Algumas formas insulares, de pequeno tamanho (*Acratocnus* Matthew, *Megalocnus* Leidy, etc.), da família dos megalónices, originária, indubitavelmente, da América do Sul, caracterizam o Pleistoceno de algumas das Antilhas.

Não se têm notícias dos tamanduás, senão a partir do Mioceno inferior da América do Sul (*Promyrmecophaga* Ameghino e *Protamandua* Ameghino). Quanto às Preguiças ou Bradipodídeos, não têm representantes fósseis conhecidos. Seus hábitos arborícolas constituem forte impedimento para a sua conservação no estado fóssil.

Atualmente, os desdentados são representados na América do Sul pelos Tamanduás ou mirmecofágídeos (*Myrmecophaga* Linnaeus, tamanduá bandeira, *Tamandua* Frisch, tamanduá coleto, e *Cyclopes* Gray, tamanduá-i), pelas preguiças arborícolas (*Bradypus* Linnaeus, ai, *Choloepus* Illiger, unau, e *Scaepus* Peters), todos também centro-americanos e tatus da família dos dasipodídeos (*Chaetophractus* Fitzinger, peludo *Priodontes* Cuvier, tatuassu ou carreta, *Euphractus* Wagler, outro peludo, *Cabassous* McMurtrie, cabassu, *Dasypus* Linnaeus, cachimo, mulita, etc., *Chlamyphorus* Harlan, pichi cego maior, e *Burmeisteria* Gray, pichi cego menor), enquanto o único representante da ordem, na América do Norte, é uma espécie de tatu do gênero *Dasypus* Linnaeus (*D. novemcinctus* Linnaeus, o tatu de nove cintos, também sul-americano).

(A seguir: *Xenarthra*-Pilosa).

BIBLIOTECA MUNICIPAL “JOÃO MAIA” (*)

Marino Josetti de Almeida

Antes de desencumbir-se da honrosa tarefa de patentear em rápido esboço a individualidade invulgar do insigne patrão desta instituição cultural, seja-me permitido, snrs. fundadores e diretores, congratular-me convosco por este auspicioso acontecimento, que tem tanto de louvável como de útil.

E' que, agregado a êle, num gésto de impostergável justiça, retardada mas sempre em estado potencial no espírito e no coração dos triunfenses, prestaís a conterrâneo ilustre merecida homenagem e, sob a égide do seu nome venerado, procurais por intermédio do livro — êsse amigo que não falha — polir ainda mais os brasões culturais do nosso meio social.

Integrais-vos, assim, na rêde universal de reação espiritual e moral que se difunde pelo mundo, travando o bom combate ao objetivismo egoístico e individual, que não só menospreza a tradição histórica dos povos, como tenta subverter e mesmo aniquilar a ordem social cristã, relegando-a para o plano inferior materialista, com o sossobro dos princípios orientadores da civilização até então organizada sob fundamentos científicos, morais e altruísticos.

Que os vossos elevados propósitos sejam coroados de radiosa felicidade, vossos esforços compreendidos e superiormente assimilados, e que esta novél agremiação literaria tenha projeção social e cultural condigna com a fulgurância da personalidade de seu nune tutelar

DR. JOÃO MAIA

O jovem João Maia nasceu em edificio situado ao lado do Império desta cidade, nêla passando sua infância. Aos brincos daquela quadra risonha da vida, aliou, como aplicado e inteligente aluno do proveto professor Antônio Pereira da Silva Rocha, cujas aulas elementares assiduamente frequentou, grande amor ao estudo, completando aquele curriculo com saliente aproveitamento.

Atingida idade juvenil, então já arrimo de sua veneranda mãe, prometedora vocação, responsabilidade pessoal, amor ao trabalho, prosseguimento de estudos e, por que o não diremos, a predestinação para as alturas, levaram-no á capital do Estado em busca do trabalho que lhe permitiria realizar seus ideais.

Alí chegado, inexperiente mas resolutio, operoso ao serviço de férrea vontade de vencer, ingressou, primariamente, no corpo tipográfico da “A Federação”, o glorioso órgão jornalístico onde brilhantes plumitivos em plena monarquia evangelizavam o regime republicano então embrionário.

Os revelados talentos jornalísticos de João Maia cristalizaram-se diuturnamente e, dentro do jornal, sua ação esclarecida conduziu-o em ascensão a todos os postos hierárquicos até que, já nos primórdios da República, o

(*) Discurso de inauguração, em Bom Jesús do Triunfo, a 7 de setembro de 1948.

genial organisador político do Rio Grande do Sul — Júlio de Castilhos, o designou para Diretor da “A Federação”, fulgurante posição doutrinadora a que só atingiam aqueles que pelo mérito e pelas convicções sinceras conquistavam a confiança do cada vez maior Patriarca riograndense.

Se outros muitos e valiosos títulos e virtudes não ornassem a sua saliente individualidade, êsse sómente constituiria invejável e culminante corôa de louros a sagrar a personalidade de João Maia, recomendando-o á posteridade e á admiração e estima dos gaúchos.

Alcançada estabilidade econômica e social, convolou nupcias com a distinta senhora Carlota Maia, de cujo consórcio houve só um ilustre filho, o abalizado e estimado médico dr. João Maia Filho, que, por sua vez, é pai doutro ilustre clínico, dr. João Maia Neto, este *doublé* de aprimorado jornalista, destinado como que a continuar a primacial e brilhante trajetória avoenga.

Tivemos a fortuna de conhecer pessoalmente João Maia quando êste já atingia idade provéta, conquanto já fôsse, ao longe, senhor de nossa admiração e estima de conterraneo, que lhe acompanhara a exemplificante e notável atuação de político e escritor.

Tinha João Maia um perfil magestoso, sem artifícios, com as puras linhas do gaúcho crioulo, que á lhaneza do trato, á fidalguia dos gestos, alia zelos pela honra, cultiva a lealdade e resguarda em sua alma, imperecível, um lugar votado ao amor lugarenho. Era alto de estatura, fisicamente forte, moreno, basta cabeleira negra, ondulada, cabeça belamente conformada, de testa ampla a encimar olhos negros de expressão ôra mascula, ôra suave, caracterizando a ação exterior de toda sua vida de lutas cívicas e ânceios de perfeitibilidade. Falava como andava: pausadamente. Sem que o percebesse, sua figura varonil irradiava espontânea e dominadora autoridade. Ponderação permanente, lucidez de conceitos e tranquilidade conciente presidiam seus atos, quer na vida social, política ou funcional, quer nas suas elocubrações intelectuais.

Em 1945, com a idade de 83 anos, faleceu João Maia, cercado de geral consideração, do amor de sua distinta família e da estima de seus amigos. Certo não o pouparia o natural mas melancólico termo da vida, mesmo contrariando as aspirações de ainda maior longevidade para sua preciosa existência. Lamentações envolveram e envolvem seu passamento objetivo, mas, na sua imperecível obra, vive subjetivamente sua personalidade, projetando luminosos clarões nas rôtas palmilhadas por seus patricios, a exemplificar seus conterrâneos.

O POLÍTICO

Repúblicano da propaganda, fiel ao seu ideal, leal ao seu partido e devotado ao grande chefe, que lhe dispensava absoluta e honrosa confiança, Júlio de Castilhos o tirou da “A Federação” para investi-lo da delicada missão de derimir grave dissídio ocorrido em Cruz Alta entre dos generais repúblicanos da revolução de 1893.

Nomeado inspetor escolar de vasta região norte do Estado, com séde naquela cidade, conquistou geral estima e apreço por sua justa atuação partidária e funcional, de que se valeu, alentado por seu patriotismo e amor á pátria, para solucionar com sucesso a perigosa desavença.

Portador da patente de coronel da mesma gloriosa Guarda Nacional que seu egrégio conterrâneo eBnto Gonçalves comandava em chefe quando dos prôdomos da Revolução Farroupilha e que, posteriormente, se cobrira de glórias na Guerra do Paraguai, como na Revolução de 93, suas atitudes e ação não a deslustraram. Ao contrário, engrandeceu-a e a enobreceu com a ido-

neidade de sua conduta retilínea e o fulgor de sua lucida mentalidade.

Terminada sua missão em Cruz Alta, ofertou-lhe o Governo um cartório em Pôrto Alegre, o que foi aceito, com base doutras cogitações, jornalísticas, literárias e históricas. De fato, o funcionário não matou o pensador, pois, "tinha a clarividência do ideal e elegera seus meos".

O LITERATO

Entre várias produções literárias escritas em estilo alto e pensadas com visão artística, sobressai seu livro regionalista o *Pampa*, no qual João Maia fotografa as belezas, os costumes e os estilos populares de sua terra bem amada. A vida do gaúcho riograndense esteriotipa-se em suas páginas, ora romântica, ora realística ou mesmo heroica.

Também o teatro mereceu a dadiva de sua concepções artísticas, exteriorizando-se em apreciados dramas e comédias. Honrou nossa casa de espetáculos, que intêira êste ano um centenário de existência, com assídua presença e encorajadores aplausos às representações do conjunto de amadores do Grupo Dramático Damasceno Vieira.

Sua volumosa obra literária, além dos livros impressos, figura esparsa em publicações jornalísticas e em revistas.

Com as credenciais do conjunto de sua erudita elocubração mental condensada em variada produção literária ingressou na Academia de Letras do Rio Grande do Sul, na qual, como figura exponencial, foi presidente por longos anos.

Ofício público, acadêmico e cogitações científicas não lhe absorveram a atividade que, em certa época, repartiu com a empresa jornalística da brilhante gazeta *Diário*, de duração efêmera e de que fôra exímio diretor, publicação que fracassara por motivos econômicos, apesar de sua feitura então moderna e corpo redatorial inteligente e adestrado na função profissional.

Poeta da escola romântica, devem-lhe as musas belos canticos em versos quasi todos inéditos.

O HISTORIADOR

Pesquisador beneditino dos velhos documentos comprovadores da formação histórica do Rio Grande do Sul, foi quem primeiro aglutinou num modesto mas valioso trabalho didático os verdadeiros fatos da História da terra gaúcha.

Poucos hão de ser os riograndenses que não tenham compulsado a "História do Rio Grande do Sul", de sua benemérita autoria, e muitos serão os que na infância por ela hajam estudado e aprêndido como se constituiu e como evoluiu nossa terra de Capitânia a Província e desta a Estado.

Nada de intenção negativa ou de ambição inconfessável na confecção do importante livro, que, na genaralizada ignorância de nossa história, levaria jorros de luz às inteligências de sucessivas gerações, através do patriótico espirito público do autor, que tanto amou sua terra e sua gente.

O Governo do Estado, provendo sôbre uma imperdoável lacuna educacional, oficializou-a e fe-la adotar no ensino público do Estado, qual catecismo cívico gaúcho.

Fundador proeminente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, como sócio de cultura exponencial, os seus pares o elegeram e reelegaram, continuamente, para os elevados postos de sua direção. Considerado um mestre na matéria, era acatado por seus confrades, ombreando sempre com outros luminares do corpo social, os quais nos orientam as diretrizes com as lições de sua sabedoria e os exemplos de sua abnegação científica.

Ilustram as páginas da Revista do Instituto brilhantes colaborações de sua lavra.

O TRIUNFENSE

Tão firme como suas convicções políticas e dedicação a Júlio de Castilhos, depois de cuja morte retirou-se para a planície partidária, sem renegar, nem o passado, nem seu ideal, assim era seu amor a Triunfo, dêle se orgulhava e, como "Pátria de seu coração", jamais o desterrou da sua lembrança afetuosa, mesmo quando "dilatado fosse o horizonte geográfico". Jamais a grande dedicação votada á Nação, como "Pátria civil", fê-lo renegar ou olvidar o berço do seu natal.

Antes que os anos avançados dificultassem locomover-se amplamente e carente de comodidade sua ancianidade veneranda, eram assíduas suas visitas ao rincão bem-amado, ora para assistir sa festividades em louvor do padroeiro local — Bom Jesus —, ora para visitar amigos, com êles confraternizando e solidarizando-se nos atos de renovação administrativa, bem como na inauguração do Forum.

Correspondiam seus conterrâneos a tantas e expontânêas rememorações de dedicação regional e união religiosa por Jesús, aqui entronizado como seu órago. Promovida, em 1915, uma festa para homenagear-lhe méritos invulgarres e virtudes, realizou-se no *Capão do Coqueiro*, entre outras solenidades programadas, um convescote a que compareceu a quase totalidade dos conterrâneos. Saudado, pronunciou emocionante e erudita oração em que, evocando sua preterita e saudosa vida na querença, teceu delicada filigrana do ouro e prata do seu pujante talento e a estendeu sôbre as belezas naturais de sua cidade e do bucólico encanto da região, que descreveu a evidência na escoreita prosa de magnífico discurso.

Há mais ou menos trinta anos, escrevendo para a imprensa dissemos: "O meu maior triunfo seria assistir ao triunfar de Triunfo". Lêra João Maia nosso artigo, como o fazia com tudo que se referisse ao seu berço.

Em nosso primeiro encontro disse-nos: "Li teu artigo. Perfilho tua aspiração porque a sinto também". Nem êle, nem nós assistiremos á plenitude desse triunfo que visivelmente, a riqueza econômica e a evolução progressiva estão a concretizar.

Nenhum triunfense jamais subiu tão alto pelo esforço próprio. Não teve a fortuna a ampara-lo. E do estoicismo de sua férrea vontade deu, nos derradeiros anos de vida uma eloquente prova: Enfermando, por três anos seguidos, em largos e espaçados períodos, foi restabelecer sua preciosa saúde no Rio de Janeiro, onde, já sexagenário, matriculou-se na Faculdade de Filosofia, que frequentou, néla se formando. Regressando curado, enriqueceu seus nobilitantes títulos como o de doutor João Maia.

Críticos estéreis, construtores negativos das letras, entendem que os ditirambos laudatórios quando uma grande vida é focada ao apreço da posteridade, devem ter como caudatários o rôl dos deslizes, mesmo privado, e até ainda o eco das invencionices, filhas do ódio gratuito, da inveja e do despeito.

Sendo finalidade histórica o registro de reais fatos nobilitantes, construtores e exemplificantes da ação do biografado, como pesquisar resquícios de pecadilhos involuntarios, se praticados, numa vida honrada e impoluta como a do doutor João Maia, cidadão ilibado, chefe de familia modelar, que legou á sociedade ilustre sucessão, que esteriotipa superiores zelos paternos.

Depois, como arranjar máculas ao polemista aristocrático e polido e ao politico e funcionário público, se nem mesmo as criaram seus contendores, adversários e superiores hierarquicos? Inexequível para nosso caso, re-

leguemos a mazelosa sugestão para os grandes criminosos a catalogar na história dos acontecimentos nocivos á humanidade.

INVOCAÇÃO

Doutor João Maia ! Presentimos que um hálo da tua espiritualidade envolve-nos nesta sala onde tantas vezes pizaste para dar tua honrosa assistência ás tertulias sociais e a solenidades cívicas. Pensamos que tua nívea alma alada no resplendor de sua radiosidade iluminará os caminhos a seguir na difusão da cultura pelo livro. Com a grata e íntima certeza de que teu espírito contempladamente perfeito na eternidade, paira protetor sôbre tua terra, sua gente e suas cousas é que, além da merecida ainda que modesta homenagem que te prestam, elegemos teu egrégio nome para patrôno desta Biblioteca.

No consenso pacífico da posteridade tua imortalidade está perfeitamente cristalizada e para os triunfenses constitui uma grande honra, concretizada e imperecível. Na terra de tua campa, louros e flôres se entrelaçam, louros da tua glória, flôres da nossa saudade.

Disse.

SUGESTÕES E PARECERES (*)

Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico.

O Conselho Administrativo do Estado, no processo incluído, solicita o pronunciamento do Instituto sobre o projeto de decreto-lei, da interventoria Federal, que concede um auxílio de Cr\$ 50.000,00 ao Município de Santo Angelo, destinado, nos termos textuais do aludido projeto, “às obras de restauração da histórica Matriz da sede daquele Município”.

Entretanto, nas informações prestadas, ulteriormente, pelo prefeito municipal de Santo Angelo, declara-se, também textualmente, “que essa magnífica fachada — (a da igreja de S. Miguel) — resolveu Santo Angelo reproduzi-la no magestoso tempo que ora está sendo construído para que, neste, os traços da arquitetura jesuítica revivam”.

Existe, assim, contradição evidente entre os motivos invocados, como justificação do auxílio, no projeto de decreto-lei e na informação da Prefeitura de Santo Angelo.

A última é que estará mais próxima da verdade, a nosso juízo. A “restauração” de uma obra de arte, ou de um monumento arqueológico ou histórico implica, necessariamente, na idéia de um trabalho feito no próprio local, na própria estrutura da coisa restaurada, mediante determinados processos e condições de ordem estética e técnica. Tratando-se de uma igreja que está em construção em Santo Angelo há manifesta impropriedade em dizer que aí se vai *restaurar* a fachada da igreja de S. Miguel.

Essa consideração, que temos como concludente, afasta de todo a hipótese de tratar-se, no caso em exame, de uma iniciativa que vise a defesa e resguardo do nosso patrimônio histórico e artístico.

A mesma conclusão chegaremos, atendo-nos aos termos da informação da Prefeitura: o que se pretende é apenas reproduzir, em uma nova igreja, ora em construção em Santo Angelo, a fachada da igreja de S. Miguel.

Esta velha igreja jesuítica é, de fato, um monumento artístico e histórico de altíssimo valor. O poder público, bem inspirado, restaurou-a quanto possível, adstrito aos canones reguladores de obras de tal natureza.

Reproduzir a fachada da igreja de S. Miguel em outras igrejas, porém, não será nunca obra de defesa de patrimônio histórico e artístico. Envolverá, até, o perigo de banalizar, de comprometer a grandeza e a beleza do monumento copiado. Além do mais — e o simples exame das fotografias juntas ao processo prova-o sobejamente —, essa reprodução se fará, em grande parte, com auxílio da imaginação, talvez mesmo da fantasia artística, daqueles que a essa tarefa se abalancem.

A Comissão de História e Geografia, tendo em vista a natureza do assunto, solicitou a audiência do nosso confrade, e professor de história da arte, Angelo Guido, que enunciou o seu julgamento de especialista no laudo que juntamos a este parecer, como parte integrante dele.

Assim, concluímos:

(*) A exemplo do que já foi feito em o n.º 103 desta Revista, publicamos alguns pareceres e sugestões aprovados pelo Instituto no decorrer dos anos de 1947 e 1948.

Não se podendo tratar, no caso em apreço, de uma restauração da fachada da igreja de S. Miguel; e não sendo a reprodução dessa fachada na igreja de Santo Angelo iniciativa que possa ser considerada de defesa e conservação do nosso patrimônio histórico e artístico, não consideramos justificado o auxílio, com este fundamento. Quanto á concessão do mesmo auxílio, por outros quaisquer motivos, nada temos a opinar, pois que a consulta ao Instituto ficou sem dúvida limitada ao campo natural da sua especialização.

Sala das sessões, 2 de abril de 1947.

A comissão de história e geografia:

Eduardo Duarte — Presidente

A. Guerreiro Lima

Othelo Rosa — Relator

Exmo Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Depois de examinar atentamente o expediente encaminhado ao nosso Instituto, relativo ao projeto de decreto-lei para o auxílio destinado à *restauração* da Matriz de Santo Angelo, tenho a formular a seguinte pergunta:

— Trata-se de construir uma igreja que seria, pelo menos no frontispício, uma *reprodução* ou *cópia fiel* do histórico templo jesuítico de S. Miguel, ou se trata de uma restauração?

Os termos do projeto-lei enviado ao Conselho Administrativo se referem “às obras de RESTAURAÇÃO DA HISTÓRICA MATRIZ da séde daquele município”, enquanto que o officio dirigido ao sr. Interventor Federal pelo sr. Prefeito de Santo Angelo alude à reprodução do frontispício da igreja de S. Miguel, reprodução essa que seria adaptada a um “magestoso templo que *ora está sendo construido*” na referida comuna riograndense.

Não me cabe entrar na apreciação da planta que figura no expediente, como reprodução fiel ou não do imponente frontispício da igreja de S. Miguel. Sou de parecer, entretanto, que, tartando-se de construir, na igreja de Santo Angelo, um frontispício novo, *reprodução fiel*, como se atesta, de outro que não era o existente na velha Matriz dessa localidade, não se pôde mais considerar essa obra como uma *reconstrução*. Seria, quanto muito, uma *desfiguração*, se sôbre a estrutura da velha igreja matriz de S. Angelo se adatar o frontispício de outro templo qualquer.

Restaurar deveria significar, nêsse caso, refazer as partes velhas ou arruinadas da antiga matriz de S. Angelo. Dever-se-ia, no caso de uma restauração, manter fielmente a velha estrutura architectônica, não só quanto ás naves ou o interior da igreja, mas também quanto ao frontispício, pois não se compreende que se possa *restaurar* uma “histórica matriz” adaptando-se-lhe uma fachada que não existia nêsse edificio.

Não sei se é uma igreja nova que se está construindo em S. Angelo, no lugar da velha matriz, ou se a estrutura do antigo templo foi aproveitada e, nesse caso, restaurada. Se é uma igreja nova que se constroi e á ela se quer adatar uma reprodução do frontispício de S. Miguel, não se pôde, então, falar, como no texto do mencionado projeto-lei, em “restauração da histórica matriz” e essa obra nada teria que ver com a conservação ou defesa de monumento architectônico do nosso patrimônio histórico e artístico.

Do ponto de vista da conservação dos nossos tesouros artisticos do passado, tão raros no Rio Grande do Sul, seria de desejar que fosse fielmente ignoro. Assim, sim, se restituiria ao Rio Grande um seu antigo e histórico restaurada a antiga igreja de Santo Angelo, se é que isso é possível, o que monumento architectônico.

Quanto a reproduzir o frontispício da venerável igreja de S. Miguel, nosso mais suntuoso tesouro arqueológico, para adaptá-lo a outro templo, não sei se das mesmas dimensões, trata-se de idéia bastante extranha, pois nunca ouvi dizer que ao se querer construir um monumento arquitetônico se copie simplesmente a outro, porque éste é uma reliquia do passado. As reliquias históricas e artísticas devem ser veneradas e conservadas. A sua reprodução nada tem a ver com esse culto do passado, e muito menos pôde constituir uma pretensa restauração.

Uma cópia é sempre uma cópia que pôde ser admitida num museu, como as que existem, por exemplo, na Europa, do grandioso Alter de Zeus em Pérgamo ou da monumental Porta de Ishtar da Babilônia.

Não creio, entretanto, que possa ter uma significação de culto aos nossos monumentos artísticos, a reprodução de um frontispício adaptada a uma construção contemporânea. Pode-se admitir uma construção no mesmo estilo, como o da igreja de S. Miguel é a adaptação, chamemo-la assim, de um tipo de frontispício comum em construções jesuíticas esparsas pela América Latina. Pode-se, de fato, encontrar muita semelhança entre o frontispício da igreja de S. Miguel e o da igreja de Jesús em Roma, a qual serviu de modelo a templos da Companhia erguidos em Portugal, no Brasil, e outros países da América do Sul. O mesmo tipo de frontispício encontrava-se na velha catedral de Buenos Aires. Mas não eram REPRODUÇÕES, adaptações de frontispícios de uma à outra igreja e sim criações locais, inspiradas no mesmo estilo ou tipo de fachada.

E' éste o meu parecer a respeito da documentação submetida à minha apreciação.

Pôrto Alegre, 1.º de Abril de 1947.

Angelo Guido

P A R E C E R

O assunto de que trata o processo incluso, sobre o qual o snr. Secretário da Educação e Cultura solicita o parecer deste Instituto, parece-nos de solução fácil e pronta.

Sobre o valor histórico do prédio em que funcionou o Ministério da Guerra do governo republicano de 1835, em Piratini, nem há o que opinar, em face do art. 45 das **Disposições transitórias** da vigente Constituição do Estado, que prescreve:

“O Estado adquirirá ou desapropriará os principais prédios históricos da cidade de Piratini, a fim de restaurá-los e conservá-los devidamente, incorporando-os no patrimônio histórico e cultural do Rio Grande.”

A forma imperativa do preceito constitucional torna excusado qualquer comentário sobre a significação do vetusto sobrado da velha capital farroupilha, no patrimônio histórico do Rio Grande do Sul. Incluído, como está, indubitavelmente, entre os “principais prédios históricos da cidade de Piratini”, a Constituição impõe ao Estado o dever de adquiri-lo, restaurá-lo e conservá-lo. Não é necessário, por consequência, que nos detenhamos por mais tempo no exame desse aspecto da questão.

Em rigor, o prédio já pertence ao Estado. Hipotecado, que se achava, pelo proprietário, ora proponente, o credor fez de seus direitos cessão ao Estado. Cessão pura e simples. E que se acha perfeitamente revestida das condições legais, como se vê das certidões do notariado e do registro de imóveis de Pirati-

ní, que constam do processo incluso. Cessionário do crédito hipotecário, deve o Estado, portanto, executar de imediato a hipoteca e entrar na posse do imóvel a fim de, em cumprimento do dispositivo constitucional, restaurá-lo, como urge, e conservá-lo, como convém. É de acentuar-se, ainda, que o valor da dívida, no momento, deve ser igual, senão maior, ao preço da avaliação do prédio, consoante informação do exator estadual de Piratini, também junta ao aludido processo.

Parece-nos, ainda, que a ocasião seria azada para resolver-se, em definitivo, sobre a transferência, ao Estado, da casa em que residiu Garibaldi, que a Prefeitura de Piratini obrigou-se a adquirir e a entregar ao governo estadual, o que não foi ainda efetivado, apesar de já haver o Estado dispendido cerca de Cr\$ 50.000,00 na reparação desse imóvel.

— Quanto ao destino a dar aos prédios históricos de Piratini, cumpre-nos lembrar que este Instituto já enunciou e defendeu a idéia de que, em um deles, deveria ser organizado um “museu farroupilha”, em que fossem conservados, dentro de um critério de sistematização científica, os documentos, objetos, etc., referentes à República de 1835.

Essa providência, aliás, já está oficialmente adotada pelo próprio Governo do Estado, como se vê do Decreto n.º 790, de 15 de Junho de 1943, artigos 28 a 32, onde se prevê a criação de uma “Secção de Conservação do Patrimônio Histórico” especificando-se, no inciso II do art. 30, a competência da “Secção” para — **instalar, organizar e manter nos aludidos prédios secções especializadas de peças que se prendam ao sentido histórico do imóvel**”.

Nada mais se fará, portanto, do que dar cumprimento a êsses claros e precisos dispositivos de lei.

É o nosso parecer.

Pôrto Alegre, julho de 1948.

A comissão de historia e geografia:

Eduardo Duarte — presidente.

Othelo Rosa — relator.

Afonso Guerreiro Lima.

P A R E C E R

No processo incluso, a Secretaria de Educação e Cultura solicita o pronunciamento deste Instituto sobre o seguinte:

D.^a Narcisa Naura Machado de Carvalho, em agosto de 1935, ofereceu à venda, ao governo do Estado, um oculo de campanha, ou de alcance, que dizia ter pertencido ao general Bento Gonçalves da Silva, chefe da revolução de 1835. O referido oculo ficou, a título de depósito, no Museu Julio de Castilhos, constando haver figurado na exposição comemorativa do centenário, em 1935.

A marcha do processo, pelas repartições públicas, dilatou-se pelo espaço de doze anos, tendo a interessada, em 20 de março do corrente ano, insistido por uma solução qualquer sobre o assunto. De exaustivas buscas, de que o processo dá notícia, o resultado foi a verificação do extravio, ou perda, do pedido inicial, com as provas de autenticidade que a requerente alega ter produzido e apresentado.

Do exame detido dos papeis conclue-se, porém, que a prova de autenticidade consistia em uma declaração assinada por Luiz Jayme de Figueiredo e Ricardo Jayme de Figueiredo (veja — “cópia n.º 3” e cópia do ofício, de 16 de novembro de 1935, do então diretor do Museu, Alcides Maya.)

É em face da precariedade, e mesmo incerteza, desses elementos, que teremos de emitir o nosso parecer sobre a matéria. Daí, as medidas preliminares

que adotamos, que nos obrigaram a retardar o nosso trabalho, e que foram as seguintes:

a) — exame e verificação cuidadosa dos dados constantes das declarações da proponente, e do documento apresentado como prova de haver o objeto pertencido ao general Bento Gonçalves;

b) — requisição, ao Museu Julio de Castilhos, do oculo de alcance, para estudo direto e pessoal;

c) — audiência de um especialista em ótica no intuito de sermos esclarecidos sobre aspectos técnicos, que porventura contribuissem para mais exata compreensão do assunto.

De todos aquêles que se preocupam com problemas atinentes á organização, conservação e funcionamento de museus históricos, são conhecidas as dificuldades para a autenticação das chamadas “reliquias históricas”, maximé quando estiveram por longo tempo, e de umas para outras se transmitiram, em mãos de terceiros.

Uma tradição falsa, aceita de boa fé, e que de boa fé se vai propagando, quicá alterando-se e deformando-se, através dos temas e das pessoas, é o suficiente para crear uma situação embaraçosa, talvez irresoluvel, em torno de uma “reliquia histórica”. Não é mistér argumentar, — salvo os casos de fraude premeditada e criminosa, — com a hipótese de uma mentira preconcebida, de uma tentativa de ludíbrio: o erro, o engano inicial, a que se aderiu com credulidade e boa fé, e novos elementos que a êle se vão incorporando, sem que o espírito crítico sobre eles se detenha, revisando-os e confrontando-os, bastam para explicar a convicção, em que os detentores perseveram, e cada vez mais se afirmam, de que se trata realmente de uma reliquia.

Não foi possível ainda fixar, dentro de rigorosos moldes científicos, um processo de constatação de autenticidade em semelhantes casos. Em tais exames, a conduta recomendada pela experiência, e pela lição dos competentes, consiste:

1.º — constatar si o objeto poderia existir no tempo em que viveu o personagem histórico a que se alude;

2.º — verificar a possibilidade — laços de família, de vida pública comum, de gratidão, de amizade, etc., — de passar o objeto de seu dono ao primeiro detentor;

3.º — estabelecer uma filiação, tanto quanto possível lógica, entre as transmissões subseqüentes;

4.º — confrontar meteticulosamente a exatidão das informações fornecidas sobre a forma e os motivos das passagens do objeto de umas pessoas para as outras, perquirindo da procedência e legitimidade délas, da sua correspondencia com os fatos reais e com as condições dos individuos interessados.

Excluídas as hipóteses de apreensão violenta, de perda ou extravio, etc., são essas as praxes a observar.

Depreende-se do texto do documento apresentado como prova de autenticidade pela proponente, que o oculo de alcance foi dado pelo general Bento Gonçalves “depois de finda a Revolução dos Farrapos”. Bento Gonçalves faleceu em 18 de julho de 1847; a doação, portanto, somente poderi ser feita no decurso do bienio 45-47, ha um século, portanto; e, consequentemente, o oculo oferecido ao govêrno do Estado haveria de ter, necessariamente, mais de uma centuria. Entretanto, o técnico em ótica, que ouvimos, declara que, pelas peculiaridades da construção, pelas condições de conservação da madeira e, principalmente, dos vidros das lentes, o oculo em exame, de antiguidade que êle calcula em 80 anos, não pôde atingir esse limite mínimo de 105 anos.

No mesmo documento, são de observar certas falhas, que comprometem a integridade de sua contextura. Inicialmente, é de acentuar-se a imprecisão no tocante ao tempo: “em mil oitocentos e quarenta e tantos”.

Ora, o fato da doação, por parte do general Bento Gonçalves da Silva, só se poderia ter dado depois de 1.º de março de 1845 até 18 de julho de 1847; é extranhável que o transmissor da tradição não pudesse situá-lo, com mais segurança e clareza, dentro de tão curto período.

Afirma-se, no aludido documento, que Bento Gonçalves dera o oculo “ao seu irmão Caetano Gonçalves da Silva”. Novo e mais grave engano. O general farroupilha não teve irmão algum com o nome de Caetano. Respondendo á consulta, que lhe fizemos, o genealogista, e nosso confrade, Jorge Godofredo Felizardo, deu-nos a relação completa dos filhos do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva, nascido entre 1776 e 1794, e que são os seguintes, pela ordem de nascimento: João, Antonio, Antonia, Roberto, Felisberto, Ana, Manoel, Ana, Francisco, Bento, Mario, José e Clara. Com o nome de Caetano, teve Bento Gonçalves um filho, nascido em 1822, e que morreu em Bagé em 1885. Ao terminar a revolução farroupilha teria, assim, 23 anos de idade, sendo pouco provável que a êle é que Bento Gonçalves oferecesse objeto que lhe deveria ser tão caro.

Lucio Jayme de Figueiredo, pai dos signatarios da declaração, foi em verdade vereador em Caçapava. “Presidente da Câmara Municipal Farroupilha”, como se diz no documento, não nos parece exato. Nos documentos da época, que conseguimos examinar, a presidência da Camara é do vereador João Raymundo da Silva. Não querendo negar formalmente a circunstancia, nada nos foi possível obter em seu abono, apesar das pesquisas que levamos a efeito.

Pelas razões expostas, concluímos: ao Instituto Histórico não foram fornecidos, nem êle diretamente os conseguiu, elementos de prova que o autorizem a opinar no sentido de haver realmente pertencido ao general Bento Gonçalves da Silva o oculo de alance, ou de campanha, oferecido à venda ao governo do Estado, e de que trata o processo a que incluímos este parecer.

Sala das sessões, maio de 1947.

A Comissão de História e Geografia:

Eduardo Duarte, presidente.

P A R E C E R

Transcorrendo, em 4 de julho de 1949, o centenário da criação do município de Taquari, pretende-se, nessa localidade, realizar atos comemorativos. E a “Associação Rural de Taquari”, em officio dirigido á presidência deste Instituto, pede que ofereçamos sugestões sobre o programa das comemorações, principalmente sobre a reedição da monografia do município, publicada em 1913, e da autoria do nosso eminente e saudoso confrade Octavio de Faria.

A Comissão de história e geografia, á qual foi remetido o citado officio, para fins de parecer, alvitra:

- 1.º — a ereção de um monumento, junto ao Riocho, onde desembarcaram, em 1760, os açorianos que fundaram Taquari, que recorde a figura do ilhéu que lançou os fundamentos do município. O tamanho e a fôrma desse marco, ou herma, ou obelisco, estarão naturalmente condicionados às possibilidades financeiras dos agentes de execução das festas comemorativas;
- 2.º — que ao snr. dr. Secretário da Educação, e ao snr. Prefeito Municipal, com a necessaria antecedência, sejam solicitadas provi-

dências no sentido de determinarem que, nas escolas do Estado e do Município, a partir do início do ano letivo de 1949 até à data do centenário, seja desenvolvido um trabalho escolar em torno da vida da comuna, em todos os seus aspectos, e evocadas as suas tradições, usos e costumes, bem como a memória e feitos dos taquarienses que, por qualquer título, se tenham imposto à gratidão de seus concidadãos, destacando-se pelos serviços prestados ao município, ao Rio Grande do Sul e ao Brasil;

- 3.º — que se organize, na cidade, uma exposição que constitua um verdadeiro documentário do esforço e do trabalho do povo taquariense, na agricultura, na pecuária, na indústria, em todos os ramos de atividade enfim, incluídas as manifestações de natureza cultural. Nessa exposição — para o qual deveria ser solicitado auxílio moral e material dos poderes públicos do Estado, — deveria, a nosso ver, figurar:
- a) — um mapa, em ponto grande, do território da comuna, em 1849, assinaladas as zonas que dele foram sendo desmembradas, no decurso do século, para a constituição de outros municípios;
 - b) — uma secção especial destinada à possível restauração dos velhos e característicos elementos de trabalho da população local, como as antigas atafonas, o antigo alnchões, a cultura da laranja, etc.

Quanto à reedição da monografia, parece-nos que ela deva ser elaborada, na base dos dados existentes, devidamente atualizados, e enriquecidos com os resultados de novas pesquisas e investigações, de forma mais simples, ou mais didática, isto é, com uma distribuição mais sistematizada da matéria, de modo a tornar fácil e segura a consulta de informes sobre a evolução do município.

O excelente trabalho de Octavio de Faria, — sabemos-lo de ciência própria —, foi organizado com certa premência de tempo, o que impôs ao autor a necessidade da reprodução de muito material em globo, sem que lhe fosse possível subordiná-lo, previamente, a um mais rigoroso critério de crítica e de classificação. Uma monografia deve ser, por natureza e definição, uma obra de síntese, de clarificação e ordenação dos elementos básicos. Parece-nos, assim, que, — suprimidos o dicionário geográfico de Taquari, por inatural, e o de Venâncio Aires, que nenhuma ligação política tem hoje com o tema central, — a reedição da monografia de Taquari deva obedecer, em linhas gerais, ao seguinte esquema:

I — um esboço histórico que parta dos primitivos habitantes da região e venha à atualidade, com as subdivisões:

- a) — evolução político e administrativa;
- b) evolução económico e financeira;
- c) evolução cultural;

II — um esboço geográfico, partindo do estudo do sólo, uma configuração e seus acidentes, e nele incluindo as variações de limites da comuna durante o século vencido; e, aplicando a expressão „geográfico” o conceito moderno, uma secção destinada à agricultura, comércio e indústrias, analisando a ação do homem sobre a terra e as suas consequências e resultados, e uma sub-secção estatística em que todos os aspectos da vida do município fiquem expressos em gráficos e números.

Opinamos, ainda pela supressão do capítulo “Annaes do município de Taquary” uma vez que os dados e informações que dele constam devem constituir

Inst. Hist. e Geográfico — 16

elementos centrais na organização das varias divisões das partes historica e geográfica, si forem elaborados com critério científico, dando-se-lhes o desenvolvimento necessário, o que terá como consequência compreenderem elas todas as fases culminantes dignas de registro e de exame, da vida geografica (ethnológica, ethnográfica, demográfica, etc.), politica administrativa, economico-financeira e cultural da região em estudo.

Simplificando, parece-nos, chegar-se-ia a um resultado mais pratico e mais util, sem prejuizo das exigências substanciais do trabalho, e dar-se-ia à monografia o seu verdadeiro carácter de sistematização e sintese.

É este o nosso parecer.

Sala das sessões, Junho de 1948.

A comissão de historia e geografia:

Eduardo Duarte, presidente.

Afonso Guerreiro Lima

Othelo Rosa, relator.

PARECER

O titular da 8.^a Delegacia Regional do Ensino, com séde em Santa Maria, propôs á Secretaria de Educação e Cultura que fosse dado o nome do Padre Antônio Sepp ao Grupo Escolar de Camobi, naquele município.

Ouvido o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, S. Excia., o Sr. Secretário da Educação solicitou que o Instituto Histórico emitisse parecer sôbre a materia. Foi, então, o processo encaminhado a esta Comissão.

Quando se dá um patrono a um estabelecimento de ensino, o ato não envolve, apenas, uma homenagem á personalidade, por ventura proferida; de há de revestir, necessariamente, um sentido social, e mesmo um sentido pedagógico.

Um sentido social, porque a escôlha deve traduzir o espírito de justiça com que uma geração, contemporânea ou descendente, tributa uma distinção, ou uma honra, a quem dêla se tornou digno pelos serviços prestados á communhão de que a escola é um resumo e uma expressão, ou pela excelência e altitude de sua conduta cívica e moral; e um sentido pedagógico, porque o nome e a vida do patrono devem constituir, para professores e alunos, um permanente "centro de interêsse", onde se possam haurir e aprender lições e exemplos capazes de estimular, nos animos infantis, tendências fecundas e sans de imitação, de respeito ao passado, de veneração á probidade, á energia, á inteligência, á cultura, ao espírito de sacrificio e de renúncia que tornaram o patrono merecedor da consagração.

Há a considerar, ainda, uma outra circunstância: na formação da consciência cívica, na criança, terá sempre o professor, na vida e no nome do patrono, um elemento de imenso significado e inestimável valor.

Dentro das limitações da sua capacidade de percepção e de compreensão, a criança fará daquele nome, gravado nas paredes da escola, o que repetirá quotidianamente, ao principio com certa indiferença e depois com orgulho, pois que é o nome de *sua escola*, uma de suas primeiras aquisições culturais, e da vida daquele homem ela irá fazendo e creando um padrão para a sua própria vida.

Nessa altissima função de estruturar na criança uma consciência cívica, cumpre á escola, sem sombra de dúvida, o encargo de imprimir a essa criação o sentido de *unidade*, essencial á configuração de um espírito nacional.

E êsse sentido de *unidade* não póde ser compreendido, pela criança, a

não ser de modo objetivo e dirêto. Tendendo, por natureza, á dispersão, é mistér que á criança se ministre alguns dados reais, que assentem num rigoroso princípio de continuidade, para que no seu espírito se fixem, a pouco e pouco, lenta e seguramente, idéas de um povo, unido no seu trabalho e no seu destino, de uma Pátria também homogênea e una, a que a criança se sinta vinculada por uma forte tradição, que ela sómente pôde compreender em linhas de simplicidade e, repetimos, de continuidade.

Dai, parece-nos, a conveniência de um critério rigoroso e uniforme na escolha de patronos para as escolas primárias.

O padre Antônio Sepp von Reinegg é uma das mais interessantes, e mesmo das mais simpáticas figuras dos missionários jesuitas que estiveram ao serviço de sua Companhia nas reduções que constituam o que então se chamava a "Província do Paraguai".

Natural do Tyrol, onde nasceu em 1655, entrou em 1674 para a Companhia de Jesus e em 1691 veio para a América. Em 1698, fundou a redução de S. João Baptista, que administrou com grande zelo e atividade, vindo a morrer em 1733, após 41 anos de excelentes trabalhos nas reduções missioneiras.

Mesmo sem entrarmos no exame, que se nos afigura desnecessário, no momento, de atos atribuídos ao Padre Sepp, como a fundição de ferro, nas Missões; construção de sinos e de órgãos; cultura intensiva de algodão, e outras; estamos, sem dúvida, em face de uma individualidade forte, que se impõe ao respeito pelo devotamento e pela pertinácia com que cumpriu a missão sacerdotal, a que se destinara.

A verdade, porém, é que a ação do Padre Sepp nunca se exerceu, nem se poderia ter exercido, em benefício e serviço do Rio Grande do Sul, como se diz na proposta. Antes, em sentido contrário á nossa civilização e ao nosso destino histórico.

E não sabemos como se poderia ensinar ás crianças a honrar os seus antepassados, os seus feitos e sacrifícios, e, ao mesmo tempo, explicar-lhes que o seu patrono fôra um adversário desses antepassados.

Foi o Padre Sepp, na redução de Japejú, que organizou aquele celebre exercito de 3.000 indio, que vieram combater os portugueses, na Colonia do Sacramento, como aliados dos hepanhóis. E êsse único fato seria o bastante para gerar a dúvida e perplexidade nos espíritos infantis, incapazes de compreender uma situação de tal ordem.

Aliás, já eminente sociólogo advertia os adultos do perigo sutil dessa "mistura de atualidade e passado, da história com a poesia": si a adultos, tais situações oferecem perigos, que dizer das crianças.

Porque uma cultura, ou uma civilização, só se define pelo seu sentido. E o sentido da civilização lusitana, que é a do Rio Grande do Sul, seria necessariamente inconciliável com a que representava o Padre Sepp. As Missões, na nossa história, não passam de um episódio, cujas consequências não estão, siquer, investigadas e estudadas com critério científico.

De qualquer fórmula, delas se poderia dizer o que disse Werneck Sodré da ocupação holandêsa no Brasil: "uma atividade esporádica, portanto, sem ligação alguma com o meio, e sem refletir, de maneira sensível, a sua presença", ou como escreveu, diretamente sobre o assunto, Aurelio Porto: "Acabasse definitivamente a influência jesuítica que nos propusemos estudar. Populações brancas farão desse região o núcleo de novas civilizações. São Borja, São Luiz, Santo Angelo constituirão germes de cidades magníficas onde sómente ruínas de templos, escombros desolados, lembrarão vagamente eras perdidas na voragem dos tempos".

Debate histórico de tal natureza, não é lícito abrir aos olhos inexpertos de crianças. Iriamos quebrar, no seu espírito, a linha de *unidade*, essencial á formação de uma consciência cívica. Se nós, os homens, porventura não

nos entendemos e nos desgarramos em controversia insolúvel, não será quasi um crime semear na alma dos pequeninos a confusão e a dúvida?

Resguardar a unidade da nossa cultura, o sentido da nossa civilização, não será um imperativo de prudência, de equilibrio espirital? E se o Rio Grande do Sul não tem ainda, nos frontões da suas escolas primárias, os nomes dos nossos guerreiros, dos nossos estadistas, dos nossos poetas, dos nossos homens de ação e de trabalho, sobretudo de tantos educadores, cujos nomes se vão perdendo de nossa memória, será justo conferir a homenagem a quem — por mais altos que sejam os seus dotes moraes — é um extranho a civilização, que ele combateu, e que aqueles forjaram e construíram com o seu sangue, com o seu braço, com o seu pensamento?

Somos, pelos motivos indicados, de parecer contrário á proposta.

A Comissão de história e geografia:

Afonso Guereiro Lima — Presidente

Othello Rosa — Relator

Olynto Sanmartin

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 1948

INDICAÇÃO

CONSIDERANDO que foi apresentado à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, em 13 de agosto de 1947, pelo deputado Ataliba de Figueiredo Paz, um projeto de lei creando no Rio Grande do Sul um "Conselho Estadual de proteção à natureza";

CONSIDERANDO que as atribuições desse Conselho são de alta relevância no que concerne à defesa do patrimônio científico do Rio Grande do Sul, pois que compreendem o arrolamento das áreas e objetos dignos de proteção; vigilância na execução das leis federais sobre a matéria; planejamento de medidas e regulamentação dos poderes públicos do Estado, incluindo a coleta do material e sua conveniente exposição para fins de estudo;

CONSIDERANDO que os especímens encontrados nos jazigos de fosséis, no Rio Grande do Sul, têm sido, em regra, enviados para o estrangeiro, ao envez de serem recolhidos aos museus nacionais para servirem de base às investigações e estudos dos nossos cientistas;

CONSIDERANDO que urge a adoção de medidas acauteladoras desse deplo-rável extravio do nosso patrimônio histórico e científico, e que a criação do "Conselho", sugerida no projeto referido, constitue uma providência louvável que, realizada com segurança e acerto, poderá trazer excelentes consequências;

INDICO que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul diri-ja-se à Egrégia Assembléia Legislativa aplaudindo o projeto em referência e encarecendo os salutareos efeitos que a sua aprovação terá na defesa e salva-guarda do patrimônio cultural do Estado.

INDICO, ainda, que o Instituto alvitre uma pequena alteração no art. 2 do projeto no sentido da filiação direta do Conselho ao "Museu do Estado", onde já existem alguns especímens devidamente catalogados, e uma sistematização científica da matéria, em início.

Sala das sessões, 13 de Julho de 1948.

A NOBRE ASCENDÊNCIA DE JERONIMO DE ORNELAS MENEZES DE VASCONCELOS

Dr. José de Araujo Fabricio

Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, o fidalgo natural da ilha da Madeira, que, com sua família, foi o primeiro a povoar as terras hoje ocupadas pela cidade de Pôrto Alegre, tem sido alvo da curiosidade dos historiadores e genealogistas gaúchos. São inúmeros os trabalhos já publicados a respeito de sua pessoa, sua vinda para o Brasil, onde primeiramente esteve em Minas Gerais e São Paulo, seu casamento, cerca de 1723, em Guaratinguetá com d.^a Lucrécia Leme Barbosa, e a vinda depois, com toda a família, para Laguna e Viamão. Estudada está sua numerosíssima e ilustre descendência. Esta curiosidade dos genealogistas a respeito de Jerônimo de Ornelas justifica-se pois, além de ter sido o primeiro morador das terras hoje ocupadas pela capital do Rio Grande do Sul, dele descende grande parte da população riograndense, inclusive suas mais destacadas figuras em todos os setores da vida pública. As principais famílias que constituem a sociedade gaúcha descendem de Ornelas.

Neste pequeno trabalho não nos deteremos sobre a pessoa de Jerônimo de Ornelas, sua vida entre nós, sua família ou sua descendência, mas exclusivamente trataremos de estudar a sua ilustre ascendência na ilha da Madeira.

Os dados foram por nós colhidos no "Nobiliário Genealógico da Ilha da Madeira", escrito em 1700 por Henrique Henriques de Noronha, e onde o autor estuda todas as famílias nobres que passaram a viver na dita ilha depois de seu descobrimento, em 1420, livro este que foi mandado copiar, em 1844, pela Câmara Municipal de Funchal, sendo esta cópia depositada na Biblioteca Municipal, e da qual foi agora tirada uma edição pela Revista Genealógica Brasileira.

Tanto pelo lado paterno, como pelo materno, Jerônimo de Ornelas descende da melhor nobreza madeirense e portuguesa.

Era filho de *João Pestana Veloso* e d. *Antonia Muniz*.

No capítulo 1.^o estudaremos a ascendência de *João Pestana Veloso* e no capítulo 2.^o a de d. *Antônia Muniz*.

CAPÍTULO 1.^o

ASCENDÊNCIA DE JOÃO PESTANA VELOSO

1 — *João Gonçalves Zargo*, natural da vila de Matozinhos, arrojado navegador a serviço do grande animador das descobertas lusitanas no século XV, o infante d. Henrique (filho do grande monarca d. João I, e que viveu de 1394 a 1460), foi o descobridor da ilha da Madeira no dia 1 de Julho de 1420. Em sua companhia foram Tristão Vaz, Bartolomeu Perestrelo, que pouco antes já havia descoberto a ilha de Porto Santo, próximo à da Madeira, e muitos outros fidalgos. Chegados à ilha de Porto Santo, divisaram no mar, e em direção Sul, um nevoeiro e uma faixa negra, indicando a existência de terra naquela direção. Para lá aprofaram, e aportaram à paradisíaca ilha da Madeira, tomando pos-

se da mesma, em nome do rei de Portugal. Este, então, dividiu a ilha em duas capitânias, a de Funchal e a de Machico, tendo em 1-9-1450 João Gonçalves Zargo (ou Zargo, como dizem outros) sido feito Governador e donatário da capitânia de Funchal, por d. Henrique, que para isso tinha concessão de seu sobrinho o rei d. Afonso V (1432-1481). Tristão Vaz foi o primeiro capitão e donatário de Machico e Bartolomeu Perestrelo foi nomeado donatário de Porto Santo, que ele havia descoberto. O mesmo monarca, em 1460, estando a côrte em Santarém, deu a João Gonçalves Zargo o seu braço de armas, para ele e seus descendentes, e que era “em campo negro uma torre de prata, assentada num monte de verde, sustida por dois lobos ramantes e de oiro” (v. *Anuário Geneal.º* Bras.º — 1940 — Pág. 236, onde está a reprodução do braço). E na mesma ocasião o rei ampliou-lhe a mercê, acrescentando aos seus nomes o de “Câmara de Lobos”, derivado de uma gruta ou câmara de lobos marinhos que foi achada por Zargo logo ao descer em terra, na primeira vez que aportou na ilha da Madeira. Com o tempo o apelido de Lobos foi desaparecendo, conservando-se só o de Câmara, usado por toda a sua enorme descendência. O mesmo infante d. Henrique, depois da tomada de Ceuta, em Marrocos, onde Zargo muito se destacou, por sua bravura, nomeou-o cavaleiro.

Depois do descobrimento da ilha da Madeira, João Gonçalves Zargo veio povoá-la, trazendo sua mulher e filhos menores e, mais tarde e a seu pedido, o rei d. Afonso V enviou à ilha quatro fidalgos para que se casassem com suas quatro filhas, dizendo em carta:

“Ahi vos mando quatro fidalgos para casardes vossas quatro filhas, que se vós os datarei a elles segundo suas qualidades, eu vos haverei por muito honrado, e a elles por bem dotados, etc.”

Esta carta foi conservada por muitos anos no Arquivo da Câmara de Funchal, e dela fala Manuel Tomaz em sua “Insulana” L.º 6.º, t.t. 47.

Gaspar Frutuoso, que foi pároco da vila de Ribeira Grande, na ilha de São Miguel, nos Açores, onde nasceu em 1522 e faleceu em 1591, em seu magnífico livro “Saudades da Terra ou Descobrimento das Ilhas”, diz que o capitão João Gonçalves, na tomada de Tanger, havia morto um mouro chamado Zargo, ficando daí por diante chamado de João Gonçalves Zargo.

Outra tradição, citada pelo mesmo autor, diz que o capitão João Gonçalves, tendo perdido um olho em combate, recebera daí por diante a alcunha de Zargo, como eram chamados naquele tempo os que não tinham um olho.

Era João Gonçalves Zargo casado com d. *Constança Rodrigues de Almeida*, que era filha de *Rodrigo Anes de Sá* e de d. *Cecília Colona*. Por *Rodrigo Anes de Sá*, era neta de *João Afonso de Sá*, senhor da Quinta de Sá, em Guimarães, e de d. *Teresa Berredo*, bisneta de *Payo Rodrigues de Sá*, terna de *Rodrigo Anes de Sá* e de d. *Mécia Rodrigues de Apelar*. Por d. *Cecília Colona*, era neta materna de *Diogo Colona*, pertencente a illustre família romana, bisneta de *Pedro Colona*, terna de *Jacobo Colona*, chamado *Giacomo Sciarra Colona*.

Morreu o capitão João Gonçalves Zargo em avançada idade, em Funchal, tendo sido enterrado na igreja de Nossa Senhora da Conceição, posteriormente transformada no convento de freiras de Santa Clara, igreja esta que fora mandada construir por ele, para que nela fosse enterrado. Uma de suas filhas foi:

2 — *Catarina Gonçalves da Câmara*, que casou com *Garcia Homem de Souza*, um dos fidalgos que El Rei, havia mandado à ilha para casar com as filhas do Donatário, e que era filho de *João Homem de Souza* e neto de *Pedro Homem*, este um dos doze cavaleiros que foram à Inglaterra responder a um desafio, e chamados posteriormente “os doze de Inglaterra”, e que era neto de d. *Pedro Rodrigues de Pereira*, fidalgo cujos filhos tomaram o apelido de *Homem*. Deste casal houve:

3 — *Leonor Homem de Souza*, casada com *Duarte Pestana de Brito*, fidalgo

escudeiro da casa de El Rei, que viveu na ilha da Madeira e foi Armador-Mór do Reino. O filho mais velho deste casal foi:

3 — *Jorge Pestana da Câmara*, que foi feito fidalgo no ano de 1503, casou com d. *Beatriz de Gois*, filha de Lançarote Teixeira e d. Erites de Gois, e cuja ascendência é a seguinte:

a) *Tristão Vaz*, companheiro de João Gonçalves Zargo no descobrimento da ilha da Madeira, e primeiro capitão e donatário da capitania de Machico, cuja doação lhe foi feita pelo infante d. Henrique em 8 de Maio de 1440, o qual nesta ocasião lhe chamou de cavaleiro de sua casa. Acompanhou o infante em todas as jornadas da África, onde praticou grandes feitos, principalmente na tomada de Tanger, onde d. Henrique o armou cavaleiro. Governou sua capitania durante 50 anos e morreu em Silves com 80 anos de idade. Foi um dos maiores cavaleiros de seu tempo. Casou em Portugal com d. *Branca Teixeira*, descendente por linha reta de d. Fafes Luz, rico homem de pendão e caldeira, alferes mór do conde d. Henrique, pai de d. Afonso Henriques. Deste casal houve:

b) *Lançarote Teixeira*, 4.º filho do capitão Tristão Vaz, foi grande cavaleiro, fidalgo da casa real, um dos homens mais ricos da época, “luz e ornamento de Machico”, como diz Frutuoso em “Saudades da Terra”. Instituiu, em seu filho primogênito, o morgado que é chamado da “Pena d’Água”. Casou no Algarve com d. *Brites de Gois*, falecida em 1568, senhora muito nobre. Pais de:

c) *Beatriz de Gois*, esposa de Jorge Pestana da Câmara, pais de:

5 — *Gabriel Pestana da Câmara*, que casou pelo ano de 1520 com d. *Cecília de Paiva*, filha de *Luiz Dória, o Velho*, e de d. *Ana de Paiva*. Foi enterrado no convento de Santa Clara, com sua esposa, que faleceu em 30 de Maio de 1554.

A ascendência de d. Cecília de Paiva é a seguinte:

a) *Gonçalo Anes de Velosa*, natural de Celoria, em Portugal, passou-se, com um irmão, para a ilha da Madeira, onde viveram. Foi escudeiro do infante d. Fernando, pai do rei d. Manuel, e edificou a igreja de São Bartolomeu, em Funchal, e a ela anexou uma casa de hospital para recolher alguns clérigos pobres, foi sepultado na capela maior da dita igreja, onde mandou por uma campa com os seguintes dizeres: “Aqui jaz Gonçalo Anes de Velosa, escudeiro do infante d. Fernando, que Deus tem, natural de Celorico, edificador desta igreja de São Bartolomeu e Hospital, o qual se finou na era de 1947”. Casou com d. *Tareja Rodrigues*, já viúva, de quem teve:

b) *Rui Gonçalves de Velosa*, que casou com d. *Leonor Dória*, filha de um Cavaleiro Dória, genovês, e foram ambos sepultados na igreja de S. Francisco, em Funchal, em frente ao altar de Santo António, por eles construído, e em sua campa de mármore se lê o seguinte: “Aqui jaz Rui Gonçalves de Veloso e sua mulher Leonor Dória e seus filhos, edificadores deste altar de Santo António”. Deste casal é filho:

c) *Luiz Dória Veloso*, primogênito de Rui Gonçalves de Velosa, chamaram-lhe “o Velho” para distingui-lo de seu filho; foi fidalgo da casa de El Rei e cavaleiro da Ordem de Cristo. Morreu em 1546 e foi enterrado em São Francisco, com seus pais. Casou em Azamor com d. *Ana de Paiva*, de quem houve:

d) *Cecília de Paiva*, acima citada, e esposa de *Gabriel Pestana da Câmara*, de quem houve:

6 — *João Pestana da Câmara*, filho mais velho, nasceu lá pelo ano de 1526 e casou em Porto Santo com d. *Ana Ferreira*, filha de *João Rodrigues Neto Calça* e d. *Ana Ferreira de Castro*, e cuja ascendência é a seguinte:

a) *João Rodrigues Neto Calça*, o primeiro de quem há notícias com este apelido na ilha da Madeira, filho de *Pedro Alvares Neto*, castelhano, natural de Ciudad Rodrigo, e de d. *Beatriz Rodrigues Calça*, que foram viver na ilha de Porto Santo, deixando grande descendência. Este *Pedro Alvares Neto* era filho de *Rodrigo Neto*, senhor de Medenilha, no termo de Ciudad Rodrigo, e alcaide de Matilha, e de sua mulher d. *Maria da Silva*, cuja ascendência descreve Salazar de Castro em sua "História de Silva", t.º 2.º, pág. 205. *João Rodrigues Neto Calça* foi morador na rua dos Netos, em Funchal, que dele tomou o nome. Seu inventário foi feito em 1531, ano em que morreu, sendo enterrado na Sé daquela cidade. Casou com d. *Maior do Canha*, filha de um irmão de Rui Pires do Canha, e neta de *João do Canha*, escudeiro do duque d. Diogo, irmão do rei d. Manoel, conforme consta de um contrato de aforamento que ao dito *João do Canha* fez, em 22 de Abril de 1484, a viuva de *João Gonçalves Zargo*. Houve:

b) *João Rodrigues Neto Calça*, que casou com d. *Ana Ferreira de Castro*, e de quem houve:

c) *Ana Ferreira*, esposa de *João Pestana da Câmara*, acima citados, e de quem foi filho:

7 — *Gabriel Pestana de Velosa*, filho de *João Pestana da Câmara*, chamou-se de Velosa por ter herdado o morgado de Velosa. Casou na ilha de Porto Santo com d. *Grácia Calça*, de quem houve:

8 — *Maria das Neves de Velosa*, casada com *António Ruas Lomelino* (ou Melin, como está no Nobiliário da Ilha da Madeira), natural de Porto Santo, filho de *António da Rua*, casado em 1560 com d. *Maria Lomelino*, neto paterno de *Pedro da Rua*, natural do Porto, que foi feitor de especiarias em Flandres, e descendente de Francisco da Rua, cujos ancestrais passaram-se para o Algarve e, posteriormente, para o Minho, neto materno de *António Baião*, o Moço, e de *Madalena Lomelino*, cuja ascendência é a seguinte:

a) *Gomes Ferreira*, porteiro-mór d'El Rei d. João I, fidalgo da casa real, senhor do morgado de Cavaleiros, em Portugal, casou com d. *Isabel Pereira de Lacerda*, de quem houve:

b) *Gonçalo Aires Ferreira*, que foi escudeiro do infante d. Henrique, e se achava em 1420 como companheiro de *João Gonçalves Zargo* no descobrimento da ilha da Madeira, e foi o primeiro que saltou na Ribeira, que daí tomou o nome de Gonçalaires, junto à cidade de Funchal, tendo a mesma lhe servido de marco à grande fazenda que teve na ilha, que ia até à outra Ribeira, que tomou o nome de seu genro *João Gomes*, o Trovador.

Foi sepultado na igreja de Nossa Senhora da Conceição, depois transformada no convento de Santa Clara, e na mesma sepultura de *João Gonçalves Zargo*. Já veio casado de Portugal, não se sabendo o nome de sua esposa, e, segundo a tradição, foi o primeiro casal que teve filhos na ilha, e aos quais chamou de Adão e Eva. Pais de:

c) *Adão Gonçalves Ferreira*, primeiro filho de *Gonçalo Aires Ferreira*, conforme é tradição, foi o primeiro homem nascido na ilha da Madeira, onde casou com d. *Brites Pires*, filha de *Pero Esteves*, e de quem houve:

d) *João Adão*, o Velho, que em 27 de Junho de 1512 fez testamento, junto com sua mulher *Leonor Gonçalves*. Dizem que êle, ou seu

pai, foi quem edificou a ermida de Nossa Senhora do Monte, acima da cidade de Funchal. Pais de:

e) *Maria Adão*, casada com *Jorge Lomelino*, que foi agraciado como fidalgo cavaleiro em 1515, e que achava-se na tomada de Azamor. Foi administrador e herdeiro do morgado de seu tio Urbano Lomelino. Morreu em 9 de Dezembro de 1548 e foi sepultado no meio da capela maior daquela igreja, em cuja campa se lia o seu nome. Era filho único de *Batista Lomelino*, genovês, que, em 1476, já se achava na ilha, e filho de uma das vinte e oito famílias a que se reduzia a nobresa de Gênova em 1528, e que veio para a Madeira com seu irmão Urbano Lomelino, que alcançou grande fortuna, e fez assento na vila de Santa Cruz, jurisdição da parte de Machico, e foi dono de engenhos e navios, em cujo negócio associava seu irmão Batista, sendo quem mandou edificar o convento de Nossa Senhora da Piedade, para religiosos franciscanos, e o mandou ornar com muita grandeza no ano de 1518, e onde foi sepultado. Foi terceira filha deste casal:

f) *Ana Lomelino*, que sucedeu no morgado dos Lomelinos, por morte de seus irmãos. Já viúva, casou na ilha de Porto Santo com *Estevão Calça*, de quem houve:

g) *Madalena Lomelino*, mulher de *Antônio Baião*, o Moço, acima citados, e de quem houve:

h) *Maria Lomelino*, casada em 1560 com *Antônio da Rua*, pais de:

i) *Antônio Ruas Lomelino*, acima citado, casado com d. *Maria das Neves de Veloso*, e de quem houve:

9 — *Antônio Ruas Lomelino*, casou em primeiras nupcias com d. *Mariana Muniz*, filha de *Martim de Castro* e d. *Catarina de Gois*, neta paterna de *Manuel Ferreira de Mendonça* e d. *Francisca de Castro*, neta materna de *Braz de Castro* e d. *Catarina de Gois*, e em segundas núpcias, em 1660, casou com d. *Agueda de Mendonça de Vasconcelos*, filha de *Bonifácio de Vasconcelos* e d. *Maria de Castro Vasconcelos*. Houve do primeiro matrimônio:

10 — *João Pestana Veloso*, que em 1690 casou com d. *Antonia Muniz* e foram os pais de *Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos*.

CAPÍTULO 2.º

ASCENDENCIA DE D. ANTÔNIA MUNIZ, MÃE DE JERÔNIMO DE ORNELAS MENEZES E VASCONCELOS

D. Antônia Muniz, mulher de João Pestana Veloso, nasceu na ilha da Madeira, onde sempre viveu e casou em 1690. Era filha de *Manuel Homem da Costa*, que casou em 1670 com d. *Isabel Muniz de Menezes*. Manuel Homem da Costa era filho de *Pedro Jorge de Arvelos* e de d. *Isabel de Souza*, neto paterno de *Gaspar Rodrigues* e de d. *Catarina d'Arvelos*, neto materno de *Gaspar Fernandes* e de d. *Guiomar Luiz*.

Estudaremos agora, detalhadamente, a ascendência de d. Isabel Muniz de Menezes, mãe de d. Antônia Muniz.

§ 1.º

1 — *Álvaro de Ornelas*, filho único de *Lopo Esteves de Ornelas*, que foi vassalo dos reis d. João 1.º e d. Duarte 1.º, grande fidalgo falecido em 1435, e de d. *Maria de Aiala*, esta da família do primeiro conde de Portalegre, neto paterno de *Pedro Eanes de Ornelas*, grande fidalgo da corte do rei d. João 1.º (1357-1433), e que casou em 1360 com d. *Estefânia*, da casa real portuguesa, e bisneto de *João Fernandes*

de *Ornelas*, que em 1343 foi armado cavaleiro e era casado com d. *Maria Pires Cardoso*.

Alvaro de Ornelas, que descendia, por varonia, dos reis de Leão e de outros monarcas, foi vassalo do rei d. João 1.º e fidalgo de sua casa e da do infante d. Henrique, seu filho, e por cuja ordem andou nos seus descobrimentos. Passou à ilha da Madeira, a serviço de d. Henrique, e onde foi dos primeiros povoadores, sendo aí chamado “o Grande”. Casou em 1416 com d. *Elvira Fernandes de Saavedra*, filha de *Sancho Herrera de Saavedra* e de d. *Maria de Ayala Sarmento*, e irmã de Fernão Ayres de Saavedra, marquês de Lançarote. Foram pais de:

2 — *Alvaro de Ornelas de Saavedra*, filho mais velho de Alvaro de Ornelas, o Grande, foi fidalgo da casa de Sua Magestade, e viveu na ilha da Madeira. A ele, e não a seu pai, concedeu El Rei d. Manuel I (1469-1521), em 1513, o braço de armas de seus antepassados e que era “Em campo de azul uma banda vermelha atravessada com três flores de lis de ouro néla e nos lados duas sereias de sua côr, que na mão direita tem um pente de ouro, e na esquerda um espelho também de ouro, e por timbre uma das sereias das armas”. Alvaro de Ornelas de Saavedra foi muito rico, e instituiu um morgado no Caniço, duas léguas distante da cidade, em seu filho primogênito (1499), e no primeiro filho de seu segundo matrimônio instituiu uma capela na Sé da cidade, da vocação de Santo Antônio, onde foi enterrado com sua segunda esposa. Junto com esta, fez testamento em 1517, e faleceu em 11 de Janeiro de 1526. Casou a primeira vez com d. *Constança de Mendonça de Vasconcelos*, que faleceu em 13 de Setembro de 1495, filha de *Mendo Rodrigues de Vasconcelos* e d. *Catarina Furtado de Mendonça*, filha do primeiro capitão da ilha de Porto Santo, *Bartolomeu Perestrelo*. Casou a segunda vez com d. *Branca Fernandes de Abreu*, filha de *João Fernandes de Andrade*, o do Arco, e de d. *Beatriz de Abreu*.

Nº § 2, que segue, estudaremos a ascendência deste casal: João Fernandes e d. *Beatriz de Abreu*, para depois continuarmos com a linhagem dos Ornelas.

§ 2.º

1 — *Fernão Dias de Andrade*, filho de *Fernão Peres de Andrade*, 4.º de nome, senhor de Andrada, Vilalva, Puentes de Ulme, Mueche e Santa Cruz, a quem em 1442 d. João 2.º, de Castela, fez nova mercê destas vilas, e de d. *Maria Moscoso de Lima*.

Fernão Peres de Andrade era filho de *Nuno Freire de Andrade*, senhor de Mueche e Santa Cruz, do conselho d’El Rei d. João 2.º, de Castela, que o nomeou em 31 de março de 1430, e de d. *Beatriz de Valdez*, neto paterno de *Garcia Rodrigues de Valcacer*, senhor de Mueche e Santa Cruz, que lhe confirmou Henrique 2.º, em 1367, chamando-o de filho de *João Freire de Andrade*, e no ano de 1371 deu-lhe Puentes de Eume; neto materno de *Mem Rodrigues Valdez*, senhor de Belenha Atanson, e de d. *Maria de Horosco*, senhora de Galve.

Fernão Dias de Andrade casou a primeira vez, em Toledo, na Espanha, com d. *Urraca de Moura*, filha de *Paio Gomes Surred*, e a segunda vez, em Braga, em Portugal, aonde seguiu a d. *Afonso V*, nas guerras contra Castela, com d. *Beatriz da Maya*, filha de *Fernão Alvares da Maya*, senhor das terras de Aguiar e Pena, e que morreu na Alfarrobeira, e de d. *Guimar de Sá*. Deste segundo matrimônio houve:

2 — *João Fernandes de Andrade*, o do Arco, foi o primeiro dos Andrades a ir para a ilha da Madeira, em companhia de seu irmão, por parte de pai, Diogo Fernandes de Andrade, recebendo ambos do rei d. João 2.º, muitas terras situadas no lugar chamado Arco da Calheta, donde lhe vem a alcunha de João Fernandes do Arco.

Serviu na África com seus filhos Antônio, Jerônimo e Francisco, valorosamente e por muitas vezes, o que consta da história daquelas campanhas e o repete Manuel Tomaz várias vezes em seu poema “Insulana”:

“Os três irmãos Abreas qu’um obelisco
Pedem com o Pai, por feitos signalados,
São Antônio, Jerônimo e Francisco
Sempre a grandes perigos arriscados.
Vê na Porta d’Agez com quanto risco
De muro a tantas praças obrigados
Com cinco torres e com pouca gente
Tudo defendem valerosamente”.

A êle mandou El Rei d. João 2.º dar armas próprias, com o apelido de Arco, e que são “Em campo de ouro, um Sagitário a metade de homem, a metade de cavallo; o homem nũ, em sua cõr o cavallo entre morzelo escuro, com um arco armado nas mãos de vermelho, e a corda de prata, e a flecha empenada de verde, por timbre o meio Sagitário com seu arco”. Fernandes do Arco foi o edificador da igreja de Nossa Senhora da Consolação, no dito Arco da Calheta e onde, com sua mulher, foi enterrado, tendo sua campa o seguinte distico: “Aqui jaz João Fernandes e Beatriz de Abreu, sua mulher, que foram os primeiros fundadores deste Arco”. Faleceu em 9 de Abril de 1527, pouco tempo depois de ter ficado viuvo. Era João Fernandes do Arco casado com d. *Beatriz de Abreu*, filha de *Rui Gomes de Abreu*, alcaide-mór de Elvas (v. titulo de Abreus, em Portugal), e de d. *Inês Brandão*, neta paterna de *Pedro Gomes de Abreu*, 4.º senhor de Regalados, e neta materna de *Fernão Sanches Brandão*, comendador de Afife.

3 — De João Fernandes do Arco e d. Beatriz de Abreu era filha d. *Branca Fernandes de Abreu*, acima citada no § 1.º, e que casou com Alvaro de Ornelas de Saavedra, e de quem houve:

4 — *Jerônimo de Ornelas de Abreu*, que parece ter sido o primeiro a usar o nome de Jerônimo de Ornelas, depois muito repetido na familia, foi fidalgo da casa d’El Rei, com seu pai e avós, e administrador da capela de Santo Antônio da Sé., em Funchal. Esteve em muitas campanhas da África e tirou brazão de armas em 11 de Março de 1573, onde justificou sua ascendência. Casou com d. *Catarina de Barros da Cunha*, filha de *Diogo Barros da Cunha* e de d. *Francisca Henriques*, e cuja ascendência vamos estudar no § seguinte:

§ 3.º

1 — *Vasco Delgado de Barros*, no tempo do rei d. João I, passou para a ilha da Madeira, logo após o seu descobrimento (1420), tendo sido uma das principais pessoas que para lá foram. Estabeleceu-se na Ribeira dos Melões, no lugar chamado Campanário, termo de Funchal, onde era proprietário de muitas terras de sesmaria. Foi casado em Portugal com d. *Francisca de Abreu*, de quem houve:

2 — *Catarina de Barros*, que foi herdeira da casa de seu pai, e casou com *Lopo Vaz Delgado*, que foi comendador de Messijuana e viveu na Madeira. Deste casal houve:

3 — *Isabel de Barros*, herdeira da casa de seus pais, casou com *Pedro Gonçalves da Clara*, que faleceu em 1506. Foram os fundadores de um morgado na referida Ribeira dos Melões, no Campanário, com obrigação do título de Barros. Foram os pais de:

4 — *Diogo de Barros da Cunha*, segundo filho de *Pedro Gonçalves da Clara*, serviu na África com seus irmãos. Em uma ocasião, atacando um reduto cercado por um largo fosso, depois de o ter saltado e notando que seu irmão estava com receio de fazer o mesmo, voltou-se e ameaçando-o com a lança, animando-o para que saltasse, dizendo-lhe que é nos perigos da guerra que haviam sempre de se avantajarem os cavaleiros. E por estes serviços teve o hábito de Cristo com uma tença.

Casou com d. *Francisca Henriques*, filha de *Afonso Eannes de Fraguado* e de d. *Inês Tuim*, neta paterna de *Afonso Eannes* e d. *Bárbara Henriques*. *Afonso Eannes* era filho de *João Afonso de Fraguado* e de d. *Francisca Eannes*.

Esta *Bárbara Henriques* era filha de *Henrique Alemão*, que foi para a ilha da Madeira lá pelo ano de 1450, e que se intitulava cavaleiro de Santa Catarina. Com este nome se acha designado nas doações que lhe fizeram tanto o infante d. Henrique como El Rei d. Afonso V. Trazia como divisa ou isignia de sua cavalaria a roda de Santa Catarina, e afirmava que fôra armado Cavaleiro no templo do Monte Sinai, quando andava peregrinando pelo mundo. Na ilha da Madeira lhe deu o capitão *João Gonçalves Zargo* uma sesmaria no lugar chamado da Madalena, por causa da igreja que elle ali edificou, para culto desta Santa, e de cuja mercê lhe mandou passar carta o infante d. Henrique, no dia 29 de Abril de 1457, a tendo confirmado d. Afonso V no dia 18 de Maio do mesmo ano. Diziam que era príncipe da Polônia e que, estando na batalha de Amulates, contra *Wladislau*, no ano de 1444, vendo que as tropas de seu lado eram derrotadas, fizera a promessa, caso se salvasse, de fazer muitas penitências, o que cumprira fazendo grandes peregrinações pelo mundo, indo, por fim dar na ilha da Madeira, onde se estabeleceu, ocultando a sua identidade até 1458. Ao morrer foi sepultado sob uma rocha chamada de cabo Girão, sendo também levadas algumas reliquias suas para a sua capela na Madalena. *Henrique Alemão* casou na ilha da Madeira com d. *Senhorinha Eannes*.

Do casal *Diogo de Barros Cunha* e d. *Francisca Henriques*, acima citados houve a filha:

5 — *Catarina de Barros da Cunha*, que casou com *Jerônimo de Ornelas* de Abreu, acima citados no § 2.º, n.º 4, e de quem houve:

6 — *Luzia de Ornelas*, última filha do casal anterior, e que succedeu na administração da capela de Santo Antônio, por morte de suas irmãs. Casou com *Antônio Garcia de Gambôa*, que serviu no posto de sargento-mór, em Funchal, e era natural de Almeida, na Beira, em Portugal. Cavaleiro do hábito de Cristo, comendador das Miusas do Porto Santo, e dizimo dos pescados das vilas de Machico e Santa Cruz. Era cavaleiro da casa d'El Rei. Serviu na Itália, nas Galés do príncipe Dória, e também na jornada do Pinhão, como capitão de companhia, e em Tanger e Cabo Verde, onde foi fundar uma fortaleza, já sendo nesta época sargento-mór e com este posto esteve em Setubal e na batalha de Alcacer, na África, onde foi derrotado e desapareceu o rei d. Sebastião, servindo nas forças do coronel Vasco da Silveira; ficou cativo dos mouros durante algum tempo, sendo posteriormente resgatado e voltou à ilha da Madeira, onde morreu, sendo sepultado na capela de Nossa Senhora da Conceição do Calháu, ao pé do altar de Santa Bárbara. Deste casal houve:

7 — *Jerônimo de Ornelas de Abreu*, que foi administrador da capela de Santo Antônio da Sé de Funchal e sargento-mór da capitania de

Machico, devido a sua mulher. Casou na vila de Machico com d. *Isabel Pereira*, filha de *Vasco Rodrigues de Carvalho*, sargento-mór daquela capitania, natural de Elvas, e de d. *Maior Pereira*. Em segundas núpcias casou com d. *Bernarda de Menezes*, de Machico, filha de *Manuel de Castro*, da ilha de Porto Santo, e de d. *Maria de Menezes*, cuja ascendência vamos descrever no § seguinte.

§ 4.º

1 — *Tristão Vaz*, casado com d. *Branca Teixeira*, primeiro capitão e donatário de Machico, de quem já tratamos no cap. 1.º, n.º 4, letra a. Pais de:

2 — *Lançarote Teixeira*, casado com d. *Beatriz de Góis*, também já citados, pais de:

3 — *Joana Teixeira*, que foi a terceira mulher de *Vasco Martins Moniz*, que era o segundo filho de *Henrique Moniz* e de sua segunda esposa d. *Inês de Menezes* (v. título Monizes, em Portugal). *Vasco Martins Moniz* foi o primeiro deste apelido que foi para a ilha da Madeira, e fez assento na vila de Machico, onde viveu com grande casa, da qual se conservam ainda muitas memórias; foi fidalgo cavaleiro da casa real e faleceu em Portugal, no ano de 1510, na vila de Torrão, em casa de sua mãe, tendo feito testamento em 5 de Setembro de 1499. Casou três vezes, a primeira com uma filha de *Diogo Cabral* e d. *Beatriz Gonçalves da Câmara*, de quem não sabemos o nome, e sem geração, casou a segunda vez com d. *Brites Vaz Ferreira*, viúva de *Henrique Teixeira*, de Machico, filho do capitão *Tristão Vaz*. De seu terceiro casamento, com d. *Joana Teixeira*ª houve:

4 — *Felipe Moniz*, fidalgo da casa d'El Rei, como seu pai, casou com d. *Francisca da Costa*, filha de *Nuno da Costa*, de Machico. Houve:

5 — *Isabel Moniz*, que casou em Machico com *Cristovão Rodrigues Uzadamar*, filho de *João Alvares* e de d. *Perina Uzadamar*, que era neta de *Micer João Uzadamar*, fidalgo genovês, e de d. *Tristão Teixeira*, filha do capitão *Tristão Vaz*, acima citado (n.º 1) e de sua mulher d. *Branca Teixeira*. Houve:

6 — *Maria de Menezes*, que casou a primeira vez com *Mendo de Ornelas da Câmara*, e a segunda vez com *Manuel de Castro*, da ilha de Porto Santo, e de quem houve:

7 — *Bernarda de Menezes*, que foi a segunda mulher do sargento-mór *Jerônimo de Ornelas de Abreu*, citado no § 3.º, n.º 7, que foram pais de.

8 — *Isabel Moniz de Menezes*, que em 1670 casou com *Manuel Homem da Costa*, filho de *Pedro Jorge d'Arvelos* e d. *Isabel de Souza*, neto paterno de *Gaspar Rodrigues* e d. *Catarina d'Arvelos*, neto materno de *Gaspar Fernandes* e d. *Guiomar Luiz*. Foram pais de:

9 — *Antónia Muniz*, que em 1690 casou com *João Pestana Veloso*, foram os pais de:

10 — *Jerônimo de Ornelas Menezes de Vasconcelos*, natural da vila de Santa Cruz, na ilha da Madeira, onde nasceu pelo ano de 1690. Casou cerca do ano de 1723, em Guaratinguetá, em São Paulo, com d. *Lucrécia Leme Barbosa*, natural da mesma cidade e filha de *Baltazar Correia Moreira* e d. *Fabiana da Costa Rangel* (ver ascendência em Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1.º trimestre de 1946, pág. 151). D. *Lucrécia* faleceu na freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo em 2-10-1800 e *Jerônimo de Ornelas* a 27-9-1771, na mesma freguesia.

REVISTA TRIMENSAL
do
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
da
PROVINCIA DE SÃO PEDRO

ANNO III

VOLUME III — N.º 2

Typographia do Correio do Sul
Rua da Alfandega n.º 37
— 1863 —
Pôrto Alegre

**ADMINISTRAÇÃO DO 3.º ANNO SOCIAL DO INSTITUTO, ELEITA EM
SESSÃO DE 25 DE MARÇO DE 1862**

Presidente — O Exmo.º Sr. Barão de Porto Alegre, (reeleito).

Vice-Presidente — Dr. Manoel José de Campos.

1.º Secretário — Dr. João Luiz d'Andrade Vasconcellos.

2.º Secretário — Tendo despedido-se do Instituto, foi nomeado interinamente o Bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro.

Orador — Tenente Coronel Felipe Betbezé d'Oliveira Neri.

Thesoureiro — Tendo pedido dispensa que lhe foi aceita, foi nomeado interinamente João Cavalcanti de Mello Albuquerque.

1.ª Comissão. — Fundos e Orçamento. — Relator, João Damasceno Ferreira — João Cavalcanti de Mello Albuquerque — Antonio Vieira d'Aguilar.

2.ª Comissão. — Estatutos e redacção da Revista. — Relator, Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba — Tenente Coronel Felipe Betbezé Neri. — Dr. Jacintho da Silva Lima.

3.ª Comissão. — Revisão de manuscritos. — Relator, Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião — José Feliciano Fernandes Pinheiro — Cirurgião-mór de brigada Ignácio Manoel Domingues.

4.ª Comissão. — Trabalhos historicos. — Relator, Francisco de Paula Soares — Carlos Hoefer — Dr. Thomaz Lourenço de Carvalho Campos.

5.ª Comissão. — Trabalhos geographicos. — Relator, Dr. Antonio Augusto de Arruda — Dr. Paulo José Pereira (está vago o lugar). — Dr. Antonio Dias da Costa. (Falleceu, ficando vago o lugar).

6.ª Comissão. — Archeologia, ethnographia e lingua indigena. — Relator, João Miguel Spencer — Nathaniel Plant — Carlos Hoefer.

7.ª Comissão. — Admissão de Socios. — Relator, Francisco de Paula Soares — José Maria de Andrade — João Cavalcanti de Mello Albuquerque.

8.ª Comissão. — Pesquisas de manuscritos. — Relator, Bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro — Tenente Coronel Pedro Maria Xavier d'Oliveira Meirelles — Tenente Coronel Felipe Betbezé d'Oliveira Neri.

N. R. — Em os ns. 100, 101, e 102 desta publicação, reeditamos os cinco primeiros fasciculos da Revista Trimestral do antigo Instituto Histórico e Geográfico da Provincia de S. Pedro. Por gentileza da Biblioteca Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, podemos agora fazer a reimpressão do seu sexto fasciculo (n.º 2 do vol. III), que acreditamos seja o último apparecido sob os auspícios da quele sodalício. Ficam, assim, retificados implicitamente os termos da nota contida ao pé da página 204 do n.º 102, bem como acrescído o cólofon aos demais descritos ás fls. 28 e 29 do n.º 99 aesta publicação.

FELICITAÇÃO DIRIGIDA PELO INSTITUTO HISTÓRICO A S. M. O IMPERADOR

Uma questão famosa pela sua iniquidade, levanta n'este momento o Brasil em peso.

Uma potencia estrangeira renega o bello titulo de patria da liberdade, para abusar da força, que para mais nobres destinos lhe tinha confiado a Providencia.

Nos contemplou novos e poucos, e julgou-nos fracos; e por essa fraqueza medio nos seus canhões a sua justiça.

O Rio de Janeiro vio reflectir nas suas aguas um attentado insolito; e o Genio protector da Grã-Bretanha cobrio envergonhado a fronte co'as azas que a sua marinha maculava.

N'essa emergencia, Senhor, houverão duas cousas grandes: a *tropellia Britannica*, e a heroicidade Brasileira!

O povo do Rio de Janeiro foi digno da elevada posição que occupa; foi digno da presença de V. Magestade.

O Governo Imperial soubera occupar o pôsto de honra que V. M. lhe confiara. Os nobres caracteres que a sabedoria de V. M. chamara aos seus conselhos, não desmentirão, Senhor, a veneração e o amor que o Brasil inteiro tributa a esses restos venerandos da grande época da Independencia.

A voz que assoberbara as côrtes Portuguezas, não balbuciou ante a prepotencia Ingleza; e aquelle que na debil e nascente colonia annunciara á metropole uma galharda nação, foi bastante feliz para mostrar esta ao mundo na sua heroicidade, sentado á frente dos illustres membros que formão o Gabinete de 30 de Maio.

A' experiencia dos velhos, esses cidadãos prestantes juntarão a firme e corajosa resolução da virilidade; e quando V. M. lavrou no peristillo do Palacio Imperial as gloriosas palavras émulo do — FICO — encontrava a seu lado — Rei Constitucional em todo caso — o poderoso apoio d'essa congregação de grandes nomes e caracteres prestantes.

Com tal representação o paiz não podia temer um só momento pela sua honra e pelos seus destinos. Os póvos acudirão, rodeando o Throno com a sua grande alma, e o Brasil dêo ao mundo esse magnifico exemplo; que valle um triumpho pela sua immensidade, e que turbou o inglez na sua prepotencia.

O Instituto Historico Rio-Grandense, vendo abrir-se tão brilhante

pagina nos annaes da Patria: encontrando á frente das turbas populares, em frente dos vasos estrangeiros, o Rei sabio e estudioso que se costumou a vêr no remanso das academias insaciavel de saber e de estudo, vem juntar as suas modestas palmas aos louros com que o entusiasmo da Nação junca a marcha do patriotico Governo de V. M. e do seu Imperador; já que mais lhe não é possivel collectivamente, porque cada um de seus membros tem um posto social, d'onde da sua pessoa e bens fazem offerenda gostosa no altar do Estado, corre, Senhor, depôr aos pés do Throno de V. M. este sincero e ardente testemunho de sua admiração; e firme no conceito de que nas mãos do Inclito Filho do Heróe da Independencia nunca periclytarão a honra e a dignidade do Imperio, vem, Senhor, beijar aquellas mãos augustas, depositando n'ellas uma lagrima de amôr, de applauso, e de reconhecimento.

Haja V. M. de lhe aceitar essa demonstração mesquinha de um sentimento grande e poderoso como o seu heroico motivo.

Deos Guarde a vida de V. M. I. para gloria e prosperidade da Nação Brasileira!

Salla das sessões do Instituto Historico Rio-Grandense, na Leal e Valorosa cidade de Porto Alegre, 13 de FEVEREIRO de 1863.

NECROLOGIA

CAPITÃO ANTONIO DIAS DA COSTA

O fio de uma existencia preciosa rompeo-se, separando do mundo um character nobre e cheio de virtudes, uma intelligencia feliz no ambito da sciencia.

Transpassando o coração de tantos que sentidamente lamentão o passamento de um vulto proeminente, liga-se a estes o Instituto Historico Geographico Rio-Grandense, que lamenta tambem a morte de um de seus membros, a quem tributava as mais devidas homenagens.

O capitão Antonio Dias da Costa desceu ao tumulo no dia 14 de Abril de 1862, curvado rapidamente por uma affecção do coração a que succumbio depois dos mais pungentes soffrimentos.

Longe de sua terra natal, abraçando aquella que legou á seus filhos ligando-se á uma familia desta cidade, deixou o illustre finado as mais vivas saudades que não morrem na lembrança intima d'aquelles que apreciarão os feitos estimaveis de uma alma como essa.

Filho da cõrte do Rio Janeiro, abraçou bem cedo o capitão Dias da Costa a carreira das armas, alistando-se voluntariamente no dia 4 de Março de 1839 na idade de 20 annos; e nesta carreira trilhou com fé e verdadeiro amor até o momento de seu passamento.

Bem curto foi o seu adiantamento, e bem aquem de suas acções meritorias. A vida a que dedicou-se é a vida das anomalias: o merito militar como é classificado, é antes um pesado onus para o character severo de principios que não mede o avanço por procederes que deslumbrem a sua dignidade. A sociedade mais austero juiz de nossos actos aquilata com outra justiça pesando na balança sensivel da razão o merecimento real de cada um; e este não foi indifferente nas distincções com que considerou aquelle que chegou ao occaso da vida com 23 annos 1 mez e 10 dias de effetivo serviço ao seu Paiz tão mesquinhamente recompensado.

O capitão Dias da Costa fez jus á gratidão de um povo illustrado; e ás lagrimas que este derrama sobre seu tumulo.

Official do corpo d'Engenheiros, a que foi designado no posto de 2.º Tenente pelas provas que expendeu na Escola Militar da Cõrte onde estudara, foi logo ao terminar os seus estudos de engenharia encarregado das comissões de sua especialidade, desempenhando, entre outras e importantes, sob a disposição do fallecido tenente general Andréa, as do levantamento das plantas e construcções das fortificações do pontal

de S. Miguel, e o de Caçapava, a de limites do Brasil com o Estado Oriental, a de chefe da secção de obras militares, a de ajudante dos Engenheiros da comarca, e a do archivo militar, todas nesta provincia; não contando em todo o tempo de seu desempenho desde 6 de Abril de 1848, em que teve lugar o seu primeiro embarque para esta provincia, até o anno de 1852 outra interrupção que não fosse a de 4 mezes de licença, que gosou em 1850 quando a obediencia de deveres de familia o chamou á sua terra natal, d'onde partio, e d'essa vez para sempre, o illustre finado no dia 4 de Junho d'esse anno.

N'essa serie de serviços conquistou o capitão Dias da Costa as mais honrosas provas de sympathia e de adhesão de seus velhos mestres e superiores; não sendo raros os officios de seu primeiro chefe, e primeira notabilidade d'essa época, em que é registrado com distincção o nome do prestante finado.

Em uma carreira em que tantos e tão variados conhecimentos requer, deu em todas as especialidades sempre mostras de uma intelligencia transcendente, e de uma dedicação superior; attestando todos os seus trabalhos um cabedal crescido de conhecimentos.

Mais especialmente dedicando-se ás construções civis, onde sobresahia sobretudo pelo gosto e aceio dos desenhos, forão seus estudos neste ramo aproveitados no archivo provincial desta cidade, que desde sua criação teve-o como chefe, até o momento de seu passamento. E'ahi crescido o numero dos projectos que um por um confirmarão na perfectibilidade do trabalho, na escolha e combinação da arte, sua grande proficiencia em architettura civil.

N'essa Repartição o passamento do capitão Dias da Costa deixou vago o lugar que occupou: substituiu-o n'esse ramo especial, para que fôra tão acertadamente escolhido, não tememos asseverar que é impossivel: não depreciando por isso o merito de grandes capacidades que se contão felizmente no corpo d'Engenheiros. A repartição de Obras Publicas Provinciaes perdeu de seus empregados a primeira intelligencia, e suas construcções posthumas provarão esta verdade. São d'estas almas fadadas que se não substituem, porque são no mundo tão raras como os planetas no turbilhão dos astros que scintillão sobre a abobada infinita.

A Escola Militar d'esta provincia não prescindio tambem de seus conhecimentos, que forão aproveitados na regencia da cadeira de desenho topographico, desde sua creação até 31 de Dezembro de 1858, em que exonerou-se por circumstancia bem especial, e talvez movido pelo amor de melhor contrahir-se ao desempenho do cargo de chefe do Archivo Provincial, que conjunctamente exercia; mas ainda n'essa commissão lhe forão tecidos bem merecidos louvores, provando na severa pontualidade e methodo no ensino d'essa cadeira o seu não vulgar talento.

Pois bem, estes diversificados serviços, que no seu todo lhe não

negarião o direito ás mais adhesivas considerações, gravitavão em um militar que desceu ao tumulto em posição bem modesta, n'um posto subalterno, e luzindo no peito apenas dois habitos singelos, e nos gallões e doirados da farda as insignias menos representativas. Morreu no posto de capitão d'Engenheiros, e condecorado com os habitos de Aviz e da Roza.....

Ainda pouco antes de seu passamento, e quando seus soffrimentos o prostavão, era o distincto capitão Dias da Costa escolhido na commissão que foi organizada para dirigir a primeira exposição industrial, que teve esta provincia; e ahi prestou-se, já gasto por uma enfermidade traiçoeira, com dedicação e sacrificio não geral, e muito meritorio!

O capitão Dias da Costa não resplandeceu á sombra de um nascimento privilegiado: filho de João Dias da Costa, homem de principios são porém de acanhada posição commercial, não devia d'ahi esperar a posição que attingio, e que outros devem ao lustre dos seus maiores, ou de sua fortuna. Atravessando a vida laboriosa, e sobre as difficuldades com que luta de ordinario quem não teve a sorte de levantar-se sobre o apoio de uma ascendencia portentosa, colheo por seos unicos exforços o nome que deixou illustrado, e os respeitos que mereceu pelo seu caracter puro.

Já em idade amadurecida comprehendeu a necessidade de abraçar uma vida menos isolada, ligando-se pelos laços do matrimonio no dia 17 de Dezembro de 1859 a uma distincta familia desta cidade; e ainda nesta phase de sua vida não desmentio o capitão Dias da Costa os principios de sua educação, fazendo a escolha da sua agora desventurada consorte pelo impulso de um coração bem formado, de uma alma superior ás vicissitudes humanas, e só procurando na boa moral, e o nascimento d'aquella a quem legou o seu infortunio, á verdadeira paz do novo estado que abraçara.

Deixou d'essa união dois innocentes orphãos, confiados á direcção mais fraca, e que já nos primeiros passos da vida lhe trilhão um terreno escabroso privados da sollicitude paterna.

Morreu pois para o mundo, para a sociedade, para a sciencia e para a familia u mente de maior valia. Não indifferente a esta calamidade foi o Instituto Historico d'esta provincia que perdeu um de seus mais vigorosos membros. O feretro do illustre consocio teve sahimento carregado á braços por uma commissão do Instituto até á Igreja aonde lhe forão feitas as exequias religiosas, que o acompanhou até seu ultimo jazigo; tributando neste acto leaes e sentidas provas do apreço em que tinha os serviços do seu malogrado consocio.

São pungentes as lagrimas que pranteia sobre esse tumulto que encerra para sempre aquelle que na vida deixou tão vivos traços do que foi; transportado pelo Creador Supremo para cingir a aureola eterna das recompensas de seus actos tão meritorios.

STATÍSTICA

Ensaio statistico da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul,
pelo conselheiro Antonio Manoel Corrêa da Camara

HISTORIA

(Continuação)

Talvez nos supprão com alguns cavallos as provincias de Minas e S. Paulo, a grande preço obtido, e exigindo consumação de tempo, e de não poucos dinheiros para a conducção: mas o pessimo caminho que tem de atravessar, os inhabilitará a prestar-nos algum serviço sem que decorra um anno pelo menos depois de sua entrada em Rio Grande, nem serão os mais proprios para o serviço que nelles sóem fazer as nossas tropas.

Admittido uma vez o caso da falta de remonta para a cavallaria, e de enorme desproporção desta arma com a do exercito inimigo; recommendão os grandes Capitães, que ella seja supprida por um maior numero de infantaria, e de baterias de artilheria de calibre 12. E' porém em tão estreitas circumstancias, que se faz indispensavel no general uma capacidade immensa, um talento superior, o que não contar estas vantagens leva perdida a causa que defende, ainda antes de ter disparado o primeiro tiro de canhão.

Mais felizes pelo que respeita á facilidade de privarmo-nos de outros elementos necessarios á sustentação da guerra; abundamos de gado de córte, e não seria mui trabalhoso abastecer-mos de bestas muares, e de carretas como meios de transporte. O paiz forneceria uma boa parte da farinha (mandioca) e de varios grãos necessarios á subsistencia das tropas: pelo nosso porto sempre franco; pela superioridade das nossas forças navaes; receberiamos do estrangeiro, e das provincias do Imperio qualquer outra especie de auxilios, e provisões. Aqui, nossos Arsenaes trabalhando em maior escala confeccionarião o cartuxame, construirião, ou concertarião os reparos da artilheria, e muitos outros effeitos relativos ao seu material; nossos estaleiros estarião sempre promptos ao concerto e fabrico das nossas ligeiras embarcações de guerra; nossas florestas, e serras não nos deixarião carecer de copiosas, e excellentes madeiras de construção.

Considerando ainda o Paiz sob seu aspecto topographico; temos a fortuna de contar n'elle largas fracções territoriais, districtos inteiros

inaccessíveis por natureza ás tropas (pela maior parte compostas de cavallaria) com que os nossos vizinhos podem atacar-nos, e onde nossa infantaria e artilheria terão superioridade decisiva sobre forças triplicadas. Entrão neste numero todo o terreno immediatamente adjacente á Serra, que separa a primeira da segunda secção; todo aquelle intermedio a villa da Cruz Alta com o Butucarahy, e Mato Castelhana, aquella porção do territorio denominado Asperesas, o Piratiny, Cangussú, toda a Serra do Herval, as circunsjencias de Camaquam, as que circundão Caçapava, o distrito de Taquary, e a larga extensão do Rincão do Inferno, e terreno circumvisinho ao Ibirapuitam.

Não seria extranho aos fins statisticos, que devo attingir, apontar como um dos meios poderosos da nossa defeza, a eficaz cooperação de um alliado d'este lado da America do Sul. Não me constando si o Brasil, que tanto se tem singularisado em negar-se á celebração de tratados de alliança offensiva e defensiva, haja ultimado recentemente algum deste genero; abstenho-me de abordar esta questão, uma das mais delicadas que conheço em nossas circumstancias actuaes; nem seria prudente agitar uma questão acaso cautelosamente envolvida no manto mysterioso de um segredo d'Estado. Não creio todavia, que me seja extranhada a emissão de uma idéa importante com relação á eventualidade de uma alliança qualquer; e vem a ser: que costumão a dar fructos bem desazonados allianças consumadas no mesmo momento em que d'ellas nos queremos aproveitar.

Outro qualquer talvez, em meu lugar, se tivesse apressado á collocar na lista dos recursos com que devemos contar neste paiz; e como meios defensivos do mesmo, a presença na provincia de tão consideravel numero de refugiados orientaes. Persuado-me, porém, de que chegado o momento em que tiverem de optar entre a nossa causa, e a do Estado a que pertencem; logo ao primeiro offercimento com que lhes acene o Poder Invasor de inteiro olvido do passado, e de um franco e seguro retorno á terra natal; tão longe estarão de unirem-se ao Brazil, que sejam talvez os primeiros a fazerem-lhe hostilidades, e a incorporarem-se ao exercito inimigo; servindo-lhes de poderoso aliciente á lisonjeira esperanza de locupletarem-se com o esbulho e saqueio da provincia.

POPULAÇÃO

Antes de tratar da população Rio-Grandense; de que, por desgraça tão poucos dados, e esclarecimentos tem sido possivel obter; cumpre reunir n'este lugar o que ácerca d'esta avaliação pensão alguns statisticos de um e outro hemispherio; e vir-se-ha no conhecimento da invencível difficuldade de attingir a verdadeira cifra da nossa população actual, si para obtel-a fosse indispensavel uma minuciosa dinumeração dos habitantes, faltando-me, como me faltão os indispensaveis elementos, que devião por tal guisa determinál-a; e que a deficiencia total de

assentos parochiaes em muitas Igrejas, em seus livros de registros respectivos que a revolução inutilizou; a carencia de amanuenses em outras, e em grande parte das Estações civis que os extrahissem, vierão augmentar consideravelmente, com outras mui graves torturas, que lhes fazem aziaga companhia; esses peníveis embarços em que eu, com todos os meus predecessores nos vimos envolvidos.

Ainda em época não mui anterior á 1820, assim na Inglaterra, como em quasi todos os Estados Europeos, a população era calculada por estimações fundadas sobre o numero das casas, dando arbitrariamente um certo numero de habitantes á cada habitação: contavão uns quatro, outros 5 $\frac{3}{5}$, e alguns 6 individuos por casa. Segundo as relações fornecidas ao parlamento em 1801, contava-se na Inglaterra, Galles, e Escocia, 11,956:303 almas, e 2,163:946 casas, ou 5,22 pessoas por habitação. Em 1811, davão á Londres, e aos seus arrabaldes 146:309 casas, e 1,050:000 habitantes, ou 7,17 habitantes por familia. Em 1793, resultou em Philadelphia do censo dos habitantes pelas casas, 6.348 por habitação. Em 1815, o numero dos habitantes na Pensylvania foi de 8 e uma fracção por casa, e no Estado de New-York este numero foi de 9 pessoas pouco mais ou menos. Em Portugal, os calculos de Lima sobre a população d'aquelle Reino, os de Ebling, que se orientou pelas listas do primeiro, os de Soares de Barros, que como os precedentes dava arbitrariamente 5 individuos por fogo, e que divergia de Balbi; cujo co-efficiente não passavão de 3,7; o mesmo Barros, que referindo-se ao recenseamento de 1786 attribuia 5 pessoas a cada casa, ainda Ebling, que em 1802 contava já 4, já 5 individuos por familia; Antillon, que somente dava 5 em 1798; Montelle e Malte-Brun, que admittião 4; Stein que em 1811 dava 4,68 individuos por cada fogo, são outros tantos exemplos dos disparatados resultados, que apresentam todos esses trabalhos, firmados em base inconsistente, e em arbitraria, e não fundada estimação.

Agora mesmo, como nas épocas citadas; em alguns d'aquelles Paizes a imperfeita divisão dos districtos, e parochias, que dá logar a contar-se mais de uma vez a mesma cifra; a irregularidade e inexactidão nos assentos de baptismo, o descuido na policia, que não sabe acompanhar fielmente todos os movimentos da imigração trabalhadora, e industriosa, de uns para outros districtos, de umas comarcas para as outras; o que dá occasião, ou porque são realisados esses mesmos movimentos durante a confecção do censo, ou porque não foram convenientemente notados em registro especial; ha outra repetição de cifras; a omissão igualmente prejudicial do assento dos individuos, cujo decesso aconteceu longe do povoado, e dos soccorros da Igreja; a repetição da mesma cifra do nascido exposto nos estabelecimentos de Caridade, e d'ali transferido ás casas particulares, que o recebem em familia, e nesse mesmo anno o dão ao rôl; quando a Santa Casa já o tem dado; o transferimento do escravo de um para outro senhorio, tomado a rôl na caza do segundo possuidor, quando o primeiro acaba de o dinumerar; a venda d'esse

mesmo escravo para fóra do Paiz, logo depois do censo realisado; o descuido em extremar a população estacionaria da ambulante, e sobre tudo o nacional do estrangeiro, muitas vezes na mesma cifra englobados, tudo concorre a tornar o calculo da população erroneo, ou muito menos exacto.

Não foram menos defectivos os calculos da população baseados sobre os decessos, e nascimentos, tomando um co-efficiente arbitario. Halley multiplicava os nascimentos por 42, Kersboom por 35; Messence por 28 para as grandes cidades, e por 24 nas provincias; Condorcet por 25, e Simpson por 26. Taes são as incertezas d'este methodo, sem fallar de outros inconvenientes! Quando quizerão conhecer o numero dos habitantes de um Estado pelo numero dos mortos; a experiencia provou que se não podia confiar em taes elementos, sem cahir em erro mui grave. A mortalidade da especie humana varia por muitas causas de 1 á 20, e até de 1 á 60. Observa Malthus, que calculando os nascimentos annuaes em Inglaterra, e no Paiz de Galles desde 1790 á 1800; um observador superficial poderia crêr que a população ia sempre declinando; quando acontecia o contrario. (31)

O augmento, ou duplicação da população orçada a êsmo, sem os precisos elementos para fundal-o, não levou a menos sensiveis erros os statisticos que d'elle se occuparão. Sir Williams Petty suppõe que o população de um paiz póde nas circumstancias mais favoraveis duplicar em 10 annos (32). Segundo as Taboas de Euler, o duplo pode realisar-se em $12 \frac{4}{5}$ annos: estes autores estão persuadidos de que factos tão extraordinarios pódem obter-se pela simples procreação. Os incyclopedistas Francezes crião, que, segundos os calculos do Abbade Expelly; a população augmentou-se em França de $\frac{1}{12}$ em 50 annos. Ad. Smith pensa, que na Inglaterra, e na maior parte das Nações Europeas, não se póde conseguir um dobro de população si não em 500 annos. (33) Colghoun estabelece os periodos seguintes, para que se verifique o dobro da população, 50 annos para a Grã-Bretanha; 28 para o Canadá; 36 para a Russia; 46 para a Irlanda; 50 para a França. (34) Estes calculos não assentão em factos bem esclarecidos; a excepção da Inglaterra, parece que até aquella época não se fizeram recenseamentos em outros paizes, como julga Seybert. Pelos relatorios apresentados ao Parlamento em

(31) Esta opinião de Malthus diz Seybert, que elle applica aos paizes já mui povoados, é fundada em relações que este autor fez em toda a Europa, e na Russia, das taboas mortuarias, e dos registros dos nascimentos. Sendo a população em geral, necessariamente limitada pela subsistencia; a população excedente criada em um paiz pouco civilizado, pela imprevidencia, ou pela incontinençia; acha se em um estado de miseria, que concorre para a grande mortalidade, e que a repõem incessantemente ao nivel das subsistencias. Quando pelo contrario os homens cazão somente com grande probabilidade de poder sustentar a familia, os nascimentos são menores, mas a mortalidade tambem é muito menor, e a população aumenta insensivelmente." Neste caso está a provincia de S. Pedro, cujo benigno e temperado clima, cuja fertilidade do solo, abundancia, e facilidade de subsistencia poderosamente favorecem; e assegurarão desenvolvimento da sua crescente população.

(32) Petty, Arithmetica politica.

(33) Smith, riqueza das nações.

(34) Colghoun, sobre os recursos, riqueza, e poder da Inglaterra.

1801, e 1811; 80 annos bastão para dobrar a população Britannica; no entanto, que Colghoun estima o numero dos habitantes da sua Patria em 6,523:000 almas em 1700; e em 1800 este numero era de 10,817.000, sem que tivesse dobrado em um seculo! A darmos credito aos calculos de M. Tooke sobre a população Russa na sua Historia de Catharina 2.^a, ella duplicaria em 60 annos; diz este Autor, que em 1722 a população do Imperio montava á 14,000:000 de almas; em 1782 á 28,000:000; mas deve receiar-se, acrescenta Seybert, que estes calculos careçam de dados e bases certas. (35)

Em geral os calculos feitos sobre a maior parte da população Europea, não estando apoiados sobre dados extrahidos de registros autenticos, devem ser considerados como hypotheses mais ou menos engenhosas; nem é provavel, que as supposições de Euler, e de Sir W. Petty, jámais sejam rectificadas por dados e factos reaes.

Apezar dos recenseamentos prescriptos pelo Congresso; erros foram acreditados sobre a população dos Estados-Unidos. Franklin disse que a população da Republica duplicaria em 20 annos; o Dr. Price afirma, que nos estabelecimentos do interior, quinze annos bastavão para operar o duplo, e 25 annos em todas as colonias do Norte sem comprehender o augmento resultante da emigração Europea. (36) e ambos se enganarão completamente, e é provavel que estas asserções induzissem em erro o Duque de La Rochefoucauld-Liancourt; quando disse que a população duplica todos os quinze annos nos Estados-Unidos, bem como em todo o Paiz; onde a população não soffre traves, nem obstaculos em sua marcha. (37)

Pareceria consequentemente deduzir-se de quanto fica dito, que nenhum methodo, que não fosse o da dinumeração rigorosa dos habitantes poderia conduzir-nos ao conhecimento da cifra, que os numera de uma maneira a mais exacta possivel.

Não é porém menos verdade, que nos Estados, quaes os da França, Inglaterra, e os da Italia, onde por uma serie a turada de largos annos de dinumerações, e de observações, e comparações minuciosas (como as que se tem feito de trinta e cinco annos para cá) resulta a maior exactidão nos coefficients achados; o emprego d'esses coefficients se

(36) O augmento dado por M. Tooke á população do Imperio em 1782 deve em parte ser attribuido ás conquistas de Pedro Grande, e de Catharina 2.^a; nem tudo pois n'aquella cifra é um resultado do natural, e progressivo aumento da população na Russia.

(36) Somente ao porto de Nova-York, chegarão anualmente até 1830, a 16.000 emigrados, pela maior parte Inglezes. Sir. R. Philips.

(37) Impossivel é, que taes calculos se verifiquem em paizes mui populosos como França, e a Inglaterra si a população podesse duplicar em 12, 20, e 25 annos, e que a subsistencia não fosse augmentada na mesma proporção; a fome, e as enfermidades contagiosas diminuirião promptamente essa população exuberante. As boas leis, a não escassez dos generos de primeira necessidade, e a liberdade racionavel, são a origem unica do augmento da população quando a benignidade do clima, a moral, e a boa educação lhe dão as mãos; e tambem são estes os meios unicos de remover de sobre uma população desgraçada as scenas pavorosas que actualmente se representam na Irlanda e que por momentos ameaçarão reproduzirem-se na França.

não deve considerar vicioso; em quanto subsistirem os mesmos elementos, condições, e circumstancias, que os produzirão, e fizerão adoptar, e não será menos demonstravel, que os Paizes, Estados, ou Provincias, em os quaes se realisarem aquellas circumstancias, condições e dados, pôdem, guardadas certas proporções, adoptar sem erro mui sensivel, os referidos coefficients em parte ao menos, si não em sua totalidade.

Com effeito, a differença que existe com respeito ao clima entre a provincia de S. Pedro, a França e Italia, só pôde ser em favor da primeira; a statistica dos crimes em qualquer dos dous ultimos Paizes depõem convincentemente a favor do melhor estado de moralisação do nosso comparado com o daquelles; segundo os calculos de 1837, consta que só em França 369:502 individuos são submettidos annualmente á acção da justiça, isto é, 2000 por dia; mas quando alguma duvida podesse subsistir á respeito, as revoluções politicas occorridas nestas tres differentes secções do Globo, provarião por seus excessos, para que lado deve inclinar-se a concha da balança, em que se pezem os respectivos grãos da moralidade em questão; a prodigiosa fertilidade do nosso solo, (38) a inexgotavel abundancia dos viveres, o modico preço da carne, e dos farinaceos, assegurarão a subsistencia dos habitantes, e nos collocão por este lado em circumstancias vantajosas e eminentemente superiores ás de qualquer d'aquelles dous Paizes as commodidades e melhoramentos, que a civilisação entre nós vai introduzindo, a instituição da vaccina, que nos garante do flagello das bexigas, a illustração da actual Faculdade Medica, cujos progressos neste seculo tem sido inquestionaveis, e que ao Paiz tanto tem aproveitado; não nos põem certamente á este respeito em degráo mui inferior áquelle que occupão os Povos cultos da Europa, cujos conhecimentos, e melhoramentos aproveitamos, a proporção que nella se vão desenvolvendo. Assim mais bem dotados pella Natureza em clima são e benigno, em fertilidade territorial, em costumes menos viciados, e em certa escala de civilisação, que poupando-nos os inconvenientes annexos ao maior gráo a que ella sóe attingir, nos faz gozar de todos os bens que costuma dispensar aos que a cultivão; podemos dizer que possuímos todos os elementos, que fomentão a marcha ascendente e progressiva da população, e concorrem á conservação e á diuturnidade da vida. Não será pois extranho, que sejam applicados aos calculos da nossa população; feitas as necessarias modificações; quasi todos os coefficients Francezes, ultimamente adoptados por esta grande Nação. Por tal guiza, forão confeccionados os quadros da população de 1846 constantes do caderno que acompanha este trabalho sub littera ; e a que me refiro. (39)

(38) Conta-se em França annualmente 2:128 suicídios; e o que mais doloroso se evidencia é, que mais de 200 individuos morrem de frio, e de fome cada anno no Paiz mais civilisado do Mundo, e que igual numero deve o fim de sua existencia ao abuso de licôres fortes — Aigard. Em 1831 ou em 1833, um deputado ao Corpo Legislativo da França, fez vêr em plena Camara, que 2.500:000 Francezes abstinção-se de pão por não terem com que o comprar.

(39) Si podessemos admittir; diz Seybert na sua statistica dos Estados-Unidos,

Aqui como nos Estados-Unidos até 1822, como sempre em todas as que forão colonias da Hespanha, mui pouca attenção se tem dado á augmentação da população escrava. O numero dos escravos era incluído nas listas dos recenseamentos dos Estados-Unidos emglobadamente sem distincção de sexo, ou idade; elles erão considerados (são expressões proprias de Seybert) como qualquer outra propriedade material. Todavia em parte alguma dos Estados-Unidos, em parte alguma do Brasil a condição do escravo foi geralmente mais favoravel do que na campanha, e nas grandes povoações desta provincia; e a terem-se promovido entre elles os casamentos (olvido que partilhamos com os Estados-Unidos) fico em que não teriamos no dia de hoje tanta necessidade de encher o vasio; que os annos, e as enfermidades abrem nas suas massas, com recrutas africanos. O trabalho que tenho feito sobre o producto resultante dos braços escravos, e que apresento sub littera tão imperfeito como naturalmente deve sê-lo, por carencia de elementos, e dados necessarios; provará, que a cifra, que lhes corresponde na totalidade da nossa população (com a qual por vezes tambem ha sido englobada) seria mais consideravel se tivessemos applicado a esta Casta a acção benefica d'aquelles meios conservadores de que os Americanos do Norte lançarão mão ultimamente para melhorar a sua sorte, e promover-lhe lenta, e gradual manu-missão. (40)

Em verdade, que jámais entre nós forão os escravos tractados com o rigor com que o erão nos Estados-Unidos anteriormente ao anno de 1822; e é inquestionavel que o clima d'aquella Republica duro em extremo no inverno, sugeito geralmente á febre amarella e outras enfermidades periodicas, e no estio á incommodas e perigosas ceções, e quartãas nos Estados do O: e que os meios de subsistencia que ella

impressa em 1822, que as regras seguidas na Europa até 1820, ahi produzirão resultados satisfactorios; lembrariamos as observações feitas por Franklin á mais de 60 annos; elle diz com razão, que os quadros da proporção dos casamentos aos nascimentos, dos decessos aos nascimentos, dos cazamentos ao numero dos habitantes formadas pelas observações sobre registros de baptismos, e decessos nas cidades mui populosas não podem applicar-se ás campanhas &c." Está pois cumprido o desideratum de Seybert, com respeito á França, e á Italia; onde os recenseamentos se tem feito de 30 annos para cá com rigorosa exactidão, e força é aceitar os resultados das suas comparações, que só o capricho cego, e o teimoso pyrrhonismo podem regeitar: nem é só nos Estados-Unidos onde o coefferiente da população do campo differe dos das grandes povoações; este caso se verifica em muitas partes das Provincias do Continente Europeo; e nem porque aquelle numero ou coefferiente é applicavel aos Paizes de largo tempo povoados deixará de ser empregado ou adoptado por outro de mais recente organização politica, sempre que houver entre uns e outros homogeneidade de circumstancias; que se não dá nos Estados-Unidos, periodicamente atormentado por uma enfermidade contagiosa, e recebendo annualmente em seu gremio ou communhão politica, milhares de emigrados estrangeiros, que tanto tem concorrido para alterar o movimento que a Natureza marcou á sua população. Em apoio desta ultima asserção, repitirei neste logar o que diz o mesmo Seybert na comparação que faz entre o augmento da população livre, e escrava do seu Paiz. "De 1800 á 1810, assevera elle, o termo médio do augmento dos homens livres se achou diminuído, e o dos escravos augmentado; a razão deste facto se acha na cessação da chegada dos emigrados Europeos, e na forte importação dos negros de 1800 á 1808, e particularmente em 1806, e 1807; ultimo anno que precedeu ao da extincção do trafico."

(40) O governo dos Estados-Unidos foi o primeiro que prohibio o trafico de africanos. a escravidão tem poucos defensores neste Paiz; entretanto muitos obstaculos se oppõem á sua total emancipação. — Seybert.

póde ministrar-lhes não sustentarão comparação vantajosa com os do nosso paiz tão fértil, tão creador, e tão benigno.

Julgo-me pois assaz autorisado á empregar o quociente Norte Americano achado por Seybert quando calculou o augmento decennial da população escrava da sua patria, e para nada exagerar na applicação que tenho de fazer: tomo o termo médio dos tres quocientes que lhe servirão de base em outros tantos periodos decennaes e vicennial de 1790 á 1800, e de 1800 á 1810; e de 1790 á 1810; isto é, 3% para o vicennial; e 2,7 para o decennial.

Tenho da mesma sorte adoptado a relação entre o numero dos nascidos do sexo masculino e feminino, igual com pouca differença á 17/16; quero dizer, que os nascimentos dos machos excedem os das femeas em $\frac{1}{16}$, proporção esta fundada em 21 annos de observações rigorosas, e a mais digna de confiança, por ser obtida sobre 20 $\frac{1}{2}$ milhões de nascimentos dos dous sexos.

Conto por tanto {	1: nascimento por 32,5 hab.
	1: morte por 39,9 hab.

E é por estes numeros assim modificados, que creio com os melhores statisticos Francezes, que em geral se deve multiplicar os nascimentos, e os decessos para produzir a população. Fica claro, que para achar esta cifra, cumpre buscar o termo médio entre os dous productos.

Suppondo a população stacionaria; a relação 32,5 exprime tambem a duração média da vida humana, que será consequentemente de 32 $\frac{1}{2}$ anos (41) como se verifica pela Taboada de Monferrand, a mais exacta que se conhece, e que foi calculada sobre maior numero de dados que a de Duvillard.

Conformando-me com a opinião das pessoas sensatas, e de larga experiencia do paiz, mui ajustada á que emittio o autor das **Memorias Economo-Políticas**, sobre a administração publica do Brasil; creio poder considerar sem cometer erro notavel, a população formada pelos homens de côr (os indigenas excluidos) compondo $\frac{1}{2}$ da nossa população actual.

E para justificar o valor da cifra, que dou á esta população, força é abordar uma questão vulgarmente suscitada entre nós com respeito a uma grande supposta diminuição nos habitantes da provincia, em consequencia da guerra civil, que vem de terminar; sendo convicção minha,

(41) A Taboada de Duvillard só dava 28 $\frac{3}{4}$ annos antes da Revolução: eis aqui pois um aumento de quasi 8 annos, que deve provir da introdução da vaccina, e do augmento de mais commodidades da vida, que se fizeram communs até ás classes menos favorecidas dos bens da fortuna. Ella indica na tabua da mortalidade, uma mudança favoravel, que grande numero de factos fizeram acreditar de largos annos para cá, não só em França, como em muitas outras partes da Europa; e nos faz ver ao mesmo tempo uma applicação curiosa do calculo das probabilidades, e da lei dos grandes numeros; porque sem preceder recenseamento exacto da população, podemos, mediante as bases fundadas nas indicadas observações, determinar a sua cifra com mui grande aproximação; com tanto que se conheça a relação da população com os nascimentos, e o numero total d'esses ultimos. — Aicard.

que não foi tão consideravel como alguns suppõem a consumação de homens que soffreu o paiz em todo o decurso d'essa guerra, mas quando eu só me enganasse a este respeito, nem assim deixaria o Rio Grande de ter reparado pelos nascimentos, e pelo retorno ao paiz dos Brasileiros estabelecidos no Estado Oriental o prejuizo d'essa perda certamente exagerada.

Está reconhecido por calculos exactissimos, que a experiencia dos seculos tem constantemente confirmado; que quando a guerra, e a mesma peste não exterminão os habitantes, a diminuição causada por estes dous flagellos á população, bem como a que resulta de imigração consideravel, não tarda a reparar-se. (42) Parece que a unica morte,, a unica emigração de reparação tarda, e difficil, as vezes impossivel é a

(42) Malthus mostra com observações incontestáveis, que depois da peste, e de outras enfermidades contagiosas que assolarão uma grande parte da Europa; o numero dos cazamentos, e nascimentos vinhão a ser tanto mais consideraveis, quantos maiores estragos produsira o flagello da peste, ou epidemias. A agricultura, a industria, requerem um certo numero de braços: quando estes braços são raros, o preço do trabalho augmenta; os homens que antes d'essa época não podião sustentar uma familia, animão-se á cazar depois d'ella. Então a população se repara em pouco tempo, e cresce algumas vezes além do que era antes da sua diminuição; porque uma actividade nova desenvolve novos meios, ou poem em evidencia novos recursos. — Seybert.

Não é nem antes, nem durante as revoluções, que mais casamentos se contraem; a Licença correndo á larga, é pouco disposta á subgeitar-se a qualquer especie de jugo; nessas occasiões, os Paes raras vezes confião suas filhas a maridos de cujo futuro nenhuma certeza, nenhuma probabilidade tem; os partidos dividem as familias, tornão-se difficeis as allianças, e até se rompem as que se tinham ajustado anteriormente; os poucos cazamentos contrahidos nessas épocas fataes devem quasi sempre sua existencia ao calculo, e interesses de partidos, outras vezes ao temor, algumas á necessidade de reparar grandes offensas, pelo unico modo possivel. Não assim com a paz, que succede á esses formidaveis conflictos. Repondo a sociedade sobre as suas bases primitivas, ella traz a esperanza de mais vantajoso porvir: assim como novas precisões, novos interesses forão creados; passarão as fortunas de umas para outras mãos, mas nem por isso forão aniquilladas ou extinctas, ainda que cessarão temporariamente os lucros, que ellas devião produzir; os manejos da industria, com os esforços da Empreza, são continuados, acaso por mãos menos destras, mas que poem em acção o emprego dos capitães, e dos braços que d'elles se sustentão; á moral padeceu durante a luta, e mais tarde será restabelecida; no entanto, que o habito da ergia, e actividade que foi preciso desenvolver durante a guerra, cazou-se com a geração restante, e a segue em todas as especulações, projectos e trafficos da vida; essa mesma previsão com que soia calcular o perigo, que desejava evitar, e o mal que pretendia fazer, esse modo de estar em alerta perenne, transmittirão-lhe o spirito da prudencia, que suppre o traquejo dos negocios, evitando a temeridade, que os infelicit, assim a perda da moral enfraquecida, foi em certo modo compensada pelo des-terro da ociosidade, que uma paz profunda crea no centro da abundância, e das grandes commodidades, que ella traz consigo; o antigo especulador que mais prejuizos recebera, na passada borrasca; si não perdeu inteiramente os fundos de que dispunha, redobra de energia, e escurado no credito de largo tempo adquirido, poem em movimento todos os recursos de uma illustrada experiencia, para reconquistar a fortuna, e as vantagens que perdeu; desta continuidade de esforços ardidamente concertados, necessariamente resulta um acrescimo de prosperidade individual, que crea o de toda a comunidade porque tal é a condição da sociedade activa e intelligente, conseguir sempre o maior lucro dos trabalhos, que emprebende com a menor somma de prejuizos para obtel-o. Consequentemente, tudo quanto pôde concorrer á este fim é posto em exercicio; homens, e cousas, tudo é empregado em promover-o: muitos elementos da fortuna publica forão certamente inutilisados, e cessarão de produzir, ao menos passo, que outros muitos se mantiverão, e crescerão por si mesmos, e facilitão pelo seu modico preço as despesas do emprehendedor; as mesmas terras, que descansarão durante aquelle largo tracto de tempo, de estereis que erão, tornarão-se productivas, e fecundas, e contribuem a abastecer o Paiz; as fortes sommas derramadas pela massa geral dos habitantes, para pôr cabo á tantas, tão variadas empresas; faz desapparecer a indigência, e traz a commodidade ao seio de todas as familias; e esse instincto, que naturalmente nos leva a reproduzir-nos, que a indigência assassina na desesperação de esforços impotentes, que a immensa fortuna esterilisa uzando-o até a sadiade do tedio, e do qual só a doce mediana é capaz de colher fructos abundantes, e per-

morte da industria, a imigração da sciencia; a dos fortes capitalistas, seguida dos grandes capitães. A França ainda hoje lamenta os males que soffreu pela revogação do Edicto de Nantes; que lhe roubou tantos homens industriosos e tão grande porção de numerario; o Portugal, e a Hespanha muito soffrerão com a expulsão dos indios; e a cega perseguição que a segunda fez aos Mouros; a nossa provincia está hoje tributando grossas quantias ao estrangeiro pelo Trigo que consome, menos porque se negue o sólo á produzi-lo, que por terem sido ceifados pela morte os ilhéos, que melhor do que nós entendião da cultura deste grão. Quem sabe, que figura faria hoje na Europa, até onde terião sido plantados os Trophéos do Imperio Ottomano, si o fanatismo não tivesse espancado as artes, e as sciencias, acolhidas na Italia depois da quêda do ultimo Constantino, e tomada de Bizancio; ou até onde a dominação dos Arabes se teria estendido pela Europa, si toda a esperanza de illustração não fosse sepultada por elles com as cinzas da Biblioteca de Alexandria; queimada por um califa ignorante.

Será mui difficil achar hoje a cifra da população indigena com a necessaria precisão; pôde dizer-se que desapareceu das Missões, onde apenas subsiste uma pequena fracção, que nem toda talvez d'ali traga a sua origem: muitos indios vivem sem domicilio certo, ou mudando-o diariamente a seu capricho; outros abraçando a vida militar conservão-se nas fileiras do Exercito, d'onde com muita frequencia desertão. Creio todavia ter me aproximado do seu numero provavel; mas englobando idades, e sexos. A maior parte dos indios refugiados do Estado Oriental, e hoje cantonados junto ao Rio Pardo, &c., pertencerão ás Missões Orientaes.

Não será mais asado determinar o numero da população fluctuante já nacional, já estrangeira. Faltarão-me meios e dados para obtel-o. Mas não deve ser mui consideravel o seu numero, extremado-a da que procede originariamente do Estado Oriental, cuja cifra já foi mais avultada do que o é na actualidade. Não é pequeno o numero de familias

feitos, este instincto creador desenvolve-se como á porfia d'entre as classes secundarias, que encontrão nos cazamentos o complemento de todos os bens. Com trabalho moderado, o spirito desassombrado dos tempestuosos cuidados da revolução, que atravessara, livre dos terriveis sobressaltos que acompanhão um continuo perigar da vida, honra, e fazenda; desassombrado d'essas paixões tumultuosas, que lhe ralavão a alma, e lhe devoravão a existência, cheio de vigor, e de saude o homem transplantado a este novo estado de cousas tão differente d'aquelle de que acabou de sahir, sorve a vida a longos tragos, da-se com ardôr á procreação da prole, e deve necessariamente produzir-a numerosa, como os recursos que tem para crea-la.

Taes são as circumstancias felizes em que se achão os habitantes das povoações, e campanha da nossa fertilissima provincia. A população em vez de diminuir, deve ter consideravelmente augmentado de 1845 para cá, e com ella os seus inexgotaveis meios de subsistencia. Sem a guerra, que continúa a atormentar nossos vizinhos, e que nos priva das vantagens que deviamos retirar do seu livre, pacifico trato, e commercio; sem os inconvenientes, que resultão da força armada, que cobre nossas fronteiras; onde tantos braços se achão inutilizados para a agricultura, pastoreio, industria, e commercio; muito mais sensiveis se terião feito o acrescimo da fortuna publica, e as progressivas vantagens da nossa posição actual, que bastante contraria a presença permanente de um mal necessario: mas um mal necessario é um bem que se tornou indispensavel; como vem a sel-o para existencia do homem, apesar da sua propriedade erosiva, a combinação muitas vezes viciada do hydrogeno com oxigeneo do Ar.

Brasileiras retiradas para esta provincia em consequencia da guerra no Estado Oriental. Possuem pela maior parte terras, ou fazendas no Paiz, e é mui provavel, que nem todos volvão á aquelle lado, onde nem mesmo com a cessação da guerra, que lá se faz actualmente, haverão tão prompto, garantias para um futuro bem estar. Tem muitas d'essas familias occupando-se da criação, e da cultura das terras, que aqui possuem, e tendo padecido enormes prejuizos com as repetidas mudanças, que forão mais de uma vez obrigadas á fazer; não é presumivel, que se exponhão á novas contingencias, passando-se ainda uma vez para aquelle territorio, d'onde acaso não tardarão á retirarem-se por identicos motivos, que para cá as arrastarão.

Considerar portanto, dous terços ao menos d'aquelles individuos como fazendo parte da população stacionaria do paiz, não é admittir um elemento arbitrario no calculo, que a deve determinar.

Tendo sido até hoje não mui grande o numero dos nascimentos e obitos, que tenho podido colligir; com respeito á população provincial stacionaria; sou precisado a estimar o resto desta população por comparações adequadas: e nem assim me terei separado muito da sua cifra real.

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE ANIMAIS

A agricultura nunca foi considerada neste Paiz como sciencia; limitou-se sempre á pratica; nem é muito, que tão áquem nos achassemos por este lado dos progressos europeós, quando na mesma Europa civilisada a sciencia agricola é de uma origem moderna. Só depois do renascimento das letras, forão apparecendo com curtos intervallos em Italia, as Obras de Gallo, e de Tarello que foi o primeiro que propôz alternar as culturas; em Hespanha as de Herrera, em Allemanha as de Heresbach, em Inglaterra o tractado de Fitz Herbert, e pouco mais tarde o Theatro de Agricultura de Oliverio Serres; em seguida pódem citar-se como contribuindo directamente á favorecer os progressos da agricultura Franceza a administração de Sally: a ordenança de 1669 sobre florestas; a de 1754 sobre a liberdade do commercio dos grãos, no interior do Reino, e sobre sua exportação, os escriptos dos economistas de Duhamel e de Rosier, o estabelecimento das sociedades de agricultura, a creação das coudelarias, das escollas veterinarias de Alford, e de Lião, e a de rebanhos de merinos de Kambouillet. Vio-o o nosso seculo; como o diz um escriptor da época; multiplicaram-se os comicios agricolas, as herdades modellos, e os institutos d'agricultura; só mil obras pelo menos forão escriptas, e publicadas sobre a agricultura, das quaes as mais estimadas são os **Principios Arrasoados de Agricultura**, por A. Thaer, traduzidos pelo Barão de Crud: a **Agricultura Practica e arrasoadada** de Sir John Sinclair, traduzida por Matheus de Dombasle; **A Casa Rustica do 19.º Seculo**, por uma reunião de Agronomos, e practicos; o **Calendario**

do Bom Cultivador, pelo mesmo Dombasle; O Curso de Cultura e de naturalisação dos vegetaes, por A. Thouin; o Novo Curso completo de Agricultura Theorica e Practica, traçado sobre o plano de Rozier, pelos Membros da secção de Agricultura do Instituto; o Manual completo do Jardineiro, por Noisette; o Tratado Geral das Aguas, e Florestas, por Bandrillart.

Não faço aqui ostentação de erudição occiosa: cumpre ao statistico dinumerando os factos occorrentes, lembrar os meios de melhoramento de que a vida material das Nações é susceptivel; assignalando sobre tudo aquelles, que os outros Povos tem empregado para obterem um resultado qualquer. (43) E sendo uma das nossas grandes necessidades esclarecer os nossos agricultores, e communicar-lhes a instrução, que lhes não sobra, já por meio de publicações de Obras traduzidas dos mais acreditados Autores, já trabalhando por inspirar o gosto pela formação das sociedades agricolas, já creando Coudelarias, ou instituindo Escollas Veterinarias; apresso-me á indicar estes meios como primarios para nós outros; visto que tendo desapparecido os antigos colonos das Ilhas, que tanto entendião da agricultura practica, insta começar desde já por attrahir-os ao nosso Paiz onde certamente mui poucos conhecimentos practicos temos d'este precioso elemento da grandeza publica.

A coprologia ou o methodo de servimo-nos das subsancias fertilisantes mineraes, animaes, e vegetaes, e o de conduzirmos a marcha das mais delicadas operações agricolas, só o pode dar a sciencia; a practica só poderá entrar com pé firme e seguro n'esse vasto theatro dos conhecimentos humanos guiada pela mão da theoria. Foi por esta guiza, que a Escossia conseguiu corrigir ou nullificar a impropriedade do seu sólo, e clima, e que grandes obstaculos oppunha ao desenvolvimento da sua agricultura, collocando-se ao nivel dos progressos agricolas das outras fracções do Reino Unido. Que não devemos esperar do emprego simultaneo dos conhecimentos practicos e theoricos da agricultura n'este clima benigno, n'este nosso territorio tão fertil, e productivo?

Póde dizer-se, seja licito repetil-o, que toda experiencia, e doutrina nos faltão para recolher do nosso sólo as grandes vantagens, que elle nos proporcionaria com taes meios; convertendo-nos de afanosos, e pouco afortunados pastores (44) que somos, em lavradores poderosos, e feli-

(43) Devemos esperar dos Estados-Unidos em sua posição particular progressos mais rapidos do que se poderão fazer em outros paizes; porque temos o bom senso e a vantagem de saber imitar, e aproveitar a experiencia de todas as outras Nações — Seybert.

(44) Não exagero a expressão. Comparem-se os lucros do estancieiro com os que reuira das produções deste o xarqueador, e mais do que este ultimo o denominado — carne seca — que vende nos Portos do Brasil a carne fabricada, e tambem com os d'aquelles que exportão para a Europa o couro, cabello e aspás, procedentes d'este Paiz. Quantos Fazendeiros vivem annos seguidos constantemente em divida com o xarqueador? Os seus lucros são incontestavelmente excedidos pela despeza; poucos são aquelles, que legão aos filhos solida fortuna, e mui numerosos os que os deixão em um estado de mediocridade, e dependencia mui visinho de mesquinha, e penivel condição. A maior parte das grandes como das medianas propriedades territoriais neste Paiz, póde comparar-se em seus resultados á um jogo de parada, on-

Inst. Hist. e Geográfico — 18

císsimos. Poucos annos de paz, e tanto basta; para que os nossos vizinhos lancem facilmente por terra o inconsistente edificio da nossa prosperidade firmada sobre productos pastoris; a Imprensa do Rio de Janeiro tractando da reduccão do imposto sobre o xarque do Rio Grande teve a charidade de advirtir-nos o pouco, que devíamos esperar na concorrência com aquelles visinhos das provincias irmãs. Insta pois occorrer á um mal tamanho, e que não deve estar longe da época em que nos achamos, dando desde já começo á applicação dos meios, que o devem modificar ou fazer desaparecer. Além dos que já foram lembrados, muito conviria, que quanto antes se adoptassem os utensilios aratorios ultimamente em uso entre os Povos mais cultos da Europa; as melhores charruas de que elles se servem, e que tanto economia o trabalho, e facilitão a produção, e com ellas os instrumentos auxiliares e complementares d'aquellas, qual a charrua de pá, a raspadora de cavallo, o extirpador, o sacrificador, a grade de desterroar, que differe do sacrificador, por dentes menos fortes, porém mais numerosos, e que não tem rodas, nem jogo dianteiro, &c.; o rodo, o esmaga torrão, o acepilador e o arrastador.

Com todos os indicados auxilios, e mormente com os que provêm das substancias fertilisantes, a agricultura moderna tem a inapreciavel vantagem de nunca deixar alqueires, ou terras em puozio; si o lavrador não desconhece ao mesmo tempo os meios de conduzir com acerto quaesquer outros trabalhos relativos a Geoponia ou especialmente applicaveis

de depois de alguns lances favoraveis da sorte, sempre acabão por perder os jogadores: é uma especie de revolução de fortuna, e de estado, que por ser lenta não deixa de ser mais dolorosa. A posteridade do fundador ou do chefe da familia adquire com sua morte, em um só dia, o agradável direito de partilha, e com elle todas as deploraveis consequências que nascem da impossibilidade de continuar a subsistir com as mesmas commodidades, que desfructava até então; se não é ainda atormentada pelas exigencias dos credores, que reduzem a pouco mais de nada uma fortuna até ali apparentemente brilhante. E como nada ha tão difficil como sujeitarmo-nos ao nosso fado, e mudarmos um trem de vida a que estávamos de largo tempo habituados, reduzindo despezas em vez de as augmentar, acontece muitas vezes que hoje o co-herdeiro de uma rica herança é o pobre necessitado do dia de amanhã, ou por que gastou sem regra; ou porque se lançou nos invios espaços das contingencias; e querendo augmentar rapidamente seus haveres, em especulações insensatas, e atrevidas, perdeu desgraçadamente esse pouco que lhe tocára de uma decente fortuna. Não é a moral o unico martyr, de uma tal ordem de cousas, pois necessita de bastante vigor d'alma para não arrojarse no sorvedouro de uma vida desordenada quem assim se vê de xofre apeado de uma posição outr'ora vantajosa, e sem esperança de recupera-la para o futuro.

As fracções territoriais assim allenadas ou vão engrossar as grandes herdades, ou subdividem-se desproporcionalmente em muito menores secções por mesquinhos proprietarios, que lhes não podem dar valor; e assim permanecem improductivas por largo curso de annos.

Achando-se difficilmente capitaes disponiveis fóra da classe dos negociantes, xarqueadores; succede não poucas vezes que estes mesmos adquirem por compra para si ou para seus filhos, e frequentemente recebem em pagamento de dividas ou toda ou parte de uma herança territorial; então vemos durante a vida dos novos possuidores e quando muito da dos seus immediatos successores prosperarem as fazendas de gado, e manter-se uma mesma familia, que continuou a criação sem dividir as terras; por algum tempo abastada e feliz, porque não dependeu si não de si mesma, ou dos proprios fundos a manutenção da fazenda de criar; mas não tarda a reproduzir-se naquella propriedade o que em quasi todas as outras, ao cessar o serviço combinado da criação, e xarqueadas, o trafico commercial com a gerencia das estancias;

então o chefe da familia, descendo á sepultura, lega aos filhos que lhe sobreviverem os mesmos embarços, e transtornos, que torturarão, e empobrecerão os herdeiros de que acima fiz menção.

ao sólo, como sejam os de melhoramentos permanentes, a conquista de novos terrenos, as roteaduras em terra pedregosa, ou sobre arêas move-diças beira-mar; ou bem nos matagaes, e charnecas, em terrenos cobertos de bosques, e florestas; si elle sabe dissecar terras alagadiças; si não desconhece o modo de as exalçar, e desfunda-las quando é preciso; si não ignora o methodo de prover-se de agua necessaria para irriga-las; si não é hospede na maneira de estabelecer represas, e levar as aguas ás terras que as solicitação, distribuindo-as com economia, si não lhe é extranho finalmente o talento de escolher ou de formar abrigos. Mas elle saberá ordenar, e conduzir todos estes trabalhos sempre que se socorra á pratica, e theoria. Então lhe serão familiares todas as opera-ções, que respeitão á um tempo ao sólo, e ás plantas ou á phytoscaphia; porque multiplicará facilmente os vegetaes pelo plantio, pela sementeira, transplantação, e separação; procederá com intelligencia á colheita e conservação dos grãos, entenderá com perfeição da zoopedia ou da maneira de criar, sustentar, multiplicar, e conservar os animaes domesticos; e cabal conhecedor da economia agricola, não lhe serão novas as condições fundamentaes da empreza relativa, nem se abalancará a ella sem contar por certo, ou mui provavel o producto ou beneficio.

Sendo tão facil de adquirir neste paiz a maior parte do capital movel ou de inventario; e dando a Nação, ou não sendo mui difficil de effec-tuar-se mesmo á largos prazos de pagamento a compra dos bens de fundos, tambem não é excessivo o lucro que se costuma tirar das sommas

Este motu continuo, esta passagem successiva da pobreza á certa especie de opu-lencia, da fruição das commodidades da vida, a quasi destituição de todos os meios, faz da nossa população uma sociedade sui generis, uma organização social de rara especie, e oppõem um dos maiores obstaculos á formação dos capitães, nas classes, que mais delles carecem, á propagação da cultura, e civilização do povo, que uma vez estabelecida deve permanecer firme em suas bases, e continuar-se regular, e uni-formemente. Sabem todos, que a civilização, bem como a moralisação devem ter por alicerces a educação paterna, e que na carencia de certas proporções, e commo-didades, raras vezes se conseguirá civilisar e moralisar o individuo a quem faltão taes meios. E' a razão porque as massas populares permanecem ignorantes, e gros-seiras, nem é por outro motivo, que o homem, que recebeu educação mesquinha na casa paterna, por mais esforços que faça por civilisar-se, leva sempre por toda a parte, e impresso no proprio character o cunho desagradavel de sua primitiva rudeza. Este homem nunca servirá de typo á uma boa educação; a sua mesma moral nos é suspeita; como poderá transmittir elle aos filhos um bem que não herdou, nem jámais teve? E taes são no entretanto os numerosos desagradaveis exemplos dessas vicissitudes de fortuna, que produzem semelhantes consequencias: pode affirmar-se com effeito, que uma familia estabelecida na campanha no dia de hoje, será arro-jada na immediata subseqüente geração á classe daquellas, que de tal vantagem abso-lutamente carecem: hoje ricos, amanhã pobres, e vice-versa, as familias proprietarias do campo nem accumularão capitães, nem concorrerão a firmar a civilização no Paiz a despeito de quantas instituições litterarias e scientificas se possão fundar para este fim. E são estas familias as que compõem a maioria da população do Paiz.

Assim os nossos actuaes estabelecimentos de campanha estão longe de concorrer para o augmento da riqueza, civilização, e possivel perfectibilidade moral do povo. A agricultura pelo contrario presta-se admiravelmente á civilização, firma a indepen-dencia, e bem estar das familias, consagra a permanencia dos antigos lares domes-ticos; elo admiravel á que se prendem, como em cadeia indestructivel na terra ex-tranha as saudosas recordações da Patria, berço verdadeiro de todos os sentimentos pa-trioticos, e do mais puro nacionalismo, é a mais solida eschola normal da sobriedade, singeleza, e pureza de costumes; de todas as occupações, e empregos da vida a unica que conduz directamente ao crescimento da população sã e robusta, a que promove, e facilita os cazamentos pela abundancia dos meios que os fazem subsistir, vivero permanente dos melhores militares recrutas; fonte inexgotavel de materias primas, de quasi todos os elementos de artefactos, ou de fabril industria. Sem agricultura em

dadas á esprestimos; e o lavrador activo, e honrado estará sempre certo de achar quem lhe faça taes emprestimos; que serão ainda mais facéis de negociar do momento em que generalisando-se mais a agricultura, maiores forem as vantagens, que d'ella recolhermos, porque a facilidade de obter essas quantias crescerá na razão directa dos maiores ganhos ou productos mui provaveis da empreza.

Não são como em muitas partes da Europa tão duros e excessivos os impostos que pesão sobre a nossa agricultura, nem aqui notamos esses exemplos tão frequentes no velho Mundo, de familias inteiras annualmente reduzidas á extrema miseria, e forçadas á vender quanto possuem para pagar as contribuições fulminadas pela lei. São nossas leis mais brandas, mais humanas em territorio incomparavelmente mais fertil.

Consequentemente, ao lavrador Rio-Grandense, nenhuma grande tortura inevitavel, nenhum obstaculo invencivel se oppõem ou lhe contraria os projetos na marcha uniforme, e simplicissima de seus crescentes progressos; e a provincia será indubitavelmente, não lhe faltando união, e senso commum (cousa mui rara de encontrar neste globo sub-lunar, como dizia o Philosopho de Ferney) a mais rica, e populosa do Imperio.

Querer todavia chegar a este fastigio de prosperidade e de ventura conservando as grandes propriedades territoriaes, que possuem particulares; é pedir um impossivel, como seria de odiosa iniquidade, e de estolida malvadez acabar com ellas de xofre; esbulhando o cidadão dos seus bens, e de um direito adquirido, ou de uma posse immemorial com destroço de uma familia inteira; como já houve escriptor que o preten-

grande escala, nenhuma Nação poderá chamar-se solidamente rica, e o povo mais governavel, e o mais sensato de terra será certamente aquelle, que maior massa contar de lavradores sufficientemente abastados, sem cahirem nos inconvenientes das propriedades monstros, que plantarão no seio da constitucional Inglaterra o germen perigoso de uma nova especie do mais duro, e intoleravel feudalismo, flagello, que já mais açoitará a população do Brasil, cujas gigantescas dimensões territoriaes muito differem d'aquellas que estreitamente circumscrevem uma pequena ilha.

De todas as profissões exercidas pelo homem, a dos agricultores é a que longe de abreviar-lhes os dias, mais concorre para sua conservação. As mesmas enfermidades contagiosas pouco estrago fazem entre os homens do campo comparados com qualquer outra classe do povo, todas as observações conduzem ao mesmo resultado; qualquer que seja a parte do globo civilisado em que tenham sido feitas, qualquer que seja o povo em que se tenham verificado taes comparações. A maior longevidade acha-se sempre no campo quando não é elle por circumstancias particulares infestado como acontece nas adjacencias de Roma. O seguinte quadro comparativo feito em Inglaterra d'entre 100 individuos nascidos no mesmo anno, que chegam á idade de 60; mui pouco differe do que se tem observado nas demais nações:

Dos Theologos	43
Agricultores	42
Officiaes de officio	35
Commerciantes	35
Militares	32
Escrivães e Tabellhões	32
Advogados	29
Artistas	28
Professores	27
Medicos	24

Assim vemos, que de dez profissões, a do agricultor é a que em maior numero chega a idade de 60 annos; sendo a penas excedidos pelos Theologos.

desse. Um geral transtorno, a subversão da communitade, serão as suas consequências; uma revolução talvez.

Importa na verdade reduzir as grandes propriedades territoriaes a uma menor extensão superficial; mas é de vital necessidade que tal redução se faça periodica e lentamente.

Por fortuna nossa, contando sómente com as datas de terras para lavrar, e com as sesmarias mixtas (Maço Lettra.... que tenho podido extrahir dos livros que lhes servem de registro); temos 130 sesmarias mixtas, e 1331 datas de terras; contando as primeiras 41 $\frac{1}{2}$ leguas quadradas, e as segundas 1:407,681,754 braças quadradas, ou no todo 1:781,744,254B: B: concedidas originariamente debaixo da condição expressa de serem lavradas; além de muito maior numero de extensão superficial; que devem produzir iguaes datas e sesmarias; cujos livros registos o vierão ás minhas mãos. (45)

Póde por tanto em rigor exigir o Legislador que esta sorte de terras concedidas com expressa condição de serem cultivadas tenham a sua devida destinação, e que não sejam exclusivamente convertidas em terras de criar animaes vaccuns e cavallares. Taes donatarios podem ser despojados dos respectivos titulos, tendo illudido o pacto expresso feito com a Nação que tal concessão lhes fez, se perzistirem em não cultivar um terreno que para esse fim lhes foi doado. Estaria tambem a Nação no seu direito, exigindo que os grandes proprietarios territoriaes, que suas sesmarias não receberão do Estado com a condição indicada; cultivassem, ou fizessem cultivar uma parte determinada dos campos de criar pelos seus numerosos aggregados; no que muito aproveitarião a communitade, e os mesmos proprietarios. Este passo uma vez dado, as vantagens que d'elle tem necessariamente de resultar animarião os habitantes a tratar da cultura em grande escala. A gradual e successiva concurrencia dos compradores de grãos vindos de outras provincias, garantirão as novas emprezas, e augmentarão o valôr dos agros. Mais tarde, a tendencia pela agricultura desenvolvendo-se cada vez mais, e conhecendo os habitantes a superioridade dos lucros resultantes sobre as do exclusivo pastoreio, se apressarião a considera-lo como na Europa illustrada, debaixo de um ponto de vista secundario; collocando no lugar mais distincto das suas especulações e tentativas, a agricultura, e a industria fabril que por aquella se sustenta, e sóe prosperar.

Quando os grandes donatarios, que suas sesmarias receberão para pastoreio teimassem, o que não é de suppôr, em continual-o exclusivamente; ahi esta a Lei que autoriza a Nação a apropriar-se pela compra da propriedade particular em beneficio da communitade; alienação que lentamente se poderia ir fazendo, repartindo em moderadas fracções tambem por via de compras de terras assim nacionalisadas, aos colo-

(45) São designadas nos mappas que apresento sub Lettra ; como sesmarias mixtas aquellas expressamente pedidas, e concedidas para lavrar, e criar.

nos de origem Rio Grandense, que as pagarião a prazos não mui curtos; já aos de fóra, que as quizessem possuir da mesma maneira.

Para que a cultura dos campos prospere, força é que os productos encontrem por toda a parte vastas, e commodas linhas de communicações, assim de uns pontos do interior para outros, como de quaesquer d'estes para o littoral: largas e bem construidas estradas, pontes sólidas, e convenientemente situadas, o deseccamento de charcos, de paúes, e de aguas stagnadas, que difficultão o transito ou de todo o embaração; barrancos, e descidas ingremes, desfeitas ou convertidas em planos menos inclinados; abertura de picadas; linhas de agua desembaraçadas ou desobstruidas em toda a sua extensão navegavel, officinas ou forjas de ferreiros, e de carpinteiros collocadas sobre as estradas reaes á distancias racionaveis para reparo dos carros de transporte damnificados pela marcha, sem olvidar as vendas, e cazas de pasto, convenientemente distribuidas sobre as respectivas linhas de transito; creações são estas de ingente custo, e que os rendimentos de 100 annos da provincia não bastarião a realizar: e é no entanto do maximo interesse d'esta mesma provincia, que ellas subsistão; si fôr possivel, desde os primeiros passos, que der a agricultura, que se pretende melhorar; ou teremos de esperar, luctando constantemente com difficuldades, prejuizos, e contrariedades sem conta, que todas essas creações se vão vagarosamente reproduzindo, e á descripção das circumstancias, e emergencias futuras; aceitando sómente do tempo sempre inerte; quando o não aproveitão; ou dos proprios recursos da agricultura a exhibição dos meios, que a deverião preceder, e fazer prosperar.

O maior mal deixa certamente de o ser, quando se torna necessario á vida do povo como a qualquer dos individuos que o compõem. Pertence á esta classe o monopolio, quando só pela sua adopção podemos conseguir vantagens supremas em pró da comunidade.

Cumpre á statistica, volvo a dizê-lo, indicar os meios de que os corpos politicos organizados devem lançar mão para conseguirem os grandes fins da sociedade, isto é, perfectibilidade e progressos, por meio de melhoramentos, assim materiaes, como moraes; e é precisamente o que faço: não ostentando erudição de puro luxo, mas cumprindo dever essencial.

Lembrarei portanto, a criação das companhias exclusivas, que se encarreguem da abertura, e reparação das estradas, das pontes, do deseccamento de pantanos, esgôtos d'aguas estagnadas, fundação e estabelecimento de vendas, ferraria, &c., sobre as estradas; ao mesmo passo que outras tomarão sobre si a abertura dos canaes, e o desimpedir as linhas d'agua navegaveis. O caderno lettra () dara alguma idéa do estado actual de algumas das nossas estradas, que me foi possivel mandar reconhecer e examinar.

(Continua)

**EXTRACTO DAS ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE
PORTO ALEGRE, TRABALHO OFFERECIDO AO ILLM. EXM. SR.
CONSELHEIRO ANGELO MUNIZ DA SILVA FERRAZ, PELO
DR. M. P. S. UBATUBA**

1824

3 de Janeiro. — Felicitou-se a S. M. pelo feliz exito das medidas tomadas a 10 e 12 de Novembro.

14 de Janeiro — Consta que era secretario interino do governo Francisco Xavier Ferreira.

17 de Janeiro. — Recebeu pelo Ministerio do Imperio 5 impressos do projeto de Constituição.

21 de Janeiro. — Fizerão publico o projecto de Constituição para o povo manifestar a sua intenção.

24 de Janeiro. — A camara do Rio de Janeiro convidou a esta camara para pedirem a S. M. que mande jurar a Constituição projectada, ao que ella annuo.

28 de Janeiro. — Procedeu-se á eleição de eleitores que devem eleger os vereadores.

28 de Janeiro. — Deliberou que os presidentes que tem de ir presidir as mezas parochiaes levem 2 livros para receberem as assignaturas dos cidadãos que quizerem a Constituição offerecida por S. M., e as dos que a não quizerem.

4 de Fevereiro. — Manifestarão ao ministro do Imperio a vontade que se jure a Constituição.

6 de Março. — Marcou o governo provisorio o dia 8 do corrente para a posse do 1.º presidente o Dezebargador José Feliciano Fernandes Pinheiro.

13 de Março. — Recebeo officio do Presidente para se afixarem editaes para a eleição dos conselheiros da provincia.

13 de Março. — Marcarão os lugares por onde devem de passar os gados vindos do outro lado.

7 de Abril. — Recebeo o Decreto de 11 de Março, pelo qual S. M. manda jurar o projecto de Constituição, e foi por isso marcado o dia 10, o que foi cumprido na Igreja Matriz.

10 de Abril. — O presidente remeteu á Camara 300\$000 rs., para serem empregados na criação dos expostos.

28 de Abril — Requerêrão á S. M. que condecorasse aos membros da Camara com a insignia do Cruzeiro.

8 de Maio. — Recebeo o Decreto de 26 de Março com as instrucções

para a eleição dos deputados, senadores, e membros do Conselho Geral.

26 de Maio. — Requerêrão diversos que se prohibisse a exportação de uma porção de generos, que se hia fazer, por ter a enchente destruido as plantações, e por isso haver carestia.

29 de Maio. — Marcou o dia 13 de Junho para a eleição dos senadores, deputados, e membros do Conselho Geral.

2 de Junho. — Pedio-se ao coronel Joaquim José da Silva, encarregado do commando das armas, para mandar 6, ou 8 praças para o acto da eleição do dia 13 á disposição das commissões.

5 de Junho. — Enviarão á secretaria dos negocios do Imperio a copia da acta do juramento da Constituição.

30 de Junho. — Mandou o Presidente em data de 19 que se passasse Edital para no acto da eleição proxima se proceder á nomeação dos juizes de facto, na fórma disposta nos §§ 21 e 22 da Lei de 2 de Outubro de 1822.

3 de Julho. — Recebeo aviso de haver sido nomeado para Ouvidor o Desembargador José Maria Salles G. M. Peçanha, marcando o dia 10 para a posse do mesmo.

10 de Julho. — Recebeo carta Imperial da eleição dos officiaes que hão de servir n'esta Camara.

31 de Julho. — O presidente da provincia em data de 26 do corrente declara que concede em nome de S. M. a esta Camara os terrenos vasillos, que bordão a margem do rio no sitio do Arsenal, e outro de 28 concedendo os terrenos devolutos do recinto da cidade para terem a applicação que declarão os mesmos officiaes e pedio a S. M. os referidos titulos e licença para a Camara arrendar, ou vender os ditos terrenos.

11 de Agosto. — Marcou-se o dia 15 para a apuração dos votos para deputados, senadores, e dos conselheiros.

15 de Agosto. — Sahirão eleitos senadores, o Desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Exm.^o Barão de Santo Amaro José Egídio Alves de Lima; e Desembargador Luiz Corrêa Teixeira de Bragança.

Para deputados, Dr. Caetano Xavier de Brito, Conego Antonio Vieira da Soledade, capitão Francisco Xavier Ferreira.

Para conselheiros de provincia, Manoel Alvares dos Reis Louzada, Conego Antonio Vieira da Soledade, Desembargador Luiz Corrêa Teixeira de Bragança, brigadeiro José Ignacio da Silva, capitão José Antonio de Azevedo, Dr. Americo José Cabral de Mello.

6 de Setembro. — Substituiu ao conego Soledade, eleito por sorte deputado, o padre João de Santa Barbara.

11 de Setembro. — Recebeo noticia pela Carta Imperial de 2 de Agosto, de haver nascido uma Princeza.

25 de Setembro. — Como conselheiro supplente toma lugar Francisco Xavier Ferreira.

2 de Outubro. — Recebeo participação de haver sido no dia 26 de

Maio reconhecida pelo governo dos Estados Unidos a Independencia do Imperio.

6 de Outubro. — Arrendou a Camara o potreiro nacional sito no caminho d'Azenha, para estabelecer o matadouro, por 12\$ por anno.

Idem idem. — Concluio a operação começada no dia 3, e fez-se a eleição de Promotor que cahio em Henrique da Silva Loureiro.

27 de Outubro. — Offereceu o capitão José Antonio de Azevedo á esta Camara, para coadjuvar a criação dos expostos 40\$000 annualmente, durante sua vida.

6 de Novembro. — Arrematou pelo mesmo, o talho da carne para vender-se por 440 rs. a arroba.

1825

12 de Fevereiro. — Recebeo a Carta Imperial da eleição de vereadores e procurador.

23 de Fevereiro. — Remetteo ao thezoureiro da Junta da Fazenda 1:926\$000, que produzio o direito de tabernas, &c., &c., no 2.º semestre de 1823.

5 de Março. — Nomearão agentes para promoverem a subscrição voluntaria para augmento da marinha.

13 de Abril. — Arrematou o talho de carnes de vitella e carneiro sendo vendida a de vitella a 960 rs. a arroba, e carneiro a 1\$600.

11 de Junho. — Annunciou que no dia 15 daria posse ao Dr. Ladislau Japi-Assú do lugar de Juiz de Fôra.

3 de Agosto. — Determinou que houvesse feira, marcando as terças-feiras de cada semana, na praça em frente a caza da Camara, principiando no dia 6 de Setembro.

14 de Setembro. — Ordenou a Presidencia em 9 do corrente que a Camara tivesse vigilancia nas escolas da cidade e seu termo.

17 de Setembro. — Recebeo a acta da camara do Rio de Janeiro de 13 de Junho da sessão que houve para se deliberar no modo porque a Nação deve inaugurar um monumento publico a S.M.I. em testemunho de gratidão pelos relevantes serviços prestados á Independencia e liberdade politica do Imperio.

14 de Outubro. — Teve communicação do tratado de paz de 29 de Agosto.

5 de Novembro. — Approvou o plano da cidade, offerecido pelo coronel José Pedro Cezar.

16 de Novembro. — Remetteo 1:489\$400, importancia do imposto sobre tabernas d'esta cidade, no 2.º semestre de 1824.

3 de Dezembro. — Passou edital para serem convocados os 60 Juizes de Facto, eleitos para dar execução ao determinado em portaria de 6 de Outubro, e officio da Presidencia de 11 de Novembro, e Decreto de 8 de Setembro.

10 de Dezembro. — Consta o levante dos presos na cadeia, que ma-

tarão um guarda miliciano, e ferirão mortalmente o commandante da guarda Manoel Pereira da Silva.

24 de Dezembro. — Recebeo participação de haver nascido um Príncipe, e por isso mandarão fazer festas publicas.

1826

25 de Janeiro. — Mandarão pagar a oração que fez o padre Jacinto Julio de Queiroz, na festividade pelo feliz nascimento do Príncipe Imperial.

1.º de Fevereiro. — A Presidencia officiou para dar posse ao general d'armas Francisco de Paula Rosado.

4 de Fevereiro. — Recebeo um officio do Presidente, do 1.º de Maio e um exemplar do manifesto de guerra que S. M. ha por bem fazer ao governo das provincias do Rio da Prata.

9 de Fevereiro. — Procedeu-se á proposta para o posto de capitão-mór, por haver fallecido o capitão-mór José Francisco Silveira Casado e forão escolhidos 1.º alferes Bibiano José Carneiro da Fontoura, 2.º Antonio Manoel Pacheco, 3.º sargento-mór João Thomaz de Menzes.

25 de Fevereiro. — Offereceo o Ministro d'Estado José Feliciano Fernandes Pinheiro 300\$000 que o Thezoureiro respectivo recebeo para a inauguração da estatua de S. M.; era Thezoureiro Manoel Alves dos Reis Lousada.

1.º de Março. — S. M. mandou proceder á eleição de um senador, por haver fallecido o senador desembargador Luiz Corrêa Teixeira de Brangança.

18 de Março. — Designarão as pessoas que devião presidir as eleições nas freguezias do termo da cidade, Triumpho, Sant'Anna, Viamão.

12 de Abril. — Pedio o Presidente á Camara o plano para a loteria que S.M. concedeu em portaria de 8 de Outubro de 1825.

12 de Abril. — Arrematou os couros da matança de gado por 2\$250 rs. cada couro.

31 de Maio. — S.M. confirmou as doações de terrenos que havia concedido o Presidente Fernandes Pinheiro, sendo este Ministro do Imperio.

14 de Junho. — Recebeo um officio do padre João Ignacio de Mello parochio de Sant'Anna.

12 de Julho. — Recebeo um requerimento dos moradores do Riacho que subscrevêrão para a ponte no mesmo lugar.

2 de Setembro. — Remetteo o titulo de deputado supplente por esta provincia Florencio Alvares de Macedo.

4 de Outubro. — Resolvêrão franquear o cóрте de gado para abastecimento publico, pelo preço que cada um quizer vender pagando-se de donativo á Camara 320 rs., por cada rêz, que a Camara administrará ou porá em arrematação como lhe convier.

25 de Novembro. — Resolveo determinar festas para a recepção de S.M. que se dignou honrar a provincia com a sua visita.

29 de Novembro. — Nomearão commissões que devião ir a Viamão felicitar S.M. pela sua chegada, e forão nomeados Henrique da Silva Loureiro, Antonio José Rodrigues Ferreira.

14 de Dezembro. — Se mandou fazer um arco triumphal na entrada da cidade, e illuminação.

16 de Dezembro. — Pedio para usar de uma pluma rôxa no chapéo entre as duas brancas, para testemunhar o sentimento com que ficão pelo regresso de S.M.

23 de Dezembro. — Mandou lavrar termo da honra que S.M. lhes fez de permitir assentos na S. Imperial presença na Igreja, nos dias 3 do corrente de sua chegada, e 10 quando mandou celebrar missa.

23 de Dezembro. — Não se arrematou a imposição de aferição, nem do córte de gado, por não ter aquelle nenhum lanço, e este ter só um de 600\$.

1827

13 de Janeiro. — Recebêrão noticia do fallecimento de S.M. Imperatriz.

31 de Janeiro. — Designárão os lugares da venda de carne verde.

14 de Fevereiro. — Determinárão festejos para o recebimento de S.M., por constar que ros honraria com 2.^a visita.

18 de Abril. — Nomeia novamente para Juiz Almotacé a Luiz Ignacio Pereira d'Abreu, para não paralisar o serviço de calçamento das ruas, no que tanto se tem elle exforçado; na acta seguinte ainda se diz o mesmo.

15 de Setembro. — O visconde de S. Leopoldo Ministro do Imperio, previne á camara que sollicite os titulos dos terrenos que lhe forão concedidos.

6 de Outubro. — Apresentou Luiz Ignacio Pereira d'Abreu provisão de ter sido nomeado Juiz das medições.

19 de Dezembro. — A Presidencia remetteo a 11 a copia da convenção para extincção do commercio de escravos.

1828

1.^o de Fevereiro. — Fez-se a eleição de eleitores que devem nomear os officiaes que tem de servir na camara.

27 de Fevereiro. — O Dr. ouvidor participou que no dia 26 de Março se devia proceder á eleição de Juiz de Paz, na fórma da Lei de 15 de Outubro de 1827, que depois foi addiada para 9 de Abril.

27 de Fevereiro. — A Presidencia mandou que a camara quanto antes dêsse posse ao Bacharel Francisco José Lisboa, nomeado Juiz de Fôra d'esta cidade.

5 de Março. — Declarou o procurador ter dado as ordens para ser entregue no Rio de Janeiro a quantia de 1:116\$000, para a estatua de S.M., que com o cambio montava a 1:562\$400 rs.

29 de Março. — Recebeo um officio de ordem do Conselho Administrativo, exigindo declaração dos lugares mais populosos que precisem de escolas de 1as. lettras.

9 de Abril. — A presidencia pedio uma informação exacta das rendas da camara.

19 de Junho. — Procedeo-se á eleição de eleitores que devem nomear o Juiz de Paz. — Forão eleitos Juiz de Paz para a cidade o padre João de Santa Barbara; Capella, Francisco Caetano de Souza; Aldêa, Marcelino Paim de Andrada; Triumpho, José Rodrigues Pinheiro; Sant'Anna, padre João Ignacio de Mello.

13 de Agosto. — Recebeo a Carta Imperial da nomeação dos officiaes que devem servir na camara.

23 de Agosto. — Mandou o Ministro do Imperio que a camara expedisse o diplôma de deputado ao supplente que devia substituir ao fallecido deputado Caetano Xavier Pereira de Brito.

3 de Setembro. — Remetteo a Junta de Fazenda 2:184\$, producto de imposição de 16\$ das vendas, correspondente ao 2.º semestre de 1827 e ao 1.º d'este anno.

3 de Setembro. — Mandou fazer editaes para se proceder á eleição de deputados como havia determinado.

30 de Novembro. — Recebeo um exemplar do Tratado de paz entre o Imperio e a Republica do Rio da Prata.

1829

7 de Janeiro. — Participou ter expedido os diplomas dos deputados eleitos á Assembléa Geral Legislativa, e os competentes titulos aos conselheiros supplentes Dr. Marciano Pereira Ribeiro, Henrique da Silva Loureiro, Manoel José de Freitas Travassos, e Antonio José Rodrigues Ferreira, por terem obtido excusa os conselheiros supplentes Tenente General João de Deos Menna Barreto, e José Vieira Vianna.

12 de Janeiro. — Derão posse ao Capitão-mór nomeado, e ao Sargento-mór nomeado Ignacio José de Abreu (Sargento-mór graduado que foi proposto para effectivo n'esta mesma vereança.

17 de Janeiro. — Arrematou-se os impostos, sobre taboleiros por 500 rs. mais á arrematação anterior; de aferição por mais 186\$; e de gado por mais 200 rs.

4 de Fevereiro. — Nomearão as pessoas que devião presidir nas differentes freguezias a eleição de vereadores, que se ia proceder no dia 22 de Março, conforme a Lei do 1.º de Outubro de 1828.

1.º de Abril. — Designou o dia 5 do corrente para principiar a apuração das cedulas de vereadores.

15 de Abril. — Designou o dia 29 para os Juizes de Paz nomeados tomarem posse.

18 de Abril. — Fez-se a remessa dos diplomas dos vereadores eleitos.

5 de Maio. — Prestou contas o Thezoureiro de ter recebido 2:791\$751, e despendido 2:735\$389 rs.

6 de Maio. — Foi installada a Camara Municipal para execução ao Decreto de 27 de Setembro de 1828, e carta do 1.º de Outubro de 1828.

6 de Maio. — Pedio o Juiz de Paz da cidade, facultativos para a factura dos corpos de delicto.

14 de Maio. — Consta que no dia seguinte se faria uma execução.

21 de " — Foi nomeado o capitão Francisco Pedro de Miranda e Castro procurador da Camara.

23 de Maio. — Offertou Manoel Faustino José Martins 600\$ para ser nomeado capitão da nova companhia de ordenanças.

25 de Maio. — Offereceo Antonio Martins Barboza 800\$ para se concertar a rua que dos Moinhos de Vento segue ao Caminho Novo.

29 de Maio. — Decidio que a Camara não podia cuidar da arrecadação do imposto sobre tabernas e que se remettesse á Junta da Fazenda a relação dos cobradores; esta imposição foi creada por Carta Regia de 19 de Maio de 1799, e 18 de Março de 1801; a cobrança commettida á Camara por Carta Official de 22 de Maio de 1802.

1.º de Junho. — No a commissões presididas pelos Juizes de Paz para informarem sobre escolas; si as ha, por que numero são frequentadas, e não havendo quantas necessita em cada freguezia.

5 de Junho. — O padre José de Rezende Novaes, pede licença para depositar materiaes para construcção de uma casa.

7 de Julho. — Nomearão a Comissão Philantropica para recoñherem donativos para a creação dos expostos, não só para a cidade, como para as freguezias.

14 de Julho. — Recebêrão o regulamento para o Correio.

11 de Agosto. — Recebeo um officio de 4 do corrente do Vice-presidente conego Soledade participando ter entrado em exercicio por ter sido demittido o presidente Salvador José Maciel, pelo Decreto de 10 de Maio, e Aviso de 13 do mesmo.

11 de Agosto. — Considerarão infracção da Constituição, ter deixado o conego Soledade de ir tomar assento na Camara, estando a exercer os cargos de vigario geral, conselheiro, e ultimamente o lugar de Vice-presidente.

22 de Setembro. — Conhece-se que erão deputados Feliciano Nunes Pires, Francisco Xavier Ferreira, e José Joaquim Machado de Oliveira.

27 de Outubro. — O padre Thomé Luiz de Souza, pede que a Camara atteste se tem conservado aberta a sua aula publica de latim.

31 de Outubro. — O coronel José Pedro Cesar, participa que está encarregado dos trabalhos da statistica.

16 de Novembro. — O Vice-presidente em data de hoje participa que por Carta Imperial de 4 de Setembro foi nomeado Presidente d'esta provincia o Exm. Sr. Caetano Maria Lopes Gama, e que o Exm. tem escolhido o dia 17 do corrente para tomar posse a qual teve lugar n'esse dia.

23 de Novembro. — Arrematou o imposto de 320 rs. sobre cada réz morta por 1:831\$200, e por 437\$500 o imposto de 4\$ sobre cada taboleiro.

3 de Dezembro. — Consta que era professor de philosophia o padre João de Santa Barbara.

9 de Dezembro. — Ordenárão-se festas pela noticia do consorcio de S.M.

11 de Dezembro. — Recebeo uma relação das pessoas que subscreverão para a factura da cadêa d'Aldêa.

Idem idem. — Pedro Penabert pede licença para abrir casa de officio de seleiro.

Idem idem. — Nomearão aos boticarios Francisco Rebello de Figueiredo, Pedro José d'Almeida, para examinarem as drogas que se quezessem despachar na Alfandega.

1830

11 de Janeiro. — Sustarão as festas designadas para o dia 15 em consequencia de terem recebido noticia do grave incommodo de S.M. pela quêda que soffreo.

12 de Janeiro. — Pede o governo da provincia, por exigencia do Conselho Geral, informações, circumstanciadas sobre o estado das povoações do Triumpho e Taquary, e se convirá elevar-se algum d'aquelles lugares á villa.

13 de Janeiro. — Fizerão publicar a noticia de se achar S.M. livre de perigo, e mandarão cantar Te-Deum.

22 de Janeiro. — Os boticarios Joaquim José dos Passos e Pedro José d'Almeida, requerêrão exame das drogas que tñhão de despachar e forão nomeados Manoel Antonio da Cruz Brilhante, e Antonio Simões Pereira Junior.

8 de Março. — O Aviso de 14 de Janeiro d'este anno manda que as Camaras satisfação as requisições das commissões de statistica.

16 de Março. — Entre outros festejos por ocasião do casamento de S.M. houve na Praça da Matriz um templo illuminado.

29 de Março. — O procurador da Camara participou acharem-se medidos os terrenos da Camara.

30 de Abril. — Recebeo um officio do Vice-presidente Dr. Americo Cabral de Mello, participando haver tomado conta do Governo por ter enfermado o Presidente C.M.L. Gama.

7 de Junho. — Propoz a Camara á Meza da Santa Casa de Caridade, tomarem conta dos expostos, o que não foi aceito pela Meza.

22 de Junho. — Mandou a Camara demolir o poço que se achava na rua do Poço.

1.º de Setembro. — Se vê que era Ouvidor o Dr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

2 de Setembro. — Recebe participação de haver sido installada no Rio de Janeiro a sociedade de Medicina.

15 de Setembro. — Manda publicar no **Constitucional Rio Grande** as actas da Camara.

17 de Setembro. — Pedem á Presidencia um engenheiro para fazer a planta da cadêa.

17 de Setembro. — Opina a camara que a freguezia do Triumpho está nas circunstancias de ser villa.

24 de Setembro. — O Redactor do **Constitucional** accede a publicar gratuitamente o resumo das actas da Camara.

4 de Outubro. — Requisita a Junta de Fazenda a creação de matadouros em todo o distrito da jurisdicção da Camara.

4 de Outubro. — Officio da Presidencia para que a Camara fizesse constar que estava designado o dia 4 de Outubro para o concurso da cadeira de latim da villa do Rio Pardo.

4 de Outubro. — Requer Antonio Alves Pereira attestado de ter estado em exercicio de lente da cadeira de 1.ªs lettras do ensino mutuo.

9 de Outubro. — A Presidencia exige que a Camara informe quaes os lugares que necessitam de escolas de meninas, e quaes os vencimentos que devem ter as mestras e a Camara indica os seguintes logares: — Nesta cidade duas escolas, ordenado 500\$; uma escola em cada Freguezia do Triumpho. Aldêa, Viamão, Sant'Anna; outra para cada Capella de S. João Baptista, N. S. das Dôres de Camaquam, e de S. Leopoldo, Novo Triumpho com 200\$.

6 de Dezembro. — Consta que a receita era 7:016\$367 rs. e a despesa 5:046\$517 rs.

9 de Dezembro. — A requerimento do vereador Lobato mandou a Camara sustar a ordem de demolição do poço da rua do mesmo nome.

11 de Dezembro. — A Junta de Fazenda pede a proposta dos cidadãos que devião de ser nomeados para collecter e escrivão da decima urbana.

1931

5 de Janeiro. — Recebêrão a participação que fez do Rio Grande o Exm. José Carlos Pereira d'Almeida Torres, de ter sido nomeado presidente d'esta provincia, que a 8 tomou posse.

11 de Janeiro. — Recebeo participação de haver sido nomeado General Commandante das Armas o Marechal de campo graduado Sebastião Barreto Pereira Pinto, que tomou posse á 11 de Janeiro.

19 de Janeiro. — Requereo o arrematante do imposto de carne verde

que fossem cassadas as licenças concedidas para se matar gado fóra do matadouro, afim de poder-se fiscalisar a percepção do imposto: o que foi indeferido pela Camara.

26 de Fevereiro. — A Presidencia participa que o Conselho da Provincia consignou 400\$ para concerto da cadêa, e 1:000\$ para sustento dos presos pobres.

28 de Fevereiro. — Declara que remetteo a Presidencia a planta e orçamento da obra da cadêa, e pede um Engenheiro para levantar a planta da casa da Camara, devendo esta ter além das acomodações para os auditórios tambem acomodações para os expostos, e assim tambem a planta das pontes para tirar agua do rio, e plantas de cadêas para as povoações.

7 de Março. — Declara que para as obras da Casa da Camara necessitava de 6 contos de réis; de 12 para as pontes; e para casas de prisão para as povoações do Triumpho, Aldêa, Viamão Sant'Anna, S. João Baptista, Dôres, Belém e S. Leopoldo 19 contos.

15 de Março. — Uma portaria do Ministro da Justiça, do 1.º de Fevereiro, declara que mandou pôr á disposição da Camara a quantia designada no art. 12 da Lei de 15 de Dezembro, para reparo da cadêa, cuja quantia pedio a Camara permissão para despender com a nova cadêa.

15 de Março. — Apresentou o procurador da Camara a conta da despesa desde o 1.º de Dezembro, feita desde Dezembro de 1830 até hoje, importando em 2:551\$310 rs.

17 de Março. — Tratou da eleição de Juiz de Paz da Capella Curada creada pelo Decreto de 11 de Setembro de 1830 (Belém.)

21 de Março. — Conhece-se que na colonia de S. Leopoldo existião 54 familias nacionaes.

22 de Março. — Tendo nomeado uma Comissão para cuidar da alimentação dos presos, ella deu o parecer sobre o modo por que devia fazel-o.

26 de Março. — Sabe-se que existião 76 presos na cadêa e pre-siganga.

26 de Março. — Pedirão á Assembléa socorros para sustentação dos expostos, e edificação da casa para elles.

2 de Maio. — Teve noticia da demissão do Ministerio e abdicação de S.M., nomeação da Regencia, e Ministerio.

6 de Maio. — Recebeo a acta da eleição de Juiz de Paz de Belém feita no 1.º do corrente.

6 de Maio. — João Manoel de Lima foi encarregado pelo Vice-presidente, e General d'Armas, de ir á Côte a felicitar S.M.

6 de Maio. — José Chearini pedio licença para dar alguns espeta-culos de gymnastica.

25 de Junho. — Propôz o vereador Maia para se examinar si nos arredores da cidade havião corregos, arroios, nascentes d'agua que

possam ser conduzidas a esta cidade, afim de se estabelecerem fontes.

30 de Junho. — Os moradores de S. Leopoldo pedem nomeação de parochio.

30 de Junho. — Manoel José d'Araujo Franco, participa ter sido nomeado a 30 do proximo passado mez Juiz de Fôra d'esta capital.

8 de Julho. — Foi presente a Carta Imperial de 12 de Abril nomeando Manoel Antonio Galvão presidente d'esta provincia; que tomou posse a 11 de Julho.

27 de Julho. — A Camara informa ser o lugar mais proprio para estabelecimento do deposito publico da polvora, por ter sido destruido o que havia, a Ilha das Pedras Brancas.

27 de Julho. — Recebe parte de ter sido nomeado o padre Francisco de Paula Baptista, parochio do Curato de S. Leopoldo, e manda proceder n'elle a eleição de Juiz de Paz e supplentes.

29 de Julho. — Requer Porfirio José Pinto providencias para que os colonos de S. Leopoldo não se recusem ao pagamento dos impostos.

18 de Agosto. — Pede ao Governo para que continue no commando das Armas o General Sebastião Barreto.

1.º de Agosto. — Recebe noticia dos successos que tiverão lugar no Rio de Janeiro nos dias 15 de Julho.

12 de Setembro. — Claudio Dubreuil & C.^a, participa ter aberto uma typographia, e Manoel dos Passos Figuerôa & C.^a, tambem participa ter a sua typographia do **Correio da Liberdade**.

28 de Setembro. — Recebe participação de se ter procedido á eleição de Juiz de Paz de S. Leopoldo, sahindo eleito Manoel Bento Alves e supplente o Padre Antonio Nunes da Silva.

10 de Novembro. — Pede á Presidencia que achando-se vagas algumas cadeiras de 1.^{as} letras, que as faça provêr.

10 de Novembro. — Recebe uma memoria sobre o cholera morbus.

10 de Novembro. — Recebe uma portaria da Presidencia sobre a execução do Decreto de 18 de Agosto d'este anno sobre a G. N.

16 de Novembro. — Apresenta o vereador Barros uma indicação para que se dê destino aos soldados que vêm para esta provincia, e que promovêrão desordens na capital do Imperio.

22 de Novembro. — Recebe por intermedio da Presidencia, Aviso do Ministerio do Imperio de 20 de Setembro sobre a **suspensão de licenças para edificar em terrenos quaesquer**, especialmente na colonia de S. Leopoldo.

12 de Dezembro. — A Camara deliberou vender os terrenos de marinhas, e aforar os do interior da cidade que lhes forão concedidos, aquelles para construção da cadêa, e estes para coadjuvar a criação dos expostos.

13 de Dezembro. — Mandou que o Procurador orçasse a despesa que se devia fazer com um curral do Conselho.

14 de Dezembro. — Pede ao Conselho permissão para dar uma gratificação ao seu advogado.

17 de Dezembro. — João Duarte requereu licença para abrir botica, pretensão que foi indeferida, por não ser habilitado.

17 de Dezembro. — Transmite a informação que obteve do Juiz de Paz de S. Leopoldo, sobre a estrada de Cima da Serra.

19 de Dezembro. — O Fiscal de Viamão participa não haver escola n'aquella Freguezia.

20 de Dezembro. — Recebeo parte do procurador, de haver o parocho da Matriz Antonio Vieira da Soledade, negado sepultura gratuita aos expostos, o que levava ao conhecimento da Presidencia,

(Continua)

S. BORJA

Mappa dos casamentos e obitos, que tiverão lugar na freguezia de S.

Borja, em Missões nos periodos de 1790 á 1860, tomados de 5 em 5 annos: extrahidos de um mappa geral offerecido ao Instituto pelo Rev. Conego e socio correspondente João Pedro Gay.

ANNOS	CASAMENTOS				OBITOS				SOMMA
	Livres	Escravos	Mixtos	Libertos	Liv e Libertos		Escravos		
					Homs.	Mlhs.	Homs.	Mlhs.	
1791—1795	200	...	...	...	444	295			739
1796—1800	219	...	...	...	673	677			1350
1801—1805	160	...	...	...	220	201			421
1806—1810	130	...	...	...	231	283	3	2	519
1811—1815	74	...	...	...	183	189	1		373
1816—1820	142	...	...	...	187	171	2		360
1821—1825	136	..2	...	...	164	165		2	331
1826—1830	45	..1	...	...	93	48	4		145
1831—1835	116	...	...	...	79	43	3	1	126
1836—1840	48	...	...	...	19	10	4		33
1841—1845	91	1	...	...	32	21	1		54
1846—1850	286	4	1	...	44	44	6	4	98
1851—1855	245	6	...	2	43	56	1	1	101
1856—1860	380	5	2	1	66	50	4	4	124

N. B. No periodo de 1826 á 1830 não constão os casamentos dos annos de 1829 e 1830; tomando-se a somma do periodo, calculados estes 2 annos pelo médio dos 3 primeiros. O mesmo ocorre no periodo de 1831 á 1835, faltando os assentamentos dos

Mappa dos baptismos que tiveram lugar na freguezia de S. Francisco de Borja em Missões, desde o anno de 1791 á 1860, calculados em periodos de 5 annos; extrahido de um mappa geral que foi offerecido ao Instituto pelo socio correspondente Reverendo Vigario João Pedro Gay.

ANNOS	Livres e Libertos		Escravos		SOMMA	TOTAL			
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		Legítimos	Ilegítimos	Brancos	De côr
1791—1795	552	506			1058	872	186		1058
1796—1800	420	395			815	716	99		815
1801—1805	401	341			742	614	128		742
1806—1810	331	339	7	3	680	486	194		680
1811—1815	335	346	5	6	692	432	260		692
1816—1820	345	333	12	7	697	454	243	57	640
1821—1825	433	472	28	23	956	587	369	119	837
1826—1830	247	214	46	34	541	249	292	108	433
1831—1835	332	296	30	18	676	376	290	155	521
1836—1840	238	261	48	42	589	374	215		589
1841—1845	306	323	55	48	732	431	301		732
1846—1850	894	937	79	83	1993	1202	791		1993
1851—1855	1247	1219	81	68	2615	1363	1252		2615
1856—1860	977	936	71	78	2062	1043	1019		2062

annos de 1831, 1832 e 1833. No mesmo anno de 1841 não consta ter havido casamentos.

Os casamentos mixtos são de libertos com escravos.

No periodo de 1791 á 1800 está calculado o numero de obitos no anno de 1791 pelo médio dos 4 annos seguintes, por faltarem os assentamentos desse anno.

Augmenta a mortalidade em 1795 em que foi assaltada por uma epidemia cruel, que não foi classificada.

Nos mais annos o estado sanitário foi normal, notando-se só a invasão de bexigas nos annos de 1809, 1817, 1824, 1830, 1850 e 1858.

Os algarismos são tomados dos livros da parochia, convindo por isso atender á diminuição de seus limites, desmembrando-se em 1821 a capella que foi creada do Alegrete, em 1837 a freguezia de S. Patricio de Itaquí, em 1845 o districto de S. Xavier á margem esquerda do rio Jaguary, em 1851 o rincão de S. Vicente, em 1854 o districto de S. Xavier á direita do Jaguary, e parte do districto da Cruz, em 1859, a freguezia de S. Luiz.

Além dos desmembramentos parciaes, decresce a população, a começar de 1853, em que teve lugar a emigração para Corrientes.

Observações. — As observações do mappa antecedente devem ser atendidas no presente.

Antes de 1816 a povoação era exclusivamente indiatica, com excepção de alguns militares existentes. A população branca foi progressivamente apparecendo de 1816 em diante; constando porém a distincção nos assentamentos até 1834; e posteriormente á esta data se não distingue nos mesmos assentamentos a distincção de côr; sendo de notar que a população indiatica foi sendo substituida pela população branca desde a invasão de Rivera em 1828, existindo em 1834 apenas 40 indios.

RELAÇÃO dos casamentos, baptismos e obitos, que tiveram lugar na freguezia de S. Francisco de Borja em Missões no anno de 1863, organizado dos mappas offerecidos ao Instituto pelo socio correspondente Rev. Vigario João Pedro Gay.

CASAMENTOS: — **Livres** 77. — **Libertos:** 2 — 79.

BAPTISMOS: — **Livres e Libertos** — homens 249, mulheres 230; escravos: — homens 31, mulheres 21 — 531.

OBITOS: — **Livres e Libertos** — homens 13, mulheres 16; escravos — homens 0, mulheres 1 — 30.

POPULAÇÃO

Sobre esta epigraphie propomos colligir alguns apontamentos do illustrado naturalista Mr. de Bompland, de suas lembranças, quando em viagem percorreu esta provincia; e que forão offerecidos ao Instituto por um seu devotado amigo, a quem legou-os em memoria.

A sua especialidade interessa geralmente á todo o mundo, e não devemos collocar a provincia de S. Pedro affastada d'esse interesse, quando sem duvida nesse assumpto se acha ella em maior atraso.

Não temos á não serem resumidos dados da Repartição de Statistica, que só viveu pelo impulso e esforço de um ancião prestante o fallecido conselheiro Antonio Manoel Corrêa da Camara; no entretanto que facilimo se tornaria a confecção de um mappa explicito e detalhado, que mostre em periodos a população da provincia, addicionado das observações sobre o seu augmento ou diminuição, e das causas, que deverião ser conhecidas.

No intento de animar-mos este serviço nos propomos a tarefa de compilar os apontamentos de Mr. Bompland, que tendo em vista tal serviço o encetou pelo esboço dos dados ou systemas de censos de outros Paizes; augmento de sua população e suas causas, condições em que este se manifesta; e sob estes trabalhos completaremos o pensamento de Mr. Bompland, confeccionando um mappa ao menos provavel da população da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Parecerá futil talvez um serviço d'este genero, e se nos refutará a utilidade que encheríamos presentemente, que a qualificação actual pelas mezas parochiaes é uma base para o censo geral da população: assim não acreditamos, pelo contrario achando imperfeito o resultado por esse meio; e que consideramos na classe dos outros methodos, qual a do censo por habitação, por nascimentos e obitos; reprovados, como vemos por quantos se tem occupado d'esta materia.

Para todos os Estados a população é assumpto da maior importancia.

As nações civilisadas procurarão sempre conhecer o numero de individuos que compõe a sua communidade; entretanto que poucos são os meios provaveis para adquirir um conhecimento á respeito. As estimações são em geral enganosas, e varião segundo a opinião dos que as fazem, frequentes vezes movidos pela vaidade ou pelo capricho; podendo acrescentar-se pelo interesse mal entendido, que dictão bem falsos resultados.

Não ha muito tempo que em Inglaterra e em quasi todos os paizes da Europa as estimações erão fundadas sobre o numero das casas, dando arbitrariamente um certo numero de pessoas á cada habitação. Sobre esta base diversificavão os resultados, tomando uns 4 pessoas por casa, outros $5\frac{3}{5}$ e outros 6.

O censo de Inglaterra, Galles e Escossia em 1801 referido ao poder legislativo pelo Governo, deu a relação de 1,17 por habitação. Em Philadelphia feito o censo em 1793 deu a de 5,348.

O methodo de estimação por habitação foi substituido pelo de nascimento e obitos em muitos paizes; e diversos economistas o adoptarão tomando a população pelo numero de obitos e nascimentos, aquelles realisaos dentro de um periodo determinado multiplicado por um coefficiente arbitrario.

Halley adoptou para esse coefficiente sobre o numero de nascimentos 42, Kerseboon 35, Menence 28, Condorcet 25, e Simpson 26.

A simples observação se vê a incerteza desse methodo, e seus inconvenientes nos resultados .

Tomado sobre o numero de mortos, a experiencia tem provado não devermos confiar da mesma fórma nos seus resultados. A mortalidade da espécie humana varia segundo causas diversas e especiaes á cada clima á cada fóco populoso, observando se existir entre os limites $\frac{1}{20}$ e $\frac{1}{60}$.

Malthus mostra em seu tratado que calculado os nascimentos annuaes em Inglaterra e no Paiz de Galles desde 1790 á 1800 um observador superficial poderia crêr declinar a população quando o contrario succedia. As suas observações estenderão-se á outros pontos da Europa, tornando ellas concludentes o gravissimo erro da estimação por esse processo.

As observações d'esse author referirão-se muito especialmente ás populações dos paizes pouco povoados; comparando-as porém aos paizes civilisados e populosos, em que as relações sobre os nascimentos ou mortes acima referidos apresentam resultados mais satisfactorios. D'este facto, procurando conhecer as causas, apresenta duas essenciaes: á incontinencia ou imprevidencia n'aquelles, trazendo o estado de miseria da população, e por consequencia o augmento na sua mortalidade; o maior escrupulo ou attenção nos casamentos, accrescendo o estado de privações das familias; e consequentemente o crescimento da mortandade. E'

judiciosa a observação do author, de que sempre que preside ao casamento a reflexão na probabilidade ou certeza de sustentar a família, são menores as taboas de nascimento; mas também menores em proporção mais elevada as taboas mortuarias, d'aqui resultando crescer insensivelmente a população. Franklin depois de uma série de observações, a que se deu sobre a materia, diz com razão que os quadros da proporção dos casamentos aos nascimentos, dos decessos aos nascimentos, dos casamentos aos numeros de habitantes formados sobre os registros de baptismos e decessos nas cidades mui populosas não podem applicar-se ás campanhas e que ainda menos estas taboas feitas em paizes de longo tempo povoados como a Europa, podem servir em um Paiz novo.

Consequentemente de tudo quanto fica exposto, parece deduzir-se que nenhum methodo que não seja o da enumeração exacta dos habitantes, deve merecer a confiança necessaria.

ACRESCIMO DA POPULAÇÃO

Comparados os quadros do decesso dos Estados Unidos nos annos de 1790 á 1800, e de 1790 á 1810, deduz-se ter crescido a população branca de 35,92 por $\frac{0}{0}$ no 1.º periodo, e de 85,26 no 2.º Todas as outras pessoas livres, excepto os indios não taxados augmentarão no 1.º periodo de 185,05 por $\frac{0}{0}$ e 314,45 por $\frac{0}{0}$ no 2.º. O augmento rapido d'esta divisão é em parte devido á emancipação ou manumissão dos escravos por seus senhores, e ao grande numero d'aquelles que se fizerão acreditar livres.

A população livre creceo no periodo de 1790 à 1800 de 32,20 por $\frac{0}{0}$, e no periodo de 1800 à 1810 de 36,75 por $\frac{0}{0}$

A população escrava cresceu nesses periodos de 24,81 e 35,84 por $\frac{0}{0}$

A totalidade da população cresceu consequentemente de 36,09 no 1.º periodo, e 35,66 no 2.º

Comparados estes resultados, segue se que o crescimento da população annual é de 3,587 por $\frac{0}{0}$, sendo por tanto preciso o espaço de 28 annos para que duplique sua população.

William Petty em seu tratado (arithmetic politica) suppõe que a população de um paiz póde nas circumstancias mais favoraveis duplicar em 10 annos.

Segundo as taboas de Euler, o duplo da população póde realizar se em $12 \frac{4}{5}$ annos.

Estes autores suppõem que factos tão extraordinarios podem obter-se pela simples procreação.

Os encyclopedistas Francezes crêem, que segundo os calculos do Abbade Expilly, a população de França cresceu de $\frac{1}{2}$ º em 50 annos. Adão Shmith suppõe que em Inglaterra e na maior parte das nações da

Europa, se não pôde conseguir o dobro da população em menos de 500 annos.

Colghoum estabelece os periodos seguintes que deduzio necessarios para o dobro da população: na Grã-Bretanha 50 annos; na Russia 36; na Irlanda 46; na França 50.

Estes calculos não assentão em factos bem estabelecidos: à excepção da Grã-Bretanha julgamos que se não fizerão enumerações em outros paizes.

Pelos relatorios apresentados ao Parlamento em 1801 e 1811, 80 annos são precisos para dobrar a população de Inglaterra.

Se devessemos dar credito aos calculos de Mr. Foolke sobre a população da Russia, esta duplicaria em 60 annos. Todos esses calculos parecem porém destituídos de dados e bases certas; e sem duvida causas inteiramente anormaes produzirão resultados que levarão esses autores às deducções de seus calculos. Julgamos entre outros que determinasse o acrescimo à emigração, e as conquistas sobre outros povos.

Em geral os calculos feitos sobre a população Européa não estando apoiados sobre archivos authenticos, devem ser considerados como hypotheses engenhosas, não sendo provavel que as supposições de Mr. Petty e de Euler sejam jamais rectificadas por dados e factos reaes.

Ha considerações de alta importancia para que se possa julgar possivel que se verifiquem elles em Paizes já populosos. Se a população podesse duplicar em 12 ou 20 annos, seria preciso que as subsistencias crescessem na mesma proporção, o que se não realisa: do augmento pois d'aquella e não retribuição na materia substancial nasce a fome, as enfermidades contagiosas que a diminuirão promptamente, relevando a sua mortalidade. Em geral nada de definitivo pôde ser estabelecido à respeito, quando uma serie de circumstancias sobre normaes vêm influir de modo a que não sejam senão hypotheticos todos os calculos baseados por comparações em periodos curtos, d'onde são deduzidas as opiniões tão variadas sobre o assumpto.

Pensamos que poucas são as idéas geraes sobre a origem do augmento da população; e que redusimos da seguinte: cresce em proporção mais elevada nos paizes mais modernos e menos populosos do que n'aquelles: animado pela prosperidade e liberdade rasoavel dos povos, pela bondade do clima, moral e bôa educação do povo.

Estas condições trazem o crescimento da população, que se firma em duas causas.

- 1.^a Facilitar e promover a emigração espontanea.
- 2.^a Maior extensão da existencia humana, e procriação.

São factos ividentes que a mortalidade decresce nos paizes de climas fertéis, e aumenta a procriação.

Os Estados-Unidos julgo confirmar o que emittimos: o zcrescimento

da população neste paiz segue uma proporção infinitamente mais forte do que outros que temos considerado.

A emigração para este paiz segundo as observações de Seybert eleva-se à 6:000 almas por anno. Os quadros de 1790 e 1810 dão o augmento em 20 annos de 2,824:910; para o que concorre a emigração com 120:000 almas; d'onde conclue-se independente da emigração o augmento de 2,644:910 almas em 20 annos; o que dá a de 132:245 por anno.

Se porém pensamos em regra geral que a emigração traz o augmento da população; com tudo attenderemos à excepções que podem ser estabelecidas por circumstancias.

Pensamos como Franklin e Malthus, de que as emigrações tendem a fazer crescer a população, quando ellas se dão sob a influencia de certas circumstancias.

A emigração tem no geral sua origem na abundancia de braços que se dedicação á industria e à lavoura, e que não retribuidos de modo á satisfazer as necessidades primarias da vida, vão procura-los em outros Paizes, aonde estes se fazem precisos: essa fonte pois tornando-se perenne, e excedendo as proporções do Paiz para onde ella se dirige, traz tambem o mal de que se afflugentavão, á miseria das classes operarias; d'ahi nascendo o elemento retrogado, não progressivo que na primeira hypothese se realisa.

AVISO

Os Srs. socios e assignantes que não tiverem recebido os numeros publicados, podem avisar á secretaria para lhes serem remettidos.

A *Revista* publicará todas as noticias, memorias e descripções concernentes á historia, geographia e statistica d'esta provincia.

Sua publicação fica confiada á commissão de redacção, a quem serão dirigidos os documentos e papeis por intermedio da secretaria.

INDICE

Felicitação dirigida pelo Instituto Historico a S. M. o Imperador	3
Necrologia do Capitão Antonio Dias da Costa	5
Statistica. — Ensaio statistico da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, pelo Conselheiro Antonio Manoel Corrêa da Camara	8
Extracto das actas da Camara Municipal de Porto Alegre, pelo Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba	28
S. Borja. — Mappa dos casamentos, obitos, baptisados que tiverão lugar na freguezia de S. Borja, em Missões, nos periodos de 1790 á 1860	41

	Páginas
do seu sôlido e da conveniência de se fundar uma povoação no Rio Grande de São Pedro (Rio de Janeiro, 2 de junho de 1735).	74
70 — Parecer do Conselho Ultramarino sôbre as proposições contidas na carta acima (Lisbôa, 2 de jan.º de 1736).	75
71 — Consulta do Conselho Ultramarino sôbre a ida do Brigadeiro José da Silva Paes a Santos para verificar o estado das fortificações (Lisbôa, 17 de out.º de 1735.	75
72 — Carta do Governador da Praça de Santos, João dos Santos Alves, sôbre a estada de Silva Paes no Rio Grande de São Pedro e sôbre as fortificações que lá e em Santa Catarina levantava (Santos, 7 de outubro de 1737).	76
73 — Parecer do Conselho Ultramarino sôbre a carta acima, (Lisbôa, 24 de maio de 1738).	76
74 — Carta do Governador da Praça de Santos, José Rodrigues de Oliveira, dando conta de sua posse, do estado em que encontrou as fortalezas e das obras planejadas pelo Brigadeiro Silva Paes (Santos, 23 de set.º de 1738), seguida de parecer do Conselho Ultramarino (Lisbôa, 13 de junho de 1739).	77
75 — Carta do Governador da Praça de Santos, remetendo a planta da fortaleza de Itapema, feita pelo Brigadeiro José da Silva Paes (Santos, 24 de set.º de 1738).	78
76 — Requerimento do Sargento-mór da fortaleza de Itapema, Torquato Teixeira de Carvalho, oferecendo reconstruí-la à sua custa (Santos, 12 de set.º de 1731), a que acompanha uma planta.	81
77 — Conta da medição feita da fortaleza de Itapema, para ser construída pelo Sargento-mór Torquato Teixeira de Carvalho (Santos, 16 de set.º de 1738).	81
78 — Carta régia pela qual se concede ao Sargento-mór Torquato Teixeira de Carvalho a reconstrução de que foram objeto os documentos anteriores (Lisbôa, 1.º de out.º de 1738).	82
79 — Carta de Gomes Freire de Andrade a S. Mag.e, em resposta á anterior (Rio de Janeiro, 21 de março de 1739).	82
80 — Carta do Provedor da Praça, sôbre as despesas com os casais destinados á Colônia do Sacramento e mandadas abonar pelo Brigadeiro José da Silva Paes (Rio de Janeiro, 12 de maio de 1735).	83
81 — Numerário enviado pelo Brigadeiro Silva Paes para o Rio Grande de São Pedro, desde 5 de março de 1738 até 24 de janeiro de 1739.	83
82 — Carta de S. Mag.e a José da Silva Paes sôbre casais e despesas com a sua manutenção (Lisbôa, 18 de nov.º de 1735).	84
83 — Carta de Silva Paes a S. Mag.e sôbre casais (Rio de Janeiro, 12 de maio de 1735).	84
84 — Consulta do Conselho Ultramarino sôbre a carta anterior (Lisbôa, 5 de jan.º de 1736).	85
85 — Consulta do Conselho Ultramarino sôbre a fortificação da Praça do Rio de Janeiro (Lisbôa, 21 de fev. de 1736).	86
86 — Carta de José da Silva Paes sôbre o segundo socorro enviado a Colonia do Sacramento (Rio de Janeiro, 19 de abril de 1736), seguida do parecer do Conselho	

	Páginas
Ultramarino (Lisbôa, 1.º de agosto de 1736)	87
87 — Carta de Gomes Freire de Andrade a S. Mag. a respeito dos padres barbadinhos que foram para a Colônia do Sacramento (Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1736)....	87
88 — Carta a S. Mag. do Provedor da Fazenda Real, Francisco Cordovil Siqueira e Mello, sobre a nomeação feita, por Silva Paes, de Manoel Affonso da Silva para Comissário das Fragatas (Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1737), com dois anexos	88
89 — Carta de Gomes Freire de Andrade, propondo a nomeação de Francisco Barbuda para ajudante do Terço de Artilharia (Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1737)	89
90 — Carta de Alexandre de Gusmão ao Conselho Ultramarino, sobre o tratamento a ser dado a José da Silva Paes, em papéis oficiais (Lisbôa, 6 de fev. de 1736) ..	89
91 — Consulta do Conselho Ultramarino, louvando o Brigadeiro José da Silva Paes pelo seu zelo em socorro a Colônia do Sacramento (Lisbôa, 3 de julho de 1736)	89
92 — Carta de Gomes Freire de Andrade sobre a guerra no Prata e remessa de duas plantas, feitas por Silva Paes, da Colônia do Sacramento e da barra e porto do Rio Grande de São Pedro (Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1737)	90
93 — Carta de S. Mag. ao Brigadeiro José da Silva Paes sobre as obras do aqueduto da Carioca (Lisbôa, 10 de junho de 1738)	91
94 — Resposta do Brigadeiro Silva Paes k carta acima (Rio de Janeiro, 22 de Jan.º de 1739)	92
95 — Carta do Brigadeiro Silva Paes sobre a arribada de uma nau holandeza no porto de Santa Catarina (Rio de Janeiro, 22 de maio de 1725), seguida do parecer do Conselho Ultramarino (Lisbôa, 8 de outubro de 1735)	92
96 — Carta de Silva Paes a S. Mag., a respeito de uma representação dos habitantes da Laguna (Ilha de Santa Catarina, 22 de julho de 1739)	93
97 — Carta do Brigadeiro José da Silva Paes sobre a presa de um navio (Ilha de Santa Catarina, 16 de out.º de 1739), seguida da parecer do Conselho Ultramarino (Lisbôa, 20 de março de 1740)	94
98 — Carta de Silva Paes expondo os motivos por que mandou prender ao Provedor da Fazenda Real Francisco Cordovil Siqueira e Mello (Rio de Janeiro, 21 de Jan.º de 1739)	95
99 — Carta do Brigadeiro José da Silva Paes a Antonio Guedes Pereira, sobre o estado em que se achava o Rio Grande de São Pedro (Rio de Janeiro, 24 de Janeiro de 1739)	96
100 — Carta de Silva Paes a S. Mag., dando conta das obras na fortaleza da Ilha das Cobras (Rio de Janeiro, 25 de set.º de 738)	96
101 — Carta de Mathias Coelho de Souza, avisando ter assumido o governo do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 9 de junho de 1739)	97
102 — Carta do Brigadeiro José da Silva Paes, informando a razão por que mandou dar vista das despesas da Vedoria ao Procurador da Fazenda (Ilha de Santa Catarina, 29 de abril de 1740)	97
103 — Carta de Mathias Coelho de Souza, acêrca de um sirur-	

	Páginas
gião para a Ilha de Santa Catarina, cuja necessidade evidenciava uma carta do Brigadeiro Silva Paes (Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1739)	98
104 — Carta de Manoel de Azevedo Fortes, engenheiro-mór, sobre as obras projetadas pelo Brigadeiro José da Silva Paes para a defesa da Ilha de Santa Catarina (Lisbôa, 13 de fev.º de 1740)	98
105 — Parecer do Conselho Ultramarino sobre a carta supra (Lisbôa, 17 de fev.º de 1740)	99
106 — Carta de Silva Paes sobre o contrato de pesca das baleias na Ilha de Santa Catarina (Rio de Janeiro, 16 de set.º de 1738)	99
107 — Parecer do Brig.º José da Silva Paes a um requerimento de Francisco de Aguiar (Rio de Janeiro, 20 de dez.º de 1738).	100
108 — Cópia de parte de uma carta do Brigadeiro Silva Paes ao Mestre de Campo Mathias Coelho de Souza, acerca da falta de médico, cirurgião e ótica na Ilha de Santa Catarina (Santa Catarina, 30 de abril de 1739).	101
109 — Parecer de Gomes Freire de Andrade sobre a carta acima (Tejuco, 28 de janeiro de 1739)	101
110 — Parecer do Conselho Ultramarino sobre as cartas anteriores (Lisbôa, 22 de fev.º de 1740)	101
111 — Carta do Brigadeiro José da Silva Paes, a respeito da arribada de duas naus que se destinavam k India (Rio de Janeiro, 27 de jan.º de 1739)	102
112 — Auto da reunião convocada pelo Brigadeiro José da Silva Paes sobre a carta acima (Rio de Janeiro, 29 de junho de 1736)	103
113 — Informação do Brigadeiro Silva Paes sobre as obras na Casa dos Contos para nela instalar a Vedoria (Ilha de Santa Catarina, 30 de abril de 1740) acompanhada de duas plantas.	106
114 — Cópia da carta de Silva Paes sobre o lagedo para a fortaleza da Ilha das Cobras (Rio de Janeiro, 21 de junho de 1738).	117
115 — Carta de Silva Paes acerca da prisão de João Rodrigues Henriques, soldado desertor (Rio de Janeiro, 11 de maio de 1735)	117
116 — Carta do Brigadeiro José da Silva Paes, em que dá conta da chegada de uma esquadra inglesa à Ilha de Santa Catarina (Santa Catarina, 5 de abril de 1741), seguida de pareceres do Procurador da Fazenda e do Conselho Ultramarino (Lisbôa, 12 de fev.º de 1742)	119
117 — Carta de Silva Paes a S. Mag., comunicando haver enalhado, junto à vila da Laguna, uma nau de guerra espanhola (Ilha de Anhatomerim, 7 de junho de 1741), seguida de parecer do Conselho Ultramarino (Lisbôa, 3 de nov.º de 1741)	122
118 — Carta de Manoel de Azevedo Fortes, engenheiro-mór, sobre as fortificações da Ilha de Santa Catarina, planejadas pelo Brigadeiro José da Silva Paes (Lisbôa, 15 de dez.º de 1741)	123
119 — Carta a Silva Paes, de D. Pedro de Mendinuët, comandante da fragata espanhola de que trata o doc. n.º 117 (Morro de Santa Marta, 12 de maio de 1741) ...	124
120 — Resposta de Silva Paes à carta anterior (Ilha de Santa Catarina, 17 de maio de 1741)	125

	Páginas
121 — Cópia da carta do Alferes Antonio Martins Madeira ao Brigadeiro Silva Paes sobre o mesmo assunto (s. l., s. d.)	126
122 — Cópia da segunda carta do comandante da nau espa- nhola, a Silva Paes (Laguna, 26 de maio de 1741) ...	128
123 — Resposta do Brigadeiro José da Silva Paes á carta an- terior (Ilha de Santa Catarina, 1.º de junho de 1741)	128
124 — Carta de Silva Paes a S. Mag., acêrca da necessidade da vila de Laguna pertencer ao Rio de Janeiro, e não a São Paulo (Ilha de Santa Catarina, 22 de agosto de 1742), seguida de parecer do Procurador da Corôa (s. l., s. d.)	129
125 — Carta de Silva Paes a respeito da partida dos naufragos do navio espanhol (Ilha de Santa Catarina, 22 de agosto de 1742)	130
126 — Petição de Silva Paes quanto ao pagamento de seu sol- do de Brigadeiro de Infantaria (Ilha de Santa Cata- rina, 24 de agosto de 1742), seguida de parecer do Conselho Ultramarino (Lisbôa, 5 de set.º de 1743) ...	130
127 — Carta do Brigadeiro José da Silva Paes, sobre a neces- sidade dum hospício de capuchos na Ilha de Santa Catarina e outro no Rio Grande (Ilha de Santa Cata- rina, 30 de agosto de 1742)	131
128 — Outra carta de Silva Paes sobre o mesmo assunto (Ilha de Santa Catarina, 1.º de set.º de 1742)	131
129 — Carta régia a Gomes Freire de Andrade sobre a passa- gem á Ilha de Santa Catarina do Brigadeiro José da Silva Paes, para fazer a fortificação necessária (Lis- bôa, 11 de agosto de 1738)	132
130 — Resposta de Gomes Freire de Andrade á carta acima (Vila Rica, 9 de jan.º de 1739)	133
131 — Carta de Silva Paes a Gomes Freire de Andrade, sobre o estado da Ilha de Santa Catarina (Ilha de Santa Catarina, 30 de abril de 1739)	133
132 — Parecer do Brigadeiro José da Silva Paes, sobre a divi- são dos governos das costas do mar do sul (Ilha de Santa Catarina, 20 de junho de 1739)	135
133 — Carta de Silva Paes a S. Mag. sobre a fortificação da Ilha de Santa Catarina (Rio de Janeiro, 23 de jan.º de 1739), seguida de um trecho da carta de Gomes Freire de Andrade	137
134 — Carta de Gomes Freire de Andrade sobre os docs. an- teriores (Tejuco, 8 de julho de 1739)	137
135 — Carta de Gomes Freire de Andrade a João dos Santos Ala, governador da Praça de Santos, sobre a fortifi- cação da Ilha de Santa Catarina (Rio de Janeiro, 20 de abril de 1737)	138
136 — Termo da Junta feita em Santos para estudar o socorro à Ilha de Santa Catarina (Santos, 21 de maio de 1737)	138
137 — Carta do Brigadeiro José da Silva Paes, sobre uma em- barcação desconhecida na enseada das Garoupas (Ilha de Santa Catarina, 22 de julho de 1739)	139
138 — Carta de Silva Paes a Antonio Guedes Pereira, sobre umas cartas do comandante da nau espanhola, a se- rem enviadas a Buenos Aires (Ilha de Santa Cata- rina, 20 de agosto de 1741)	140
139 — Cópia da carta de D. Miguel de Salcedo, governador de Buenos Aires, ao Brigadeiro Silva Paes, sobre o mes-	

	mo assunto (Buenos Aires, 23 de junho de 1741) ...	Páginas 141
140	— Resposta de José da Silva Paes à carta anterior (Ilha de Santa Catarina, 12 de set.º de 1741)	141
141	— Carta do Brigadeiro Silva Paes a S. Mag., referindo as despesas feitas com as fortificações na Barra do Sul (Ilha de Santa Catarina, 20 de agosto de 1743) ..	142
142	— Carta de Silva Paes sobre a arribada de tres navios francezes à Ilha de Santa Catarina (Santa Catarina, 20 de jan.º de 1743)	142
143	— Carta de Silva Paes ao Capitão Patricio Manuel de Figueiredo (Ilha de Anhatomirim, 25 de jan.º de 1742)	143
144	— Idem, idem sobre o procedimento do Mestre de Campo João de Tavora (Ilha de Anhatomirim, 29 de jan.º de 1743)	144
145	— Instruções do Brigadeiro José da Silva Paes ao Capitão Patricio Manuel de Figueiredo, encarregando-o do Governo de Santa Catarina (Ilha de Santa Catarina, 28 de agosto de 1743)	144